

BIBLIOTECÁRIOS

NEGROS

Ancestralidade, Conhecimento Negro e a luta pela
Justiça Sócio-Racial em ambientes informacionais

FRÂNCIÉLE CARNEIRO GARCÊS-DA-SILVA
LEYDE KLEBIA RODRIGUES DA SILVA
Organização



BIBLIOTECÁRIOS

NEGR **S**

Ancestralidade, Conhecimento Negro e a luta pela
Justiça Sócio-Racial em ambientes informacionais

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva
Leyde Klebia Rodrigues da Silva
Organização

BIBLIOTECÁRIOS

NEGROS

Ancestralidade, Conhecimento Negro e a luta pela
Justiça Sócio-Racial em ambientes informacionais

Salvador
UFBA
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Paulo César Miguez de Oliveira (Reitor)

Penildon Silva Filho (Vice-reitor)

SELO NYOTA

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Nathália Lima Romeiro

COMITÊ EDITORIAL E CIENTÍFICO

Barbara Barcellos (UFS)

Gustavo Silva Saldanha (IBICT/UFRJ)

Ana Paula Meneses Alves (UFMG)

Claudia Mortari (UDESC)

Natalia Duque Cardona (UdeA)

Lourenço Cardoso (UNILAB)

Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)

Bruno Almeida dos Santos (UFBA)

Carina Santiago dos Santos (PMF/SC)

Samanta Coan (Muquifu)

Márcio Ferreira da Silva (UFMA)

Barbara Barcellos (UFS)

Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)

Luisa Tombini Wittmann (UDESC)

Samanta Coan (Muquifu)

Lia Vainer Schucman (UFSC)

Rubens Alves da Silva (UFMG)

Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)

COMITÊ DE AVALIADORES AD HOC

Andréa Pereira dos Santos (UFG)

Raphael Cavalcante (Camara dos Deputados)

Samanta Coan (Muquifu)

Priscila Machado Borges Sena (IBICT)

Ana Claudia Borges Campos (UFES)

Gustavo Silva Saldanha (IBICT)

Diagramação e projeto editorial: Franciéle Garcês; Dirnéle Garcez

Arte da Capa: Franciéle Garcês

Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva; Franciéle Garcês; Autoria

Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

B582

Bibliotecári@s Negr@s: Ancestralidade, Conhecimento Negro e a luta pela Justiça Sócio-Racial em ambientes informacionais / Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva; Leyde Klebia Rodrigues da Silva (org.). – Salvador: UFBA; Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025.
416 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>

ISBN 978-65-5631-159-3 (digital)

ISBN 978-65-5631-160-9 (impresso)

1. Biblioteconomia Negra - Brasil. 2. Saberes negros. 3. Biblioteca. 4. Justiça racial. 5. Justiça informacional. I. Garcês-da-Silva, Franciéle Carneiro (org.). II. Silva, Leyde Klebia Rodrigues da. (org.). III. Título.

COMO CITAR:

GARCÊS-DA-SILVA; Franciéle Carneiro; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. (org.). **Bibliotecári@s Negr@s: Ancestralidade, Conhecimento Negro e a luta pela Justiça Sócio-Racial em ambientes informacionais.** Salvador: UFBA; Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025. 416 p.

**ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA *CREATIVE COMMONS***



Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 4.0¹

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença que este original.

¹ <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode.pt>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva	
Leyde Klebia Rodrigues da Silva	
CAPÍTULO 1	21
AINDA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTE, AINDA ESTAMOS AQUI: A ANCESTRALIDADE DE MULHERES NEGRAS CONTRA A POLÍTICA DE ESQUECIMENTO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA	
Sophia de Aguiar Vieira	
CAPÍTULO 2	37
APAGAMENTO DA MEMÓRIA NEGRA: MEMORICÍDIO E A DESTRUIÇÃO CULTURAL DOS SABERES NEGROS	
Andressa Silva Sousa	
Marcio Ferreira da Silva	
CAPÍTULO 3	51
ENTRE O SILÊNCIO E A RESISTÊNCIA: EPISTEMICÍDIO NEGRO NA PRÁTICA BIBLIOTECÁRIA	
Ísis Trindade da Silva Cunha	
Erinaldo Dias Valério	
CAPÍTULO 4	63
ENTRE CARTAS E MÚSICAS: A RESISTÊNCIA POR MEIO DO PRÊTUGUES	
Tatiane Helena Borges de Salles	
Luciana de Souza Gracioso	
CAPÍTULO 5	79
IMPRENSA NEGRA E PODER RACIAL: A INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA E LIBERTAÇÃO	
Karina Ceci de Sousa Holmes	
Edilson Targino de Melo Filho	

CAPÍTULO 6.....	95
UM ESPAÇO DA HOSPITALIDADE RADICAL: BIOGRAFIA DO ACERVO DO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	
Wellington Marçal de Carvalho	
Anália das Graças Gandini Pontelo	
Vanicleia Silva Santos	
Diná Marques Pereira Araújo	
CAPÍTULO 7.....	113
PILAR DA MEMÓRIA: A CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA PRETOS NOVOS	
Priscila Rufino Fevrier	
Lara Cezar da Silva	
Michael Leonardo Botelho dos Santos	
CAPÍTULO 8.....	129
CASA DE ESCRIVÊNCIA CONCEIÇÃO EVARISTO: UM ESPAÇO DE LEITURAS PARA O POVO NEGRO	
Gabiá Santos	
CAPÍTULO 9.....	173
MEDIÇÃO DA INFORMAÇÃO E O PROTAGONISMO SOCIAL PARA MULHERES FEMINISTAS NEGRAS E LÉSBICAS: COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS DE RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE	
Aline Ferreira	
Daniella Camara Pizarro	
CAPÍTULO 10.....	197
AQUILOMBAMENTO INTELECTUAL NAS ESCOLAS: É TUDO PRA ONTEM	
Tatiane Helena Borges de Salles	
Rosângela da Silva Gomes	
CAPÍTULO 11.....	213
LETRAMENTO RACIAL NA BIBLIOTECA ESCOLAR INFANTIL: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	
Fernanda Araújo de Sousa	
Talita de Oliveira	

CAPÍTULO 12	231
DIVERSIDADE NO ACERVO: LITERATURAS AFRICANAS, AFRO-BRASILEIRAS e INDÍGENAS EM UMA BIBLIOTECA ESCOLAR	
Gisele Karine Santos de Souza	
Maurício Coelho da Silva	
CAPÍTULO 13	247
PRÁTICAS DE BIBLIOTERAPIA ANTIRRACISTA NO CRAS: ações desenvolvidas no serviço de convivência em JARDIM GRAMACHO	
Elisamara Gurgel Domingos de Carvalho	
Flavia Dutra Rodrigues	
Nathalia Lima Romeiro	
CAPÍTULO 14	265
VOZES DA RESISTÊNCIA: PRÁTICAS ANTIRRACISTAS DE PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS NEGRAS EM BIBLIOTECAS	
Ana Cristina Cruz de Souza	
Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva	
CAPÍTULO 15	297
A PRESENÇA DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO E INFORMACIONAL: O ESPAÇO DE PESQUISA e CULTURA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DA BIBLIOTECA CENTRAL - UFPE	
Andreia Alcântara	
Erinaldo Dias Valério	
Murilo Artur Araújo da Silveira	
CAPÍTULO 16	311
ANÁLISIS DE LA LEY 18.632 'SERVICIOS BIBLIOTECARIOS' DESDE UNA PERSPECTIVA DECOLONIAL Y AFROCENTRADA	
Florencia Egaña-Lachaga	
Lourdes Rodríguez Peña	
CAPÍTULO 17	327
AS COTAS RACIAIS EM BIBLIOTECONOMIA: OUVIR PARA EDUCAR	
Kariane Regina Laurindo	

CAPÍTULO 18	345
PSIU! O SILÊNCIO DENTRO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE a DESCOLONIZAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO	
Susy dos Santos Pereira	
CAPÍTULO 19	359
SANTA BIBLIOTECONOMIA: A TRAJETÓRIA DE UMA BIBLIOTECÁRIA e EMPREENDEDORA negra NO UNIVERSO DOS CONCURSOS	
Thalita Gama	
CAPÍTULO 20	373
A BUSCA PELA JUSTIÇA EPISTÊMICA NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NEGRO- AFRICANO: PROPOSTA DE UM SISTEMA SIMBÓLICO PARA O ACERVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES	
Ana Cláudia Lopes Mayer	
Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva	
Marcela Costa	
CAPÍTULO 21	387
INFLUÊNCIAS E DOMINAÇÕES DA BRANQUITUDE NA (RE)PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO "ACADÊMICO" E SUA PERPETUAÇÃO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	
Camila Evelin Roque	
Dyego de Oliveira Arruda	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	403
SOBRE AS PESSOAS AUTORAS.....	405

APRESENTAÇÃO

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

Seguindo a sequência que tem se mantido a respeito do protagonismo de pessoas bibliotecárias negras e suas práticas, epistemologias, experiências e desafios, o quinto volume da Coleção Bibliotecári@s negr@s, agora intitulado **“Bibliotecári@s negr@s: Ancestralidade, Conhecimento Negro e a luta pela Justiça Sócio-Racial em ambientes informacionais”** tem a finalidade de contribuir para os debates contemporâneos em Biblioteconomia Negra, Biblioteconomia Antirracista e Estudos Críticos Informacionais. Tais debates enfocam nos instrumentos de poder racial (branquitude, racismo, raça enquanto construto social, falácia da democracia racial, microagressões raciais, mito da meritocracia, o ideal de branqueamento, as injustiças epistêmicas, epistemicídio, alterocídio e memoricídio) como influenciadores da exclusão das populações negras e indígenas da sociedade brasileira, sobretudo de espaços de representatividade, de construção de políticas públicas de informação e de justiça informacional e racial nos diversos ambientes, inclusive os informacionais.

Com isso em mente, os capítulos aqui apresentados englobam desde discussões teóricas, protagonismo de atores negros da Biblioteconomia, experiências profissionais (sejam elas ações culturais, projetos de pesquisa, projetos de extensão, entre outros), pesquisas e demais ações e discussões realizadas dentro dos espaços de educação, nas bibliotecas ou demais unidades de informação, assim como as resistências enfrentadas pela pessoa bibliotecária negra em seus espaços de atuação.

Dessa feita, apresentamos brevemente cada um dos capítulos que englobam o volume 5 desta Coleção. No capítulo **“Ainda que a história não conte, ainda estamos aqui: A ancestralidade de mulheres negras contra a política de esquecimento da ditadura**

militar brasileira", de Sophia de Aguiar Vieira, visou identificar nomes de mulheres negras que atuaram politicamente em movimentos sociais e culturais durante a ditadura militar brasileira e às defini-las enquanto ancestrais da luta da mulher negra brasileira. Para tanto, a autora realizou um percurso metodológico de natureza teórico-bibliográfica para apresentação do conceito de ancestralidade e fazer o retrato contextual da situação da mulher negra durante o regime militar. Em seguida, foi realizada uma busca sistemática na base de dados Ancestralidades e consulta as entrevistas publicadas na obra *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*. Como resultados parciais, a autora identificou 35 nomes engajados em movimentos sociais, políticos, religiosos e culturais durante o período de 1964 a 1985 que se dividiram em 26 verbetes e nove homenagens nominais.

Na consonância do tema, o texto **"Apagamento da memória negra: memoricídio e a destruição cultural dos saberes negros"**, de Andressa Silva Sousa e Marcio Ferreira da Silva se direcionam para uma abordagem teórica-conceitual a fim de analisar o memoricídio como uma prática sistemática de apagamento da memória coletiva, especialmente da população negra. Com base em autores como Báez, Halbwachs, Nora e Le Goff, Sousa e Silva discutem como a memória é socialmente construída, manipulada e violada. O estudo aponta que o apagamento da história negra não é uma coincidência, mas resultado de conflitos de poder e estratégias de repressão. Por fim, as autorias concluem que a preservação dessas memórias é necessária para a reconstrução de identidades marginalizadas e para a resistência aos processos de opressão epistêmica.

O capítulo seguinte é o de Ísis Trindade da Silva Cunha e Erinaldo Dias Valério intitulado **"Entre o silêncio e a resistência: epistemicídio negro na prática bibliotecária"**, o qual aborda os impactos do epistemicídio negro na prática bibliotecária brasileira, com o objetivo de refletir criticamente sobre o apagamento da cultura negra na formação e atuação profissional da pessoa bibliotecária. Fundamentado em autores como Boaventura de Sousa Santos, Sueli Carneiro e Grada Kilomba, utiliza metodologia qualitativa com revisão bibliográfica. Os resultados encontrados pelas autorias indicam que a ausência de saberes afrocentrados nos currículos de Biblioteconomia perpetua desigualdades raciais na formação profissional. Ao final,

concluem que é urgente valorizar conhecimentos marginalizados, promovendo uma prática profissional mais inclusiva, antirracista e socialmente comprometida.

O texto **“Entre cartas e músicas: a resistência por meio do prêtuques”**, de Tatiane Helena Borges de Salles e Luciana de Souza Gracioso, realiza a análise do contexto histórico das estratégias adotadas para suprimir a comunicação entre pessoas africanas sequestradas e trazidas ao Brasil durante o período escravista. Assim, as autoras buscaram compreender o processo de silenciamento das línguas africanas no território brasileiro e investigar sua persistente influência sobre o português brasileiro contemporâneo. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, com ênfase na abordagem histórica da aquisição da linguagem. Os resultados apontam para a existência de múltiplas formas de resistência linguística e cultural empreendidas pelos grupos africanos e afrodescendentes, que buscaram manter seus saberes e modos de expressão, mesmo sob condições de opressão extrema. As autoras encerram concluindo que a linguagem e a escrita desempenham um papel estruturante na afirmação identitária e na luta por equidade da população negra no Brasil.

O capítulo **“Imprensa negra e poder racial: a informação como estratégia de resistência e libertação”**, de Karina Ceci de Sousa Holmes e Edilson Targino de Melo Filho, os quais inferem que a imprensa negra desempenhou um papel crucial na resistência contra o racismo estrutural e na construção de narrativas de libertação para as populações afrodescendentes. Por isso, esse capítulo analisa como jornais como Verdade (1888-1889) atuaram na luta antirracista, promovendo a justiça informacional e contestando epistemicídios. A pesquisa está fundamentada em estudos da Biblioteconomia Negra, revisão documental e análise crítica. Os resultados demonstram que a imprensa negra não apenas documentou injustiças, mas também construiu espaços de resistência e emancipação sociopolítica.

Wellington Marçal de Carvalho, Anália das Graças Gandini Pontelo, Vanicléia Silva Santos e Diná Marques Pereira Araújo contribuem com o capítulo **“Um espaço da hospitalidade radical: Biografia do acervo do Centro de Estudos Africanos da Universidade Federal de Minas Gerais”** cujo objetivo é relatar aspectos das ações que culminaram na instalação de acervo de obras,

de distintas áreas do conhecimento, nomeadamente produzidas por massa crítica africana ou de africanos na diáspora no conjunto do patrimônio bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais. Fundamenta a reflexão a noção de ‘antibiblioteca’ do filósofo e cientista político camaronês Achille Mbembe, pensada enquanto espaço da acolhida radical. Para tanto, as autorias construíram uma pesquisa de cunho bibliográfico, qualitativo e de natureza documental. Ao final, concluíram ser urgente que pessoas bibliotecárias se posicionem de modo antirracista – principalmente, na atividade de formação e desenvolvimento de coleções – e que, nesse campo de atuação, como profissionais da informação pratiquem desobediência epistêmica nos processos de aquisição bibliográfica.

O texto **“Pilar da memória: a contribuição da Biblioteca Pretos Novos”**, de Priscila Rufino Fevrier, Lara Cezar da Silva e Michael Leonardo Botelho dos Santos relata as ações desenvolvidas na Biblioteca Pretas Novas (BPN), do Instituto Pretos Novos (IPN) no Rio de Janeiro, com o objetivo de combater o memoricídio que afetam as culturas africana, afro-brasileira e dos povos originários. Acionando a abordagem teórico-metodológica baseada em conceitos como memoricídio e epistemicídio, o estudo detalha atividades como saraus, lançamentos literários, clubinhos de leitura e rodas de conversa. Os resultados demonstram que essas iniciativas promovem a valorização das narrativas e saberes silenciados, construindo um espaço de resistência e reafirmação da identidade negra. As autorias concluem que a BPN e o IPN são fontes de decolonização do conhecimento e a luta antirracista, com o qual combatem o memoricídio e o epistemicídio da história, cultura e memórias negro-africanas de forma a incentivar a criação de novas memórias e a transformação social.

O texto **“Casa de Escrivência Conceição Evaristo: Um espaço de leituras para o povo negro”**, de Gabiá Santos, oriundo de seu trabalho de conclusão de curso, propõe evidenciar a importância da mediação de leitura e informação étnico-racial promovida pelo centro de memória “Casa de Escrivências Conceição Evaristo” na Pequena África, zona portuária do Rio de Janeiro, inaugurada em 2023. A partir do diálogo com o referencial teórico-conceitual adotado, descreveu este espaço cultural enquanto uma prática mediadora

étnico-racial, relevante para a profissional da informação, bibliotecária atuante, consciente e promotora da equidade social.

O capítulo **“Mediação da informação e o protagonismo social para mulheres feministas negras e lésbicas: combate às violências de raça, gênero e sexualidade”**, de Aline Ferreira e Daniella Camara Pizarro aborda como mediação da Informação é um processo que se dá na relação entre técnica e fatores humanos, que possibilitam a produção e o compartilhamento de elementos informacionais, gerando um conhecimento. Por isso, as autoras buscaram identificar os desafios de raça, gênero e sexualidade que mulheres feministas negras e lésbicas enfrentam na sociedade cuja mediação da informação pode subsidiar no combate às violências e exclusões a partir de suas representações sociais.

O capítulo **“Aquilombamento intelectual nas escolas: é tudo pra ontem”**, de Tatiane Helena Borges de Salles e Rosângela da Silva Gomes apresentam seu relato de experiência de um projeto de extensão desenvolvido no Instituto Federal de São Paulo, Campus Campinas, cujo objetivo foi evidenciar questões relacionadas ao racismo. Foram selecionadas obras da coleção “Plurais Feminismos”, “Apropriação Cultural” de Rodney William (2019), “Colorismo” de Alessandra Devulsky (2021), e “Empoderamento” de Joice Berth (2019). Apresenta o relato de oito intervenções realizadas nas instituições de ensino, impactando 169 indivíduos. As autoras realizaram a análise dos resultados com base nas percepções dos participantes sobre os temas discutidos, juntamente com os relatos e impressões de todos os envolvidos nas atividades realizadas.

Fernanda Araújo de Sousa e Talita de Oliveira são as autoras do capítulo **“Letramento racial na biblioteca escolar infantil: a construção da identidade étnico-racial”**, o qual visou compreender a contribuição do projeto literário *Autoria Negra*, da Biblioteca Flor de Papel, do Colégio Universitário, da Universidade Federal Fluminense, para o Letramento Racial de crianças da Educação Infantil. Com olhar embasado na Teoria Crítica Racial, as autoras identificaram a categoria de análise identificação étnico-racial. Dentre os resultados obtidos, apontaram a capacidade das crianças pequenas de se autoidentificarem e identificarem as outras pessoas racialmente. Concluem entendendo que o projeto contribui para o letramento racial das crianças ao potencializar a identificação étnico-racial.

Gisele Karine Santos de Souza e Maurício Coelho da Silva contribuem com o capítulo **“Diversidade no acervo: Literaturas africanas, afro-brasileiras e indígenas em uma biblioteca escolar”**, o qual investiga recursos bibliográficos antirracistas da Biblioteca Sebastião Netto Campos, enfocando em obras da literatura africana, afro-brasileira e indígena. A biblioteca, mista e localizada em Criciúma, município do estado de Santa Catarina, atende ao público escolar e universitário. A pesquisa, de caráter descritivo e abordagem quali-quantitativa, utiliza análise documental para examinar o catálogo, indexação e dados de empréstimos. A análise feita pelas autoras revelou obras que abordam a história e cultura negra e indígena, o que pode auxiliar pessoas bibliotecárias a promoverem práticas de equidade racial na sociedade brasileira.

Elisamara Gurgel Domingos de Carvalho, Flavia Dutra Rodrigues e Nathália Lima Romeiro são autoras do texto **“Práticas de biblioterapia antirracista no CRAS: ações desenvolvidas no Serviço de Convivência em Jardim Gramacho”**, o qual contextualiza a biblioterapia, sua relação com a educação antirracista e as relações étnico-raciais. Ao longo do texto, as autoras abordam sobre o bairro do Jardim Gramacho, o antigo Aterro Sanitário que ficava na comunidade e a realidade da população de trabalhadores de coleta seletiva e recicláveis. Fazem ainda a descrição do trabalho do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), local e as ações desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Concluem entendendo que as vivências mostram como a biblioterapia pode fortalecer identidades, promover reflexões e atuar no enfrentamento ao racismo, contribuindo para a valorização da cultura e identidade negra e para o fortalecimento da autoestima da população que vive nessa comunidade.

Ana Cristina Cruz de Souza e Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva são autoras do capítulo **“Vozes da resistência: práticas antirracistas de pessoas bibliotecárias negras em bibliotecas”**, o qual tem como objetivo compreender as práticas antirracistas desenvolvidas por pessoas bibliotecárias negras nas bibliotecas brasileiras. Conforme as autoras, práticas bibliotecárias antirracistas são aquelas que visam a promoção do debate étnico-racial e a conscientização sobre o racismo dentro de bibliotecas, realizadas por pessoas bibliotecárias. A coleta dos dados resultou em 62 recursos informacionais acerca dos temas

étnico-raciais, dos quais 30 foram selecionados para análise das autorias, a partir da leitura étnico-racial. Destes, foram identificados os nove textos que abordavam práticas antirracistas em bibliotecas escolares, universitárias, comunitárias, prisionais e digitais. Conforme os resultados, as práticas bibliotecárias antirracistas incluem mediação de leitura crítica, curadoria de acervos afrocentrados, ações educativas, rodas de conversa, uso de vocabulário controlado com foco étnico-racial e formação continuada de bibliotecárias e bibliotecários. As autoras concluíram que pessoas bibliotecárias negras têm desenvolvido iniciativas transformadoras que fortalecem o papel da biblioteca como espaço de resistência, inclusão e promoção da justiça social. No entanto, os resultados da pesquisa também comprovam as dificuldades recorrentes, como a falta de formação e conhecimento específica sobre relações étnico-raciais, sobretudo nos cursos de Biblioteconomia, a limitação do debate racial nas políticas públicas da área e a baixa visibilidade de produções acadêmicas protagonizadas por pessoas bibliotecárias negras. Tais lacunas reforçam a necessidade de um esforço institucional e coletivo voltado à revisão curricular, ao fomento de pesquisas e a implantar práticas que contribuam para o combate ao racismo em suas diversas formas.

Andreia Alcântara, Erinaldo Dias Valério e Murilo Artur Araújo da Silveira contribuem com o capítulo **“A presença da biblioteca universitária como instrumento pedagógico e informacional: o Espaço de Pesquisa e Cultura das Relações Étnico-raciais da Biblioteca Central – UFPE”** apresentam o Espaço de Pesquisa e Cultura das Relações Étnico-Raciais (EPCRER) da Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como um ambiente informacional e pedagógico destinado ao debate das questões étnico-raciais. O capítulo descreve, por meio de depoimentos docentes, a contribuição para a educação étnico-racial a partir da criação do espaço. Pesquisa descritiva de abordagem qualitativa que se utilizou de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados. Para interpretação dos dados, as autorias usaram a análise de conteúdo. Por fim, concluíram que o EPCRER tem agregado reflexões acerca do debate étnico-racial, o que o torna um espaço de acolhimento e de fomento a estratégias pedagógicas para o debate das questões étnico-raciais na UFPE.

Escrito em espanhol, o capítulo **“Análisis de la Ley 18.632 'servicios bibliotecarios' desde una perspectiva decolonial y afrocentrada”** é de autoria de Florencia Egaña-Lachaga e Lourdes Rodríguez Peña, ambas do campo biblioteconômico-informacional do Uruguai. As autoras contextualizam a Lei 18.632, a qual criou o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas no Uruguai. A partir de uma perspectiva decolonial e afrocentrada, analisam a referida lei, considerando que embora esta legislação busque promover o acesso igualitário à informação, não incorpora explicitamente a dimensão étnico-racial e a ação afirmativa étnico-racial com enfoque na população afro-uruguaia. Por isso, as autoras propõem uma releitura crítica que reconheça e repare ausências históricas, epistêmicas e informacionais em bibliotecas públicas com vistas a visibilizar saberes e memórias afro-uruguaia. Por fim, as autoras concluem que abordar e incluir a perspectiva afrocentrista na referida legislação e políticas públicas possibilita descolonizar e fortalecer o papel transformador das bibliotecas na sociedade.

Kariane Regina Laurindo é autora do capítulo **“As cotas raciais em Biblioteconomia: ouvir para educar”** advindo de recorte de sua tese de doutorado recém-defendida. Com enfoque nos cursos de Biblioteconomia, este capítulo apresenta relatos de pessoas estudantes cotistas de diversas universidades brasileiras, utilizando a metodologia da História Oral. A discussão teórica abordada pela autora contextualiza as ações afirmativas, a relação histórica da Biblioteconomia com questões étnico-raciais e a construção da subjetividade da identidade cotista. Como resultados, a autora obteve como respondentes 16 participantes que são estudantes de universidades federais e estaduais. A análise dos relatos aponta para a necessidade de ações institucionais para promover a equidade racial e construir um ambiente universitário acolhedor e antirracista.

O texto de Susy dos Santos Pereira intitulado **“Psiu! O silêncio dentro das bibliotecas universitárias: um olhar crítico sobre a descolonização do acervo bibliográfico”** é um ensaio que interconecta a descoberta da autora com sua identidade étnico-racial, sua atuação profissional como bibliotecária e seu aprofundamento no debate étnico-racial via projeto de extensão *Culturação na UEMS*: tessituras entre cultura, educação e arte, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

“Santa Biblioteconomia: a trajetória de uma bibliotecária e empreendedora negra no universo dos concursos”, relata a trajetória ocupacional da autora e bibliotecária negra Thalita Gama por meio de um estudo de caso autobiográfico, com foco na criação e consolidação da iniciativa Santa Biblioteconomia. O Santa Biblioteconomia apresenta atuação voltada à capacitação de pessoas bibliotecárias para concursos públicos e busca contribuir para o fortalecimento da identidade profissional e o acesso ao saber técnico. A autora realiza a interconexão entre a memória social, suas experiências pessoais e os contextos sociais e institucionais com vistas a evidenciar como o empreendedorismo educacional pode funcionar como ferramenta de resistência. Com considerações finais, a autora destaca como experiências individuais ajudam a construir sentidos coletivos e projetar futuros mais equitativos na Biblioteconomia.

O capítulo **“A busca pela justiça epistêmica na organização do conhecimento negro-africano: proposta de um Sistema Simbólico para o acervo Fundação Cultural Palmares”**, escrita por Ana Cláudia Lopes Mayer, Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva e Marcela Costa apresentam protótipo para desenvolver um sistema de organização simbólica do conhecimento negro, fundamentado nos princípios da justiça epistêmica e nos símbolos Adinkras, para preservar, organizar e disseminar as histórias, memórias e culturas da população negra brasileira no acervo da Biblioteca da Fundação Cultural Palmares. As autoras abordam o apagamento do conhecimento negro-africano na Organização do Conhecimento, contextualizam a Fundação Cultural Palmares e a Biblioteca Oliveira Silveira refletindo acerca do seu papel estratégico para a preservação do conhecimento negro, africano e afrodiaspórico. Como resultados, apresentam um protótipo do Sistema de Organização do Conhecimento Negro-Africano para a referida Biblioteca.

Outro capítulo que compõe esta coletânea é **“Influências e dominações da branquitude na (re)produção do conhecimento “acadêmico” e sua perpetuação nas bibliotecas universitárias”**, de Camila Evelin Roque e Dyego de Oliveira Arruda. Neste texto, as autorias contextualizam a branquitude em alusão a uma identidade racial branca que confere privilégios ao grupo étnico-racial branco. As autorias entendem que para manter essa condição hegemônica, o

discurso meritocrático é acionado para se opor às cotas sociorraciais, uma vez que a branquitude corriqueiramente enxerga a universidade e a (re)produção do conhecimento como prerrogativas suas. Em oposição a essa visão excludente, consideram as bibliotecas universitárias, as quais devem ser espaços plurais em que sujeitos não-brancos sejam capazes de circular epistêmica e fisicamente. Com base em revisão de literatura, as autorias refletem sobre as ações (e omissões) da branquitude nas bibliotecas universitárias, e apontam o quanto ela é estruturante no caráter colonial ainda presente nas universidades e na própria visão de conhecimento “acadêmico” no Brasil.

Como podemos perceber, esta obra consiste num ebó epistemológico e praxiológico que não só discute, mas também apresenta possibilidades de enfrentamento às opressões, racismos e demais formas de controle sobre corpos, pensamento e agência negras.

Boa leitura!

Salvador, 10 de julho de 2025

CAPÍTULO 1

AINDA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTE, AINDA ESTAMOS AQUI: A ANCESTRALIDADE DE MULHERES NEGRAS CONTRA A POLÍTICA DE ESQUECIMENTO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Sophia de Aguiar Vieira

INTRODUÇÃO

O termo ancestral advém da palavra antecessor, do latim tardio, que significa aquele que precede. Para povos como os Ashanti, os Ewe, os Ga, os Akani, os Iorubá, entre outros povos que chegaram do continente africano em diáspora pela Kalunga Grande, a percepção de um sujeito como pessoa advém da conexão com seus ancestrais (Almeida; Silva, 2025).

Nos ensinamentos de Ifá se orienta a preservação da sabedoria da ancestralidade para manter o equilíbrio entre o Orí – a cabeça – e o coração. Nessa filosofia, a sabedoria ancestral é considerada o fundamento metodológico que guia a consciência ao longo do caminho da vida. No Ifá, “um indivíduo não saberá quem ele é se não for capaz de invocar as sete últimas gerações de seus ancestrais” (Adebayo, 2022, p. 105). Tal afirmação é no mínimo imperativa para a população negra brasileira, afinal, a história da diáspora do negro-africano para Américas se escreve em migrações e travessias forçadas que desterritorializaram milhões de corpos e *corpus*. São pessoas que a partir do sequestro colonial foram brutalmente arrancadas de seu *domus* familiar e ancestral e se viram ocupadas por marcas e códigos

do europeu, que se “apossou como senhor, nele grafando seus códigos linguísticos, filosóficos, religiosos, culturais, sua visão de mundo” (Martins, 1997, p. 24).

Nesse contexto, a epistemologia ancestral negro-africana foi relegada à folclorização e ao apagamento. Para Oliveira (2012), com esse movimento repressivo essas referências simbólicas foram “retiradas, suprimidas, apagadas da memória coletiva e individual” (Adebayo, 2022, p.107).

Entretanto, em meio a todas as formas de morte física e simbólica, o povo negro e afrodiaspórico resistiu por meio de uma memória que traçou rotas de existência e de sobrevivência física, política e cultural. Como afirma Nascimento (2019, p. 42):

[...] apesar dessa espada sinistra suspensa sobre sua cabeça, o negro jamais desfaleceu, nunca perdeu a esperança e a energia, sempre esteve alerta à menor chance de recapturar os fios rompidos de sua própria história: começar e recomeçar o esforço de dignificar seu ser, enriquecer sua cultura original, elevando-a a um nível de verdadeira instituição nacional.

Diversas linhas de frente de luta por memória e ancestralidade foram feitas por mulheres negras apesar do apagamento. De acordo com Cláudia Alexandre (2021) a historiografia brasileira escondeu nomes de muitas mulheres negras que foram resistência através do sagrado e que traçaram sua própria história, mantendo a sabedoria ancestral, garantindo a proteção espiritual, de afeto e de continuidade com suas comunidades – egbés.

A ancestralidade de mulheres negras também se manifestou – e manifesta – nas resistências à ditadura militar brasileira e na luta contra o racismo e misoginia institucionalizados e cotidianos do regime. Em um contexto de repressão política, censura e violência institucional, essas ancestrais se organizaram politicamente e mobilizaram lutas por todo o país para sustentar suas comunidades, articular movimentos sociais e enfrentar os inúmeros mecanismos de opressão.

As ancestrais que serão saldadas operaram como eixo organizador de práticas políticas e culturais que sustentaram a resistência negra em meio ao período autoritário. Ao ocuparem e liderarem espaços de denúncia, organização comunitária e luta por

direitos, elas construíram também, uma memória histórica contra-hegemônica que nos permite afirmar a negritude de existir, pensar e lutar no Brasil.

Logo, assim como no fundamento do Ifá, a ancestralidade não é apenas uma dimensão simbólica ou privada, mas opera em todas as áreas da vida de um povo. De acordo com Adebayo (2022), são nossos ancestrais que nos guiam em nossas conquistas e na vida em harmonia com a terra que nos possibilita existir com maturidade emocional, psicológica.

Este trabalho propõe-se como uma saudação às ancestrais que se fizeram presença e resistência na luta do povo negro, especialmente no enfrentamento à repressão durante o período da ditadura militar. É, ao mesmo tempo, um gesto de reverência e um ato de confronto às políticas históricas de silenciamento e desvalorização das mulheres negras na construção da memória nacional.

A construção deste capítulo seguiu um percurso metodológico de natureza teórico-bibliográfica, com o objetivo de contextualizar a situação da mulher negra no Brasil durante o período da ditadura militar (1964–1985) e identificar nomes de mulheres negras que atuaram politicamente em movimentos sociais e culturais. Para isso, foi realizada uma busca sistemática na base de dados Ancestralidades, que reúne, em formato de glossário, verbetes dedicados a personalidades negras de relevância nos eixos de Democracia e Direitos Humanos, Arte e Cultura, Ciência e Tecnologia, e Religiosidade e Espiritualidade. Além disso, foram consultadas as entrevistas publicadas na obra *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*, importante fonte de memória e testemunho de militantes negros. Diante do expressivo número de nomes encontrados, optou-se por priorizar a elaboração de verbetes sobre mulheres que atuaram diretamente em partidos políticos, sindicatos, organizações negras e movimentos sociais no período analisado. Contudo, todos os nomes identificados ao longo da pesquisa foram devidamente reconhecidos e reverenciados como parte fundamental da memória da resistência negra no país.

O capítulo está estruturado em três seções principais. A primeira, intitulada **Um retrato da situação da mulher negra na ditadura militar**, apresenta o contexto histórico e político que marcou a vivência das mulheres negras entre 1964 e 1985, evidenciando as

múltiplas formas de opressão enfrentadas nesse período. Em seguida, na seção **Saudação às nossas ancestrais** há os resultados da busca sistemática com a rememoração das trajetórias de vida e militância dessas mulheres, destacando nomes e atuações que desafiaram o apagamento histórico e reafirmaram a ação política de mulheres negras no Brasil. Por fim, nas **Considerações finais**, retoma-se a discussão sobre ancestralidade e propõe questionamentos para elaborações futuras.

UM RETRATO DA SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA NA DITADURA MILITAR

Durante a ditadura militar à mulher negra, assim como a população negra de forma geral, só se dava uma alternativa: desaparecer², seja pela força repressiva ou pela força da assimilação. Isso pois, tinha se tornado doutrina do Estado, uma forma camuflada e cínica de violência racial: o mito da democracia racial.

Essa forma bem azeitada do bizarro racismo brasileiro, inaugurou um novo momento ideológico marcado pela falácia harmônica de três raças. O mito enalteceu a ideia de uma coexistência harmoniosa entre indivíduos de todas as classes sociais e grupos étnicos, mascarando, assim, as disparidades sociais para impedir que os membros de comunidades racializadas percebam os subliminares mecanismos de exclusão dos quais são vítimas sociais (Munanga, 2019). Isto é, a falácia do mito da democracia racial teve – e continua tendo – como cerne, dissimular conflitos sociais, mascarando a presença do racismo no Brasil com o discurso de que todos são unicamente brasileiros.

Lélia Gonzalez (2020, p.76) na década de 1970 já trazia esse problema em seus ensaios:

[...] o que foi que ocorreu para que o mito da democracia racial tenha tido tanta aceitação e divulgação? Quais foram os processos que teriam determinado sua construção? O que ele

² Dentro da lógica do racismo brasileiro, ao povo negro restava apenas uma opção: desaparecer. Seja pela ação indireta, por meio da assimilação e dos mitos raciais, seja pela ação direta da morte física (Nascimento, 2019).

oculta e o que ele mostra? **Como a mulher negra é situada no seu discurso?** (grifo nosso).

Como destaque na citação, o foco nesse momento é como a mulher negra ficou no meio desse discurso. Como Gonzales (2020) diz, o lugar em que a mulher negra foi situada vai determinar as interpretações sobre o racismo e o sexismo, e como já vimos anteriormente, ela foi relegada às camadas de opressão articuladas pelo racismo, pela biopolítica e pelo sexismo.

“Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra” (Gonzalez, 2020, p. 80). Em primeiro momento, exerce a violência simbólica de forma diferenciada sobre a mulher negra (Gonzalez, 2020) que terá sua existência fragmentada em estereótipos sexuais ou de serviço. Isso pois, uma das bases principais da manutenção do mito foi a teoria do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, que defendia que não havia racismo no Brasil porque éramos uma nação que nasceu a partir da miscigenação.

Entretanto, a questão era muito mais amarga para a mulher negra. A própria romantização da formação do país por “casamentos inter-raciais” foi utilizada como cortina de fumaça da perversidade que foram os abusos sexuais de mulheres negras por parte da minoria branca dominante, composta por senhores de engenho, traficantes de escravos etc. (Gonzalez, 2020, p. 50).

Na formação discursiva do mito da democracia racial, a mulher negra jamais foi reconhecida como sujeito, mas representada por estereótipos folclóricos e funcionalizados. Foi reduzida à figura da mulata — a “cor do pecado”, a “deusa do samba”, a “morena cor de jambo” —, da negra pra trabalho — cuja força de trabalho sustentou, de forma precarizada e invisibilizada, a lógica capitalista e racista —, e da mãe preta — que garantiu a produção e a reprodução da vida branca. Isso porque, desde sua origem, esse mito foi fundado e transformado em política de Estado por sujeitos que nunca a enxergaram como plenamente humana.

Assim, a doutrina racial da ditadura estava dada e engana-se quem acha que não havia grandes doses de misoginia e sexismo misturadas com enormes proporções de racismo na doutrina da ditadura. Toda mulher negra que ousava denunciar as estruturas então vigentes, quando não era ridicularizada como um mecanismo de

proteção da culpabilidade branca e masculina, era considerada um risco à segurança nacional sendo chamadas de subversivas e racistas.

Todavia, isso não parou a luta das mulheres negras brasileiras que denunciaram o racismo da ditadura em diversos espaços de luta que iam desde Encontro Nacional da *Latin American Studies Association*, de 1979, e o simpósio da *University of California* (Ucla) até a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). Além disso, mulheres negras foram parte das linhas de frente de luta em Movimentos Estudantis, sindicatos, Movimentos Sociais, guerrilhas rurais e urbanas, jornais, movimentos culturais e diversas frentes de luta contra o regime militar. Foram centenas, talvez milhares, de militantes negras e que construíram a luta antirracista e pela democracia no Brasil, mas que seguem sendo silenciadas pelos arquivos da história oficial.

Dentre as recomendações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) há o dever de “preservação da memória das graves violações de direitos humanos” (Comissão Nacional da Verdade, 2014) para que tal momento histórico de violações não se repita e que as consequências adjacentes da ditadura na sociedade sejam devidamente processadas e barradas. Entretanto, a memória da população negra brasileira, principalmente de mulheres negras, foi excluída desse dever uma vez que essas existências foram excluídas do processo de transição democrática. Nem a justiça brasileira e nem a academia foram capazes de fazer justiça por suas memórias. Existem poucos relatos oficializados sobre a repressão contra mulheres negras, menos ainda sobre a resistência constituída por elas. É um processo que cria possibilidades narrativas de desagregação da mulher negra das lutas sociais no Brasil, de retirada da sua autonomia como agente social e militante e dá espaço para a retroalimentação da negação do racismo no Brasil e para narrativas deprimentes e desonestas como a suposta ditadura que não foi racista e a manutenção do mito da democracia racial.

SAUDAÇÃO ÀS NOSSAS ANCESTRAIS

Como apresenta Gonzalez (2022, p. 44-47) na década de 1970, a “tuirma” já tinha retomado o movimento de organização negra com o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan), o Grupo Palmares, os

movimento *Black-soul* por todo o país, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), o Centro de Estudos Brasil-África (Ceba), o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), o Olorum Baba Min, o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), o Movimento Negro Unificado (MNU) e diversas outras organizações negras que nasceram ou se fortaleceram em todo o país.

Também é importante ressaltar que atuação de pessoas negras em sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e mesmo nas guerrilhas armadas foi intensa, organizada. Não se pode rememorar a resistência à ditadura sem citar figuras como Helenira Resende de Souza Nazareth, Ana Dias, Dinalva Oliveira, Diva Moreira, entre tantas outras mulheres negras que enfrentaram o autoritarismo, mesmo sob risco de prisão, tortura e morte.

Em reverência a essas trajetórias, a tabela a seguir sistematiza 26 verbetes dedicados a mulheres negras que, entre 1964 e 1985, participaram de organizações políticas e culturais negras e compuseram a luta contra a ditadura militar brasileira. Suas trajetórias atravessaram partidos, sindicatos, movimentos sociais, organizações culturais e religiosas, compondo um mosaico de resistência negra em tempos de repressão. Como forma de honrar aquelas cujas histórias não puderam ser plenamente documentadas, também foram incluídos mais nove nomes em homenagem.

Quadro 1 - Verbetes de mulheres negras em luta de 1964 a 1985

Alceri Maria Gomes da Silva nasceu em Cachoeira do Sul no Rio Grande do Sul em 1943, filha de Odila Gomes da Silva e Oscar Tomaz da Silva. Nos primeiros anos da ditadura militar, foi militante do movimento operário em Canoas e filiada ao Sindicato dos Metalúrgicos. No dia 1 de maio de 1969, participou da encenação da peça “Pedro Pedreiro”, uma adaptação da música Construção do compositor Chico Buarque. Todos os participantes foram presos posteriormente. Entre 1969 e 1970 mudou-se para São Paulo para lutar contra a ditadura militar pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Foi assassinada em 17 de maio de 1970, aos 27 anos, por agentes da Operação Bandeirante (Oban) em uma invasão à sua casa (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 446).

Ana Maria do Carmo Silva, conhecida como **Ana Dias**, foi uma importante líder dos movimentos de moradores na Zona Sul de São Paulo nos anos 70, lutando pelos direitos dos trabalhadores e contra o custo de vida. Ela ajudou a fundar os Clubes de Mães e o Movimento contra a Carestia. Após o assassinato de seu marido, Santo Dias, pela Polícia Militar em 1979, Ana lutou para preservar sua memória e exigir justiça, denunciando o crime em todo o país. Em 1982, ela conseguiu que o policial responsável fosse condenado, mas a decisão foi revertida pela Justiça Militar (Ana

Dias, 20-).

Benedita da Silva é parlamentar, feminista negra e liderança comunitária, com uma trajetória marcante na política brasileira pós-ditadura (Benedita..., 20-). Iniciou sua atuação política na alfabetização de adultos periféricos. É formada em Serviço Social e em Estudos Sociais (Carvalho; Cantalice, 2022). A partir da década de 1960, ela se envolveu ativamente na política comunitária, tornando-se liderança no movimento de favelas e na luta das mulheres negras. Foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores em 1980 e, em 1982, ainda na ditadura, foi a primeira mulher negra eleita vereadora no Rio de Janeiro (Oliveira, 2024a). Como deputada constituinte em 1986 – em meio a transição democrática –, defendeu direitos de populações negras e quilombolas.

Carolina Maria de Jesus foi uma escritora negra, autora de diários, romances e poesias, cuja obra mais conhecida, *Quarto de Despejo* (1960), retrata a vida na periferia de São Paulo. Migrou para a capital paulista em 1937, no contexto em que a cidade iniciava seu processo de modernização (Carolina..., 2024) via capital industrial monopolista que inchou as primeiras favelas da cidade. Viveu na favela do Canindé, sustentando seus três filhos como catadora de materiais recicláveis (Carolina..., 2024). Leitora e escritora voraz, registrou em seus diários as duras realidades do racismo, da pobreza e da desigualdade social, tornando-se uma das vozes mais impactantes da literatura brasileira. Seu livro é um retrato realista das condições de vida nas periferias, escancarando o racismo brasileiro e a imensa desigualdade social e racial no país (Oliveira, 2024b).

É preciso enfatizar que Carolina escancara, com seu livro, a porta do quarto de despejo do Brasil – a favela – no início dos anos 1960, desconstruindo a visão romântica de alguns músicos e intelectuais sobre esse espaço, denunciando o descaso do poder público para com os pobres enquanto o país vivia a “Era JK” e a bossa nova (Carolina Maria..., 2016).

Carolina escreveu mais de 20 obras, entre livros, ensaios e poesias. Entretanto, como em um evento sintomático do racismo brasileiro, suas obras após *Quarto de Despejo* tiveram baixo reconhecimento e sofreram apagamento. Dentre os agentes de apagamento do legado literário de Carolina, esteve o regime militar com sua política de censura. De acordo com o diálogo que Souza (2020) estabelece com Sousa (2012), após o Golpe Militar de 1964 e com a implementação da ditadura no Brasil, a obra de Carolina foi sistematicamente silenciada e apagada da cena literária devido à sua crítica social confrontar o modelo de sociedade dos militares.

Cintura Fina foi uma das precursoras na luta pelos direitos da população LGBTQIAP+ em Belo Horizonte. Como mulher negra, travesti e liderança na defesa de sua comunidade, ela foi alvo da repressão da ditadura militar. Desafiando os padrões binários de gênero, Cintura Fina desempenhou um papel importante na afirmação da existência e resistência das pessoas trans na cidade, o que era visto como uma ameaça pelo regime autoritário. Frente à violência policial e ao conservadorismo da sociedade, ela usava o jogo de navalha como forma de defesa, mantendo sua presença nas ruas como um lembrete constante da resistência

LGBTQIA+, apesar da violência e do preconceito (Shizuka, 2024).
Dinalva Oliveira Teixeira , cursou geologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e foi militante do movimento estudantil baiano. Em 1970 se uniu à guerrilha do Araguaia, onde atuou como vice-comandante, usando o codinome Dina. Ela se destacou como uma das guerrilheiras mais respeitadas do destacamento e é lembrada por lendas e mitos sobre sua coragem e liderança. Foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, em 1973. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil pelo desaparecimento de Dinalva e outros na Guerrilha do Araguaia (Dinalva..., 20-).
Diva Moreira é jornalista, cientista política, militante e intelectual mineira, reconhecida por sua atuação de vanguarda na defesa dos direitos da população negra. Sua trajetória política começou no ginásio, antes do Golpe de 1964, e se aprofundou no marxismo dentro da Igreja Católica, eventualmente se tornando militante do Partido Comunista. Atuou ativamente em movimentos sindicais e comunitários e, na década de 1970, foi uma das vozes da luta pela reforma sanitária, pela luta antimanicomial e pela redemocratização do Brasil (Diva..., 20-). Em 1980, fundou a Casa Dandara, uma importante entidade voltada para a defesa dos direitos da população negra (Furbino, 2024).
Edna Maria Santos Roland ou Edna Roland é militante, psicóloga, gestora pública e uma das fundadoras do Geledés – Instituto da Mulher Negra e da Organização Fala Preta. No período da ditadura militar, teve uma atuação política forte contra o regime autoritário e pelos direitos da população negra e da classe trabalhadora. Atuou na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), no Movimento Negro e em ações políticas na periferia de São Paulo (Edna..., 20-).
Helenira Rezende de Souza Nazareth ou Preta foi uma das líderes estudantis mais importantes de São Paulo. Foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes e quadro político do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (União Nacional dos Estudantes, 2015). Foi presa diversas vezes por sua atuação contra a ditadura militar. Entrou na clandestinidade após o AI-5 e integrou a Guerrilha do Araguaia. Foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Papagaio, em 1972. Em 2010, seu caso foi reconhecido internacionalmente na condenação do Brasil pela Organização dos Estados Americanos (OEA) (Helenira... 20-).
Helena Machado é arquiteta e militante do Movimento Negro. Durante a década de 70 foi integrante do Grupo Palmares e em 1981 participou da criação do Movimento Negro Unificado no Rio Grande do Sul. Também foi uma das fundadoras do Ação Cultural Kuenda, em 2000 (Alberti; Pereira, 2007).
Ieda Santos Delgado foi bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, funcionária do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) (Ieda..., 20-). Ieda atuava em serviços de apoio sendo responsável por ajudar pessoas perseguidas a sair do país. Desapareceu em 11 de abril de 1974, após viajar do Rio de Janeiro para São Paulo com a missão de articular a fuga do casal de militantes Flávio Augusto Neves Leão de Salles e Betty Chachamovitz (Ieda..., 20-; Ieda..., 201-). Sua mãe, Eunice Delgado, recebeu duas cartas com sua caligrafia, uma do Brasil e outra do Uruguai, mas nenhuma resposta oficial sobre seu paradeiro. Durante anos, buscou informações em diversas instâncias, sem sucesso. Em 2014, em depoimento à

Comissão Nacional da Verdade (CNV), o ex-delegado Cláudio Guerra afirmou que Ieda foi assassinada por Sérgio Paranhos Fleury (Ieda..., 20-).

Jurema Batista é professora, ativista pelos direitos humanos, foi eleita 3 vezes vereadora do Rio de Janeiro e foi a primeira Deputada Estadual Negra do Rio de Janeiro. Em 1980 foi fundadora e presidente da Associação de Moradores do Morro do Andaraí. Em 1983 participou da fundação do Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras (Alberti; Pereira, 2007).

Laudelina de Campos Melo ou **Dona Nina** é referência quando se refere à luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas e das mulheres negras no Brasil. Aos 12 anos, Laudelina começou a trabalhar ajudando sua mãe a produzir doces para sustentar sua família após a morte do pai em um acidente de trabalho. Aos 16 anos iniciou a luta pelo direito das mulheres. Logo ela começou a atuar em organizações de mulheres negras e de cunho cultural e foi eleita presidente do Clube 13 de Maio. Aos 20 anos, ao se mudar para São Paulo, começou a integrar o Sindicato da Saudade de Campinas - grupo cultural negro santista. Em 1936 se filiou ao Partido Comunista Brasileiro e fundou a primeira associação de trabalhadoras domésticas no país (Laudelina..., 20-).

Em 1938 começou a atuar em movimentos populares, integrando assim, o Grupo da Frente Negra. No ano de 1961 entrou para o Movimento Negro de Campinas. No mesmo ano fundou a Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas dentro do Sindicato da Construção Civil de Campinas. Com o início da ditadura militar brasileira em 1964, a partir do golpe empresarial-militar, para evitar o fechamento da associação, Laudelina aceitou abrigá-la na União Democrática Nacional (UDN) (Laudelina..., 20-).

A atuação de Laudelina foi decisiva, especialmente na década de 1970, para conquistar direitos como a carteira de trabalho e o acesso à Previdência Social para as trabalhadoras domésticas. Em 1972, foi figura de articulação política essencial para formulação do projeto de lei que regulamentou a profissão na legislação brasileira. Na década de 1980, participou de caravanas rumo a Brasília, mobilizando esforços para pressionar o Congresso por garantias para as trabalhadoras domésticas na nova Constituição. Em 1982, com a reestruturação da Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas, Laudelina retornou à sua direção, sendo oficialmente sindicalizada em 20 de novembro de 1988 (Laudelina..., 20-).

Lélia Gonzalez foi filósofa, professora, tradutora, ensaísta e um dos principais nomes do movimento negro e feminista brasileiro (Lélia..., 20-). Lélia foi pioneira e linha de frente nas discussões sobre a intersecção entre gênero, classe e raça (Pinto, 2024). Foi uma das ativistas centrais na luta contra a ditadura militar no Brasil. Lélia era uma intelectual orgânica, que participou da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Atuou em movimentos contra o Apartheid, defendeu a memória afrodiaspórica e articulou críticas anticoloniais de gênero, raça e classe. Sua produção teórica é referência no pensamento negro latino-americano (Lélia..., 20-).

No ano de 1976, em pleno regime militar e difusão dos mitos raciais de desagregação do negro da história, Lélia lecionou o primeiro curso institucional de cultura negra do Brasil, na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, no Rio de Janeiro.

O curso tinha como proposta, a análise da contribuição africana para a formação histórica e cultural do país (Pinto, 2024). Lélia também era uma das colonistas do Jornal Afro-Latino-América que denunciou ativamente a doutrina racista da ditadura brasileira.

Por conta de sua forte atuação no Movimento Social e no Movimento Negro brasileiro, foi vigiada pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) (Lélia..., 20-) e por agências do Serviço Nacional de Informação (SNI), ambos órgãos de vigilância, repressão e controle informacional da ditadura. Na redemocratização, Lélia esteve presente nas mobilizações pela constituinte, integrou o primeiro Conselho da Condição Feminina do Brasil e participou de vários protestos e mobilizações, em especial a do centenário da abolição (Lélia..., 20-).

Entre as principais obras teóricas de Lélia Gonzalez há Racismo e sexismo na cultura brasileira de 1983, Por um feminismo Afro-latino-Americano de 1988, A categoria político-cultural da Amefricanidade de 1988, Lugar de Negro de 1982, escrito com Carlos Hasenbalg e Festas Populares no Brasil de 1987 (Lélia..., 20-).

Lucia Maria de Souza era estudante de medicina e militante do PCdoB. Entre 1969 e 1970 participou da imprensa clandestina, sendo responsável pela impressão e distribuição do jornal Classe Operária. Na Universidade, participou do Comitê Universitário do PCdoB sendo também responsável pela edição do jornal A Luta. No início de 1971 começou a atuar na Guerrilha do Araguaia e prestou serviços médicos à população local, sendo conhecida como Sônia no destacamento e na comunidade. Foi vítima de desaparecimento forçado em 1973. Seu caso integra a condenação internacional do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Lucia..., 20-a).

Lucia Maria Xavier de Castro é assistente social, candomblecista, ativista na luta pelos direitos humanos e importante intelectual do movimento de mulheres negras no Brasil. Fundadora da organização Criola, com sede no Rio de Janeiro, atua há mais de três décadas na promoção da cidadania e dos direitos da população negra. Sua trajetória também inclui a produção de artigos na imprensa sobre injustiça social e políticas públicas de igualdade racial e de gênero (Lucia..., 20-b).

Em 1981, Lucia ingressou oficialmente no Movimento Negro e começou a compor o Acorda Crioulo, grupo formado por pessoas do samba, da associação de moradores da comunidade Cidade de Deus. Nesse momento, ela também começou a frequentar encontros de militantes cariocas. É em um desses encontros que ela conhece o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e a escola de samba Quilombio, ambos essenciais para a militância negra carioca (Lucia..., 20-b). Em 1984 ela se filia ao IPCN e entra também para o grupo de mulheres negras que além de denunciar o racismo do contexto político então vigente, questionava o machismo no interior das organizações do movimento negro (Lucia..., 20-b).

Luiza Helena Bairros foi socióloga, gestora, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial entre 2011 e 2015, liderança do Movimento Negro Unificado e do Movimento De Mulheres Negras e Latino-Americanas (Luiza..., p. 20-). Em 1979 obteve o título de mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) com a dissertação: O negro na força de trabalho na Bahia, entre os anos 1950-1980 (Luiza..., 20-). Vale ressaltar que nesse período, diversas pesquisas que abordavam a pauta racial eram censuradas pelo regime militar. Luiza foi uma

das fundadoras do Movimento Negro Unificado na década de 1980 e mantinha vínculos com o PT. Durante 1980 e 1990 participou de encontros de mulheres afro-latino-americanas e caribenhas (Luiza..., 20-). Em Salvador, desenvolveu importantes pesquisas sobre trabalho e raça, e posteriormente coordenou projetos internacionais sobre democracia racial (Luiza..., 20-).

Maria Beatriz Nascimento ou **Beatriz Nascimento** foi historiadora, professora, escritora e uma das principais teóricas e militantes do movimento negro e do movimento feminista negro do Brasil (Souza, 2023). Durante toda sua trajetória, Beatriz confluiu sua militância com a vida acadêmica. Em 1974, fundou o Grupo de Trabalho André Rebouças na Universidade Federal Fluminense (UFF). Entre as décadas de 1970 e 1980, foi uma das linhas de frente da retomada dos movimentos sociais negros organizados e esteve fortemente vinculada ao Movimento Negro Unificado (Beatriz..., 2023). Teve sua atuação política ancorada no conceito do quilombo enquanto ideia fundamental para retrair continuidades históricas de resistência negra durante a história (Souza, 2023). O pensamento de Beatriz Nascimento foi crucial para a compreensão das dinâmicas discriminatórias que historicamente incidiram sobre os corpos das mulheres negras, consolidando-a como uma das vozes fundamentais na formação do que hoje se reconhece como feminismo negro (Beatriz..., 2023).

Mariléia Santiago é pedagoga e uma das ativistas da luta por direitos da população negra do Rio de Janeiro. Em 1980, participou da reestruturação do Centro de Estudos Brasil-África (Ceba) e no mesmo período fundou e presidiu o Conselho de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro (Cenierj), organizando diversos encontros entre as entidades negras do estado (Alberti; Pereira, 2007).

Maria Raimunda Araújo ou **Mundinha Araújo** é comunicadora social e já foi diretora do Arquivo Público do Estado do Maranhão entre 1991 e 2003. Em 1979 foi fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), de 1980 a 1982 foi vice-presidente da entidade e de 1982 a 1984 foi sua presidente (Alberti; Pereira, 2007).

Neusa Maria Pereira é uma das jornalistas que enfrentou a ditadura militar enquanto redatora no jornal Versus – parte da imprensa independente que fazia diversas críticas e denúncias contra o regime –. Foi responsável pelo suplemento chamado Afro-Latino-América. Neusa foi uma das fundadoras do grupo de mulheres negras chamado Fé Cega, Faca Amolada. Em 1978 foi uma das organizadoras do ato público nas escadarias do Theatro Municipal que marcou a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) (Neusa..., 20-).

Neusa Santos Souza, psiquiatra, psicanalista e escritora baiana, foi pioneira nos estudos sobre os impactos psíquicos do racismo na população negra. Em 1975 se organizou no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e no Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (Ibrapsi). Tornou-se mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o trabalho *Tornar-se negro* que se tornou referência para a psicologia brasileira, ao propor o discurso do negro sobre o negro. Atuou junto ao movimento negro e à reforma psiquiátrica, articulando psicanálise e militância. Suas reflexões abordam o sofrimento mental, o processo de branqueamento e a negação da identidade negra. Com uma produção crítica e transdisciplinar, deixou marcas profundas no pensamento sobre as relações étnico-raciais no Brasil (Neusa..., 20-).

Nilma Bentes é agrônoma e uma das referências do movimento negro na região Norte do Brasil. Em 1980, foi uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) (Alberti; Pereira, 2007).

Regina Lúcia Santos é uma das figuras centrais do Movimento Negro Unificado, tendo atuado como uma de suas coordenadoras. Iniciou sua militância nos anos 1970, ao recolher livros para uma escola sem biblioteca. Engajou-se em lutas pela educação, contra a carestia e contra a ditadura militar. Na luta contra a ditadura participou do movimento Liberdade e Luta (Libelu). Tempos depois ela saiu do movimento ao entrar no curso de Geografia pela USP – no qual se graduou – e após se decepcionar com o discurso próximo ao eurocentrismo do movimento. Anos depois, foi uma das primeiras filiadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), atuando também no movimento sindical e feminista. Sua trajetória integra diversas frentes de resistência política e racial no Brasil (Ciscati, 2022).

Sueli Carneiro é socióloga e um dos principais nomes teóricos e militantes negros do Brasil e fundadora do Geledés. Em 1980 foi uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo e em 1984, foi conselheira e secretária geral do Conselho Estadual da Condição Feminina do estado (Alberti; Pereira, 2007).

Vanda Menezes é psicóloga e perita civil. Foi uma das fundadoras da Associação Cultural Zumbi em 1979 e presidiu a entidade de 1989 a 1991. Desde o início da década de 1980 participou do processo de tombamento da Serra da Barriga, onde se localiza o Quilombo dos Palmares. Também fez parte da mobilização para criação do Memorial Zumbi na Serra (Alberti; Pereira, 2007).

Fonte: Elaboração própria.

Em homenagem também a Léa Garcia, Lúcia Gato, Mãe Menininha do Gantois, Mãe Stella de Oxóssi, Maria Auxiliadora, Simone Sonia Santos, Sônia Gomes, Vera Mara Bragança Teixeira, e Zélia Amador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou resgatar e saldar as trajetórias de mulheres negras que resistiram à ditadura militar, reafirmando sua centralidade nas lutas por liberdade, justiça, dignidade, bem-viver e pelo simples direito de existir. Rememorando seus nomes, histórias e legados objetivou firmar o compromisso com uma memória viva que jamais se curvará ao apagamento e que celebra a força e a sabedoria ancestral que sustenta o presente e esperança o futuro de mulheres negras.

Todavia, este trabalho não se configura como algo definitivo. Reconheço suas lacunas por não abarcar todas as vozes que compuseram essa resistência. É preciso rememorar a ancestralidade de muitas mulheres negras que permanecem silenciadas em arquivos

e instituições de informação em entrelinhas de registros oficiais e nos esquecimentos impostos pela história oficial. É necessário, portanto, seguir buscando e rememorando.

Este capítulo surge como um chamado à continuidade: para que a memória de nossas ancestrais não apenas sobreviva, mas que seja semente de justiça e emancipação.

REFERÊNCIAS

ADEBAYO, Ifá Jimi. **A Filosofia de Òrúmílà-Ifá e a formação do bom caráter**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo. **Histórias do Movimento Negro no Brasil**: Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Sephis; CNPQ; FAPERJ; Fundação Getúlio Vargas - CDPDC; Pallas, 2007.

ALEXANDRE, Cláudia. Mulheres de terreiros, as memórias ancestrais e a resistência pelo sagrado. **Awúre**, [S. l.], 22 jul. 2021.

ALMEIDA, Ana Beatriz; SILVA, Renato Araújo da (curadoria). Ancestral: Afro-Américas. In: CENTRO CULTURAL DO BANCO DO BRASIL, 2025, Belo Horizonte. Folder. Belo Horizonte.

ANA DIAS. In: **Ancestralidades**: Biografias e Trajetórias. São Paulo: Itaú Cultural; Fundação Tide Setubal, 2025.

BEATRIZ NASCIMENTO. In: **LiterAfro**: Literatura e Afrodescendência no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2025.

BENEDITA DA SILVA. In: **Ancestralidades**: Biografias e Trajetórias. São Paulo: Itaú Cultural; Fundação Tide Setubal, 20-.

CAROLINA MARIA DE JESUS. In: LITERAFRO: Autoras. Belo Horizonte: Faculdade de Letras – UFMG, 2025.

CAROLINA MARIA de Jesus e a ditadura do silenciamento. **Histórias da Ditadura**, [S. l.], 2020.

CARVALHO, Val; CANTALICE, Alberto. Benedita da Silva, a inesgotável força de uma mulher negra. **Teoria e Debate**, [S. l.], 2022.

CISCATI, Rafael. Regina Santos, do MNU: “Para avançar, é preciso passar o Brasil a limpo”. **Brasil de Direitos**, [S. l.], 2022.

COMISSÃO DA VERDADE DA UNE. **Relatório Preliminar nº 2**. Goiânia: 2015.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. v.1.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. v.3.

DINALVA OLIVEIRA TEIXEIRA. *In: Memorial da Resistência de São Paulo*. São Paulo: Memorial da Resistência, 2025.

DIVA MOREIRA. *In: Ancestralidades: Biografias e Trajetórias*. São Paulo: Itaú Cultural; Fundação Tide Setubal, 20-.

EDNA ROLAND. *In: Ancestralidades: Biografias e Trajetórias*. São Paulo: Itaú Cultural; Fundação Tide Setubal, 20-.

FURBINO, Thiago. **'Diploma Diva Moreira' homenageia pessoas engajadas na luta contra a ditadura**. Belo Horizonte: UFMG, 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Flavia Rios e Márcia Lima (org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. *In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH. *In: Memorial da Resistência de São Paulo*. São Paulo: Memorial da Resistência, 20-.

IEDA SANTOS Delgado: **O preço de uma luta**. Honestino Guimarães, 201-.

IEDA SANTOS DELGADO. *In: Memorial da Resistência de São Paulo*. São Paulo: Memorial da Resistência, 20-.

LAUDELINA DE CAMPOS MELO. *In: Ancestralidades: Biografias e Trajetórias*. São Paulo: Itaú Cultural; Fundação Tide Setubal, 20-.

LÉLIA GONZALEZ. *In: Ancestralidades: Biografias e Trajetórias*. São Paulo: Itaú Cultural; Fundação Tide Setubal, 2025.

LÚCIA MARIA DE SOUZA. *In: Memorial da Resistência de São Paulo*. São Paulo: Memorial da Resistência, 20-a.

LÚCIA XAVIER. *In: Ancestralidades: Biografias e Trajetórias*. São Paulo: Itaú Cultural; Fundação Tide Setubal, 20-.

LUIZA BAIRROS. *In: Ancestralidades: Biografias e Trajetórias*. São Paulo: Itaú Cultural; Fundação Tide Setubal, 20-.

MARTINS, Leda Maria. A oralitura da memória. *In*: MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da Memória**: o Reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva, Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997. P. 23 - 42.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. *In*: ABUD, Cristiane Curi; KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da. **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**: Documentos de uma Militância Pan-Africana. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, Ipeafro, 2019.

NEUSA MARIA XAVIER. *In*: **Ancestralidades**: Biografias e Trajetórias. São Paulo: Itaú Cultural; Fundação Tide Setubal, 20-.

NEUSA SANTOS SOUZA. *In*: **Ancestralidades**: Biografias e Trajetórias. São Paulo: Itaú Cultural; Fundação Tide Setubal, 20-.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, [S. l.], n. 18, 2012, p. 28-47.

OLIVEIRA, Leonardo Alves de. Descubra Benedita da Silva. **Pet História USP**, São Paulo, 2024a.

OLIVEIRA, Leonardo Alves de. Descubra Carolina Maria de Jesus. **Pet História USP**, São Paulo, 2024b.

PINTO, Tania Regina. Lélia Gonzalez: militância negra ancestral e atual referência de ativismo. **Primeiros Negros**, [S. l.], 2024.

SHIZUKA, Nathália. Enverga mas não quebra: Cintura Fina, uma pioneira. **Mídia NINJA**, [S. l.], 2024.

SOUZA, Flavia de Castro. Do lixo ao livro: Quarto de Despejo e Diário De Bitita, de Carolina Maria de Jesus. **Revista Água Viva**, [S. l.], v. 5, n. 3, 2020.

SOUZA, Ludmilla. Conheça Beatriz Nascimento, intelectual negra que inspira cientistas. **Portal Geledés**, São Paulo, 2023.

CAPÍTULO 2

APAGAMENTO DA MEMÓRIA NEGRA: MEMORICÍDIO E A DESTRUIÇÃO CULTURAL DOS SABERES NEGROS

Andressa Silva Sousa

Marcio Ferreira da Silva

INTRODUÇÃO

A memória exerce papel crucial na estruturação das identidades, tanto individuais quanto coletivas, uma vez que contém registros, narrativas e símbolos geradores de conexões entre diferentes gerações e seu passado. Entretanto, nem todas as memórias são igualmente preservadas e colocadas em prática de maneira regular e uniforme. No contexto brasileiro, observa-se que as memórias das pessoas escravizadas, da diáspora africana, são frequentemente silenciadas, enquanto contra narrativas emergem de forma consistente. A falta de reconhecimento, por meio de registros e monumentos dedicados a figuras significativas da história negra, como Luís Gama, contribui para a perpetuação das injustiças históricas e limita a visibilidade de suas contribuições, que constituem elementos centrais na luta contra o racismo e outras formas de discriminação e exclusão. Outrossim, a destruição de terreiros e a negligência em relação a documentos históricos acerca da resistência negra denotam um processo de esquecimento que tolhe a construção de uma memória coletiva plural e representativa.

A trajetória das populações negras severamente marcada por processos de escravização, exclusão e resistência sistemática, têm sido, de forma recorrente, apagados ou silenciados. Este apagamento

não ocorre de maneira accidental, mas constitui um elemento de uma estrutura que privilegia determinadas narrativas em detrimento de outras. Um exemplo emblemático é a escassez de referências à resistência negra nas narrativas históricas relacionadas à Independência do Brasil, onde figuras como Zumbi dos Palmares e os quilombos são, em sua maioria, abordadas de forma superficial, enquanto o foco principal recai sobre as ações das elites brancas. Essa omissão contribui para um apagamento deliberado das contribuições dos afrodescendentes à formação da nação.

No cenário brasileiro, é evidente a prática sistemática de imposição do esquecimento sobre as memórias de dor e resistência dessas populações. Conforme destaca Mesilato (2021, p. 3), “[...]impor o esquecimento às memórias de dor e resistência das populações negras é uma prática recorrente neste país”. Tal apagamento se manifesta na ausência de registros da intelectualidade negra na historiografia oficial, na exclusão dessas figuras dos currículos escolares e na destruição intencional de espaços de memória, tal como os terreiros de candomblé, que frequentemente são alvos de violência e intolerância religiosa.

O conceito de memoricídio, definido por Fernando Báez, refere-se à eliminação intencional do patrimônio, tanto tangível quanto intangível, que representa a luta e a resistência de determinados grupos sociais (BAEZ, 2010). No que tange à população negra, essa noção é essencial para a compreensão de como a destruição da memória contribui para a marginalização e o silenciamento dessas comunidades. Nesse sentido, a obliteração da memória de um povo compromete sua identidade e perpetua formas de dominação (Báez, 2010). No Brasil, tal processo reforça o racismo estrutural que toma por base o conceito de raça ao deslegitimar as contribuições dos negros para a formação do país (Almeida, 2020) Nesse sentido, a raça distancia-se de uma fundamentação biológica, deve ser analisada sob a perspectiva de um constructo social. Este constructo refere-se ao tratamento diferenciado e à categorização do indivíduo percebido como “outro”, cuja validação ocorre no âmbito das relações sociais. Expostas essas condições, “[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes” (Almeida, 2020, p.32).

Entretanto, iniciativas importantes têm surgido como formas de resistência, incluindo bibliotecas comunitárias negras³, que preservam saberes ancestrais; movimentos sociais que demandam o reconhecimento da memória negra nos espaços públicos; e ações de bibliotecas públicas que organizam acervos afro-brasileiros⁴ e implementam políticas relacionadas à temática, como suas políticas de formação de coleções, por exemplo.

Carneiro (2011, p. 29) afirma que “sem memória não há identidade, sem identidade não há reconhecimento e sem reconhecimento não há direitos”. Desse modo, o apagamento da memória negra compromete não apenas a preservação da história, mas também a afirmação de direitos e a construção de um futuro mais equitativo. Estudar o memoricídio, portanto, é também reconhecer a luta por justiça histórica e a necessidade de preservação das narrativas que foram sistematicamente silenciadas.

Desta maneira, propõe-se discutir como o apagamento cultural se configura por meio da destruição da memória negra, bem como suas diversas formas e consequências. Serão abordadas, também, estratégias de resistência que buscam resgatar e preservar essa memória, com o intuito de reascender a luz da luta contra a invisibilidade histórica e em favor da valorização dos saberes negros.

Este capítulo é o resultado de uma pesquisa teórica desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica e de uma análise ilustrativa de eventos. As pesquisas bibliográficas foram realizadas na base de dados Brac (Base de Referência de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação), SciELO (Científica Electronic Library Online) e na plataforma *Google Scholar* para encontrar produções com abordagem sobre a temática da memória e memoricídio. Os termos

³ Exemplo ilustrado a partir da notícia “Bibliotecas Negras no Brasil: iniciativas de resistência e promoção da literatura afro-brasileira” que pode ser localizada no seguinte link <https://www.brasildefato.com.br/colunista/historia-publica-narrativas-negras/2025/02/20/bibliotecas-negras-no-brasil-iniciativas-de-resistencia-e-promocao-da-literatura-afro-brasileira/>

⁴ A Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça possui um vasto acervo em diversas áreas do conhecimento e dentre seus serviços ofertados possui o de “coleções temáticas”, sendo uma delas a “coleção afro” que trata de assuntos da cultura negra em nosso país e no mundo, versando também sobre a cultura dos povos africanos e seu legado.

“memoricídio”, “memória”, “apagamento de memória” e outros termos relacionados ao tema foram utilizados como descritores para a pesquisa. Priorizam-se textos publicados ou traduzidos em português, com foco em produções nas áreas de ciências humanas e sociais, especialmente nos campos da ciência da informação e da história. Além da fundamentação teórica, foram selecionados e analisados notícias e relatos de eventos que demonstram práticas de apagamento da memória negra e servem para ilustrar a discussão proposta. A análise do material bibliográfico, aliada à seleção de exemplos reais, permitiu aprofundar a compreensão dos conceitos discutidos e desenvolver uma reflexão crítica sobre o apagamento da memória negra como expressão do memoricídio e da destruição cultural do conhecimento afrodescendente no contexto brasileiro.

A MEMÓRIA COMO FUNDAMENTO DA CONSTRUÇÃO SOCIAL

A memória é fundamental para a construção das identidades, culturas e história dos povos, um alicerce invisível, parte essencial da existência coletiva. Não se limita à lembrança individual de eventos passados, uma vez que ela constitui a base sobre a qual as sociedades constroem seus saberes e projetam informações para o futuro. Maurice Halbwachs (2006) pontua que a memória é, sobretudo, um fenômeno social, pois é através das interações em grupos que recordamos, compartilhamos e ressignificamos nossas vivências. Sem a memória coletiva, a continuidade histórica de um povo se fragmenta, perde-se o elo entre o que foi vivido e aquilo que ainda pode ser construído. Nesse sentido, Halbwachs (2006, p. 81) afirma que

A memória não faz corte ou ruptura entre passado e presente porque retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há, na realidade, dois grupos que se sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como se distribui o conteúdo de uma tragédia em vários atos. Porém, enquanto em uma peça de um ato para outro a mesma ação prossegue com os mesmos personagens que permanecem até o desenlace de

acordo com seus papéis, e cujos sentimentos e paixões progridem num movimento ininterrupto, na história se tem a impressão de que, de um período a outro, tudo é renovado, interesses em jogo, orientação dos espíritos, maneiras de ver os homens e os acontecimentos, tradições também e perspectivas para o futuro, e que se, aparentemente reaparecem os mesmos grupos, é porque as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes e também da natureza geral das sociedades, subsistem. Mas os conjuntos de homens que constituem um mesmo grupo em dois períodos sucessivos são como duas barras em contato por suas extremidades opostas, mas que não se juntam de outro modo, e não formam realmente um mesmo corpo.

Em suas reflexões, o autor argumenta que a memória social não opera por simples cortes ou rupturas entre passado e presente, só retém aquilo que continua vivo ou ainda faz sentido para o grupo social atual. Quando um período histórico deixa de interessar a determinado grupo, não se trata apenas de um esquecimento, existe, na verdade, a formação de um novo grupo social, apresentando novos interesses e novas cognições. Assim, a memória coletiva é seletiva, configurando-se de acordo com as necessidades, valores e perspectivas de cada grupo que se sucede no tempo.

Em consonância, Nora (1993) expande esta reflexão ao afirmar que, na modernidade, a memória rompeu-se com o passado vivido. Segundo esse autor, para a manutenção da memória coletiva, foi-se preciso “lugares de memória” (liceu de mémoire), pois a vivência espontânea da memória foi se fragmentando com as mudanças socioculturais. Dessa maneira, a memória migra dos sujeitos para os registros, monumentos e instituições, convertendo-se em um ato conscientemente organizado que opera a fim de manter aquilo que os sujeitos têm medo de perder. Este processo ressalta a convicção de que a memória é sempre reordenada e reconstruída pelas narrativas de poder, ditadas pelo que é lembrado e pelo que é esquecido.

Nessa mesma perspectiva, Le Goff (2003) destacou que a memória não é um fenômeno “neutro”: é constantemente manipulada, contestada e recriada para atender aos interesses sociais, políticos e culturais. Para o autor, então, lembrar e esquecer são atos sociais e revelam relações de poder, uma vez que quem está

“contemporizando” o tempo tem a potência de alterar o passado de acordo com a forma de enquadramento do próprio ele ou dos outros. Assim sendo, ela pode guardar experiências e históricos, mas também deletar ou abafar determinadas vozes que não integram com o discurso dominante.

Dessa maneira conseguimos compreender o esquecimento da memória negra como um processo social, e não um esquecimento “natural”. A história do Brasil, repleta de graves crimes raciais, evidencia como a memória coletiva construída principalmente pelos vencedores determinou quais eventos, personagens e tradições deveriam ser lembrados e comemorados. Nessa construção, a participação negra, suas lutas, saberes e resistências foram sistematicamente deixados à margem, enfraquecidos, de acordo com a intenção empregada. A memória das populações negras, como a dos quilombos, produções intelectuais, culturais, ou até mesmo políticas, foi desbotada ou silenciada, pois não interessava ao que estava sendo idealizado pelas classes dominantes após a colonização e a escravização.

Deste modo, compreende-se que o apagamento da memória negra não é resultado de uma falha ou lacuna criada sem intenção na história, mas sim algo deliberado, consequência direta da sucessão de grupos sociais que, ao reorganizar seus interesses e valores, optaram por excluir ou minimizar a contribuição negra na formação da sociedade.

Ruy Barbosa manda queimar os arquivos e o governo entra em entendimentos com países europeus para conseguir substituir a nossa população egressa da senzala por outra branca. Entra, então, em funcionalidade a ideologia do branqueamento, que nada mais é do que uma tática para desarticular ideológica e existencialmente o segmento negro a partir da sua autoanálise (Moura, 1983, p.126).

Tão emblemático quanto o fato de garantir a invisibilidade histórica, nesse tipo de construção, é dar vazão à unidade nacional com base na noção de um projeto de branquitude (Mananga, 2008), além de suporte para outras estratégias como mito da democracia racial, por exemplo.

A memória, nesse sentido, é um local de disputa, no qual aquilo que é lembrado e o que é esquecido ecoam as relações de poder vigentes.

A DESTRUIÇÃO DA MEMÓRIA: CONSEQUÊNCIAS DO MEMORICÍDIO

A memória, como tem sido dito, é essencial para a construção da identidade e continuidade histórica de um povo. Contudo, quando não é protegida e preservada, torna-se extremamente vulnerável a processos que buscam o seu apagamento. Nesse sentido, a reflexão sobre o memoricídio apresenta-se de maneira crucial. O memoricídio pode ser entendido como o apagamento, destruição ou a reformulação deliberada da memória de um povo, com vista a enfraquecer sua identidade e sua capacidade de resistência. Nessa perspectiva, Rampinelli (2010, p. 140) destaca que “consiste na eliminação de todo o patrimônio, seja ele tangível ou intangível, que simboliza resistência a partir do passado”, o autor reforça o pensamento de Báez (2010) de que um grupo que teve sua memória marginalizada equipara-se a alguém com amnésia, que não sabe quem é alguém suscetível a manipulação.

Fernando Báez (2006) foi um dos primeiros a popularizar o conceito de memoricídio, definindo-o como “a destruição deliberada da memória coletiva de um povo, com o objetivo de desarticular sua identidade e enfraquecer sua capacidade de resistência” (BÁEZ, 2006, p. 14). Em outras palavras, o memoricídio vai além do simples esquecimento; trata-se de um processo ativo de apagamento e destruição dos registros, das histórias e dos saberes que sustentam a coesão social.

A memória não é algo que se mantém estabelecido ao longo do tempo, ela é um processo que precisa ser constantemente preservado, lembrado e reconfigurado pelas gerações, justamente por ser dinâmica. Nesse contexto, o memoricídio se estabelece como uma força destrutiva que visa interromper esse processo de preservação e continuidade. Ao destruir memórias coletivas, seja por meio da eliminação de documentos, repressão de saberes ou apagamento de tradições. Ao atacar a memória de um povo, o memoricídio não apenas apaga os registros, mas também destrói a

possibilidade de um processo de construção de identidade, com isso, impede o fortalecimento das bases socioculturais necessárias para a resistência.

Ao observarmos o passado, podemos notar diversos exemplos de memoricídio, nos quais comunidades inteiras enfrentaram o apagamento, geralmente com o objetivo de submeter ou silenciar povos e culturas consideradas “inferiores”, como no caso da destruição da Biblioteca de Alexandria, um dos maiores centros de conhecimento da Antiguidade, esse é um exemplo claro de memoricídio, dado que a queima de seus textos representou a perda de saberes acumulados ao longo de séculos (BÁEZ, 2006, p. 43). Outro exemplo expressivo é a destruição dos códices maias pelos colonizadores espanhóis, que sistematicamente eliminavam os registros escritos e as tradições orais dessa civilização. Um exemplo a ser citado também é a colonização e escravização dos povos africanos, onde Rampinelli (2010, p. 140) enfatiza que o “desenraizamento cultural impôs a decadência dos idiomas, o preconceito contra a tradição e a negação da história”. Esses exemplos destacam como os apagamentos de memórias e saberes de povos colonizados não são fenômeno isolado, mas um processo recorrente, com consequências duradouras.

MEMORICÍDIO E O APAGAMENTO DA MEMÓRIA NEGRA

Entre os muitos exemplos de apagamento da memória negra, chama a atenção a forma como certas histórias de vida marcantes são contadas. A história de José Antônio dos Reis, o melhor aluno da primeira turma da Faculdade de Direito do Largo São Francisco⁵ ilustra um aspecto crítico do memoricídio. Isso não se deve apenas à omissão

⁵ Recentemente a conta @poderespretos em conjunto com @estudantesninja publicaram no *Instagram* sobre a reportagem de Laura Mattos para a Folha de São Paulo, onde foi noticiado sobre José Antônio dos Reis, um pouco de sua história e evidenciando seu destaque como melhor aluno da primeira turma de Direito da faculdade já citada. Um comentário na postagem chamou a atenção, onde um usuário apontou: “Hoje em dia os machos brancos da USP loteiam os departamentos e institutos da faculdade entre seus apadrinhados políticos. Daí não sobra vaga para negros serem docentes na instituição”, esse apontamento destaca algumas outras camadas que necessitam também de discussões.

de suas contribuições, mas também à seletividade e à marginalização das vidas negras, que são registradas, mas não sistematicamente destacadas.

Embora sua carreira tenha sido registrada, sua contribuição foi minimizada e suprimida nos relatos oficiais ao longo do tempo. É como se a história fosse contada de forma “seletiva”: “Sim, ele existiu, mas não lhe damos o lugar que merece”. Embora tenha se destacado em uma das faculdades mais prestigiadas do Brasil e desempenhado um papel fundamental na administração da primeira biblioteca pública de São Paulo, sua carreira não foi homenageada da mesma forma que a de outras figuras intelectuais.

O silêncio sobre Reis não se deveu à falta de registro, mas a uma decisão consciente de torná-lo invisível, um apagamento simbólico que reforça a noção de que a excelência intelectual em espaços acadêmicos sempre foi privilégio dos brancos, pois são eles que recebem mais visibilidade. Grada Kilomba (2019, p. 33), ao discutir os regimes de silenciamento impostos às pessoas negras, afirma: “A máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os ‘Outras/os’: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?” A reflexão da autora destaca como a marginalização de figuras como José Antônio dos Reis faz parte de um sistema que regula as vozes e determina quem pode fazer parte da memória oficial.

Ao longo da história, figuras negras que romperam barreiras sociais e intelectuais foram removidas da memória central, enquanto os nomes de outros protagonistas, em sua maioria brancos, permaneceram no centro da memória institucional.

O memoricídio, nesse caso, não ocorre por meio da exclusão total, mas por meio da marginalização seletiva, em que as colaborações são tratadas como exceções, quando na realidade deveriam ser vistas como parte integrante da construção do conhecimento e da história.

Reconhecer e tornar visíveis essas histórias, como a de José Antônio dos Reis, é um passo crucial para desafiar as narrativas hegemônicas e promover uma memória mais justa que finalmente represente a diversidade da sociedade. Dessa forma, podemos não apenas corrigir uma injustiça histórica, mas também questionar e

desconstruir as estruturas de marginalização que persistem nas instituições educacionais e na memória coletiva do país.

O exemplo de José Antônio dos Reis mostra como as histórias de sucesso de pessoas negras são tratadas como exceções e reforçam a ideia de que a excelência não é um dado adquirido para elas. Em vez de reconhecer a conquista, essas narrativas isolam a pessoa da comunidade negra e desconsideram os contextos históricos de luta e resistência que tornaram suas carreiras possíveis.

Essa lógica de invisibilização seletiva, que caracteriza trajetórias como a de José Antônio dos Reis, também se manifesta em espaços que se destinam essencialmente à preservação e à disseminação da memória coletiva. Um exemplo emblemático é a ação “Biblioteca Vazia”⁶, ocorrida no Memorial da América Latina em 2025. A intervenção denunciou a ausência histórica de autores negros em acervos literários e destacou o apagamento não apenas como uma lacuna física, mas como resultado de decisões políticas de exclusão. A ação expôs estantes vazias e destacou como o assassinato da memória em instituições culturais ocorre em segredo. Afirmou a necessidade urgente de redesenhar os espaços de memória a partir de uma perspectiva que reconheça e valorize as contribuições dos negros e rompa com a tradição seletiva que há tanto tempo molda o que é lembrado e o que é esquecido.

Eventos com alta visibilidade pública também são caracterizados por uma dinâmica de apagamento e resistência. O Carnaval de 2025 foi marcado por discursos sobre a representatividade negra, o racismo estrutural, bem como a importância de valorização e preservação da cultura afro-brasileira. Nas últimas décadas, as escolas de samba colocaram nesse espetáculo a garantia de que não se apaga memória, nem ancestralidade africanas. Assim, coloca-se no mais alto lugar as ideias, personalidades, religiões de matrizes africanas e discursos que revivem a resistência negra no Brasil.

No entanto, essa crescente valorização das questões afro-brasileiras continua enfrentando resistência. Em algumas ocasiões, o

⁶ A ação “Biblioteca Vazia” ocorreu no dia 21 de março de 2025 e foi promovida pela *Amazon* em celebração ao Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

uso de símbolos e línguas africanas nos desfiles foi criticado, com acusações de “excesso” ou de que certos temas são “difíceis de entender” para o público em geral. Esse tipo de posicionamento revela a persistência de um racismo estrutural que busca limitar a expressão da cultura negra em um espaço historicamente criado pelos afrodescendentes.

De forma semelhante, a intolerância religiosa ainda foi um fator de debate durante o festival. Apresentações de algumas deidades do Candomblé e Umbanda geraram esse mesmo tipo de reação, destacando a forma problemática com que eles são vistos e interpretados. Isso corrobora com a necessidade de identificar e manter esses tópicos nas celebrações, não só em ocasiões de alegria, mas também reivindicando-os sob a forma de resistência contra a cultura dominante.

Apesar desses desafios, a representatividade africana no Carnaval segue como um aspecto fundamental para a reconstrução da memória e da identidade nacional. O reconhecimento do legado não se limita à música e à dança, mas se estende ao fortalecimento da narrativa histórica de um povo que desempenhou papel central na formação do Brasil. Ao apresentar temas afrocentrados na avenida, as escolas de samba contribuem para um processo educativo que alcança milhões de espectadores e promove o respeito à diversidade.

Os acontecimentos demonstraram que essa luta não é apenas sobre a festa em si, mas sobre o direito à memória e à afirmação identitária. A celebração das culturas afro-brasileiras no Carnaval é um lembrete de que, enquanto houver resistência, não haverá apagamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste trabalho sobre memoricídio, destacam o papel fundamental da memória na estruturação das identidades, para pensar e compreender as conexões entre gerações e sua ancestralidade. Evidenciou-se, no contexto brasileiro, que as memórias das comunidades negras são frequentemente silenciadas, apagadas e marginalizadas. Assim, ocorre por meio de um processo histórico e interligado aos interesses de uma estrutura grupos privilegiados. Isso se mostrou evidente, na omissão das narrativas

oficiais das contribuições dos afrodescendentes na cena nacional, destruições de espaços de compartilhamento cultural e religioso. São manifestações concretas dessa prática sistemática de imposição do esquecimento. O memoricídio no Brasil, reforça o racismo estrutural que deslegitima as contribuições dos negros para a formação do país.

Portanto, nesse trabalho, reconhecemos que há muito ainda a ser discutido, particularmente na biblioteconomia e ciência da informação sobre aspectos transversais do tema. Abrir espaços reflexivos e subsidiar a luta contra o apagamento da memória negra e povos originários, é fundamental para a afirmação de direitos e a construção de um futuro mais equitativo, por justiça histórica, preservar narrativas silenciadas e promover uma memória coletiva mais justa e representativa da diversidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BÁEZ, F. **A história da destruição cultural da América Latina**: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BÁEZ, F. **O memoricídio**: a destruição da memória e da cultura. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução, Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Maria Lucia Machado. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MISSIATTO, L. A. F. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 13, n. 24, jan./jul. 2021.

MOURA, C. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, 1983.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993.

RAMPINELLI, W. J. Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 17, n. 30, p. 139–142, 2013. DOI: 10.23925/ls.v17i30.25711.

CAPÍTULO 3

ENTRE O SILÊNCIO E A RESISTÊNCIA: EPISTEMICÍDIO NEGRO NA PRÁTICA BIBLIOTECÁRIA

Ísis Trindade da Silva Cunha

Erinaldo Dias Valério

INTRODUÇÃO

Legado colonial, o epistemicídio é um termo que nos leva a refletir sobre as cicatrizes e efeitos deixados pela colonização em nossos sistemas de conhecimento. Surgido como um conceito para dar nome ao processo de apagamento de saberes não europeus, o epistemicídio é um termo cunhado por Boaventura de Sousa Santos para descrever um processo histórico e sistemático de destruição e desvalorização de conhecimentos produzidos por grupos sociais marginalizados e subalternos.

Essa prática, intimamente ligada ao colonialismo e ao racismo, visa perpetuar a dominação e a hierarquização social. Santos (1998) arremata o pensamento pontuando que ao longo da história o epistemicídio tem sido utilizado como estratégia para silenciar e apagar saberes de povos subjugados e que tal prática frequentemente associada ao genocídio, visa manter e aprofundar as desigualdades sociais e culturais.

Ao longo da história, culturas indígenas, africanas e outros grupos historicamente discriminados foram submetidas ao epistemicídio, que se manifesta de diversas formas. A imposição de uma única forma de conhecimento, geralmente associada ao

Ocidente, leva à invisibilização e à deslegitimação de saberes ancestrais e locais. Essa imposição cultural, muitas vezes violenta, resulta na perda de linguagens, tradições e modos de vida, contribuindo para a desumanização e a marginalização desses grupos. Segundo Carneiro (2005), a força para a adoção de um único padrão cultural resultou na perda de saberes e práticas de grupos relegados à posição de “periféricos”, ou aqueles não oriundos do Norte global.

Diante desse cenário, a Ciência da Informação (CI) e a Biblioteconomia emergem como áreas estratégicas para o combate ao epistemicídio e a promoção da diversidade de conhecimentos, uma vez que a prática bibliotecária possui um papel fundamental na organização, preservação e disseminação da informação, incluindo os saberes tradicionais e locais que muitas vezes são invisibilizados.

A CI, enquanto campo que se dedica à organização, recuperação e disseminação da informação, possui um papel fundamental nesse debate. A produção, organização e acesso à informação são processos sociais e políticos, permeados por relações de poder. Nesse contexto, a CI pode tanto contribuir para a perpetuação do epistemicídio quanto para sua denúncia e superação. Porém embora tenha a condição para fomentar as discussões e denúncias sobre o epistemicídio, o ensino da Biblioteconomia sofre com o princípio da ausência, termo proposto por Kilomba (2020) para exemplificar como o conhecimento gerado por docentes e/ou pesquisadores negros é invisibilizado, não sendo ainda possível refrear as ações e efeitos do processo de epistemicídio nos cursos de graduação em Biblioteconomia. Silva, Garcez e Silva (2022), levantam que existe ainda na Biblioteconomia brasileira uma suposta neutralidade epistêmica e profissional, que acaba por justificar injustiças sobre a população negra e outras populações historicamente invisibilizadas, o que refletirá na produção intelectual e na prática bibliotecária.

Diante do cenário apresentado surge a seguinte pergunta, de que forma o epistemicídio negro impacta na prática bibliotecária? Na intenção de elucidar o questionamento colocado, como objetivo geral, refletiu-se criticamente sobre os impactos do epistemicídio negro na prática bibliotecária, visando problematizar os desafios para a construção de uma atuação profissional mais inclusiva e antirracista.

Este capítulo é um recorte das pesquisas realizadas para a elaboração de uma tese de doutorado que está sendo desenvolvida no âmbito da pós-graduação em Ciência da Informação, resultado da preliminar revisão bibliográfica sobre o epistemicídio e seus desdobramentos na prática bibliotecária.

A questão norteadora da tese em andamento e também do presente estudo surge a partir dos debates desenvolvidos na disciplina eletiva de Seminários em Ciência da Informação com ênfase nas relações étnico-raciais no campo da informação, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE), onde foram discutidos temas como epistemicídio, colonialidade, afrocentricidade e educação antirracista, trazendo a tona a necessidade de debater do apagamento, do conhecimento e da cultura dos grupos subalternizados e a capacidade de geração de iniciativas capazes de se contrapor ao epistemicídio.

Logo, esta produção contribui para o avanço do conhecimento na área de CI e Biblioteconomia, oferecendo novas percepções sobre a relação entre epistemicídio e práticas bibliotecárias. Ademais como pesquisadora negra, reconheço a importância de investigar o epistemicídio e suas implicações nas práticas bibliotecárias. Minha trajetória pessoal e acadêmica me impulsiona a contribuir para a construção de uma Biblioteconomia mais inclusiva e comprometida com a valorização dos saberes negros. Desenvolver esta pesquisa é, para mim, um ato de resistência e afirmação, que busca não apenas evidenciar as desigualdades, mas também propor caminhos para a promoção da justiça social e a transformação das práticas profissionais.

O presente capítulo estrutura-se a partir desta Introdução, sucedida pela discussão dos Impactos do epistemicídio negro na prática bibliotecária, os Aspectos metodológicos e as Considerações finais.

OS IMPACTOS DO EPISTEMICÍDIO NEGRO NA PRÁTICA BIBLIOTECÁRIA

As discussões sobre epistemicídio e demais práticas de apagamento cultural trazem a oportunidade de reflexão sobre a

situação na qual está inserida a população negra no Brasil, país veladamente racista, a partir da abertura deste espaço de discussão é possível identificar e combater comportamentos e pensamentos racistas. Por isso tamanha importância tem o ato de atrelar o tema ao ensino superior em Biblioteconomia, pensando principalmente no papel que tem o processo de formação acadêmica e a responsabilidade da pessoa bibliotecária na disseminação e na viabilização ao acesso à informação, cultura e formação da identidade.

Sueli Carneiro fomenta uma profunda análise das relações étnico-raciais no Brasil, lançando luz sobre o papel fundamental do racismo na estruturação da sociedade. Carneiro (2005) argumenta que a racialidade opera como um dispositivo de poder que define o “ser” em oposição ao “não ser”, relegando negros e indígenas à margem da sociedade. Através de mecanismos como o epistemicídio, que silencia e invalida saberes não brancos, e a desumanização, que nega a negros e indígenas sua condição humana, esse dispositivo perpetua a desigualdade racial.

O epistemicídio não se limita ao desmantelamento do conhecimento registrado em meios físicos, como livros ou objetos, mas também à negação da própria capacidade cognitiva dos povos subjugados. Ao desqualificar seus conhecimentos como “inferiores” ou “primitivos”, o epistemicídio busca minar a autoestima e a identidade cultural dessas comunidades. O conhecimento europeu foi então imposto como padrão suprimindo e desqualificando as diversas formas de saber presentes em outras culturas, movimento denominado por Boaventura de “morte de conhecimentos alternativos”, ou epistemicídio (Santos, 2007, p.29).

As consequências do epistemicídio são profundas e duradouras. A perda de conhecimentos tradicionais pode levar à erosão de práticas sustentáveis, à perda de biodiversidade e à fragilização de comunidades inteiras. Além disso, o epistemicídio contribui para a perpetuação de desigualdades sociais e raciais, ao negar a legitimidade das experiências e perspectivas de grupos marginalizados. A destruição sistemática de conhecimentos e de culturas marginalizadas, leva à invisibilização e à morte dessas culturas, tanto física como intelectualmente. Silva, Garcez e Silva

(2022) salientam que ao negar a validade desses saberes, busca-se aniquilar a identidade e a autonomia desses povos.

O conceito de epistemicídio, como já é sabido, refere-se à destruição ou marginalização sistemática de conhecimentos e saberes específicos de determinadas culturas ou grupos sociais. Esse fenômeno tem profundas implicações para diversas áreas do conhecimento, incluindo o ensino da Biblioteconomia. No contexto da Biblioteconomia, o epistemicídio pode se manifestar na forma como determinados saberes e práticas culturais são desconsiderados ou sub-representados no currículo e nas práticas educacionais.

Como destaca Gomes (2011), embora a luta e a resistência da população negra e principalmente os movimentos sociais negros, com destaque para o Movimento Negro tenham alcançado grandes conquistas no campo educacional como a instituição da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade em 2004, a aprovação da Lei 10.639/2003, da resolução CNE/CP 01/2004 e do parecer CNE/CP 03/2004 que regulamentam e instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E mesmo com a aprovação da Lei 10.639/03 garantindo o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ainda são tantas as barreiras para a sua implementação, como a falta de materiais didáticos adequados e a formação docente necessária, além da ainda existente resistência da sociedade de debater e tratar o racismo, como bem pontuado por Pereira (2016).

Silva, Garcez e Silva (2022) reiteram que tais dificuldades são ainda maiores quando tratamos do ensino superior e da produção científica no ambiente acadêmico, pois estes se constituem como canais para a perpetuação de uma lógica injusta com o conhecimento produzido pela população negra e as demais subordinadas pela hegemonia racista.

Fatos que só salientam ainda mais a necessidade de fomentar as discussões sobre os efeitos do epistemicídio no ensino superior, neste caso, especificamente na Biblioteconomia e dos efeitos desse mal na prática bibliotecária.

A Biblioteconomia, assim como muitas outras áreas do conhecimento, tem suas raízes na Europa. Seus conceitos, teorias e metodologias foram desenvolvidos em um contexto cultural e

histórico específico, o que inevitavelmente a constitui como uma área de formação que traz consigo o risco de perpetuar o epistemicídio ao marginalizar conhecimentos não-ocidentais. Ao retomar a trajetória das bibliotecas no Brasil, Castro (2000) verifica que estas surgem a partir das ordens religiosas dos Beneditinos, Franciscanos e Jesuítas. É possível perceber que as bibliotecas brasileiras já surgem num contexto de violento apagamento cultural, atrelado ao processo de catequização, onde os conhecimentos e crenças diferentes do cristianismo europeu foram completamente desconsiderados e tidos como digressões para a evolução social civilizada.

O ensino da Biblioteconomia frequentemente adota uma perspectiva ocidental e globalizada, que pode levar à marginalização de saberes e práticas informacionais de outras culturas.

Pode-se afirmar, ainda, que o apagamento de referências, vozes e bibliotecas extraocidentais apoia-se no racismo epistêmico, que sustenta a colonialidade do saber, com suas hierarquias e critérios valorativos monoculturais. (Reis, 2022, p. 6).

Essa desvalorização pode resultar na exclusão de métodos e práticas de organização e acesso à informação que são relevantes e efetivos em contextos específicos. A predominância de modelos educacionais e práticas biblioteconômicas oriundas de contextos específicos, geralmente europeus e norte-americanos, pode levar a uma uniformização dos serviços e práticas bibliotecárias. Pizarro (2017) constata que, no contexto brasileiro, existe um crescente afastamento entre o profissional e a sociedade, uma vez que o modelo tecnicista norte americano de ensino adotado pelas escolas de Biblioteconomia brasileira, ainda em vigor, não atende as necessidades de um modelo de Biblioteconomia brasileiro. O epistemicídio também contribui para a exclusão de grupos políticos minoritários e suas necessidades informacionais específicas. Conforme é possível constatar com a colocação de Bombaro (2021), que chama atenção para o fato de que ainda haver, no ambiente das bibliotecas formas sutis de desigualdade que precisam ser examinadas e abordadas. No campo da prática bibliotecária, isso pode resultar em uma falta de representatividade e serviços inadequados para comunidades que possuem formas próprias de acesso e organização da informação.

Partindo deste contexto é pertinente pensar nas Instituições de Ensino Superior (IES) como antídoto ao Epistemicídio. A colonização, além de um processo político e econômico, foi também um projeto epistemicida. Ao impor seus valores, culturas e conhecimentos, ela silenciou vozes e saberes ancestrais. As universidades, enquanto instituições de ensino e pesquisa, surgem como espaços fundamentais para combater esse legado. Santos (2009) nos lembra que a ciência, quando institucionalizada em universidades e centros de pesquisa, ganha um poder normativo. Essa institucionalização, no entanto, na maioria das vezes não se dá de forma democrática e inclusiva, geralmente reproduzindo as mesmas hierarquias e desigualdades da sociedade.

Deste modo a importância das universidades na luta contra o epistemicídio reside no poder de preservação de conhecimentos: As universidades têm a possibilidade de atuar como guardiãs de saberes tradicionais e locais, que foram marginalizados ou esquecidos. Na promoção da pesquisa e produção de conhecimento, são instrumentos essenciais para a construção de um saber mais justo e equitativo, sendo o campo ideal para fomentar a reflexão crítica sobre os conhecimentos hegemônicos, questionando seus pressupostos e seus impactos sociais.

Estando, a CI e a Biblioteconomia neste cruzamento de possibilidades, entre fomentar discussões e práticas para o enfrentamento do apagamento do conhecimento e da cultura negra e demais grupos subalternizados e tendo, entretanto, toda sua constituição em teorias europeias e norte-americanas surgem estudos acerca das implicações dos efeitos do epistemicídio na CI e na Biblioteconomia e os questionamentos e apontamentos sobre como estas áreas do conhecimento podem colaborar para dirimir o epistemicídio.

Estudos vêm sendo produzidos na empreitada de explorar e conhecer as configurações constituídas pelo epistemicídio na CI e na Biblioteconomia com a intenção de torná-las um espaço para discussões dessa problemática, bem como para propor ações que possam restituir a população negra e demais grupos subalternizados a legitimação de suas culturas e produção de conhecimento.

Elencamos alguns exemplos de pesquisa que proporcionaram um panorama sobre a questão nos últimos anos e que nortearam o presente estudo, são estes:

- *Produção científica sobre a temática afro-brasileira e indígena nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil*, com autoria de Francisco Sávio da Silva, no ano de 2020;
- *Refletindo sobre a formação de pessoas bibliotecárias para a competência em informação no âmbito das relações étnico-raciais*, com autoria de Erinaldo Dias Valério, Arthur Ferreira Campos, Alex Lourenço e Beatriz Nogueira, no ano de 2021;
- *O que é epistemicídio? Uma introdução ao conceito para a área da Ciência da Informação*, de autoria de Robson de Andrade Gonçalves e Marcos Mucheroni, no ano de 2021;
- *Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação*, com autoria de Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Dirnéle Carneiro Garcez e Rubens Alves da Silva, no ano de 2022.

Onde a primeira proposta verifica a presença de disciplinas que privilegiem os saberes e cultura negra e indígena na produção científica nos programas de pós-graduação em CI no Brasil. A proposta seguinte reflete sobre a formação das pessoas bibliotecárias e a competência informacional antirracista a partir do mapeamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e a investigação da existência de projetos de pesquisa e extensão que discutissem as questões étnico-raciais. As duas últimas propostas, mais recentes, dissertam de fato sobre os desdobramentos do epistemicídio na CI e Biblioteconomia.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois segundo Severino (2013), esta tem como objetivo investigar as causas e os efeitos do epistemicídio sobre a prática bibliotecária. Ao adotar uma abordagem qualitativa, busca-se compreender as nuances e complexidades desse fenômeno em seus aspectos materiais e ideológicos. A metodologia é uma revisão bibliográfica, que forneceu o

arcabouço teórico para a análise. Esses materiais serviram como corpus de análise, permitindo uma investigação aprofundada dos impactos do epistemicídio na prática bibliotecária.

O estudo foi organizado a parti da revisão bibliográfica, levantamento e leitura de referências encontradas sobre epistemicídio, relacionado ao ensino da Biblioteconomia e as práticas bibliotecárias para embasar as análises teóricas presentes.

Socialmente, este estudo é crucial para entender as implicações sociais e culturais do epistemicídio, um fenômeno que desvaloriza e silencia saberes de grupos marginalizados, perpetuando desigualdades raciais e sociais. Trazendo como resultado a promoção da justiça social e a equidade ao destacar a importância de reconhecer e valorizar o conhecimento e a cultura negra. A pesquisa pode influenciar a formação de profissionais da informação e a formulação de políticas que garantam a inclusão e a diversidade nas bibliotecas e instituições de ensino.

Esses procedimentos e a natureza da pesquisa ampliam a compreensão das desigualdades raciais e do epistemicídio, podendo também contribuir para a formação de profissionais da informação mais conscientes e comprometidos/as com a equidade e fornecerão uma base sólida para explorar e enfrentar o impacto do epistemicídio na prática bibliotecária, contribuindo para a promoção da equidade e a valorização dos saberes negros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo refletir criticamente sobre os impactos do epistemicídio negro na prática bibliotecária. A partir da análise realizada, é possível afirmar que a pergunta central – *de que forma o epistemicídio negro impacta na prática bibliotecária?* – foi respondida ao longo do texto, na medida em que se demonstrou como a ausência da cultura negra nos currículos e práticas da Biblioteconomia contribui para a reprodução de desigualdades, para a invisibilização de saberes afrocentrados e para a manutenção de uma lógica eurocêntrica nas instituições de ensino e nas bibliotecas.

O objetivo geral da pesquisa foi atingido, uma vez que se promoveu uma reflexão crítica fundamentada sobre os mecanismos que perpetuam o apagamento da cultura negra no campo

bibliotecário, indicando seus reflexos na formação de profissionais e nas práticas bibliotecárias.

Diante dos resultados alcançados e da relevância social e acadêmica da temática, propõe-se como continuidade da pesquisa o aprofundamento das análises na construção da já citada tese de doutorado que inspirou este estudo. Para isso, os próximos passos da investigação consistirão em: a) mapear a representação da cultura negra nos currículos dos cursos de Biblioteconomia oferecidos por instituições públicas de ensino superior no Brasil; b) avaliar em que medida esses currículos abordam temas relacionados à população negra; c) identificar iniciativas e projetos que promovem o protagonismo da cultura negra nas práticas bibliotecárias; e d) apresentar essas iniciativas como modelos para o fortalecimento da diversidade, da inclusão e da justiça social no campo da Biblioteconomia.

Ao ampliar essa discussão, espera-se contribuir para a construção de uma Biblioteconomia comprometida com a equidade racial, com a valorização dos saberes marginalizados e com o rompimento das estruturas que historicamente reproduzem exclusões no campo informacional.

REFERÊNCIAS

- BOMBARO, Christine. Introduction. *In*: BOMBARO, Christine. **Diversity, Equity, and Inclusion in Action: Planning, Leadership, and Programming**. Chicago: ALA Editons, 2021.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 399 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CASTRO, César. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000. 287 p.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, [S.l.], v. 10, n. 18, 2011.
- GONÇALVES, Robson de Andrade; MUCHERONI, Marcos L. O que é epistemicídio? Uma introdução ao conceito para a área da Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.17, n. 2, 2021.

KILOMBA, Grada. Fanon, existência, ausência: Prefácio. In: FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

PEREIRA, Amilcar Araujo. O movimento negro brasileiro e a lei nº 10.639/2003: da criação aos desafios para a implementação. **Revista Contemporânea de Educação**, [S.l.], v. 11, n. 22, 2016.

PIZARRO, Daniella Camara. **Entre o saber-fazer e o saber-agir: o que professam os docentes de biblioteconomia em Santa Catarina**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2017.

REIS, D dos S. A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 43, e240967, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. 532 p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013. 274 p.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; SILVA, Rubens Alves da. Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, [s.l.], v. 27, n. 1, p. 1 -19, 2022.

SILVA, Francisco Sávio. **Produção científica sobre as temáticas afro-brasileira e indígena nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira; LOURENÇO, Alex; NOGUEIRA, Beatriz. Refletindo sobre a formação de pessoas bibliotecárias para a competência em informação no âmbito das relações étnico-raciais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.26, n. 3, 2021.

CAPÍTULO 4

ENTRE CARTAS E MÚSICAS: A RESISTÊNCIA POR MEIO DO PRÊTUGUES

Tatiane Helena Borges de Salles

Luciana de Souza Gracioso

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira foi historicamente constituída a partir da escravização de povos africanos e indígenas, cujas culturas foram sistematicamente suprimidas ao longo dos séculos. Esse silenciamento foi promovido por meio de leis e decretos excludentes, cuja finalidade era acentuar as desigualdades raciais e sociais no país, legitimando relações de poder baseadas na colonialidade. Como consequência, os povos considerados não ocidentais foram submetidos ao apagamento de suas culturas, religiosidades, etnias e línguas. Nesse contexto, torna-se fundamental reconhecer a importância da apropriação dos códigos da escrita como instrumento de emancipação para os povos negro e indígena. A escrita, nesse sentido, constitui uma ferramenta de resistência e afirmação, permitindo a reivindicação de direitos e a ocupação de espaços sociais e políticos historicamente negados.

Contudo, a sociedade encarrega-se de construir e legitimar, de acordo com seus próprios interesses, modelos ideias para seus integrantes, sustentando princípios de igualdade que tentam abafar diferenças-ou mesmo negá-las. Com isso, por meio de uma tentativa de homogeneização de comportamentos,

impede-se que as individualidades e as diferenças se expressem naturalmente. (Michaliszyn, 2014, p. 25)

A trajetória de silenciamento e privação linguística imposta aos povos indígenas no Brasil somam-se às práticas excludentes vivenciadas no contexto da escravização de africanos e africanas trazidos ao país. Estima-se que mais de três milhões de pessoas foram traficadas da África para o Brasil entre os séculos XVI e XIX, o que fez da nação brasileira o principal destino do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas nas Américas. Segundo Peixoto (2006), com base nos estudos de Gordon (2005), é possível estimar que entre 200 e 300 línguas africanas estiveram envolvidas nesse processo, embora esse número represente somente uma fração do vasto repertório linguístico do continente africano, que contabiliza mais de duas mil línguas. A autora ressalta ainda que essas línguas não chegaram ao Brasil com o mesmo status linguístico que possuíam em seus territórios de origem, uma vez que o modelo de tráfico adotado pelos portugueses promoveu dinâmicas de seleção e adaptação linguística. Apesar da escassez de registros documentais sobre os idiomas falados pelas pessoas escravizadas, é inegável que a repressão ao uso das línguas africanas no Brasil constituiu mais uma entre as múltiplas formas de violência a que essas populações foram submetidas.

Este estudo busca compreender como a apropriação da escrita foi incorporada, entre outras estratégias, pelos povos negros e indígenas como forma de denúncia das injustiças vividas e de afirmação de suas existências e direitos. A produção de conhecimento, nesse contexto, não é pensada como exclusividade da escrita, mas como um processo múltiplo, que articula diferentes formas de expressão – como a oralidade, os cantos, as narrativas, as cartas, os livros e outras manifestações culturais – que historicamente permitiram a partilha de saberes, a preservação da memória e a resistência aos apagamentos.

Neste capítulo, propomos revisitar o percurso histórico desse processo e discutir os modos como esses registros, em suas diversas linguagens e suportes, foram e seguem sendo ferramentas de fortalecimento das comunidades negras e indígenas no Brasil. A partir dessas abordagens, este capítulo pretende refletir sobre as seguintes questões: quais foram os caminhos trilhados pelos povos negros na

preservação e reinvenção de sua memória ancestral? Em que medida a escrita, a oralidade e outras formas expressivas têm sido recursos importantes para a afirmação de direitos e subjetividades? Para isso, estabelecemos três objetivos: a) evidenciar os contextos históricos do sequestro de pessoas africanas e os processos de contato e ressignificação linguística ocorridos no Brasil; b) identificar contribuições das línguas africanas ao português brasileiro; e c) compreender o papel das manifestações culturais na construção de estratégias de resistência e presença social da população negra.

Para alcançarmos os objetivos da pesquisa, adotamos como metodologia a pesquisa bibliográfica que “busca conhecer e analisar as contribuições culturais e científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema” (Cervo; Bervian; Da Silva, 2007, p.73). Sendo assim, o estudo trouxe elementos significativos para refletir sobre os mecanismos de resistência e sobrevivência pelo povo negro na busca de liberdade para coexistirem numa sociedade que persiste em negar a existência do racismo que assola os indivíduos deste grupo racial. As informações trazidas colaboram para a efetividade das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 (Brasil, 2003; Brasil, 2008), ao recuperar o contexto histórico, possibilitando que a história seja contada sob uma nova perspectiva, fundamental para a transformação social.

HISTÓRIA DO APAGAMENTO HISTÓRICO DA LINGUAGEM AFRICANA

O processo de apagamento das línguas africanas no Brasil está profundamente entrelaçado à lógica de dominação colonial, que buscou, desde o início da escravização, suprimir os modos de vida, as memórias e as formas de comunicação dos povos africanos. Esse silenciamento sistemático não se deu somente de forma simbólica, mas também por meio de práticas concretas e brutais, como o uso da máscara de ferro imposta a pessoas escravizadas – uma ferramenta de repressão que impedia a fala, o canto e até mesmo a alimentação autônoma. Um dos casos mais emblemáticos é o de Anastácia, mulher escravizada que, ao resistir à violência sexual do senhor de engenho, foi condenada a usar uma máscara de ferro que a impedia de falar, sendo retirada somente para sua alimentação (Grada, 2019). Essa imagem se tornou símbolo da violência estrutural contra os povos

negros, representando a tentativa de silenciar corpos, saberes e histórias.

Grada Kilomba (2019) interpreta esse silenciamento como metáfora do próprio colonialismo, cujas políticas sádicas de dominação determinaram não somente quem podia falar, mas também o que podia ser dito e de que maneira. Trata-se de um processo de desumanização sustentado por narrativas de inferiorização racial que seguem atravessando as estruturas sociais até hoje.

No contexto da diáspora africana para o Brasil, a aquisição do português pelas pessoas sequestradas ocorreu em condições forçadas e traumáticas. Bonin (2008) explica que, antes mesmo da travessia atlântica, muitas dessas pessoas permaneciam por longos períodos confinadas em depósitos portuários, aguardando o embarque. Nesses espaços, compostos por indivíduos de diferentes etnias e línguas, o português – língua dos colonizadores – tornava-se gradualmente um meio de comunicação imposto. Durante os cerca de seis meses da viagem nos navios negreiros, o convívio forçado intensificava a exposição ao idioma europeu, ao mesmo tempo, em que dificultava a preservação das línguas nativas, dada a diversidade linguística entre os cativos e o impedimento de comunicação entre eles.

As línguas transplantadas para o Brasil foram muitas e refletem a diversidade dos povos sequestrados de regiões como Angola, Benin, Guiné, Congo, Mina e Moçambique. Petter (2015, p. 222) destaca que a política portuguesa incentivava deliberadamente a mistura de etnias, evitando a concentração de grupos com línguas e culturas semelhantes nas mesmas capitanias, como estratégia de controle e prevenção de levantes. Como consequência, essas línguas foram sendo fragmentadas e mescladas ao português, influenciando regionalmente o vocabulário e a pronúncia – como na Bahia, onde a presença de povos de Benin contribuiu para o desenvolvimento do candomblé e para traços linguísticos característicos do sotaque soteropolitano, como a eliminação da letra “r” em algumas palavras, associada à língua fon.

Dessa forma, é impossível ignorar o impacto das línguas africanas na formação do português falado no Brasil. Línguas bantas como quimbundo e quicongo, bem como línguas sudanesas como

iorubá, nagô e outras de matriz indígena, foram fundamentais para a constituição de grande parte do vocabulário cotidiano brasileiro. Estima-se que entre 200 e 300 línguas africanas tenham sido trazidas ao Brasil durante o tráfico transatlântico, sendo o quimbundo uma das de maior influência (Mendonça, 2015).

Essa herança se preserva, ainda que parcialmente, em comunidades quilombolas como Cafundó, em Salto de Pirapora (SP), onde se fala o “cupópia”, um dialeto de base banta usado historicamente como estratégia de comunicação interna e resistência cultural. Outro exemplo é a cidade de Bom Despacho (MG), onde também há registro de uso de termos de origem quimbundo. Como observa Mendonça (2012), palavras como carimbar, aquilombar, quitanda, quitute, senzala, cochilar e sambar são de origem africana e hoje integram o vocabulário do português brasileiro.

Esses traços linguísticos permanecem vivos não somente nos registros históricos, mas também no cotidiano, especialmente entre os mais velhos e em comunidades onde a oralidade tem papel central na transmissão de saberes. Expressões como “ocê” (em vez de “você”) ou o uso da palavra “nego”, que pode assumir conotação afetiva ou discriminatória, dependendo do contexto e da entonação, revelam a complexidade e a riqueza de um português que não é somente europeu, mas atravessado por histórias e resistências negras e indígenas. No quadro a seguir, podemos identificar algumas palavras e expressões adotadas cotidianamente em nosso dia-a-dia.

Quadro 01 — Influência de línguas e dialetos de origem africana no Brasil

Línguas bantas	Dialetos crioulos	Verbos de origem africana	Linguagem infantil
Quicongo Dengo, Cafuné Kazule = Caçula Mvúka = Muvuca Quimbundo: Mu´leke = Moleque Kitanda = Quitanda Nende=Dendé mbunda=bunda Kmba=Cambada	Melhor = Meyor Filha = Fiya Orelha = Uriá Jesus = Zezús José = Zozé Negro= Nego tá = estar Você = ocê	mandingar, zangar bongar carimbar catingar banzar sambar curiar maxixar cochilar	cacá pipi bumbum nenem tatá papato mimi cocô dindinho bimbinha

Línguas bantas	Dialetos crioulos	Verbos de origem africana	Linguagem infantil
		candongar enquisilar	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

É importante destacar que, no continente africano, são faladas aproximadamente 2.092 línguas, distribuídas entre diversos troncos linguísticos. No português falado no Brasil, estima-se que entre 3.000 e 4.000 vocábulos tenham origem africana. A partir do século XV, há registros históricos de contatos regulares com línguas africanas, sobretudo em Angola e Moçambique, por meio da colonização portuguesa, o que resultou em um processo de empréstimo linguístico — entendido como a “troca bilateral entre falantes que usam línguas diferentes” (Bonvini, 2008, p. 103).

Além disso, Viana (2020) revela em seus estudos a existência de pessoas escravizadas letradas. Os anúncios publicados em jornais da época destacavam negros libertos que ofereciam ensino da leitura e da escrita, utilizando esse saber em benefício do coletivo. Em um dos casos narrados, registra-se a prisão de um quilombola que possuía livros entre seus pertences, incluindo um compêndio de ortografia voltado ao ensino da língua para africanos.

Embora o Estado, por meio de suas leis, proibisse o acesso de africanos, mesmo os livres, à escolarização formal, eles encontraram diferentes modos de decifrarem os códigos de escrita, leitura incluindo a de mundo- e liberdades (Viana, 2020, p. 407)

A autora defende que ao dominar tais práticas, estes indivíduos teriam a possibilidade de garantir a inserção social, aumento do capital e do poder. Tanto que, em 1889, após a abolição da escravidão, um grupo de negros enviou ao ministro Rui Barbosa reivindicando a educação para seus filhos e a inclusão nas escolas públicas. Contudo, a historiografia não consegue avançar e responder às perguntas de como estes tiveram acesso aos códigos, se estes não lhe eram permitidos sob a justificativa de doenças infecciosas, mas estudos evidenciam que os óbitos eram de pessoas não negras em sua maior parte.

RELIGIÕES E MÚSICAS DE RESGATE DA MEMÓRIA ANCESTRAL

As religiões de matrizes africanas trazem a resistência da língua iorubá nas cantigas no Candomblé, que significa (Dança dos atabaques) que chamam os Orixás conforme o toque dos instrumentos. Diferentemente da Umbanda, que as contas são em português e conta com a presença de pretos velhos, erês, caboclos. São adotadas palavras usuais como Asé (Boas Energias); Babalorixá (Pai de Santo). Percebe-se a persistência desses grupos na preservação da língua e da religiosidade (Castro, 1983). Ao longo dos anos, essas religiões foram massivamente perseguidas, ao ponto de ter obrigatoriedade de ter registro na delegacia para que pudessem atuar e leis que regulavam o funcionamento destes locais. Embora, hoje, não haja essa obrigatoriedade, essas seguem perseguidas violentamente por outras religiões com a destruição de terreiros e aos seguidores, resultado no racismo religioso e na intolerância religiosa (Grasso, 2025).

Evidencia-se, o combate à intolerância religiosa nos sambas enredos das escolas de São Paulo de 2024, a presença dos nomes de orixás presentes nas letras das músicas, como, por exemplo, Exú, Oxóssi, Ogum e dentre outros que são representados e exaltados durante o desfile das escolas na avenida. Além disso, observa-se a exaltação dos moradores das favelas, África e de afrodescendentes como filhos e filhas de realezas.

Destaca-se o trecho do samba enredo da Escola Unidos da Vila Maria *Forjados na luta: guiados na coragem e sincronizados na fé: a vila canta Ogum* que diz:

É samba, é reza, é canto em tua devoção
Tá na pele, tá na alma, no meu coração
Caminhos abertos e proteção
É gira de Ogum lara, rompe mato, Xoroquê
Ogum de ronda, beira-mar e Onirê
Eu já vou logo avisar: A Vila é forte!
Protegida com o manto e as armas de Jorge⁷

⁷ G.R.C.S.E.S Unidos de Vila Maria. Samba-Enredo 2024 - Forjados Na Luta, Guiados Na Coragem e Sincretizados Na Fé: a Vila Canta Ogum!. **Letras**. Disponível em: <https://bit.ly/40L01xg>. Acesso em: 24 jan. 2025.

Neste trecho observa-se a exaltação do samba e a referência de palavras presentes nos cânticos nos terreiros de Candomblé e a proteção de Jorge Santo referenciado em músicas de samba. Outro trecho, é do enredo da escola da Camisa Verde e Branca do mesmo ano, nomeada *Adenia, Imperador nas Terras do Rei* que referência os moradores das favelas como sujeitos de esperança, referência Oxossí como caçador, e enaltece a negritude, além de ressignificar e valorizar o continente africano, principalmente, com palavras das línguas faladas.

Quando a nobreza africana
 Escreve em ouro a sua trajetória
 Brilha o Leão de Mali
 Luzindo a riqueza da negra história
 Herança enraizada nas favelas do país
 Em cada sonho de quem nunca perde a fé
 Black power da cabeça aos pés
 Um craque de bola, no jogo da vida
 A simplicidade em forma de lei
 Eis o Imperador
 Pra ser coroado nas terras do rei!
 Lá vem o Didico
 Pra ser coroado nas terras do rei!⁸

São formas de resistência e de subverter o sistema colonial. Vale destacar que a escravidão nunca foi aceita de bom grado pelas pessoas escravizadas, sempre houve lutas pela liberdade e adotando-se meios de se comunicar, seja através da musicalidade, oralidade e pela educação informal. Nas rodas de capoeira e de jongo sempre havia mensagens nas músicas que representavam formas de resistência e de conversar para camuflar conversas para que o feitor não pudesse compreender. Na música “Zumbi” de Jorge Ben Jor, lançada em 1974, Zumbi (2017) retrata a história da escravidão desde a saída dos escravizados do continente africano até a chegada e venda no Brasil e evidência a importância do líder Zumbi dos Palmares.

⁸ A.C.S.E.S.M. Camisa Verde e Branco (SP). Samba-Enredo 2024 - Adenia, o Imperador Nas Terras do Rei. Letras. Disponível em: <https://bit.ly/40JZFqT>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Na música *Principia*, do Rapper Emicida (2021) relata que, após uma viagem à África e ir ao museu da escravidão localizado no continente, e sobre o batismo promovido pela imagem distorcida que a Igreja Católica tinha dos africanos como “pessoas sem alma” citada por Grosfoguel (2016) para justificar a escravização e o sequestro das pessoas. Após isso, o rapper na introdução da música diz “entendi a minha missão, a cada vez que eu pegar uma caneta e o microfone, devolvo a alma a cada um dos seus irmãos e irmãs que não teve uma” e o refrão desta música diz “Tudo, tudo, tudo, tudo o que nós temos somos nós” que significa que se as vozes pretas merecem ser ouvidas independente do lugar que estejam, e que, na verdade, somos nós por nós que faremos com que a nossa voz seja ouvida e ecoe para além dos estereótipos criados.

Sobre desconstruir os estereótipos, chamamos a atenção de Dona Ivone Lara, sendo a primeira mulher a assinar um samba enredo, mas que só pode se dedicar à música após a sua aposentadoria. Como sempre, o reconhecimento de mulheres negras é tardio. Uma das suas composições que marca a trajetória da cantora é o “Sorriso Negro”, lançado em 1981 por Dona Ivone Lara (2011), que traz a narrativa positiva no estereótipo da pessoa negra, prezando pela alegria e pela importância como sujeito social para desmitificar a imagem do negro constituída cuidadosamente pela literatura eugenista difundida desde a década de 30.

Outro destaque é a cantora Elza Soares, que teve a sua trajetória marcada pelo racismo, pela violência, pela fome, pela morte e pelo alcoolismo, infelizmente, realidade muito comum entre mulheres negras que representam as muitas Elzas espalhadas pelo Brasil. A cantora transformou a luta contra o racismo através da música, a qual merece destaque é *A carne* (2017), lançada em 1988, que denuncia o tratamento direcionado às pessoas negras e os assassinatos direcionados aos indivíduos pertencentes a esse grupo.

No caso do grupo dominado, o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos, cujas as condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial, só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende que o outro lugar natural do negro sejam prisões e os hospícios. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista

(segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove o contrário), tem por objetivo próximo a imposição de uma submissão psicológica através do medo. (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, p. 22)

Muitos cantores e compositores fizeram da música uma forma de resistir, denunciar, promover a equidade e desconstruir estereótipos direcionados à população negra, pois cada letra é gestada a partir de uma experiência e/ou vivência dos autores. Tornando-se um marco para que a voz das pessoas marginalizadas fosse ouvida e pudesse alcançar todos da sociedade, de modo a pautar e a discutir a situação do negro brasileiro.

Vale destacar ainda o esforço dos intelectuais negras(os) de construir uma narrativa positiva a partir de suas escritas e experiências pessoais, sendo uma forma de denunciar o controle social que diz respeito ao corpo físico (necropolítica) que decide o estado de quem vive e quem perece (Ignácio, 2020), isso diz respeito ao genocídio da juventude negra, como podemos observar nos noticiários diariamente, considerando que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado nas periferias (Marques, 2017). Outro fator é o abandono das áreas periféricas pelo poder público, afetadas cotidianamente por inundações, alagamentos, buracos, desabamentos, denominados erroneamente como “tragédias naturais” e a falta de saneamento básico e saúde pública de qualidade, que condena essa parte da população à categoria de “mortes evitáveis” que denota o racismo ambiental.

O controle mental diz respeito à construção histórica e sistemática de uma percepção de inferioridade atribuída à população negra pela lógica da branquitude. Essa percepção, disseminada desde a educação básica até os ambientes profissionais, sustenta a ideia de que pessoas negras são incapazes de exercer determinadas funções ou de se destacarem nos estudos. Trata-se de uma forma de controle social baseada na interiorização de limitações impostas, que moldam subjetividades e restringem trajetórias. Essa lógica se alinha à noção de microfísica do poder elaborada por Michel Foucault (2021), que explica como o poder se manifesta nas relações cotidianas e se infiltra nos corpos e mentes de maneira difusa e disciplinadora, muitas vezes sem a necessidade de força explícita.

Essas concepções não surgiram por acaso. Foram cuidadosamente arquitetadas por elites intelectuais e políticas de cinco países centrais da modernidade ocidental (Itália, França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos) a partir de visões de mundo fundamentadas no racismo e no sexismo. Segundo Grosfoguel (2016), tais ideologias promoveram genocídios e epistemicídios, estabelecendo o monopólio do conhecimento e deslegitimando outros sistemas epistêmicos, especialmente os oriundos da África e das Américas. Até hoje, essa lógica persiste, seja pelo tratamento secundário dado aos saberes produzidos na América do Sul, seja pelos contínuos saques e explorações que muitos países africanos ainda enfrentam sob as tutelas neocoloniais desses mesmos centros de poder.

No sentido de ressignificar um signo presente na cultura afro-brasileira, é a origem da Boneca Abayomi (o melhor de mim para ti). A história criada pelo colonizador romantizada é de que as mães embarcadas no navio negreiro, sabendo da separação iminente de seus filhos na chegada ao Brasil, rasgavam um pedaço do seu vestido, confeccionavam a boneca e presenteavam a criança. Em 2017, a versão verdadeira começou a reverberar na boneca criada na cidade de Deus, no Rio de Janeiro, pela artesã Lena Martins, que deu o nome à boneca, pois a bebê que a sua amiga esperava trata-se de um menino. Essa foi produzida na comunidade para ser doada para crianças carentes porque tinha um baixo custo na produção, pois era confeccionada sem corte e sem costura (Cometti, 2022)

Diante desse cenário, Mucale (2023) defende que os estudos sobre os povos africanos e suas diásporas devem partir dos próprios sujeitos e não de narrativas impostas de forma homogênea. É necessário deslocar o centro epistêmico, reconhecendo que os saberes africanos e afrodiaspóricos também devem ocupar posições de centralidade. A afrocentricidade, nesse sentido, não é somente um enfoque, mas uma reivindicação de dignidade epistêmica.

Como resposta a esse processo histórico de apagamento, emerge uma produção intelectual negra potente, que se dedica à construção de narrativas afirmativas e à crítica ao epistemicídio. Akotirene (2020) destaca figuras como Chimamanda Ngozi Adichie, Oyèrónkẹ Oyèwùmí, bell hooks, Angela Davis, Patricia Hill Collins e Graça Kimoba, no contexto africano e afrodiaspórico, e, no Brasil, Lélia

Gonzalez, Beatriz Nascimento, Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro e Conceição Evaristo. Essas intelectuais desenvolvem um papel fundamental na desconstrução de paradigmas eurocêntricos, fortalecendo um pensamento decolonial e recolocando a afrocentricidade como eixo estruturante de suas produções.

[...] para que possamos ter diálogos bem fundamentados com os outros, é preciso que cada um de nós aprenda a escrever sua própria história, em vez de procurar um único livro que conte todas as nossas histórias. Precisamos de mais livros que contêm as verdades da vida das pessoas que foram suprimidas (Collins, 2019, p. 14).

O paradigma afrocêntrico tem sido sustentado por pessoas negras desde o período da escravização, como demonstra a carta de Esperança Garcia – mulher negra escravizada, considerada a primeira advogada do Brasil. Sua carta, datada de 1770 e reconhecida como a primeira petição jurídica do país, denuncia os maus-tratos sofridos por ela e seus filhos. Outro exemplo marcante é o discurso da ex-escravizada norte-americana Sojourner Truth, que em 1851 questionou: “E eu não sou uma mulher?”, denúncia que se tornou título de uma das obras mais conhecidas da escritora e ativista bell hooks (2019). Nesta obra, hooks analisa a diferença de tratamento entre mulheres negras e brancas, revelando como o sexismo e o racismo se entrelaçam na desumanização das mulheres negras.

Essas vozes históricas compõem o que Conceição Evaristo denomina “escrevivência”, ou seja, uma escrita marcada pela experiência de vida negra. Como afirma a autora: “Nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos” (grifo nosso). A literatura, a música e os desfiles de carnaval, nesse contexto, não são somente expressões artísticas, mas atos de resistência que visam provocar a sociedade, chamando a atenção para as desigualdades sociais e raciais profundamente enraizadas no Brasil.

Nesse sentido, Kilomba (2019, p. 59) reforça o pensamento de Evaristo ao afirmar: “Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem a minha realidade, não com palavras que descrevem a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes.” É a partir desses lugares distintos que as histórias negras

são escritas e narradas – histórias que, ao contrário de encerrar o mundo, contribuem para adiá-lo, como propõe Ailton Krenak (2020, p. 24): “A ecologia do saber deve integrar a nossa experiência cotidiana”.

Contudo, como aponta Santos (2019), nas comunidades periféricas e tradicionais são produzidos saberes orgânicos, que se articulam com os saberes acadêmicos na construção de uma nova ciência – uma ciência que acolha os conhecimentos ancestrais e respeite outras epistemologias. Quando a ciência se recusa a dialogar com essas formas de saber, perde, segundo Boaventura de Sousa Santos (2021), a oportunidade de ampliar seu escopo e de encontrar soluções mais eficazes e justas para os problemas da sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a estratégia de apagamento das línguas africanas não foi plenamente eficaz, assim como o projeto de embranquecimento da população brasileira não prosperou. As influências das línguas africanas e indígenas no vocabulário do português falado no Brasil são evidentes, assim como a resistência dos povos originários e africanos em preservar suas culturas e línguas, que permanecem vivas até os dias atuais. O estudo evidencia que, embora as condições tenham sido favoráveis à aquisição da nova língua (o português), foram desfavoráveis ao completo apagamento das línguas maternas africanas. Ainda hoje, os vestígios dessas línguas transplantadas estão presentes no cotidiano da população brasileira, seja por meio das variações regionais, seja nos modos de pronunciar palavras herdados dos antepassados – especialmente por meio da oralidade, que funciona como importante registro informacional e cultural.

Além disso, observa-se que as manifestações culturais desempenharam um papel fundamental na preservação e resistência da memória africana. Essa resistência pode ser identificada nas religiões de matriz africana, como o Candomblé, que manteve cânticos em iorubá e o culto aos orixás; nas letras do samba e do rap, que narram realidades, constroem identidades e denunciam opressões; e nos desfiles e enredos das escolas de samba, que resgatam a história e evidenciam a contribuição intelectual, cultural e

social dos negros na construção do Brasil – muito além do trabalho braçal. O domínio da escrita pelo povo negro, por sua vez, tornou-se ferramenta essencial para a contestação do sistema opressor. Através da produção intelectual, homens e mulheres negras passaram a disputar espaços de representação, promovendo novas perspectivas sobre a identidade negra na sociedade brasileira e contribuindo para a ruptura do paradigma que os reduzia à condição de mercadoria, reivindicando o reconhecimento pleno enquanto cidadãos e sujeitos históricos.

REFERÊNCIAS

A CARNE - Elza Soares (Videoclipe Oficial). [S.l.; S.n.], 2017. 1 vídeo (4 min. e 49 seg.) Publicado no canal Elza Sores. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>. Acesso em 24 fev.2024.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. 151 p. (Feminismos plurais).

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livre, não livres, pretos, ingenuos: negros nas legislações educacionais do XIX.

Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201609141039>

BONVINI, Emílio. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (org.).

África no Brasil: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008. p.101-144.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2008.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Das línguas africanas ao português brasileiro. **Afro-Ásia**, Salvador, v.14, p.81-106, 1983.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019. 493 p.

COMETTI, Ana. Artesã revela a real história das bonecas Abayomis que serão tema de desfile. **A Gazeta**, [S.l.], 31 mar. 2022.

EMICIDA - Principia - ao vivo part. Pastor Henrique Vieira. [S.l.; S.n.], 2021. 1 vídeo (9 min. e 38 seg.). Publicado pelo Canal Emicida. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h8gotN_Na28. Acesso em: 24 fev.2024.

FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida Maria Taddoni. **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008. *E-book*.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GONZALÉS, Lélia; HASENBALG, Carlos. **O lugar do negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GRADA, Kilomba. **Memória da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

GRASSO, Mariana. RJ: terreiro de Umbanda é alvo de ataque e roubo; bíblia é deixada no local. **CNN**, São Paulo, 29 jan, 2025.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistêmicos do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, [S.l.], v.31, n.1, p.25-49, 2016.

PIAGET, Jean et al. **Problemas de psicolingüística**. São Paulo: Mestre Jou, 1973. pág. 63-74

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos ventos, 2019.

KRENAK, Airton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARQUES, Marília. A Cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil, ONU ao lançar a campanha contra violência. **G1**, São Paulo, 07 nov. 2017.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no Brasil**. Brasília, DF: Funag, 2012.

MICHALISZYN, Mario S. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MUCALE, Ergimino Pedro. **Afrocentricidade: complexidade e liberdade**. 2. ed. Maputo: Gráfico Paulinas, 2023.

OLIVEIRA JÚNIOR, Marcelo Queiroz. O desenvolvimento da linguagem sociabilizada no ambiente escolar: uma revisão piagetiana. **Educação & Linguagem**, [S.l.], v.7, n.2, p. 86-97, 2020.

PEREIRA, Everton Almeida. Sujeito e linguagem: as palavras e as coisas, de Michel Foucault. **Estudos semióticos**, [S.l.], v.7, n.2, p.94-101, 2011.

SANTOS, Antônio Bispo dos. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In: OLIVIA, Anderson Ribeiro; CHAVES, Marjorie Nogueira; FELICIE, Renísia Cristina Garcia; NASCIMENTO, Wanderson F. et al. (org.). **Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 23-35.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do ciclo vicioso**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

SANTOS, Neusa Santos. **Torna-se negro**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2021.

VIANA, Iamara da Silva. Escrever para não silenciar: africanos, enfermidades e acesso às primeiras letras no Sudeste, escravista, notas de pesquisa. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 12, n. Ed. Especial, p. 392-409, 2020.

ZUMBI (África Brasil) - Jorge Ben Jor Clip. [S.l.: s.n.], 2017. (3 min.) 1 vídeo. Publicado no Canal Benjor Cifrado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=igfL-jWgluA>. Acesso em: 24 fev. 2024.

CAPÍTULO 5

IMPREENSA NEGRA & PODER RACIAL: A INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA & LIBERTAÇÃO

Karina Ceci de Sousa Holmes

Edilson Targino de Melo Filho

INTRODUÇÃO

A informação, enquanto instrumento de poder e resistência, moldou historicamente as lutas por emancipação de grupos marginalizados. No contexto brasileiro, a imprensa negra emergiu como uma ferramenta vital na contestação ao racismo estrutural e na construção de narrativas libertárias para populações afrodescendentes. Periódicos como *Verdade* (1888-1889), produzido em Areia-PB, destacaram-se não apenas pelo registro das violências pós-abolição, mas também pela articulação de estratégias de justiça informacional, confrontando o epistemicídio – processo de apagamento dos saberes negros – e reivindicando um lugar de fala para sujeitos historicamente silenciados. Este trabalho, fruto do projeto de pesquisa “Memória do Jornalismo Areiense: a informação como elemento da Preservação Histórica e Cultural da Cidade”, busca analisar o papel da imprensa negra local na resistência antirracista e na preservação da memória coletiva, tomando como eixo central o jornal *Verdade* e seu impacto sociopolítico.

O objetivo geral consiste em investigar como a imprensa negra areiense atuou na promoção da justiça informacional, na denúncia de

violências raciais e na construção de identidades negras autônomas, contribuindo para a preservação histórica e cultural da região. A relevância deste estudo reside em sua dupla contribuição: para os campos da Biblioteconomia Negra e da História da Imprensa, ao destacar o papel da informação como ferramenta de resistência; e para a sociedade, ao reforçar a necessidade de salvaguardar registros históricos que combatem apagamentos sistêmicos.

A análise crítica de jornais como o *Verdade* não apenas resgata vozes subalternizadas, mas também fortalece a compreensão de que a memória jornalística é um pilar fundamental para a reconfiguração simbólica de cidades marcadas por legados coloniais. Assim, este capítulo se justifica como um esforço acadêmico e político para visibilizar lutas ancestrais e subsidiar reflexões contemporâneas sobre equidade racial e direito à memória.

A IMPRENSA NEGRA COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA

Historicamente, a informação foi controlada pelas elites brancas, reforçando a desumanização dos corpos negros. A imprensa negra emergiu no Brasil como um contraponto a essa estrutura, utilizando-se da palavra escrita para divulgar notícias sobre libertos, denunciar violências raciais e amplificar vozes de intelectuais negros. Como destacam Elliott e Aquino (2011, p. 329), esses periódicos funcionaram como “catalisadores das expressões políticas, institucionais e diálogos socializantes sobre relações interracialis”, desafiando a legitimação da desigualdade pela cor da pele.

No contexto pós-abolição (1888), marcado pela exclusão social e pela persistência de hierarquias raciais, a imprensa negra institucionalizou-se como ferramenta de resistência política e identitária. Jornais como *O Menelick* e *A Pérola* (1916) tornaram-se plataformas para denunciar desigualdades, reivindicar direitos e construir narrativas alternativas àquelas dominantes na imprensa branca. Roger Bastide, pioneiro nos estudos sobre o tema, ressaltou que esses veículos não apenas contestavam o racismo estrutural, mas também afirmavam uma consciência coletiva negra, articulando educação, memória e luta por cidadania.

Após a abolição, a população negra enfrentou a falta de acesso a direitos básicos, como educação e trabalho digno. Nesse cenário, a

imprensa negra assumiu um papel duplo: informar e formar. Conforme Freitas (2009) e Souza (2007), esses periódicos não apenas noticiavam fatos, mas incentivavam comportamentos alinhados à luta por igualdade, combatendo estereótipos e promovendo a autoestima racial. Em *A Pérola*, por exemplo, anúncios satíricos criticavam a hipocrisia social, enquanto artigos educativos defendiam a formação intelectual como caminho para emancipação.

No interior do Brasil, essa resistência ganhou contornos ainda mais urgentes. Em Areia-PB, o jornal *Verdade* denunciava publicamente as violências sofridas pelos “cabras de engenho”, trabalhadores rurais negros que, mesmo após a abolição, continuavam submetidos a castigos físicos semelhantes aos do período escravista. Como aponta Souto (2015, p. 18), “o ‘cabra de eito’ [...] sofria duras penas no seu labor cotidiano”, evidenciando a perpetuação de opressões. O *Verdade* não apenas documentava essas injustiças, mas também articulava um discurso político de afirmação da cidadania negra, confrontando resquícios do autoritarismo escravista.

A imprensa negra atuou ainda como guardiã da memória, resgatando episódios históricos silenciados, como revoltas de escravizados e a resistência haitiana. Para Halbwachs (2006), a memória coletiva é essencial para o sentimento de pertencimento, e esses jornais cumpriam esse papel ao ressignificar o passado e projetar um futuro de igualdade. Em *O Menelick*, o conto *Episódio da Revolta da Ilha de São Domingos* (1916) revisitava a Revolução Haitiana (1804) transformando-a em símbolo de luta contra a opressão.

Essa articulação entre memória e resistência permitiu que a imprensa negra transcendesse a função informativa, tornando-se um instrumento de emancipação. Fernandes (1978, p. 283) reforça que, mesmo em uma sociedade marcada por hierarquias raciais, os jornais negros desafiavam a “inércia conservadora” do convívio interracial, promovendo a integração crítica do negro à sociedade de classes.

A conservação desses periódicos em acervos, como os da Universidade Federal do Ceará (Elliott; Aquino, 2016) e da Universidade Federal da Paraíba (Holmes; Melo Filho, 2024), evidencia seu valor histórico e político. Mais do que registros do passado, esses

jornais influenciaram movimentos posteriores, como a Frente Negra Brasileira (década de 1930), e institucionalizaram-se como espaços de articulação política, conectando associações, clubes culturais e lideranças negras.

A imprensa negra foi, e continua sendo, uma ferramenta de resistência que combateu a invisibilidade e a opressão racial. Ao produzir discursos contra-hegemônicos, esses veículos fortaleceram a identidade negra, promoveram a educação crítica e desafiaram estruturas racistas. Sua relevância persiste não apenas como registro histórico, mas como inspiração para lutas contemporâneas, reforçando que a informação, quando aliada à memória e à ação política, é um instrumento transformador.

EPISTEMICÍDIO E JUSTIÇA INFORMACIONAL

A produção intelectual negra foi sistematicamente marginalizada por meio do epistemicídio, conceito que descreve a supressão violenta de saberes de grupos racializados, especialmente em contextos coloniais e pós-coloniais. Como discutem Gonçalves e Mucheroni (2021), o epistemicídio opera por meio da destruição de conhecimentos subalternos, perpetuando hierarquias que privilegiam epistemologias eurocêntricas. No Brasil, esse processo se manifestou no apagamento das experiências negras na historiografia oficial, como aponta Souto (2015, p. 23) ao denunciar o “silêncio profundo sobre a vida dos egressos do cativeiro e da própria história do trabalho inserida no pós-emancipação”. A invisibilização dessas narrativas reforça a colonialidade do saber, que, segundo Quijano (2000), estrutura relações de poder baseadas na racialização e na dominação epistêmica.

A imprensa negra emergiu como um espaço de reparação histórica e preservação da memória coletiva, contestando diretamente o epistemicídio. Jornais como *O Menelick* e *A Pérola* (1916) não apenas documentaram protestos e reivindicações, mas construíram narrativas alternativas que ressignificaram a identidade negra. Como destaca Walsh (2007), essa prática se alinha às “epistemologias insurgentes”, que desafiam a hegemonia do conhecimento ocidental ao valorizar saberes marginalizados. A imprensa negra funcionou como um contra-arquivo, oferecendo

registros políticos e simbólicos que restituíram aos sujeitos negros seu lugar de fala na história.

No interior do Brasil, o jornal *Verdade*, em Areia-PB, exemplificou essa resistência. Ao denunciar violências contra trabalhadores rurais negros no pós-abolição, o periódico atuou como vetor de justiça informacional, conceito que engloba o acesso equitativo à informação, o reconhecimento de vozes marginalizadas e a participação ativa na produção de conhecimento (Mathiesen, 2015). O *Verdade* confrontou a “pobreza informacional” (Butcher, 2009), combatendo o silenciamento imposto pelas elites e promovendo a emancipação social por meio da informação crítica. Essa prática dialoga diretamente com os princípios da justiça informacional, como: a) combate às injustiças estruturais, ao expor violências racializadas; b) repúdio às lógicas capitalistas de controle da informação, ao amplificar vozes excluídas; c) promoção de acesso aberto, ao utilizar a escrita como ferramenta de democratização (Silva *et al.*, 2021). A justiça informacional, portanto, não se limita ao acesso técnico à informação, mas envolve reconhecer e reparar desigualdades epistêmicas.

A imprensa negra demonstra que a luta contra o epistemicídio é inseparável da justiça informacional. Ao contra-arquivar narrativas e promover epistemologias insurgentes, esses veículos não apenas preservaram a memória coletiva, mas criaram bases para uma Ciência da Informação descolonial (Mignolo, 2017). Seu legado desafia a área a repensar práticas de curadoria, acesso e produção de conhecimento, garantindo que os princípios de equidade e reconhecimento orientem futuras ações — um chamado urgente em sociedades ainda marcadas pela herança colonial.

O JORNAL VERDADE E A LUTA PELA CIDADANIA NEGRA

Em 1888, ano marcante para o Brasil com a abolição da escravidão, a cidade de Areia, na Paraíba, viu nascer o jornal *Verdade*, um veículo engajado nos debates nacionais sobre abolicionismo e republicanismo. Fundado em março de 1888, o periódico surgiu como continuidade das lutas locais lideradas pela Sociedade Emancipadora Areiense, reorganizada em 1883 sob influência das mobilizações abolicionistas cearenses. Com tiragem modesta de 200 exemplares, o

jornal operava na tipografia do *Areiense* e logo se destacou por suas denúncias contra a escravidão, como a publicação de listas de senhores de escravos e críticas aos castigos físicos contra libertos (Queiroz, 2021).

Segundo Horácio de Almeida (1980, p. 197), o Verdade foi fundado por Manuel da Silva, destacado militante da causa abolicionista, que “andava empenhado a fundo na campanha abolicionista” e, embora já colaborasse com o jornal *O Areiense*, sentiu a necessidade de criar “um pequeno órgão, que marcou época nos anais da imprensa de Areia”. A criação do Verdade representava, portanto, não apenas a continuidade de ações locais de emancipação, mas também a consolidação de um espaço próprio para a resistência negra e popular.

O Verdade não se limitou à propaganda: atuou como ferramenta de pressão política. Manuel da Silva utilizou suas páginas para expor irregularidades, como a manutenção ilegal de cativos sem matrícula na coletoria, baseando-se na Lei do Ventre Livre (1871) (Queiroz, 2021). A Sociedade Emancipadora Areiense, integrada por intelectuais como Rodolfo Pires e Francisco Xavier Júnior, mobilizou-se para arrecadar fundos para alforrias, promover festas públicas de celebração à liberdade e apoiar judicialmente escravizados. Esse movimento teve efeito concreto: entre 1873 e 1888, o número de escravizados em Areia caiu drasticamente de 1.680 para 49, refletindo a eficácia da articulação local.

Mesmo enfrentando oposição de figuras como Francisco Antônio Casullo, último grande escravista da região, o Verdade manteve-se firme, denunciando abusos e pressionando a Câmara Municipal a adotar medidas como a taxação da posse de escravos e a regulamentação do trabalho livre. Em abril de 1888, Areia foi declarada “livre”, antecipando-se à promulgação da Lei Áurea (Queiroz, 2021).

No entanto, como aponta Souto (2015), apesar da vitória abolicionista, as estruturas de opressão racial não foram completamente desmanteladas. O jornal Verdade continuou atuando, denunciando maus-tratos e a escravização ilegal de “ingênuos” – filhos de mulheres escravizadas após a promulgação da Lei do Ventre Livre.

Após a abolição, o Verdade abraçou a propaganda republicana, tornando-se, conforme Almeida (1980), “o porta-voz da propaganda

republicana” em Areia, e “ressoava o clarim da Verdade pelo advento do novo regime” (Almeida, 1980, p. 197). Sua trajetória evidencia como a imprensa negra e aliada foi fundamental na articulação de novos projetos políticos, ainda que limitados pelas perspectivas liberais de seus redatores. Como observa Queiroz (2021), o jornal refletia o ideal de trabalhadores “livres” e “civilizados”, sem, no entanto, propor reformas sociais profundas que realmente alterassem as hierarquias raciais e econômicas.

Apesar de sua relevância como espaço de resistência, o Verdade também reproduziu certas contradições. Enquanto defendia a educação pública e combatia arbitrariedades políticas, expressava visões elitistas sobre práticas culturais populares como o entrudo e os sambas, associando-os à “ociosidade” (Queiroz, 2021).

A continuidade do periódico, mesmo após o falecimento de Manuel da Silva, foi garantida por nomes como Xavier Júnior, Rodolfo Pires, Otacílio de Albuquerque e José da Costa Machado (Almeida, 1980). Além disso, as oficinas do Verdade imprimiram outros jornais importantes para o cenário local, como o estudantil A Escola (1890), reafirmando a importância da imprensa como espaço de circulação de ideias e formação de consciências.

Portanto, o Verdade foi não apenas um repositório de discursos antirracistas, mas também parte ativa de um movimento de politização do cotidiano dos libertos, transformando episódios aparentemente banais – como conflitos por moradia, salário justo e reconhecimento social – em arenas de disputa de poder simbólico e político.

Sua história ressoa até hoje como exemplo da potência da imprensa negra e aliada na luta contra o racismo e pela cidadania plena, mesmo dentro de contextos locais e profundamente conservadores.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa desenvolvida neste capítulo pautou-se na análise crítica de fontes documentais, especialmente jornais da imprensa negra, como o Verdade (1888-1889), buscando desvendar narrativas invisibilizadas e compreender o papel da informação na resistência racial. Fundamentamo-nos em uma abordagem qualitativa,

caracterizada pela ênfase na compreensão profunda dos fenômenos sociais e culturais, e não pela representatividade numérica dos dados (Silveira; Córdova, 2009).

O processo metodológico envolveu a recuperação, leitura crítica e análise de jornais históricos, com o objetivo de identificar práticas de justiça informacional e estratégias de combate ao epistemicídio. Assim como propõem Minayo, Deslandes e Gomes (2009, p. 14), compreendemos a metodologia como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, integrando teoria, técnica e a sensibilidade criativa do pesquisador.

Em cada fase da investigação, a análise foi permeada pela indignação, pela busca de justiça e pelo desejo de transformação social, sentimentos inevitáveis diante das injustiças documentadas nos jornais (Minayo; Deslandes; Gomes, 2009). A interpretação das fontes demandou a mediação entre o rigor científico e a responsabilidade ética com as memórias resgatadas, alinhando-se à perspectiva de Arendt (2014, p. 34), para quem “a função da mente é compreender o acontecido”, iluminando realidades ocultadas pela história oficial.

A pesquisa caracterizou-se como descritiva e documental, pois se baseou na coleta e interpretação de dados retirados de documentos históricos (Silveira; Córdova, 2009). A análise documental permitiu classificar, descrever e interpretar os elementos informacionais presentes nos periódicos, em diálogo com notas, editoriais e colunas de destaque.

Recursos tecnológicos, como digitalização de acervos e armazenamento em plataformas colaborativas (Google Drive), foram empregados para possibilitar o acesso remoto aos documentos e facilitar o trabalho em equipe, superando as barreiras geográficas entre os pesquisadores (Melo Filho; Holmes, 2024).

As etapas metodológicas seguiram o seguinte fluxo:

- separação e seleção dos jornais;
- higienização e digitalização do acervo;
- análise crítica das informações;
- elaboração de fichas de descrição;
- organização e representação descritiva dos dados;

- construção de inferências sobre a resistência negra através da informação.

Apesar das dificuldades enfrentadas, como a má conservação de algumas cópias, a imersão nas fontes possibilitou a reconstrução de fragmentos da memória coletiva negra, ainda que reconhecendo os limites inerentes às fontes disponíveis.

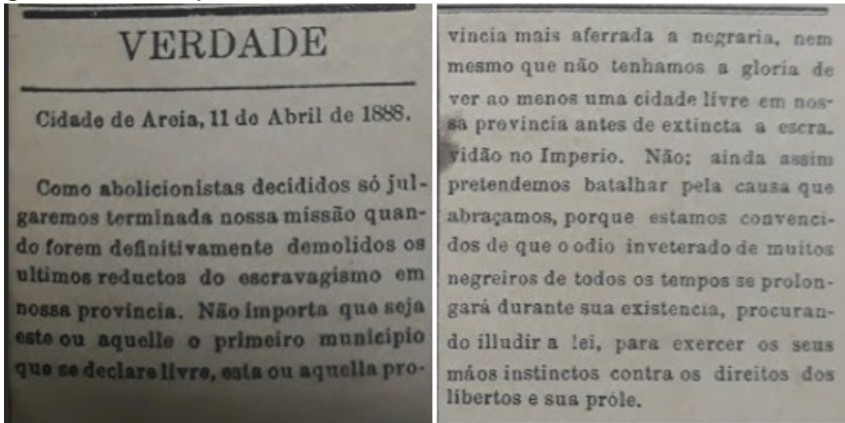
Portanto, o percurso metodológico adotado permitiu não apenas o resgate de registros históricos da imprensa negra, mas também uma reflexão crítica sobre seu papel na promoção da justiça informacional e na contestação ao epistemicídio.

RESULTADOS: O JORNAL *VERDADE* COMO FERRAMENTA DE LUTA E FISCAL DA CIDADANIA NEGRA

A análise do *Verdade* revela que as publicações desempenharam um papel fundamental na luta contra o racismo estrutural, revelando sua atuação decisiva como ferramenta de luta pela cidadania negra em Areia. Além disso, destaca-se que a imprensa negra foi um espaço de articulação política, fortalecendo a identidade, a construção da memória coletiva e a consciência racial da população afrodescendente.

Desde sua fundação, o **Verdade** se posicionou como um órgão abolicionista ativo. Em editorial de abril de 1888, proclamava: *“Como abolicionistas decididos, só julgaremos terminada nossa missão quando forem definitivamente demolidos os últimos redutos do escravagismo em nossa província”* (Jornal Verdade, 11 abr. 1888). Essa afirmação traduz o compromisso explícito com o fim da escravidão e com a consolidação da liberdade para todos os ex-escravizados.

Figura 1 - Editorial jornal Verdade. ANNO I. Nº 3, 11 de abril de 1888.



Fonte: Acervo Biblioteca Setorial CCA/UFPB (2025)

Verdade

Cidade de Areia, 11 de Abril de 1888.

Como abolicionistas decididos só julgaremos terminada nossa missão quando forem definitivamente demolidos os ultimos reductos do escravagismo em nossa provincia. Não importa que seja este ou aquelle o primeiro municipio que se declare livre, esta ou aquella província mais aferrada a negraria, nem mesmo que não tenhamos a gloria de ver ao menos uma cidade livre em nossa provincia antes de extincta a escravidão no Imperio. Não; ainda assim pretendemos batalhar pela causa que abraçamos, porque estamos convencidos de que o ódio inveterado de muitos negreiros de todos os tempos se prolongará durante sua existencia, procurando illudir a lei, para exercer os seus máos instinctos contra os direitos dos libertos e sua próle.

O jornal desempenhou papel de fiscal da liberdade, denunciando senhores que mantinham libertos sob coerção ou em condições análogas à escravidão. Casos como o de Francisca, liberta que “não passava semana sem sofrer chicotadas ou castigos” mesmo após o fim oficial da escravidão (Jornal Verdade, abr. 1888), exemplificam como o periódico expunha publicamente a continuidade da violência racial e o racismo institucionalizado.

Além de servir como mecanismo de denúncia e resistência, a imprensa negra funcionou como instrumento pedagógico e de

articulação comunitária. O Verdade, em especial, publicou textos que propunham não apenas a crítica, mas também a mobilização de iniciativas sociais, como a fundação da Associação Beneficente Areiense.

Figura 2 - Editorial jornal Verdade. ANNO III. Nº 386, 08 de novembro de 1890.



Fonte: Acervo Biblioteca Setorial CCA/UFPB (2025)

Com o [sic] estas linhas fundou-se nesta cidade no dia 6 de Novembro de 1887, uma associação com o humanitário fim de auxiliar aos associados com quantias que forem solicitadas mediante juro e penhor, e de socorrê-los em caso de indigência. Foram seus promotores, alguns artistas aqui residentes que, destacando-se da maioria de seus colegas, entenderam criar esta espécie de monte-pio obrigatório, a fim de evitar que continuassem esta cidade a presenciar o triste espetáculo de se mendigar esmolas por meio de subscrições para socorrer artistas que prostrados no leito por uma doença qualquer durante oito ou mais dias, morreriam certamente de fome uma vez que o seu estado de pobreza os expunha! Assim nobremente impulsionados alguns artistas para quem a sorte não tem sido de toda adversa [sic] se mantido na melhor ordem e produzido já os mais benéficos resultados. E no entretanto para lamentar-se que a maioria dos artistas aqui domiciliados

não tenha ainda querido incorpora-se a esta humanitária associação, apresentando frívolos motivos e deixando se arrastar por uma ignorância cega e inqualificável. E o que mais nos admira é que aqueles que já no leito foram socorridos pela caridade pública, não se recordando do quanto é amargo o pão adquirido por meio de subscrições, sejam hoje os primeiros a não ligar a menor importância a uma sociedade que lhe garante os precisos meios para tratar-se em suas enfermidades dando sustento necessário para si e suas famílias! Nunca porem é tarde para arrependimento. Reflitam, cidadãos artistas lembrem-se do dia de amanhã.

A análise crítica da dissertação permite afirmar que o Verdade contribuiu para a emergência de uma esfera pública negra local, onde vozes subalternas puderam encontrar meios de articulação política e cultural. O jornal não apenas documentava as agruras do pós-abolição, mas também se engajava em transformá-las, ao denunciar injustiças, propor alternativas e afirmar a existência de sujeitos históricos negros atuantes e conscientes de sua condição.

Além das denúncias, o Verdade pressionava as autoridades locais. Reivindicava medidas efetivas da Câmara Municipal para garantir a emancipação plena, cobrando a emissão formal de cartas de liberdade e a regulamentação do trabalho livre. Essas ações se conectam ao conceito de justiça informacional defendido por Silva e colaboradoras (2022), no qual se busca garantir não apenas o acesso, mas o reconhecimento e a proteção dos sujeitos informacionais historicamente subalternizados.

A “cidade negra” de Areia, como sugerido por Souto (2015), não era um espaço homogêneo ou passivo. Ao contrário, apresentava múltiplas formas de resistência e reinvenção cultural, sendo o Verdade um canal fundamental dessa luta por memória, pertencimento e justiça informacional.

Como observa Queiroz (2021), a atuação do jornal extrapolava a denúncia: mobilizava festas públicas, arrecadação de fundos e apoio jurídico, formando uma verdadeira rede de proteção social para os libertos. A luta veiculada nas páginas do Verdade articulava práticas jurídicas, culturais e políticas, configurando um projeto de cidadania negra que, mesmo limitado pelos ideais liberais da época, representava um avanço concreto.

Esses resultados demonstram que a imprensa negra foi mais do que um repositório de notícias: ela exerceu um papel propositivo, educativo e organizativo, favorecendo a construção de uma consciência racial coletiva e estimulando os primeiros passos de mobilização negra no interior nordestino.

Contudo, a análise também revela as contradições internas do projeto do jornal. Embora denunciasses as injustiças, o *Verdade* reproduzia certa visão elitista em relação às manifestações culturais populares, associando práticas como o entrudo e os sambas à “ociosidade” (Queiroz, 2021). Essa ambivalência expressa a tensão entre os ideais de civilização republicana e as práticas culturais negras no período.

O trabalho realizado pelo jornal alinha-se ao que Walsh (2007) chama de epistemologias insurgentes: modos de produção e disseminação de saberes que confrontam a lógica do epistemicídio. O *Verdade* atuava, assim, como um espaço contra-hegemônico de arquivamento das experiências negras, contrapondo-se à narrativa oficial que tendia a invisibilizar a luta dos libertos, como já destacado por Souto (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa negra demonstrou-se essencial para a construção de uma história negra autônoma e para a resistência contra a exclusão racial. A preservação e o estudo dessas publicações são fundamentais para garantir a justiça informacional e combater os apagamentos históricos.

A análise da atuação do jornal *Verdade* no contexto do pós-abolição areense evidencia a importância da imprensa negra como ferramenta de resistência e reconfiguração simbólica da cidadania negra. Ao dar voz aos sujeitos subalternizados, denunciar violências e articular formas de solidariedade racial, esse jornal transcendeu sua função informativa e tornou-se um verdadeiro instrumento de emancipação.

A trajetória do *Verdade* comprova que a imprensa negra e seus aliados, mesmo em contextos locais e adversos, foram fundamentais na politização do cotidiano dos libertos, transformando episódios de

violência, de exploração e de resistência em arenas públicas de disputa simbólica e política.

Os resultados da análise documental confirmam que o Verdade foi uma trincheira de resistência negra, reafirmando a importância da informação como arma de luta e da memória coletiva como patrimônio a ser preservado para as gerações futuras.

Portanto, reconhecer a imprensa negra como um espaço de insurgência epistêmica e política é essencial para os estudos contemporâneos da Biblioteconomia Negra e da justiça informacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1980.

ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2014.

BUTCHER, Matthew P. At the foundations of information justice. **Ethics and Information Technology**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 57-69, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

ELLIOTT, Ariluci Goes; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Informação, imagem e memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra da Biblioteca da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 329-345, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

GONÇALVES, Robson de Andrade; MUCHERONI, Marcos L. O que é epistemicídio? Uma introdução ao conceito para a área da Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2021.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

MATHIESEN, Kay. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Library Trends**, [S.l.], v. 64, n. 2, 2015.

MELO FILHO, Edilson Targino de; HOLMES, Karina Ceci de Sousa. A cidade de Areia e os mistérios escondidos nas páginas jornalísticas: organização e descrição da informação em jornais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE

BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30., 2024, Recife. **Anais[...]** Recife: FEBAB, 2024.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 32, n. 94, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2009.

QUEIROZ, Ivandro Batista de. **Sonhos de uma liberdade republicana, nas páginas do jornal Verdade, Areia-PB (1888-1892)**. 193f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça social e população negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, 2022.

SILVEIRA, Denise; CÓRDOVA, Clarice Fortkamp. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUTO, Pedro Nicácio. **A imprensa negra na Paraíba: o jornal Verdade (1888-1889)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2015.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas**, [s.l.], n. 26, p. 102-113, 2007.

CAPÍTULO 6

UM ESPAÇO DA HOSPITALIDADE RADICAL: BIOGRAFIA DO ACERVO DO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Wellington Marçal de Carvalho

Anália das Graças Gandini Pontelo

Vanicléia Silva Santos

Diná Marques Pereira Araújo

INTRODUÇÃO

Este ensaio recorre ao operador teórico-conceitual “antimuseu”, do filósofo camaronês Achille Mbembe (2017), para compreender a movimentação institucional que culminou na formação de uma coleção bibliográfica de autores africanos publicados por editoras africanas. Esse acervo foi abrigado no espaço do Centro de Estudos Africanos (CEA), na Biblioteca Central, no *campus* da Pampulha, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte. Este texto revisita os esforços empreendidos, conjuntamente, pela Diretoria da Biblioteca Universitária / Sistema de Bibliotecas (BU-SB/UFMG) e pela então Coordenação do CEA, vinculada à Diretoria de Relações Internacionais (DRI/UFMG), que levaram à formação desse acervo ou “lugar-outro” marcado pela “hospitalidade radical”, nos termos de Mbembe. A ação institucional de criação de uma coleção com essa configuração na UFMG estava alinhada às políticas incentivadas, no âmbito do Governo Federal brasileiro, para redesenhar as parcerias bilaterais com países africanos, no início dos anos 2010.

A partir do arcabouço normativo nacional que regulamenta essa matéria, compartilham-se os estratagemas que possibilitaram a localização, aquisição, recebimento, tratamento biblioteconômico, patrimonialização e disponibilização, para o público, de aproximadamente duas mil obras produzidas por massa crítica de diferentes países africanos, no próprio continente ou na diáspora. Nesse montante, há presença maciça de títulos dos sistemas literários de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, além dos de outras nações africanas. Considera-se que a incorporação dessas obras no acervo geral do Sistema de Bibliotecas da universidade consolida uma antibiblioteca na UFMG, que contribui para mitigar regimes de desigualdade e potencializar a oferta de construtos erigidos por africanos considerados, equivocadamente, como não-canonizáveis.

O objetivo deste texto é retomar aspectos abordados em falas proferidas por autores deste ensaio em eventos específicos realizados na universidade. Uma das conferências fez parte da série de Encontros “*Acervos Bibliográficos de Culturas Africanas*”⁹, realizada, em 18 de novembro de 2020, promovida pela Divisão de Coleções Especiais do Sistema de Bibliotecas da UFMG. Além disso, a partir do olhar da Biblioteconomia, o diálogo proporcionado pela Divisão de Coleções Especiais, nesse evento, buscou ressaltar a importância e a relevância das discussões sobre acervos bibliográficos produzidos em África e se configurou como um ato antirracista. Este é “o fio da meada” da abordagem proposta neste ensaio.

Em termos metodológicos foi adotada a pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória e descritiva, numa vertente qualitativa (TRIVIÑOS, 1987), bem como, foram cotejados documentos arquivísticos que historicizam a coleção, alocados na sala que abriga o acervo em apreço.

O SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFMG

A Biblioteca Universitária é órgão vinculado à Reitoria que tem, na sua estrutura, um Conselho Diretor, formado por representantes dos servidores técnico-administrativos em Educação, dos docentes e do corpo discente da instituição. O SB/UFMG tem uma diretoria¹⁰, composta por servidores lotados nas bibliotecas setoriais que o integram, com mandato de dois anos, bem como algumas comissões

⁹ Participaram dela: a Profa. Ana Paula Meneses Alves (ECI/UFMG) e a Profa. Franciéle Carneiro Garcês, (UNIR).

¹⁰ A diretoria da BU-SB/UFMG, no período iniciado em 13 de junho de 2023 é composta pela bibliotecária Izabel Antonina de Araújo (diretora) e o bibliotecário Wellington Marçal de Carvalho (vice-diretor).

temporárias. A diretoria abriga-se, fisicamente, no prédio da Biblioteca Central, conta com uma secretaria e algumas divisões técnicas, como, por exemplo, a Divisão de Coleções Especiais e Obras Raras, Divisão de Comunicação, Divisão de Formação e Desenvolvimento do Acervo, entre outras. Além disso, há seções administrativas, tais como as de Compras, Contabilidade, Seção de Pessoal e Serviços Gerais. Interessa, neste ensaio, abordar o papel da Divisão de Coleções Especiais (DICOLESP). Dentre as normas que regulamentam o funcionamento dessa estrutura organizacional, importa destacar a *Resolução nº 02*, de 23 de fevereiro de 2010, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG (CEPE/UFMG), que dispõe sobre algumas regras e diretrizes relativas ao acolhimento de acervos especiais pela BU-SB/UFMG.

Atualmente, o SB/UFMG é composto por 26 bibliotecas, estando a maior parte delas localizada no *campus* da Pampulha, no bairro do mesmo nome, Belo Horizonte, em Minas Gerais. Ressalte-se, entretanto, que há outras bibliotecas, cobrindo várias áreas do conhecimento, situadas no centro da capital mineira (Faculdade de Direito, Escola de Arquitetura, Escola de Farmácia e Faculdade de Medicina) e em outras cidades, a exemplo do Instituto de Ciências Agrárias (ICA), em Montes Claros, na Região Norte do Estado, situada a aproximadamente 420 quilômetros da capital; uma unidade no município de Diamantina, no Instituto Casa da Glória, vinculado ao Instituto de Geociências (IGC) da UFMG; e, outra, localizada na cidade de Tiradentes, no *campus* cultural da universidade.

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) fez convite a vários sistemas de bibliotecas do Brasil e às unidades de informação para pensarem a história das bibliotecas acadêmicas, no período de 2016 a 2017. À época, a Diretoria da BU-SB/UFMG, foi convidada a relatar parte da trajetória de um sistema consolidado, e já com uma considerável “quilometragem”, então com 90 anos, produziu um texto que foi publicado no volume 46, número 2/2017, do periódico *Ciência da Informação*, escrito pelas bibliotecárias Gracielle Mendonça Rodrigues Gomes e Anália das Graças Gandini Pontelo e pelo bibliotecário Wellington Marçal de Carvalho. Além disso, em 2017, por ocasião das comemorações do aniversário de 90 anos da UFMG, o SB/UFMG realizou intenso trabalho de retomada da sua memória, sendo um dos subprodutos desse

trabalho uma exposição intitulada “*Uma viagem interplanetária pelo Sistema de Bibliotecas*” e um catálogo com o mesmo título, com curadoria da jornalista Carla Pedrosa e sua equipe.¹¹

O CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

A Diretoria de Relações Internacionais (DRI/UFMG) agrega os diversos centros de estudos internacionais da instituição, entre os quais está o Centro de Estudos Africanos (CEA), também vinculado à política de internacionalização da universidade. Entre seus objetivos está o de congregar pesquisadores da UFMG e de outras instituições de ensino superior que desenvolvam pesquisas pertinentes à África ou com a participação de pesquisadores africanos; fomentar a internacionalização da UFMG na África e incrementar as atividades de cooperação acadêmica entre a UFMG e instituições de ensino superior africanas. Embora o Centro de Estudos Africanos conste na página eletrônica da DRI¹², ele pode ser acessado, também, pelo seu *site* específico. A página eletrônica disponibiliza inclusive informações “Sobre o acervo e algumas regras para consulta” e seu horário de funcionamento.

Ainda nesse *site*, clicando-se no *link* “Acervo e Conhecendo o acervo do CEA”, acessa-se uma lista de títulos em *links* que, ao se clicar nos mesmos, se expandem. Além de isso ensejar acesso a informações sobre cada obra, permite que se abram várias delas e que se tenha acesso ao seu texto completo.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL E A CRIAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS NA UFMG

Neste tópico, apresenta-se o contexto que levou à constituição do Centro de Estudos Africanos na UFMG, criado em 12 de novembro de 2012, na gestão do reitor professor Clélio Campolina Diniz (2010-2014). A criação desse centro resultou de um projeto que partiu da Reitoria, resultante de uma demanda da conjuntura nacional brasileira

¹¹ Para saber mais sobre o SB/UFMG, ver: Carvalho, Pontelo e Araújo (2022); Araújo, Carvalho e Pontelo (2015a, 2015b) e Carvalho (2014).

¹² www.ufmg.br/dri/cea

para ampliar as relações bilaterais com países africanos. A criação do CEA, portanto, não emergiu da comunidade de professores e/ou estudantes.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) intensificou o projeto de aproximação e cooperação entre o Brasil e vários países da África. A presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) também deu continuidade a esse programa de aprofundamento das relações bilaterais entre Brasil e países africanos, incluindo os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs)¹³. Foi na conjuntura da primeira gestão de Dilma Rousseff que a UFMG, alinhada ideologicamente com o Governo de então, criou o Centro de Estudos Africanos, em 2012, e passou a apoiar ações governamentais visando ampliar as parcerias entre universidades africanas e brasileiras. No ano seguinte, o Ministério da Educação lançou o Programa Internacional de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Extensão por meio da Mobilidade Docente e Discente Internacional (Pró-Mobilidade Internacional), destinado à estruturação, ao fortalecimento e à internacionalização dos Programas de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação das universidades integrantes da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), em parceria com a CAPES. Esse programa incluía o Brasil e países africanos e asiáticos de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). Apesar de fazer parte da AULP, Portugal não foi incluído nesse programa, porque a intenção era fortalecer as relações Sul-Sul.

A reitoria da UFMG trabalhava muito proximamente ao Governo Federal, com o propósito de elaborar programas que visavam ao estreitamento de relações horizontais e sem hierarquias entre intelectuais de universidade brasileiras e seus pares de universidades africanas. A ideia era estimular a celebração de convênios de cooperação entre as referidas universidades e promover um diálogo que se distanciasse do vetor de transferência de tecnologia e informação. Com esse objetivo, publicaram-se editais como o do Pró-Mobilidade Internacional, mencionado acima. Nesse sentido, cumpre destacar que a parceria entre a UFMG e o Governo Federal para a

¹³ Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

implementação desses grandes editais foi absolutamente revolucionária no País.

O ano de 2013 foi um marco na história da internacionalização da UFMG no âmbito do investimento nas relações Sul-Sul, porque, em junho daquele ano, realizou-se o XXIII Encontro da AULP em Minas Gerais, evento que reúne reitores(as) e seus representantes de universidades africanas e asiáticas de língua oficial portuguesa. Na sequência do Encontro da AULP, inaugurou-se o Centro de Estudos Africanos da UFMG. Tudo foi planejado para que a criação do CEA contasse com presenças de autoridades de todos os países-membros da AULP. Esse evento foi um sucesso, pelo alcance internacional obtido e pela atmosfera de entusiasmo daquele momento. Além de autoridades da AULP, cerca de 15 professores da Europa, América Latina, América do Norte, África e Brasil, que coordenaram centros de estudos africanos em suas universidades, foram convidados a compartilhar suas experiências como diretoras e diretores desses centros.

Por ocasião da inauguração do Centro de Estudos Africanos da UFMG, apresentou-se vultoso projeto de um prédio denominado Centro de Estudos Estrangeiros, que abrigaria os recém-criados centros de internacionalização da UFMG: o Centro de Estudos Africanos, o Centro de Estudos Latino-americanos, o Centro de Estudos Indianos e o Centro de Estudos Europeus. Esse megaprojeto incluía um prédio de cinco andares – um para cada Centro – e, também, uma grande biblioteca, que deveria congrega acervos com temas afins a todos os centros citados. Ainda em 2013, uma cápsula foi enterrada, para ser aberta em cem anos. Nessa cápsula foram inseridos projetos, a planta do prédio e um vídeo animado, em 3D, sobre o referido edifício.

A organização desses centros foi estruturada, também, pela Reitoria. Cada centro contava com um Comitê de Coordenação, composto por cinco professores de diferentes áreas do conhecimento. Uma dessas pessoas era chamada de coordenador, com mandato de 2 anos. O primeiro coordenador do Centro de Estudos Africanos foi o professor Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves, da Faculdade de Educação (2012-2014). Com a mudança do reitorado, também mudou a composição da coordenação. Assim, Vanicléia

Silva-Santos, docente da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, assumiu a coordenação desse centro, exercendo-a de 2014 a 2018.

A partir de 2015, os professores que compunham o comitê gestor do CEA – Vanicléia Silva-Santos, Sônia Maria de Melo Queiroz, Eduardo Rios Neto e José Nélío Januário, do Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina da UFMG (NUPAD/UFMG) – retomaram a ideia de formar um acervo para o centro. O comitê, então, contatou a direção da Biblioteca Universitária da UFMG, que contou, também, com a ajuda do professor Eduardo Viana Vargas (Diretor da DRI), para viabilizar um espaço e constituir uma biblioteca composta por obras adquiridas em África. A diretoria da Biblioteca Universitária - SB/UFMG disponibilizou uma sala, no quarto andar da Biblioteca Central. Contando com vantajosos recursos financeiros, a coordenação do CEA propôs a organização de um espaço que pudesse, ao mesmo tempo, abrigar os livros e servir para a realização de reuniões e debates acadêmicos.

A sala do Acervo Africano foi e é espaço de encontros de grupos de pesquisa, atividades de ensino e de extensão. Um exemplo dessas atividades foi a reunião realizada, nesse espaço, do Grupo de Estudos Estéticas Diaspóricas (GEED/UFVJM/UNILAB/CNPq)¹⁴, coordenado pela professora Maria Nazareth Soares Fonseca (Figura 1).

Figura 1 - Reunião do GEED/CNPq na sala do Acervo do CEA



Fonte: Da esquerda para a direita: Robson Caetano dos Santos, Bruna Carla dos Santos, Karina de Almeida Calado, Marcélia Guimarães Paiva, Wellington

¹⁴ Para mais informações sobre o GEED ver Alves e Carvalho (2020) e, também, informações na aba *literÁfricas*, em <http://www.letras.ufmg.br/literafr/literafricas/geed>

Marçal de Carvalho, José Salvati Filho, Alice Botelho Peixoto, Professora Emérita Dra. Maria Nazareth Soares Fonseca, Anália das Graças Gandini Pontelo, Consuelo Dores Silva e Erinaldo de Jesus Borges. Fotografia de Leonardo Domenico Nóbrega Bastos, jun. 2017.

O ACERVO EM AFRICANIDADES: ESFORÇO CONJUNTO ENTRE BU-SB/UFGM E CEA/DRI/UFGM

De acordo com a jornalista Carla Pedrosa (2016):

Quem estuda o continente africano em sua diversidade e riqueza sabe o quão importante é ter acesso ao conhecimento produzido pelos próprios autores e pesquisadores de lá. Desde a aprovação da *Lei 10.639*, de 2003, que torna obrigatório o ensino, no Brasil, da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, diversas ações têm sido pensadas nas instituições de ensino do país. A UFGM, por exemplo, tornou obrigatório o ensino de história da África em 2010 e criou, dois anos depois, o Centro de Estudos Africanos (CEA), que fica no 4º andar da Biblioteca Central da Universidade. Já em 2013, a diretoria do Sistema de Bibliotecas da UFGM (SB/UFGM), juntamente com o CEA, concentrou esforços na importação de livros escritos por autores africanos, que, em sua maioria, publicam apenas em editoras da África.

Nessa citação, indica-se um aspecto bastante peculiar para se pensar na formação dessa coleção. Na ocasião, a diretoria da BU-SB/UFGM¹⁵ priorizou encontrar uma forma de compor um acervo que reunisse, essencialmente, obras sobre a África, produzida por massa crítica africana.

As primeiras compras para o acervo foram feitas pela Reitoria da UFGM, com apoio administrativo da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), que informou que não era possível comprar livros, em países africanos, por meio de um processo tradicional; ou seja: por intermédio de grandes livrarias e editoras. Assim, a coordenação do

¹⁵ De outubro de 2013 a fevereiro de 2018, a diretoria da BU-SB/UFGM foi exercida pelos bibliotecários Wellington Marçal de Carvalho e Anália das Graças Gandini Pontelo.

CEA verificou a possibilidade de se fazer a compra diretamente de editoras africanas e fez contato com várias pequenas editoras em Angola. Por fim, a FUNDEP orientou que o ideal seria contratar uma distribuidora local que viabilizasse as compras nas pequenas editoras; as editoras enviariam uma lista com todas as obras do seu catálogo, sem excluir qualquer título, como livros de Direito, livros didáticos, cartilhas de alfabetização, etc. Seguindo essa orientação, a coordenação do CEA, juntamente com a diretoria da BU-SB/UFMG, selecionava os títulos e enviava a lista à FUNDEP que, por sua vez, efetuava a compra e pagava o frete. Esse processo aconteceu com relação a várias editoras de países como Moçambique, Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde. Uma vez superadas as dificuldades relativas aos contatos com as editoras e à operacionalização das importações, a FUNDEP conseguiu efetuar a primeira compra de títulos/exemplares da Distribuidora e Editora Kapicua, em Maputo, capital de Moçambique, em 2016¹⁶. Nessa primeira importação, adquiriram-se, para o acervo, 200 obras de conteúdos didático, filosófico, literário e fotográfico, entre outros. A aquisição desses livros abriu uma frente pioneira no País. Nos moldes apresentados, Vanicléia Silva-Santos afirmou que aquela era a

[...] primeira vez que uma instituição especializada em estudos africanos no Brasil adquiria obras publicadas apenas em países africanos. A peculiaridade dessa ação é que a facilidade técnica para comprar livros em editoras europeias, norte-americanas ou sul-americanas, não é a mesma para os países africanos e, a despeito de todas as dificuldades, construiu-se um caminho para adquirir livros de Moçambique. (Silva-Santos, 2022).

Assim, descobriu-se e estabeleceu-se, duramente, uma *forma* oficial de adquirir bibliografia produzida e editorada por africanos em instituições africanas. Ademais, o objetivo era de que o Sistema de Bibliotecas pudesse lançar mão daquela *forma* para fazer suas compras de bibliografia, como fazia em quaisquer outros lugares do mundo. Sobre esse aspecto, são interessantes as ponderações de

¹⁶ Em 05 de abril de 2016, Vanicléia Silva-Santos, então coordenadora do CEA doou 89 títulos de obras diversas para o acervo do centro, algumas das quais enquadradas como raras.

Wellington Marçal de Carvalho, então diretor da BU-SB/UFMG, transcritas a seguir:

Essa aquisição deveria ser feita sem que necessariamente tivesse que se pegar uma mala vazia e viajar até aquele país para trazer na bagagem o livro, porque o que incomodava a todos é que se alguém quiser comprar um livro na Austrália, não é necessário utilizar este método; se quiser comprar um livro na China, no Canadá, nos Estados Unidos, na Itália, *idem*. Então porque quando se decide adquirir bibliografia, por exemplo, editorada em Guiné-Bissau ou na Nigéria, não se consegue, de jeito nenhum? Na maioria das vezes foi isso que motivou essa força conjunta. (Carvalho, 2022).

Em 2017, o CEA, como parte do seu objetivo e do seu compromisso com relação à política de internacionalização universitária, foi até Guiné-Bissau, em missão de prospecção no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) de Bissau, visando acertar as tratativas para se celebrar um termo de acordo mútuo entre os dois países, uma vez que Guiné-Bissau era o único país de língua oficial portuguesa com o qual a UFMG, na ocasião, ainda não celebrara termo de cooperação nesse sentido. A professora Vanicléia Silva-Santos e o bibliotecário Wellington Marçal de Carvalho foram à Guiné-Bissau, para tratar dessa questão. Um dos objetivos específicos dessa missão era identificar tanto casas publicadoras quanto distribuidoras de livros em Guiné-Bissau. Em uma semana de intensas atividades em território guineense, mapearam-se duas casas publicadoras privadas e uma editora pública.

Além de efetuar compras, o CEA recebeu doações de instituições africanas, portuguesas e colombianas. Intelectuais africanos(as) que iam à UFMG, a convite do CEA, para participar de seminários internacionais, que aconteciam uma vez por ano, chamados de “Jornada do Centro de Estudos Africanos da UFMG”, doaram vários livros ao CEA. Em 2019, a Universidade de Lisboa doou ao CEA, por intermédio do professor José da Silva Horta, 666 livros que abordam diversos assuntos relativos aos países africanos que foram colônias de Portugal.¹⁷ Essas obras foram produzidas por

¹⁷Boletim UFMG. Livros sobre África, 07/04/2019.

pesquisadores portugueses que integravam o Instituto de Investigação Científica Tropical, sediado em Lisboa. Embora essa aquisição se distancie do projeto original de adquirir apenas obras produzidas por africanos, considerou-se ser importante conhecer o que era produzido, na Europa, sobre o continente africano, a fim de se estabelecer critérios críticos de análise. No mesmo ano, instituições colombianas doaram dezenas de obras ao acervo do CEA.

TRATAMENTO DO ACERVO: ORGANIZAÇÃO, ACESSO E PRESERVAÇÃO

A *ata da reunião ordinária* do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG (CEPE/UFMG) realizada em 07 de agosto de 2018, registra a aprovação da proposta de acolhimento dos acervos especiais pela Biblioteca Universitária, de acordo com a *Resolução 02/2010*, já mencionada, e que dispõe sobre o acolhimento dessa tipologia de acervos pela DICOLESP/BU. Essa normativa institucional sustentou a transferência desse acervo, oficialmente, para a Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária, cuja proposta foi aprovada por unanimidade. Como cada um dos acervos que constam no anexo dessa resolução tem sua própria coordenação; a coordenação, definida na época, foi exercida pela professora Sônia Maria de Melo Queiroz, da FALE/UFMG.

As coleções que estão na Divisão de Coleções Especiais, como o Acervo Africano, seguem as práticas e procedimentos específicos de acervos caracterizados como “de/para memória”. Os processos de organização da informação (arranjo, inventário, representação descritiva) e de preservação do acervo são estruturados conforme as características administrativas direcionadas para as coleções bibliográficas especiais, tais como: os exemplares não são emprestados, as consultas são feitas mediante agendamento, e os exemplares não recebem etiquetas adesivas. Um aspecto relevante é a existência, no local, da publicação *Manual de procedimentos*: etiquetas para identificação individual de documentos em coleções bibliográficas especiais, elaborado pela bibliotecária Diná Marques Pereira Araújo, com a colaboração das bibliotecárias Magna Lúcia dos Santos e Sabrina Fonseca. Esse registro é importante, tendo em vista

que é esse *Manual* que ensina e explica o porquê, por exemplo, não se vê afixada, em cada item bibliográfico da coleção, etiqueta com um número de chamada na lombada.

Esse acervo está devidamente disposto em estantes adequadas e identificado com etiquetagem que garante a sua preservação (sem fixação de adesivos ou outros itens que podem descaracterizar os livros). Quanto à representação descritiva, o acervo foi catalogado, em grande parte, pela bibliotecária Luciana Gonçalves. Desse modo, qualquer interessado pode consultar o catálogo *online*, em qualquer parte do mundo, e, desde que tenha acesso à *internet*, saberá que aquele título está disponível na UFMG.

O *software* utilizado pelo Sistema de Bibliotecas da UFMG para a informatização dos seus serviços é o *Pergamum*. A partir dele, foi gerado um *Relatório* (UFMG, 2022) que permite acesso a todas as formas de aquisição das coleções específicas do Centro de Estudos Africanos. Há uma localização no *Pergamum*, a “BU-Centro de Estudos Africanos”, que oferece um arquivo do tipo relatório com 218 páginas. Por ocasião da elaboração desse relatório, já estavam catalogados 887 acervos, que se desdobravam em 1361 exemplares, totalizando investimento de R\$80.261,68 (oitenta mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos). Nesse conjunto de exemplares, constavam itens bibliográficos doados por instituições de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, Colômbia e Portugal.

Por fim, um dos parâmetros do plano para aquisição das obras indicava que elas tivessem sido gestadas por massa crítica africana, mesmo que de africanos estabelecidos ou radicados em outros espaços do mundo ou em casas publicadoras do continente africano. Por conseguinte, o acervo do CEA cobre várias áreas do conhecimento, como evidenciam exemplos a seguir: da JV Editores, de Maputo, Moçambique: *Ensinar matemática nas línguas moçambicanas*; *A invenção das ilhas*: uma antologia de Virgílio de Lemos; várias obras de João Paulo Borges Coelho, também de Moçambique; e *A dinâmica do pluralismo jurídico em Moçambique*, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além das discussões sobre memória e raridade, as coleções especiais se distinguem das coleções correntes “por sua constituição temática, finalidade, características materiais e significados patrimoniais para a instituição que as preservam” (Araújo; Reis, 2017, p. 184). Quanto aos modelos de gerenciamento dessas coleções especiais, o importante a se destacar, aqui, é que o modelo conceitual que fundamenta a sua formação, de modo geral, reflete preceitos da cultura colonizadora, branca e europeia.

São de natureza completamente distinta os processos de planejamento e efetivação do conjunto de ações levadas a cabo pela BU-SB/UFG e o CEA que resultaram no acervo especial abrigado na Biblioteca Central da universidade. Como se demonstra, neste ensaio, as estratégias adotadas permitem aproximação e deslocamento da noção de “antimuseu”, exposta por Achille Mbembe:

[...] não é de todo uma instituição, mas a figura de um lugar-outro, o da hospitalidade radical. Local de refúgio, o anti-museu é também concebido como lugar de descanso e de asilo, sem condições para todo o refúgio da humanidade e para os “condenados da terra”, aqueles que testemunharam o sistema sacrificial que tem sido a história da nossa modernidade [...]. (Mbembe, 2017, p. 228).

Esse acervo especial, essa biblioteca se constitui como um “lugar-outro”, uma antibiblioteca, cuja marca principal é sua “hospitalidade radical” para saberes erigidos por massa crítica africana, no próprio continente ou na diáspora. Essa antibiblioteca¹⁸ é

¹⁸ A não presença, ou, em alguns casos, a presença diminuta de livros como os que compõem o acervo em tela, nos incita a pensar nas considerações de Mbembe sobre o museu, a que juntamos a biblioteca. Mbembe (2017, p. 226) se refere a museus, mas nos permitimos acoplar ao que o filósofo camaronês discute a instituição biblioteca, notadamente, no trecho: “Porque, apesar das aparências, do ponto de vista histórico, o museu nem sempre foi um lugar de acolhimento incondicional às muitas faces da humanidade enquanto uma. Muito pelo contrário, tem sido, desde a Idade Moderna, um poderoso dispositivo de segregação. A exposição das humanidades submissas ou humilhadas sempre obedeceu a algumas regras básicas de lesão e violação. E essas humanidades ficaram logo excluídas do direito ao mesmo tratamento, ao mesmo estatuto e à mesma dignidade que as humanidades conquistadoras. Sempre foram

lugar de refúgio e de denúncia contra toda injunção de invisibilidade e esquecimento. A cada item adquirido e incorporado ao patrimônio da UFMG, em seu acervo bibliográfico, manifesta-se a disposição dos órgãos institucionais no sentido de contribuir para se extinguir o funcionamento de engrenagens da máquina sacrificial que insistem no apagamento da elaboração reflexiva africana e de suas diásporas, especificamente nos processos de formação e desenvolvimento de coleções, no âmbito biblioteconômico.

É preciso que se enxergue, dentro da área da Ciência da Informação, da Biblioteconomia e, mais especificamente, na área das fontes de informação, que esse acervo do CEA pode se enquadrar no conjunto das fontes de informações especializadas em africanidades, como argumentado por Carvalho, Rezende e Gomes (2019, 2021).

Por fim, é cada vez mais urgente que bibliotecários se posicionem de modo antirracista – principalmente, na atividade de formação e desenvolvimento de coleções – e que, nesse campo de atuação, como profissionais da informação, pratiquem desobediência epistêmica nos processos de aquisição bibliográfica. É fundamental que o acervo do CEA, abrigado na Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária da BU-SB/UFMG, seja sempre intensamente divulgado, utilizado e ampliado.¹⁹

submetidas a outras regras de classificação e a outras lógicas de apresentação. A esta lógica da separação, ou da triagem, foi-se somando a atribuição. A principal convicção é a de diferentes formas de humanidades produziram diferentes objectos e diferentes formas de culturas, e estas deviam ser alojadas e exibidas em lugares distintos, com diferentes e desiguais estatutos simbólicos.” Vale dizer que a noção aventada, no presente ensaio, de “antibiblioteca” inspirada no antimuseu teorizado por Mbembe, em nada se aproxima da explanação delineada, no plano ficcional, pelo escritor libanês Nassim Taleb, em seu romance *A lógica do cisne negro*, de 2007.

¹⁹ Esforço nesse sentido permitiu a apresentação de comunicação oral intitulada “Biografia de uma antibiblioteca: a formação do acervo do Centro de Estudos Africanos da UFMG” em mesa específica no Colóquio Internacional AfroLab 2022, que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 10 de novembro de 2022. É de se registrar que a coordenação geral desse evento esteve a cargo da professora, escritora e pesquisadora angolana Ana Paula Ribeiro Tavares.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Roberta Maria Ferreira; CARVALHO, Wellington Marçal de. GEED [Grupo de Estudos Estéticas Diaspóricas]: disseminação de afeto, olhares e saberes. *In*: ALVES, Roberta Maria Ferreira; CARVALHO, Wellington Marçal de. (Org.). **Deslocamentos estéticos**. Florianópolis: Nyota, 2020. p. 29-68.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; CARVALHO, Wellington Marçal de; PONTELO, Anália das Graças Gandini. As bibliotecas e a memória da Universidade Federal de Minas Gerais. *In*: Nascimento, Adalton; MORENO, Andréa. (Org.). **Universidade, memória e patrimônio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015a. p. 45-57.
- ARAÚJO, Diná Marques Pereira; CARVALHO, Wellington Marçal de; PONTELO, Anália das Graças Gandini Pontelo. O acervo de obras raras e especiais do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais. *In*: NASCIMENTO, Adalton; MORENO, Andréa. (Org.). **Universidade, memória e patrimônio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015b. p. 103-122.
- ARAÚJO, Diná Marques Pereira; REIS, Alcenir Soares dos. Bibliografias setecentistas e os conceitos de livro raro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, p. 168-184, 2017.
- ARAÚJO, Diná Marques Pereira; SANTOS, Magna Lúcia dos; FONSECA, Sabrina. **Manual de procedimentos**: etiquetas para identificação individual de documentos em coleções bibliográficas especiais. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 2018.
- CARVALHO, Wellington Marçal de. Aspectos da formação e desenvolvimento da coleção do Centro de Estudos Africanos da UFMG. *In*: **Encontros on-line acervos especiais**: Acervos bibliográficos de culturas africanas. YouTube, 18 nov. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3P0UAIJE2Ic>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- CARVALHO, Wellington Marçal de. Considerações a respeito do acervo bibliográfico do CEA/UFMG. *In*: **Ciclo de Palestras do CEA/UFMG**. YouTube, 13 abril 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RCROPv2VOKs>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- CARVALHO, Wellington Marçal de. **Discurso de abertura do XVIII SNBU 2014**. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou Palestra). 16 nov. 2014.
- CARVALHO, Wellington Marçal de.; PONTELO, Anália das Graças Gandini; ARAÚJO, Diná Marques; SILVA-SANTOS, Vanicléia. Biografia de uma

antibiblioteca: a formação do acervo do Centro de Estudos Africanos da Universidade Federal de Minas Gerais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL AFROLAB 2022, Lisboa, 2022. **Caderno de Resumos** [...]. Lisboa: Afrolab, p. 13.

CARVALHO, Wellington Marçal de; PONTELO, Anália das Graças Gandini; GOMES, Gracielle Mendonça Rodrigues. O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais: 90 anos de um organismo em evolução. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 46, n. 2, 2017.

CARVALHO, Wellington Marçal de; PONTELO, Anália das Graças Gandini; ARAÚJO, Diná Marques Pereira. Segurança patrimonial em bibliotecas universitárias: relato de experiência no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 140, p. 91-102, 2022.

CARVALHO, Wellington Marçal de; REZENDE, Angerlânia; GOMES, Gracielle Mendonça Rodrigues. Fontes de informação especializada em africanidades, **PontodeAcesso**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 174-201, 2019.

CARVALHO, Wellington Marçal de; REZENDE, Angerlânia; GOMES, Gracielle Mendonça Rodrigues. Mais fontes de informação especializada em africanidades: subsídios para novas e radicais epistemologias. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 19, 2021.

LITERÁFRICAS. **Apresentando o GEED**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafr/literafricas/geed/1482-apresentando-o-geed>. Acesso em: 08 dez. 2022.

Livros sobre África, **Boletim UFMG**, Belo Horizonte, n. 2053, ano 45, abril, 2019. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/2053/livros-sobre-africa>. Acesso em: 08 dez. 2022.

MBEMBE, Achille. Antimuseu. In: MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017. p. 225-228.

PEDROSA, Carla Gomes. Universidade adquire acervo de livros editados em Moçambique. **Arte e Cultura UFMG**, Belo Horizonte, set., 2016.

PEDROSA, Carla Gomes; BORGES, Marcelo de Carvalho; GOMES, Dayane de Souza; CAVALCANTI, Rita Davis; ARAÚJO, Livia Campolina; CARVALHO, Wellington Marçal; PONTELO, Anália das Graças Gandini. **Uma viagem interplanetária pelo Sistema de Bibliotecas**. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 2017.

SILVA-SANTOS, Vanicleia. Considerações a respeito do acervo bibliográfico do CEA/UFGM. *In: Ciclo de Palestras do CEA/UFGM*. YouTube, 13 abril 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RCROPv2VOKs>. Acesso em: 08 dez. 2022.

SILVA-SANTOS, Vanicleia. Things fall apart. *In: SILVA-SANTOS, Vanicleia; AMADO, Leopoldo; RESENDE, Taciana Almeida Garrido de; MARCUSSI, Alexandre Almeida. (Org.). Cultura, história intelectual e patrimônio na África Ocidental (séculos XV-XX)*. Curitiba: Brazil Publishing, 2019. p. 5-6.

SILVA-SANTOS, Vanicleia; QUEIROZ, Sônia Maria de Melo; CARVALHO, Wellington Marçal de; ARAUJO, Diná Marques Pereira. Acervo de Estudos Africanos da UFGM: desafios para a criação e curadoria de um acervo decolonial. *In: Ciclo de Palestras do CEA/UFGM*. YouTube, 13 abril 2022.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução a pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: [S. n.], 1987. 175 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. **Relatório Catálogo Pergamum**: exemplares CEA. Belo Horizonte: BU/Divisão de Coleções Especiais, 2022. 218 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Centro de Estudos Africanos. **Jornada de Estudos Africanos**, II, 2013, Belo Horizonte. (*Folder*) Disponível em: <https://www.ufmg.br/dri/noticia/ii-jornada-de-estudos-africanos/>. Acesso em: 08 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Coordenação de Ensino e Pesquisa - CEPE. **Ata da reunião ordinária**. Belo Horizonte, 07 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Coordenação de Ensino e Pesquisa - CEPE. **Resolução n. 02**, de 23 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre o acolhimento de Acervos Especiais pela Biblioteca Universitária – Sistema de Bibliotecas da UFGM. Belo Horizonte, 2010.

CAPÍTULO 7

PILAR DA MEMÓRIA: A CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA PRETOS NOVOS

Priscila Rufino Fevrier

Lara Cezar da Silva

Michael Leonardo Botelho dos Santos

Eu sempre falo que o risco não é que a gente se esqueça dos nossos ancestrais, o risco é que eles se esqueçam de nós. E aí nós estaremos perdidos. Quando os nossos ancestrais, todos eles, se esquecerem de nós, aí é que não haverá mais. (Katuá; Martins, 2024).

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a cultura africana, afro-brasileira e dos povos originários foram, por muito tempo, deixadas de lado ou até mesmo apagadas das narrativas oficiais. Isso criou uma invisibilidade sobre a vida e a morte dessas pessoas. Esse apagamento não se limita apenas ao reconhecimento de figuras históricas, mas atinge também o saber e a memória, especialmente em escolas e em espaços como bibliotecas. É nesse cenário que os conceitos de memoricídio e epistemicídio se tornam essenciais para entender como a memória e os saberes desses povos são silenciados.

Neste sentido, o Instituto Pretos Novos (IPN) e a Biblioteca Pretos Novos (BPN) se afirmam como iniciativas comprometidas com a preservação e a difusão das memórias e saberes das populações negras e indígenas. Através de ações educativas, culturais e

informacionais, esses espaços atuam na reconstrução de narrativas históricas e na valorização de epistemologias que foram sistematicamente excluídas dos ambientes formais de conhecimento.

A luta antirracista nas bibliotecas precisa, então, de uma reflexão crítica sobre como o conhecimento é construído e como a informação é usada. Em sua função de promover o acesso à informação e à cultura, as bibliotecas têm o poder de serem espaços de resistência e de valorização da memória preta. Elas podem e devem atuar ativamente no combate ao racismo estrutural e na promoção da igualdade racial.

Com base neste contexto, temos a seguinte questão de pesquisa: De que forma as atividades e programas educativos, culturais e de acesso à informação desenvolvidos pela Biblioteca Pretos Novos (BPN), do Instituto Pretos Novos (IPN) pode atuar no combate ao memoricídio e ao epistemicídio?

O presente capítulo tem como objetivo relatar as experiências das ações desenvolvidas pela equipe da Biblioteca Pretos Novos, do Instituto Pretos Novos. A escolha por relatar as experiências da Biblioteca Pretos Novos se justifica pela sua relevância simbólica, histórica e pedagógica no cenário da luta antirracista no Brasil. Em um país que ainda enfrenta profundas desigualdades raciais e desafios na valorização de epistemologias não ocidentais, iniciativas como a do IPN da BPN demonstram o poder transformador das bibliotecas enquanto espaços de resistência, memória e emancipação.

EPISTEMICÍDIO E MEMORICÍDIO: A COLONIZAÇÃO DO SABER E DA MEMÓRIA

O período colonial, abrangendo os séculos XVI ao XIX, deixou profundas cicatrizes no Brasil, especialmente nas populações não-brancas. Durante esse tempo, os europeus impuseram um sistema de subordinação, dominação e exploração, resultando em traumas duradouros. A apropriação de territórios e povos para a exploração da força de trabalho foi uma prática central da colonização. A importação de mão de obra africana via tráfico de pessoas substituiu os povos originários que resistiram à dominação colonial. Os colonizadores europeus, imbuídos de um senso de superioridade, trouxeram consigo a ideia de raça. Essa concepção, aliada à mentalidade cristã e à

pseudociência da época, serviu para justificar a exploração de povos não europeus, considerados “primitivos”, visando a apropriação de suas riquezas e conhecimentos (Césaire, 1978; Mignolo, 2002).

A libertação da população de origem africana, após mais de trezentos anos de escravidão brutal, não significou o fim das suas aflições. A perversa herança escravista ainda se manifesta em inúmeras formas de dominação, preconceito e desigualdade, garantindo a manutenção de privilégios para poucos e a exclusão sistemática desse grupo dos centros de poder e decisão.

Essa dinâmica é marcada pela alteridade ou alterocídio, que representa a negação do “Outro” por considerá-lo diferente e, portanto, inferior. O homem branco – o “eu” que constrói essa hierarquia racial – passa a enxergar esse “Outro” como uma ameaça existencial, temendo que a “raça inferior” possa sobrepujá-lo. Consequentemente, sujeitos brancos excluem e buscam anular a identidade de sujeitos negros, atacando elementos cruciais como sua cultura, história, religiosidades e saberes ancestrais (Mbembe, 2014).

Essa exclusão manifesta-se no memoricídio: a aniquilação deliberada e sistemática da memória de grupos subalternizados. Esse processo, denunciado por autores como Abdias do Nascimento, não é um esquecimento casual, mas uma estratégia ativa de dominação que busca apagar e distorcer as contribuições, existências e resistências de povos historicamente oprimidos (Nascimento, 1978).

Quando falamos das nossas memórias e das lembranças e quando falamos desses corpos partidos, fragmentados, devido à colonização nas Américas, quando lembramos as diásporas negras, me impressiona muito como esses saberes todos foram capazes de não apenas sobreviver, mas de continuar existindo. Nós não estamos falando aqui simplesmente de sobrevivência. Esses conhecimentos foram capazes de permanecer, de exercitar o seu poder de reconstituição, o seu poder mesmo de transformação, o seu poder de permanência (Katuá; Martins, 2024).

No âmbito das bibliotecas, o conceito de epistemicídio descreve o apagamento da produção intelectual de determinados grupos. Sueli Carneiro (2023) postula que, no caso de sujeitos negros, o epistemicídio opera através da anulação e desqualificação dos

conhecimentos produzidos por povos marginalizados. Este processo caracteriza-se pela contínua produção de empobrecimento cultural, manifestada pela negação do direito à educação de qualidade, pela inferiorização intelectual, pelo não reconhecimento do indivíduo negro como portador e produtor de conhecimento, e pela inferiorização cognitiva decorrente de carências materiais ou do comprometimento da autoestima provocado por processos discriminatórios no sistema educacional vigente. A autora elucida que a desqualificação das formas de conhecimento de um povo implica a desqualificação do grupo e de seus membros, pois não é factível deslegitimar o saber dos povos dominados sem, simultaneamente, desqualificá-los (individual e coletivamente) como sujeitos capazes de construir conhecimento. Tal prática destitui a faculdade da razão dos sujeitos, um elemento crucial para a aquisição de conhecimento “legítimo” ou legitimado. Consequentemente, o epistemicídio exerce um impacto significativo na racionalidade do subjugado, restringindo e limitando sua capacidade de aprendizado (Carneiro, 2023).

Nesse contexto de reafirmação e busca por reparação histórica, o IPN e BPN se colocam como espaços fundamentais. Eles assumem o compromisso com a valorização, preservação e circulação de saberes produzidos por e sobre a história, cultura e identidade negra, atuando como resposta aos processos históricos de apagamento e silenciamento dessas vozes.

O INSTITUTO PRETOS NOVOS (IPN) EM FOCO

O Instituto Pretos Novos (IPN), situado no bairro da Gamboa, no Rio de Janeiro, representa uma instituição crucial para a preservação e divulgação da memória afro-brasileira, atuando como um centro de pesquisa e, de forma marcante, como um memorial e sítio arqueológico correspondente a um cemitério histórico. Sua localização é particularmente significativa, pois encontra-se a poucos metros do Cais do Valongo, reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade e historicamente o principal porto de desembarque de cerca de 1 milhão de africanos sequestrados para serem escravizados nas Américas. Este local, o IPN, abriga os vestígios do antigo Cemitério dos Pretos Novos, onde, entre os séculos XVIII e XIX, eram 'sepultados' os africanos (Na verdade jogados de qualquer

maneira) – os chamados “pretos novos” – que não sobreviveram às condições brutais da travessia transatlântica ou às enfermidades adquiridas logo após o desembarque no Cais do Valongo. Por ser o local de descanso final para milhares dessas vítimas, cujas estimativas variam entre 35.000 e 40.000 indivíduos, o IPN é factualmente um cemitério, considerado o maior cemitério de escravizados das Américas (Pereira, 2007; Honorato, 2019).

A sua função como memorial advém diretamente dessa realidade trágica e de sua proximidade com o cais: o Instituto dedica-se a honrar a memória dessas pessoas, cujas vidas e mortes foram historicamente negligenciadas e apagadas, transformando o espaço num símbolo potente de resistência contra o esquecimento, de educação sobre a diáspora africana e de afirmação da herança cultural afro-brasileira (Pereira, 2007; Honorato, 2019).

BIBLIOTECA PRETOS NOVOS

A BPN para além de um instrumento informacional se mostra como ideal sociopolítico de acessos. A Biblioteca Pretos Novos originalmente nomeada “Biblioteca Maria da Penha Santos”, em homenagem a Dona Penha sua fundadora que no ano de 2010, a criou como parte de um projeto de valorização e resgate da cultura afro-brasileira, é compreendida como centro de informações afrocentradas, literatura afro-brasileira, estudos acerca da escravidão preta, cultura e saberes africana, direitos humanos, resistência do feminismo negro e em narrativas de povos originários.

Com um acervo composto majoritariamente por doações, a BPN comporta mais de dois mil livros em temáticas de resistência e orgulho e visa a partir de discussões enriquecer e facilitar a disponibilização desse rico compilado de obras que refletem a nossa herança e ancestralidade.

A BIBLIOTECA PRETOS NOVOS COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E MEMÓRIA: DISCUSSÕES E RESULTADOS

O Instituto Pretos Novos parte do princípio de se moldar fio condutor na ressignificação da guarda de uma memória social projetada na objetificação de corpos e vidas pretas.

Pensar a cultura brasileira é pensar a intelectualidade do povo preto. Fomentar a produção crítico cultural dos nossos grupos nas ciências da herança africana é reafirmar não só a nossa existência, como amplificar vozes e dores em projetos de apagamento.

Dentro deste viés ressignificador, a Biblioteca Pretos Novos surge como mediadora dessa memória e celebrante das reflexões antirracistas por um olhar cultural e social, evidenciando as ações vivenciadas em partilha em reversão a opressão do sistema eurocentralizado, mesmo na pluralidade cultural vivenciada nos cenários de brasilidade.

Ações como os Saraus arte culturais, os Clubinhos de leitura infanto-juvenil, as Rodas de conversas, os Lançamentos literários afrocentrados, entre outros, se apresentam como ferramentas a valorização das práticas culturais antirracistas no fomento a conscientização e incentivo a reflexão na memória dos elos construídos por aqueles que já estiveram e a permissão para a construção das próprias memórias individuais.

Figura 1 – Saraus arte culturais.



Fonte: Acervo fotográfico Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos.

A ação dos saraus arte educativos tem como objetivo fortalecer as raízes da cultura afro-brasileira, a BPN busca um espaço dedicado à preservação da memória e à celebração do nosso povo. Integrando atividades artísticas como poesia, performance teatral, música e

gastronomia, ele visa fomentar a vontade de pertencimento e reafirma a riqueza da arte preta. Este projeto não apenas promove esse fortalecimento e traz luz acerca da pluralidade do fazer artístico, mas também ambiciona consolidar o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) como um verdadeiro centro de referência no Rio de Janeiro.

Com uma programação repleta de reflexões sobre História, Memória e Identidade afro-brasileira, oferece acesso gratuito às comunidades, visando a todo o momento a oferta artístico cultural e pedagógica a diferentes níveis sociais e objetivando acessos àqueles constantemente negados. Assim, se torna um palco onde as vozes e experiências de pessoas negras ganham protagonismo, criando um espaço de reconhecimento e celebração, fomentando uma representação autêntica e significativa no cenário cultural.

Figura 2 – Lançamentos literários.



Fonte: Acervo fotográfico Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos.

A literatura afrocentrada desempenha um papel na medida em que atua na construção de uma identidade cultural que valoriza a herança africana e desafia narrativas hegemônicas. Ao resgatar experiências e histórias do povo negro, essas obras promovem uma reavaliação histórica necessária, permitindo que a população se reconheça em narrativas autênticas. Além disso, ao abordar questões como racismo e desigualdade social, tais lançamentos literários

funcionam como ativismo, mobilizando a consciência crítica dos leitores e fortalecendo a resistência cultural.

Mensalmente a BPN abre às portas para o recebimento de autores e obras que ao dialogar com essa promoção de uma literatura e debate diversificado, favoreçam um diálogo intercultural. Lançamentos ao público adulto em grande maioria contam não apenas com os encontros baseados no acesso, mas também com mesas e falas de reflexão onde a mútua partilha se torna foco central da ação. Em contrapartida, a literatura infantojuvenil adquire roupagem lúdica com contações de histórias e atividades que complementam e incentivam o interesse e o olhar de reconhecimento da criança pela história e pelo protagonista que rompem com a perspectiva eurocentrista onde o corpo preto não “cabe”.

O reconhecimento afrocentrado não apenas enriquece o aprendizado, mas também contribui para formar cidadãos mais conscientes e empáticos. Assim, os lançamentos literários se reafirmam como uma potente ferramenta sociopolítica, essencial na transmutação social e na construção de um futuro mais justo, onde a pluralidade é reconhecida como uma riqueza inestimável.

Figura 3 – Clubinho de Leitura InfantoJuvenil.



Fonte: Acervo fotográfico Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos

O “Clubinho de leitura”, no instituto Pretos Novos, é uma atividade de contação de histórias, que busca incutir amor à leitura

desde a infância, em crianças de 6 a 11 anos. O projeto provoca um espaço lúdico, onde a principal celebração é o orgulho a identidade racial, e a criança pode se conectar à sua herança afro-brasileira e originária. Sob a junção de escritores e narradores, a iniciativa cumpre o propósito de fomentar a literatura infantil que coloque em foco o protagonismo negro e a representatividade, transformando-se em uma ponte para formação de leitores críticos e conscientes.

As contações de histórias constituem um espaço de imersão em fantasias e em criatividade livre, e, sobretudo, um espaço de educação patrimonial, resgatando e exaltando a história e a cultura dos povos negros e por meio dele a oralidade faz-se vida, transformando tradição e memória coletiva em raízes culturais afrodiaspóricas elaboradas pela cidade do Rio de Janeiro.

A interação próxima com autores e contadores de histórias cria um elo positivo, despertando o interesse pela leitura e fomentando um intercâmbio na troca de vivências, a ideia é sempre dar voz a essas crianças. O “Clubinho de Leitura” é, portanto, uma celebração da diversidade étnico-cultural que não apenas instiga a curiosidade e o prazer da leitura, mas também transforma vidas ao reconfigurar a narrativa da história do nosso país, dando espaço e rememorando as experiências e força dos povos africanos e afro-brasileiros.

Figura 4 – Rodas de conversa.



Fonte: Acervo fotográfico Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos

Embasadas na *escrevivência* de Conceição Evaristo como conceito de existência e permissão às memórias individuais, as ações de reflexão em rodas de conversa partem de uma apropriação cultural com tal conceito. Com as *escrevivências*, criamos um espaço democrático onde vozes afro-brasileiras devem ser ouvidas, valorizadas e compartilhadas. A “*escrevivência*”, conceito que mescla a escrita e a vivência, enfatiza a necessidade de se narrar a própria história a partir das experiências pessoais e coletivas e o impacto circulante que essas reflexões afetam o nosso entorno e modo de agir. Assim, ao participar das rodas como ouvinte ou palestrante, os indivíduos são incentivados a trazer à tona suas memórias, vivências e sentimentos, o que permite a reconstituição de identidades e a recuperação de valores culturais que constantemente são marginalizados e silenciados. (Duarte; Còrtes; Pereira, 2023)

Figura 5 – Oficinas.



Fonte: Acervo fotográfico Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos.

Essas conversas não servem apenas como espaço de partilha, mas como estrutura de empoderamento. Ao validar as histórias e experiências do povo preto, as rodas de conversa se tornam arma na transfiguração de memórias pessoais em narrativas coletivas, fortalecendo a construção de uma identidade afro-brasileira pluralmente rica e acessível. A proposta oferece não apenas um

caminho para a existência e a permissão das memórias individuais, mas também inspira o almejar sonhar, abrindo possibilidades de futuro em que a diversidade e a resistência afro cultural sejam reconhecidas e celebradas.

As oficinas culturais afrocentradas são atividades gratuitas na luta pelo fortalecimento à identidade e à expressão cultural da comunidade preta na região histórica da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. Abordando áreas, como artes plásticas, música, dança, culinária, literatura e princípios da oralidade, através delas, artistas e educadores do cenário têm a oportunidade de compartilhar suas habilidades e reflexões, permitindo que os participantes reconheçam suas raízes culturais de maneira coerente e acessível. Essas oficinas oferecem um espaço de aprendizado e troca, objetivando a promoção da valorização da cultura afro-brasileira e a formação de laços comunitários pelas experiências e coletividade expressa na partilha dessas memórias.

Refletindo sobre práticas e expressões culturais tradicionais, se espera fomentar um senso de pertencimento e um valor intrínseco à nossa herança, fator determinante na promoção da autoestima e resiliência entre os grupos que partilham das atividades. Visualizando uma quebra de expectativa de posicionamento hegemônico em que a cultura negra frequentemente enfrenta marginalização e invisibilidade, essa troca de saberes não apenas nos enriquece, mas também promove a reafirmação da cultura afro-brasileira como parte essencialmente primordial da identidade nacional.

As exposições e ocupações arte-educativas no IPN se mostram como ferramenta crucial para o fortalecimento das artes visuais africanas e afro-brasileiras, consolidando-se como um centro de referência em afro-cultura no Rio de Janeiro. Em um país marcado por desigualdades históricas e sociais, a existência de espaços dedicados exclusivamente à promoção da arte negra representa uma estrutura de resistência e reafirmação identitária. As atividades ocorrem através de elaborações conceituais de temáticas político-centradas em debates que desafiam as narrativas hegemônicas que marginalizam a nossa cultura. A diversidade na expressão e a coletividade, visando um mesmo objetivo, é o movimento principal no argumento que define a intelectualidade preta como pilar da real elaboração cultural do Brasil e o projeto de apagamento ou negação dessa premissa.

Figura 6 – Exposições e Ocupações coletivas.



Fonte: Acervo fotográfico Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos.

A atuação do setor de biblioteconomia na curadoria das exposições é fundamental para enriquecer essa experiência. A parceria BPN/artistas possibilita troca por um olhar crítico e aprofundado sobre as obras, permitindo uma contextualização e valorização das histórias e expressões criativas desses artistas. Assim, o ambiente criado pela galeria possibilita que artistas negros exponham suas obras e compartilhem suas perspectivas, contribuindo para o reconhecimento de suas narrativas e os acessos a espaços estruturalmente e constantemente negados, como Galerias de exposição e centros de cultura, a BPN age na quebra dessa expectativa de exclusão.

Além disso, a construção de parcerias estratégicas com empreendedores culturais locais para impulsionar a programação artística e ampliar oportunidades para o público é uma iniciativa que enriquece o cenário cultural. Esses encontros visam promover troca de ideias e recursos, fortalecendo coletivamente a comunidade. A Galeria de Artes Pretos Novos não apenas atua como um espaço de visibilidade e promoção da arte afro-brasileira, mas também se torna agente transformador, na reflexão da pluralidade e inclusão no panorama artístico cultural brasileiro.

POR QUE É NECESSÁRIO CELEBRAR E REAFIRMAR A CULTURA PRETA SEM ESQUECER AS PRÁTICAS DE NECROPOLÍTICA SOCIAL?

A gente esqueceu que é planta, pedra, água e terra. A gente esqueceu o que a gente é. Não tem importância que a gente tenha esquecido desde que a gente consiga lembrar. Porque a memória também não é só o que se lembra. Na memória também está o que se esquece. (Katuá; Martins, 2024)

O IPN é reconhecido por suas ações de integração e conscientização do público para questões de reconhecimento dos próprios privilégios e da retomada de direitos aos grupos historicamente marginalizados, o objeto de reflexão exposto mediante as práticas político-culturais propostas é a necessidade de não apagamento das dores e lutas já contempladas, mas sim, a tomada deste cenário “Cemitério Pretos Novos” como centro de ressignificação.

“Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje.” (Ramos; Sepúlveda Neto, 2022). É impossível lidar com questões de construções de memórias futuras e etéreas sem visualizar os elos e vislumbres de memórias passadas, às dores vivenciadas no seio permanecem mesmo após sua passagem influenciando e moldando nossas formas de atuar e refletir nosso corpo no mundo. Como aborda Lélia Gonzalez (1982) essa construção do seu presente/futuro não pode estar desvinculada de forma alguma do vivenciado em premissa.

A maioria desses monumentos de cultura são heranças e ressignificações de monumentos de barbárie. É preciso trabalhar com as problemáticas concretas para alterar o futuro, não basta tratar a igualdade racial e socioeconômica utópica como meta sem que os elos da eurocentricidade e normalização dos privilégios constantes da branquitude sejam rompidos, replanejados e debatidos de forma incansável para transformá-los em novos elos de construção da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao documentar e analisar essas experiências, este capítulo contribui não apenas para a difusão de boas práticas, mas também para inspirar outras bibliotecas a repensarem suas ações a partir de uma perspectiva de justiça social, valorização da diversidade e descolonização do conhecimento.

Para além de uma tentativa de lançar luz acerca das problemáticas geradas estruturalmente pelas manipulações sociais que objetivam a todo momento invalidar e desconsiderar a marginalização planejada do povo preto, o presente trabalho visa, acima de qualquer questão, a reflexão das possibilidades de redistribuição nas tomadas de poder, ao reafirmar que a documentação e os processos de construção crítico-social não partem de um centro de raciocínio estruturalmente eurocentrado, as definições de memória estão para a sociedade tal como a oralidade se apresenta quando tratamos de acessibilidade. A “memória” como campo do pensar deve a todo instante se adaptar ao público que ela pretende alcançar e transmitir.

Neste sentido, o Instituto Pretos Novos (IPN) e a Biblioteca Pretos Novos (BPN) se afirmam como iniciativas comprometidas com a preservação e a difusão das memórias e saberes das populações negras e indígenas. Através de atividades como o Clubinho do Livro, voltado à formação leitora das crianças com ênfase na literatura negra e ancestral, e dos saraus com oficinas, que integram poesia, oralidade, corpo e performance, a BPN promove espaços de escuta, criação e fortalecimento da identidade negra. Além disso, os *slams* com jovens periféricos criam oportunidades de expressão crítica e construção coletiva de conhecimento. Essas ações educativas, culturais e informacionais contribuem diretamente para o enfrentamento do memoricídio e do epistemicídio, ao possibilitar que outras narrativas ganhem centralidade.

Partindo destas reflexões na Biblioteconomia e Ciência da Informação cabe a nós, profissionais da informação e detentores dos meios de facilitação deste acesso à informação. Visualizar e planejar sistemas e ações que aplicados em cenários de relevância política preta, como o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, para que fomentem em nossos pares a urgência em visualizar a “transgressão”,

como bem exemplifica bell hooks (2015). Tal transgressão deve ser vista como ferramenta de transformação a atos estruturalmente recebidos em sociedade como norma, mas que ferem o pertencimento de corpos pretos dentro da sociedade. A rebeldia, em via de regra, contra uma estrutura hegemônica da branquitude, que abra caminhos a uma retomada de espaços para a formação de novos elos em narrativas coletivas e celebração da pluralidade cultural negra.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

DUARTE, Constância L.; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do R. A. **Escrivências**: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

FERREIRA, Livia. **Memoricídio**: em busca de um conceito. 2022. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de Negro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

HONORATO, Cláudio P. **Valongo**: o mercado de almas da Praça Carioca. Curitiba: Appris, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora Homem Brasileiro, 2015.

KATUÁ, Cristine; MARTINS, Leda Maria. Entre línguas. In: **Cadernos Selvagem**. Publicação digital da Dantes, Editora Biosfera, 2024.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MIGNOLO, W. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. **The South Atlantic Quarterly**, [S. l.], v. 101, n. 1, p. 57-95, 2002.

MORAES, Kleiton. **Intelectuais, usos do passado e ensino de História**. Coleção História e Historiografia Volume 7. SertãoCult, 2020.

PEREIRA, Júlio C. M. S. **À flor da terra**: o cemitério dos pretos Novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

RAMOS, Danielle de C. A.; SEPÚLVEDA NETO, Manuel J. G. “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”: caminhos para uma educação antirracista no Distrito Federal. **Revista Calundu**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2022. DOI: 10.26512/revistacalundu.v5i2.41407.

CAPÍTULO 8

CASA DE ESCRIVIVÊNCIA CONCEIÇÃO EVARISTO: UM ESPAÇO DE LEITURAS PARA O POVO NEGRO

Gabiá Santos

INTRODUÇÃO

Enquanto bibliotecária negra foi necessário considerar os atravessamentos sociais para a realização deste capítulo, advindo de meu trabalho de conclusão de curso²⁰, e a mediação de informação étnico-racial se fez presente o tempo todo. Essa pesquisa tem um caráter qualitativo e descritivo, apresenta o estudo por meio de análises documentais da Casa de Escrevivências Conceição Evaristo, documentos explorados a partir das redes sociais, para elucidar a importância e o impacto da mediação de informação étnico-racial promovidas nesse local. Conforme descrito no livro Pequeno manual antirracista:

O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo. Reconhecer o caráter estrutural do racismo pode ser paralisante. Afinal, como enfrentar um monstro tão grande? (Ribeiro, 2019, p. 14)

²⁰ Este trabalho de conclusão de curso foi orientado pelas professoras Maria de Fátima Sousa de Oliveira Barbosa e Luciane de Fátima Beckman Cavalcante, da Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 2024.

Considerando o livro “O que é lugar de fala?”, de Djamila Ribeiro (2019), que reconhece a linguagem como mecanismo de manutenção de poder e a legitimação de construções intelectuais a partir de um recorte racial e de gênero, a invisibilidade de discursos propõe uma exclusão de contextos sociais. Pode-se dizer que a empatia é uma construção intelectual, ética e política, sendo parte do conceito de lugar de fala, que discute o lócus social, ou seja, o ponto de partida para pensar com base nas experiências em comum. Como é possível pensar experiências em comum com imaginários silenciados?

Se empatia é uma construção social, a premissa para que ela ocorra é o contato com narrativas que permitam a correspondência de experiências, o olhar “antirracista” provoca essa empatia universal. Na terminologia da palavra “antirracista”, o prefixo “anti” é utilizado para indicar oposição ao racismo, originando-se do movimento negro em um enfrentamento contra as políticas antinegro. Enquanto corpos conscientes das mazelas impostas pelo racismo, surgem agentes que visam à luta pela equidade racial (Pettigrew, 1959; Carvalho, 2018).

Pensando na Biblioteconomia e nos espaços informacionais nas relações interculturais estabelecidas durante a mediação de informação étnico-racial, esse capítulo discute a construção de relações inter-raciais saudáveis a partir da mediação de informação étnico-racial. As narrativas que fomentam preconceitos raciais antecedem o conflito físico que caracteriza o genocídio promovido pela desigualdade. Os preconceitos presentes na literatura brasileira são percursos da ideologia em nosso país, onde o colonizado e o colonizador estão em constante atrito e disputa territorial.

O racismo foi construído através de séculos para a implementação e justificativa de processos escravocratas que sustentam a economia mundial. A ideologia racista é um estudo disseminado e atuante nas relações inter-raciais. Pode-se dizer que o racismo no Brasil é o reflexo do silenciamento e do apagamento gerado pelas conquistas territoriais do colonialismo, um fenômeno histórico e cultural que se mantém através da colonialidade (Quijano, 2005). Ao afirmar isso, entendemos que o racismo se concretiza, dentre outros fatores, pela falta de informação étnico-racial gerada pelo apagamento colonial.

Aníbal Quijano nos apresenta a noção de raça ao dizer que a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida

antes das Américas (Quijano, 2005). O artigo “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” cita as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados como origem das referências raciais e pontua que a formação de relações sociais fundadas na ideia de raça surge a partir das identidades sociais estabelecidas nesse território, ou seja, é só nas Américas que a identidade dos indígenas, negros e europeus adquire uma conotação racial.

Na América do Sul, a população negra (pretos e pardos) constituía a maior parte do trabalho escravizado. A unificação fenotípica dos povos africanos pelos colonizadores britânicos-americanos estabelece a codificação racial exploratória a partir do tom de pele mais escuro, legitimando as relações de dominação impostas pela conquista ao se denominarem como “brancos”. De acordo com Quijano:

(...) tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (Quijano, 2005, p. 117)

O controle, as relações e as condições de trabalho colonial passam a ser classificados dentro desse viés racista, configurando-se em classificações de poder territorial-racial. Na colonialidade ele se mantém e se perpetua na hierarquização dos corpos, na animalização, na desumanização e na coisificação da população negra através das narrativas da branquitude. O esquema de diferenciação e discriminação reforça a estigmatização e a desinformação racial²¹, os estereótipos são criados a partir da leitura pelo olhar do colonizador embranquecido pela nova categoria mental da modernidade, constitui-se então a imagética racista do branco.

Cida Bento, em seu estudo sobre branqueamento e branquitude, questiona o “acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das

²¹ O termo desinformação racial é usado neste capítulo para se referir à desinformação sobre questões étnico-raciais a nível identitário de desconhecimento, inclusive da herança cultural africana.

desigualdades raciais no Brasil” (Bento, 2002, p. 2). Conforme apontado por Quijano, a imagética racista²² do branco constrói narrativas de omissão cuja literatura omite o papel do branco na estruturação desigual da sociedade e permite ciclos de opressão entre povos não-brancos, pois são fruto de uma ausência de informação muito bem articulada.

Isso demarca a branquitude, a qual se caracteriza pela ausência e pela negação identitária cultural e étnico-racial. Ela é o reflexo da escravização de povos africanos e originários, famílias desestruturadas por estupros de mulheres africanas e indígenas escravizadas, negligência, abandono parental, políticas públicas de exclusão e embranquecimento eugenista.

(...) o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros. (Bento, 2002, p. 4)

É salutar lembrar que, em 1929, a cidade do Rio de Janeiro foi sede do primeiro congresso eugenista do Brasil, movimento responsável pela introdução do racismo científico, práticas discriminatórias e sanitaristas visando ao fim da população não-branca. A geografia social atuante na constituição do município carioca é demarcada por ações territoriais racistas, uma vez que o Cais do Valongo, localizado no centro da cidade, foi o maior porto escravista do mundo, de acordo com dados da Unesco (Iphan, 2017), recebendo cerca de um milhão de africanos no período de 40 anos.

Sendo assim, a herança colonial demarca as relações étnico-raciais durante o período pós-colonial e caracteriza a colonialidade presente na Contemporaneidade. Essa herança estabelecida no território do município do Rio de Janeiro, em específico na Região

²² Imagética racista se refere às opressões embasadas nas imagens das pessoas negras e o conjunto de aspectos fenotípicos fora do padrão eurocêntrico.

Portuária, configura um histórico de desapropriação, despejo e violência à população negra ali presente.

As ações de brutalidade do Estado em detrimento da população negra são a manifestação do pensamento da eugenia que objetivava ativamente o apagamento histórico, genético e cultural da população não-branca. A ideia de saneamento e higienização populacional está diretamente ligada à branquitude desta população, limpar é embranquecer. Para os eugenistas, a grande parcela da população de origem africana, indígena e mestiça era vista como um problema a ser enfrentado pelas autoridades locais (Souza, 2006).

O artigo “A terra dos condenados: uma leitura da segregação racial no Rio de Janeiro na preparação para os megaeventos” de Jonathan Ferreira Almeida (2023), traz o conceito debatido por Fanon e Lélia Gonzales no qual raça compartimenta o mundo em dois territórios: um habitado pelo colonizado não-branco e o outro habitado pelos colonos brancos e estrangeiros. Fanon no livro “Os condenados da terra” (2022), aponta que a linha divisória do mundo do colono é indicada pelos quarteis e delegacias de polícia, pois, além do limite físico, o totalitarismo da exploração colonial também se dá na criminalização do colonizado. Lélia Gonzales retoma a análise de Fanon em seu livro “Lugar de Negro”, escrito com Carlos Hasenbalg, ambos debatem o lugar do grupo branco e negro na sociedade.

A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista (segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove o contrário), tem por objetivo próximo a imposição de uma submissão psicológica através do medo. (Gonzales; Hasenbalg, 1982, p. 16)

É possível correlacionar a geopolítica brasileira a partir do projeto de segregação racial de eugenia, que, a partir de políticas públicas, toma forma no processo de desenvolvimento da capital carioca.

Desta vez, com seu caráter neoliberal para atender às “necessidades” da acumulação capitalista, o projeto para a zona portuária do Rio contrasta com o cenário demográfico da população da Pequena África (bairros de Santo Cristo, Gamboa e Praça Onze). (Almeida, 2023, p.6)

Almeida aponta para o projeto do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, e ilustra a manutenção do projeto de branqueamento do território no planejamento urbano da cidade. Esse projeto fortalece o processo de segregação racial como ferramenta de manutenção de uma velha política de profilaxia eugenista (Almeida, 2023).

É nesse cenário que emerge a celebração africana presente na Pequena África. O livro “A Utopia da Pequena África”, de Roberta Sampaio Guimarães (2014) pontua a vida cotidiana do Morro da Conceição e as relações de conflito, vizinhança e amizade dos grupos multiétnicos culturais compostos por descendentes de espanhóis e/ou portugueses, integrantes do movimento negro, religiosos afro-brasileiros, artistas, intelectuais, migrantes nordestinos e estrangeiros presentes na região.

O olhar por esse prisma pluriversal permite o questionamento da cultura hegemônica universal. Essas classificações estavam produzindo a atração de projetos de entidades assistencialistas voltados para o controle e o ordenamento de uma população tida como “marginalizada” ou “criminosa” e a movimentação de narrativas de tradição para demarcar fronteiras identitárias e territoriais (Guimarães, 2014, p. 17).

(...) No caso dos habitantes que se identificavam como “negros” e “do santo”, seus patrimônios se contrapunham ao imaginário da Prefeitura, que atrelava simbolicamente os espaços e habitantes do morro à ocupação portuguesa e católica. A partir da noção de Pequena África, eles passaram a apresentar demandas de reconhecimento social e de permanência nos espaços do morro, afirmando o que consideravam ser a singularidade de suas identidades e tradições. (Guimarães, 2014, p. 21)

Ainda, de acordo com Guimarães, a noção de Pequena África representa a valorização e a exaltação da herança africana partir de um modelo de ancestralidade, identidade e religiosidade afro diaspórico, cuja demarcação da herança da Pequena África se dá mediante os processos de resistência negra frente ao planejamento urbano com heranças eugênicas coloniais.

Analisando o contexto das narrativas sociais, políticas e históricas no qual se instala a Casa Escrevivência Conceição Evaristo,

este capítulo se propõe a evidenciar a importância da mediação de leitura e informação étnico-racial promovida pela inauguração deste centro de memória na Pequena África, Zona Portuária do Rio de Janeiro.

Espaço idealizado como uma biblioteca comunitária, mas que, em sua materialização e abertura, adquire o nome de *Casa*, remetendo à resistência e afetividade das casas de axé, irmandades matriarcais, tias quituteiras, baianas do acarajé, mães e avós pretas que alimentaram e mantiveram a herança da ancestralidade negra viva, por meio de suas escrituras (Evaristo, 2023).

Durante o processo de letramento racial (Ferreira, 2014), a consciência dos atravessamentos ocasionados pelo racismo pode desencadear entendimentos pautados na dor e sofrimento de uma subjetividade oprimida. Neusa Santos Sousa, em seu estudo psicanalítico “Tornar-se negro”, diz:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 1983, p. 54)

O ponto de partida é: “Como a mediação de leitura e informação étnico-racial tem contribuído para a construção de relações étnico-raciais saudáveis e enfrentamento ao racismo?”. A pergunta é resultado de uma inquietação existencial que encontrou na literatura possibilidades de acolhimento contrárias às disseminadas por narrativas de desinformação étnico racial e desserviço à identidade negra. Inicialmente a pesquisa deste capítulo se direcionou aos mediadores de leitura e da informação antirracista, que, ao abordarem o debate étnico-racial, constroem processos identitários de reconhecimento apresentando possibilidades de “ser plural” à pessoa leitora.

Porém, em um segundo momento, passou-se a considerar a amplitude deste questionamento aplicando um recorte territorial, temporal e de gênero direcionado às contribuições marcantes e às figuras emblemáticas da contemporaneidade no debate racial. Por meio desta perspectiva, a inauguração da “Casa Escrivência

Conceição Evaristo” atende essas demandas e representa em si um espaço criado objetivando valores e ideais onde a mediação de informação étnico-racial promove protagonismo social, equidade e conexões humanas pautadas no respeito, amor e ancestralidade.

Assim, a pergunta que se pretendeu responder é: “Qual a importância da Casa de Escrivência Conceição Evaristo para a mediação de leitura e informação étnico-racial?”. Como objetivo geral este capítulo visou analisar a “Casa Escrivência Conceição Evaristo” como um espaço de leitura e informação étnico-racial possibilitado por uma cânone intelectual negra da contemporaneidade. Como objetivos específicos, buscou-se: a) apontar os principais autores dentro da comunidade científica que estabelecem termos para conceituar mediação de informação étnico-racial; b) identificar e descrever ações de mediação de leitura e informação étnico-racial promovidas no centro de memória pela Conceição Evaristo; c) analisar como a mediação de leitura e informação pode contribuir para a disseminação das informações étnico-raciais.

A seguir, apresenta-se a construção teórico-conceitual, aspectos metodológicos, resultados e considerações finais deste capítulo.

MEDIAÇÃO DE LEITURA ENQUANTO ATO POLÍTICO

Para destrinchar o conceito de mediação de leitura e inserir o questionamento trago no artigo “Onde estão os autores e autoras negras? A literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas públicas brasileiras” (Tanus e Tanus, 2020) e relacioná-los à pesquisa “Literaturas africanas em língua portuguesa e o tema africanidades na biblioteca escolar” (Feitosa, 2022), cujas práticas mediadoras apontam para a execução da Lei 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino.

A mesa-redonda “Relações entre a mediação da informação e a mediação da leitura” do Encontro Nacional de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Santos *et al.*, 2023) trouxe reflexões sobre a mediação de informação e leitura que integram o referencial teórico aqui abordado, pois a Professora Andrea Pereira dos Santos inicia sua

fala citando a frase de Paulo Freire: “A leitura antecede o entendimento da palavra [...]” e introduz a mediação de leitura como elemento crucial para o desenvolvimento infantil e juvenil, indo além da simples decodificação de palavras.

É fundamental escolher livros adequados que estimulem o desenvolvimento emocional e cognitivo, tanto físicos quanto digitais (Santos *et al.*, 2023). A autora chama atenção para a leitura iniciada na família, fortalecendo vínculos afetivos e a promoção de habilidades críticas essenciais para avaliar informações, destaca-se a importância desse vínculo afetivo na formação de leitores críticos e o quão essenciais se tornam as políticas educacionais que reconhecem a biblioteca escolar como um espaço vital para o desenvolvimento de uma consciência informacional sólida.

A Professora Lígia Maria Monteiro Dumont e colaboradoras enfatizam a importância da Ciência da Informação na compreensão da leitura como um processo complexo e enriquecedor. Baseado em suas experiências com o carro-biblioteca da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais e outros contextos sociais, ela observa que a leitura, mesmo de entretenimento, proporciona conhecimento que pode ser incorporado de acordo com a subjetividade do leitor e o contexto em que se encontra (Santos *et al.*, 2023). Também cita Paul Ricoeur para ressaltar como a circulação do texto impresso transformou a sociabilidade e as relações de poder e como agora novas formas de comunicação digital também desafiam e enriquecem o encontro entre o mundo do texto e o mundo do leitor.

Por fim, a Professora Lídia Eugenia Cavalcante (2020) argumenta o quão fundamental é o conhecimento construído de forma crítica, com base em laços de afetividade e diálogo, promovendo convergências teóricas e práticas que enriqueçam a formação pessoal e cultural dos indivíduos. O papel mediador da leitura e da informação continua a desafiar barreiras temporais e espaciais, contribuindo para evitar a estagnação do pensamento diante de ideias vazias e negacionistas.

O mediador da informação e da leitura desempenha um papel vital ao facilitar o acesso crítico à informação e aos espaços sociais que a promovem, como as bibliotecas. Esses locais não apenas

fomentam debates e resistência, mas também ajudam a romper com visões elitistas do conhecimento científico (Cavalcante *et al*, 2023).

O termo “mediação de leitura” refere-se à prática de facilitar e promover a leitura, especialmente entre crianças e jovens. Não há uma figura pioneira na pesquisa acadêmica sobre mediação de leitura, pois é um campo interdisciplinar que envolve contribuições de diversos estudiosos ao longo do tempo, no entanto, encontram-se alguns nomes com maior incidência nesse campo, por exemplo: Louise Rosenblatt (1988), professora universitária que desenvolveu a Teoria da Leitura como Transação, enfatizando a importância da interação entre o leitor e o texto, promovendo uma compreensão mais profunda e significativa; Rita Marshall (1992), conhecida por suas pesquisas sobre leitura infantil e mediação de leitura, explorando como adultos podem promover a leitura entre as crianças de maneira eficaz; Michèle Petit (1996), antropóloga e pesquisadora francesa que estudou os processos cognitivos envolvidos na leitura e como adultos podem mediar a leitura para crianças.

No contexto deste capítulo, a obra principal selecionada para a conceituação de mediação de leitura é “A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.” (Freire, 1981). Paulo Freire é reconhecido mundialmente por suas contribuições significativas na área da educação, especialmente por sua abordagem pedagógica que enfatiza a importância da conscientização e da mediação crítica do conhecimento.

Freire defendia que a mediação de leitura não se limita à simples transmissão de informações, mas deve engajar os leitores de forma reflexiva e transformadora, estimulando a leitura como um ato de emancipação e construção de significados, o livro de Paulo Freire aborda a importância da leitura e, em sua palestra, discute a relação da biblioteca popular com a alfabetização de adultos:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (Freire, 1981, p. 9)

Assim como Conceição Evaristo utiliza o neologismo “Escrivência”, Paulo Freire nos introduz à “palavramundo”, termo criado para definir a leitura que antecede a escrita e que está intrínseca ao aprendizado. Freire retoma a experiência de mundo anterior a leitura das palavras e, só a partir disso, discursa sobre a importância do ato de ler. Ele critica a ênfase excessiva na quantidade de leituras sem a compreensão profunda dos textos e a leitura sem o elo que permite a fixação e aprendizado.

A memorização mecânica, de acordo com Freire, revela uma visão superficial e mágica da palavra escrita e produção de textos, cuja qualidade é frequentemente medida pela quantidade de páginas escritas, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais reflexiva e criteriosa.

No texto, Paulo Freire (1981) pontua que a alfabetização de adultos é um ato político e de conhecimento, um processo criativo que vai além da simples memorização de letras e sílabas. Ao longo de sua escrita, ele rejeita o ensino mecânico e autoritário, no qual o alfabetizador simplesmente “enche” a mente dos alfabetizados com palavras. Em vez disso, destaca que o alfabetizado é o sujeito ativo do processo, capaz de sentir, perceber e expressar sua realidade, assim, Freire argumenta que a alfabetização é um ato de criação e montagem da expressão escrita da expressão oral, um processo em que o alfabetizado desempenha um papel fundamental na construção de sua própria linguagem escrita. “A compreensão crítica da alfabetização, que envolve a compreensão igualmente crítica da leitura, demanda a compreensão crítica da biblioteca” (Freire, 1981, p.15), essa frase remete ao mito da neutralidade da educação.

Freire levanta pontos importantes questionando a óptica de poder, entrelaçando o universo da biblioteconomia e da educação ao caráter educativo do ato político, refletindo a educação “a favor de quem e do quê”, portanto, “contra quem e contra o quê” (Freire, 1981, p. 15), aplicando tais questionamentos no contexto de desaparecimento das bibliotecas públicas escolares, entende-se não ser possível pensar processos educacionais, incluindo a mediação de leitura, sem estar atento à questão do poder.

Paulo Freire argumenta que aqueles que consideram petulância a classe trabalhadora reivindicar seus direitos, não contribuem para a verdadeira libertação e democracia, afirma que essas atitudes

consciente ou inconscientemente sustentam estruturas autoritárias ao invés de promover um verdadeiro processo de emancipação e autonomia (Freire, 1981).

O autoritarismo educacional se valida de uma visão ingênua que atribui um caráter mágico à palavra escrita, considerando-a quase como um salvador para os analfabetos, que são vistos como perdidos e passivos (Freire, 1981, p. 18). Freire argumenta que esta perspectiva não permite que os analfabetos sejam sujeitos de sua própria alfabetização, submetendo-os a um processo no qual não têm controle. Defende uma abordagem crítica e democrática da alfabetização, na qual os alfabetizandos são participantes ativos em um processo criativo, conectando a leitura do mundo com a leitura da palavra, também enfatiza que a educação deve ser baseada em palavras e temas significativos para os alfabetizandos, não apenas para o educador, e alerta contra a repetição autoritária de métodos educacionais.

Distinguir entre os ingênuos, que inconscientemente perpetuam a ideologia dominante, e os “astutos”, que conscientemente a adotam, identificando estes últimos como conscientemente reacionários, para Freire (1981), a educação não é neutra e deve ser um instrumento de emancipação das classes e grupos oprimidos.

Retomando o viés de conceituação e referencial para a mediação de leitura, a abordagem de Paulo Freire para a alfabetização como ato de conhecimento implica a mediação como ato criador e político, é um esforço de leitura do mundo e da palavra.

Paulo Freire destaca a importância da biblioteca popular como um centro cultural dinâmico, não apenas um depósito silencioso de livros. Enfatiza que esse tipo de biblioteca é fundamental para promover uma leitura crítica e contextualizada dos textos, sugerindo que essas bibliotecas devem estimular a criação de espaços para trabalhos colaborativos buscando compreender sua significação mais profunda, além de explorar experiências estéticas enriquecidas pela linguagem popular e propor que bibliotecárias, documentalistas, educadoras e historiadoras desenvolvam projetos colaborativos em áreas populares, como comunidades camponesas. O autor também utiliza como exemplo de trabalho o levantamento da história local por intermédio de entrevistas gravadas com os mais velhos da comunidade, capturando testemunhos e momentos fundamentais da

história compartilhada. Essas histórias poderiam compor um acervo vivo da história da região.

Freire sugere ainda a coleta de narrativas sobre figuras populares, tradições, superstições, plantas medicinais, entre outros elementos culturais significativos. Entrevistas com artistas locais, artesãos e outros membros da comunidade poderiam resultar em autopublicações valorizando a riqueza cultural do território.

A questão da coerência entre a opção proclamada e a prática é uma das exigências que educadores críticos se fazem a si mesmos. É que sabem muito bem que não é o discurso o que ajuíza a prática, mas a prática que ajuíza o discurso. (Freire, 1981, p. 16)

Em poucas palavras, Paulo Freire (1981) chama a atenção para a prática mediadora em relação ao discurso, manter a consonância entre o “fazer, dizer e pensar” é a ação política necessária para práticas da leitura enquanto práticas de liberdade.

Para fins de exemplo prático de mediação de leitura sob o viés de Paulo Freire, o trabalho “Comunicação oral e mediação de leitura: formando leitores autores” (Santos, 2018) integra um projeto no qual os alunos participaram de uma atividade acadêmica no “La Casa - Conveniência”, um estabelecimento conhecido por sua proposta cultural.

A pesquisa de Brenda Barbosa dos Santos, orientada pela Prof^a. Dra. Luciana Gracioso explorou a comunicação, formação leitora e mediação de leitura, focando no público adulto. Tal investigação aponta para a falta de foco na comunicação oral devido ao uso predominante de aplicativos de mensagens e *e-mails* e observa esse efeito na atividade do “La Casa - Conveniência”. A autora utiliza a citação de Reyes (2014) presente no texto “Mediadores de Leitura” para definir o papel abrangente do mediador. De acordo com Reyes (*apud* Santos, 2018), os mediadores de leitura facilitam o encontro entre livros e leitores, criando as condições para essa conexão, porém, indica que não há uma rota única ou metodologia específica para a experiência transformadora de encontrar os livros certos nos momentos adequados da vida.

Sob esse viés, como forma de avaliação na disciplina “Leitura e Cultura”, a pesquisadora entrou em contato com o projeto

denominado “Menneskebiblioteket” ou, em português, “Biblioteca Humana” trabalho realizado pelos dinamarqueses Ronni Abergel, Dany Abergel, Asma Mouna e Christoffer Erichsen (2000). A partir deste referencial foi desenvolvida no “La Casa - Conveniência”, a prática mediadora intitulada “Biblioteca também é humana” (Santos, 2018), envolvendo o conceito de biblioteca humana realizado no Roskilde Festival em Copenhague (Santos, 2018).

Os participantes foram encorajados a contar histórias sobre temas específicos dentro de um limite de tempo. O objetivo é que eles se tornem autores ou contadores de histórias, desmistificando a ideia de que as histórias são encontradas apenas nos livros. A ação selecionou dois livros a serem mediados a partir do tema “histórias de infância” e foi desenvolvida em quatro grupos do estabelecimento, possibilitando diferentes vivências e elaborações entre os mediadores propositores e os mediadores leitores presentes no espaço.

A mediação surgiu da disciplina de “Leitura e Cultura” da UFSCar em 2018, ministrada pela Profa. Dra. Luciana Gracioso, na qual explorou-se o domínio da comunicação escrita por aplicativos digitais, revelando deficiências na promoção da leitura e na comunicação escrita. A escolha na abordagem mediadora elucida a exigência de mediadores criativos e multifacetados que desenvolvam atividades fomentando a leitura e habilidades sociais. Refletir sobre uma mediação de leitura, aplicando o conceito de Biblioteca Humana em um bar, onde os participantes compartilharam histórias de infância para promover a comunicação oral e incentivar a autoria pessoal, é quando se encontra o olhar pedagógico de Freire acerca da leitura enquanto ato político.

A mediação da leitura literária é fundamental para o desenvolvimento de leitores, conforme os princípios da Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky (1995 *apud* Silva; Arena, 2012), que enfatiza a aprendizagem como fonte do desenvolvimento humano. A escola tem o desafio de promover vivências intencionais que estimulem o aprendizado e o desenvolvimento das crianças, especialmente no gênero literário, mediante debates e interações que incentivem uma construção ativa de significados.

A escola deve criar experiências intencionais que incentivem a participação ativa dos alunos na leitura, estimulando a construção de significados e o desenvolvimento do gosto pela literatura desde cedo,

propondo explorar a literatura infantil como um agente de humanização na Educação Infantil e um meio de integração da criança na cultura escrita (Silva; Arena, 2012).

Explorar a literatura infantil como um agente de humanização é encarar a criança como um ser humano em desenvolvimento e considerar suas possibilidades de linguagem. Como descreve o trecho do poema de Loris Malaguzzi (1920-1994), “As cem linguagens da criança”: “A criança tem cem linguagens (e depois cem cem cem), mas roubaram-lhe noventa e nove. A escola e a cultura lhe separam a cabeça do corpo.”

Os artigos “Onde estão os autores e autoras negras? A literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas públicas brasileiras” (Tanus e Tanus, 2020) e a pesquisa “Literaturas africanas em língua portuguesa e o tema africanidades na biblioteca escolar” (Feitosa, 2022) contextualizam a necessidade de racializar a mediação, com enfoque em leituras de autores e autoras negras, como forma de enfrentamento às desigualdades raciais e garantia de direitos.

A pesquisa de Gustavo Tanus e Gabrielle Tanus (2020) investigou os acervos de catorze bibliotecas públicas estaduais brasileiras para avaliar a representatividade de autores negros da literatura afro-brasileira. Constataram que há uma ausência profunda dessas autorias e suas obras, o que compromete a democratização e a representatividade dessas bibliotecas, especialmente considerando a composição majoritariamente negra (preta e parda) da população brasileira. Entendendo a biblioteca pública e a literatura enquanto democratização cultural, os autores discutem a distribuição de bens e materiais simbólicos e enfatizam a pesquisa de Magda Soares (2004), Castrillón (2011), Candido (2004) e Compagnon (2009) para explorar o papel essencial das bibliotecas públicas como instituições democráticas dedicadas a atender diversas necessidades da comunidade (Tanus; Tanus, 2020).

Desde suas origens milenares, as bibliotecas evoluíram para atender variados contextos sociais, categorizando-se e subdividindo-se para atender as necessidades informacionais da população. As bibliotecas públicas são vistas como promotoras da paz e da democracia, defendendo o acesso irrestrito ao conhecimento, à cultura e à informação para todos os cidadãos (Tanus; Tanus, 2020).

As bibliotecas públicas, mantidas pelo poder público, devem oferecer um ambiente inclusivo e acessível para construção do conhecimento, fortalecimento da cidadania e dignidade humana, conforme preconizado na Constituição Brasileira. Elas devem refletir a diversidade da sociedade, de forma a desempenhar um papel vital na democratização cultural ao promoverem o acesso equitativo à leitura, especialmente à literatura que possibilita a compreensão e a empatia, elementos essenciais para a democracia cultural. As bibliotecas, portanto, são fundamentais para democratizar o acesso à cultura literária, permitindo que indivíduos confrontem e redefinam seus referenciais culturais e ideológicos, formando sujeitos autônomos e críticos capazes de influenciar positivamente suas comunidades e sociedade em geral (Tanus; Tanus, 2020).

Logo, para cumprir sua missão efetivamente, as bibliotecas públicas devem estar acessíveis a todas as pessoas, independentemente de características como pertença étnico-racial, idade, gênero, religião, língua, condição econômica, laboral ou nível educacional. Elas são espaços para a expressão da diversidade cultural em uma sociedade pluralista. As autorias, então, apontam para o profissional bibliotecário e seu papel mediador dentro desse espaço de construção democrática dos saberes e a ausência de autorias negras nesse contexto (Tanus; Tanus, 2020).

Em seu procedimento metodológico, o estudo de Tanus e Tanus (2020) focou nas bibliotecas públicas estaduais localizadas nas capitais brasileiras e no Distrito Federal. Para a pesquisa foi essencial que essas bibliotecas disponibilizassem um catálogo *online* acessível, pois o levantamento das autorias de literatura afro-brasileira foi conduzido exclusivamente por meio desses catálogos. O objetivo principal foi diagnosticar a presença (e ausência) de autores afro-brasileiros nos acervos das bibliotecas, dessa forma, o levantamento identificou apenas 14 bibliotecas estaduais que oferecem acesso ao catálogo online, o que representa menos da metade dos estados brasileiros (Tanus; Tanus, 2020).

A pesquisa de Tanus e Tanus (2020) identificou 133 autores, sendo 37 do sexo feminino (28%) e 96 do sexo masculino (72%), portanto, revela-se, notadamente, uma concentração masculina listada no Portal (Tanus e Tanus, 2020, p. 7). A pesquisa elucida em gráficos as presenças e ausências de literatura afro-brasileira em cada

uma das 14 bibliotecas analisadas e constatou a seguinte classificação: a) Rio de Janeiro (255 títulos presentes e 726 ausentes); b) Paraná (230 títulos presentes e 751 ausentes); c) Minas Gerais (228 títulos presentes e 753 ausentes); d) Bahia (167 títulos presentes e 814 ausentes); e) São Paulo (104 títulos presentes e 877 ausentes); f) Brasília (58 títulos presentes e 923 ausentes); g) Pará (52 títulos presentes e 929 ausentes); h) Santa Catarina (38 títulos presentes e 943 ausentes); i) Espírito Santo (30 títulos presentes e 951 ausentes); j) Mato Grosso (19 títulos presentes e 962 ausentes); k) Rio Grande do Sul (18 títulos presentes e 963 ausentes); l) Sergipe (14 títulos presentes e 967 ausentes); n) Maceió (4 títulos presentes e 977 ausentes); o) Piauí (3 títulos presentes e 978 ausentes).

Dentro desses dados, realizaram um recorte de gênero pontuando quantas obras da literatura afro-brasileira presentes nos acervos digitais das bibliotecas estaduais constam autoras negras. Assim, Rio de Janeiro (29 títulos de autoras negras); Minas Gerais (26 títulos de autoras negras); Brasília (23 títulos de autoras negras); Bahia (22 títulos de autoras negras); São Paulo (21 títulos de autoras negras); Paraná (19 títulos de autoras negras); Santa Catarina (7 títulos de autoras negras); Espírito Santo (3 títulos de autoras negras); Pará (2 títulos de autoras negras); Sergipe (2 títulos de autoras negras); Rio Grande do Sul (1 título de autoras negras); Mato Grosso (1 título de autoras negras); Maceió e Piauí não apresentaram nenhuma presença de título de autoria feminina.

Os resultados, apesar de serem de catálogos *online*, destacam a falta de diversidade nos acervos das bibliotecas públicas estaduais brasileiras e evidenciam também a exclusão das mulheres negras. Essa análise revela uma notável ausência de autores e autoras negros nos acervos dessas instituições. Essa escassez compromete o acesso ao capital cultural e simbólico da cultura afro-brasileira, fundamental para reconfigurar a representação negativa, promovendo um acesso equitativo ao legado literário negro no Brasil (Tanus e Tanus, 2020).

O artigo reflete sobre a ausência na representação de mais de 55,5% da população brasileira, autodeclarada preta ou parda (Censo IBGE, 2022), e atenta ao papel do bibliotecário e mediador que, como responsável, tem o poder de atualizar, fomentar e repensar os acervos de forma que os critérios promovam inclusão e o exercício democrático do leitor se concretize (Tanus; Tanus, 2020).

As bibliotecas, ao não incluírem obras de autores negros e indígenas em seus acervos, agem em prol de uma hegemonia racista e descumprem leis de garantia e disseminação da informação, além de limitar a representatividade e a formação de leitores que não se identificam com os materiais disponíveis.

Abordando o tema no universo da leitura e educação, o estudo de Bruna Rodrigues Feitosa (2022) explora o papel da biblioteca escolar na mediação de africanidades e literatura africana em língua portuguesa, destacando sua importância como meio de enfrentamento, interferência e resistência, cuja prática mediadora implementa as diretrizes da Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino.

A literatura em língua portuguesa produzida na África tem uma necessidade urgente de ser lida e mediada, especialmente devido aos períodos de colonização e às independências recentes em vários países do continente (Feitosa, 2022). Essas obras proporcionam uma visão única do ponto de vista do subalterno ou do colonizado, que responde ao cânone literário na língua do colonizador, oferecendo uma nova perspectiva sobre o mundo e reinterpretando a história a partir de experiências históricas marginalizadas. Essa arte desafia e desmonta a narrativa eurocêntrica estabelecida, ampliando a compreensão da verdade por meio de vozes anteriormente silenciadas.

Umbelino e Pereira (2018 *apud* Feitosa, 2022) defendem a abordagem contínua e problematizadora dos textos africanos no currículo escolar, não limitada a datas específicas como o Dia da Consciência Negra. Eles destacam a importância desses textos no diálogo intercultural dentro da perspectiva lusófona. A literatura, segundo os autores, transmite valores que moldam as formações artísticas ao longo das gerações, permitindo comparações entre os traços culturais presentes nas obras africanas e nos países de língua portuguesa. Por outro lado, Moura (2022 *apud* Feitosa, 2022) argumenta que o termo “lusófono”, ao ser aplicado às literaturas, não reflete uma união dos países lusófonos, mas perpetua um modelo estabelecido por Portugal que define padrões de qualidade literária.

No contexto educacional brasileiro, a leitura de obras literárias africanas em língua portuguesa permite explorar a oralidade e

compreender o contexto cultural de sua criação, fortalecendo a conexão com a densidade geográfica africana e enriquecendo a compreensão da cultura híbrida do Brasil (Feitosa, 2022). A Lei nº 10.639/2003 obriga o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, enquanto o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), desde 2008 distribui materiais educacionais (Feitosa, 2022). No entanto, análises de Bernardes (2018 *apud* Feitosa, 2022) mostram que, das 360 obras avaliadas, apenas 61 abordam a cultura afro-brasileira de forma adequada, com apenas 11 tratando do tema positivamente. O estudo de Bernardes (2018 *apud* Feitosa, 2022) mostra que a abordagem da temática africana nos livros distribuídos pelo governo é insuficiente para promover a igualdade racial na educação. O bibliotecário escolar, além de gerir o acervo conforme os currículos promove a equidade. Daí a importância de introduzir a tradição oral africana nas bibliotecas escolares por meio de leituras em voz alta e contação de histórias, sugerindo novas maneiras de representação cultural.

Feitosa (2022) indica que a falta de conhecimento curatorial dos bibliotecários na aquisição de obras africanas limita o cumprimento adequado da Lei 10.639/03. Além disso, a escassez de formação dos docentes em literatura africana dificulta o ensino desse conteúdo nas escolas, como apontado por Moura (2022, p. 108 *apud* Feitosa, 2022). Textos de literatura lusófona africana evidenciam facetas autênticas que poderiam ser exploradas pelos bibliotecários, contribuindo para uma educação mais diversa e para a desconstrução do pensamento racista e colonizador no Brasil contemporâneo.

Considerando os vieses aqui abordados e apontamentos tragos para embasar a mediação de leitura enquanto ato político, deve-se considerar as elaborações descritas em que a importância do ato de ler é marcada e intimamente ligada à ação política consciente, assim, parafraseando Paulo Freire (1981), o mediador é um político e sua prática, não importa no campo em que se dê, é política também.

INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

A frase de Nelson Mandela (1918-2013), “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas

aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar” retrata a importância da informação étnico-racial.

A ementa da disciplina “Informação Étnico-racial”, ministrada pela Dra. Maria de Fátima Sousa de Oliveira Barbosa, oferecida na grade curricular obrigatória no curso Biblioteconomia e Gestão em Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) serve como guia para delinear o conteúdo dos conceitos, objetivos de aprendizagem e metodologias que ajudarão a compreender como a informação étnico-racial é produzida, disseminada e utilizada em diferentes contextos socioculturais. Neste contexto, a disciplina ofereceu um resumo das questões étnico-raciais no Brasil ao longo da história, incluindo como pessoas negras e indígenas são representadas na sociedade, especialmente em contextos informacionais.

A bibliografia utilizada na disciplina, de acordo com o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2024), conta com: Silvio Luiz de Almeida (2018), Sueli Carneiro (2011), Jacques D’adesky (2015), Teun Adrianus Van Dijk (2021), Abdias Nascimento (2017), Miriam de Aquino e Henry Oliveira (2012) e Tarcízio Silva (2020).

Para conceituar informação étnico-racial, a Dra. Maria de Fátima Souza de Oliveira Barbosa, utilizou o texto de Oliveira e Aquino (2012), que aborda o conceito de informação étnico-racial na Ciência da Informação. O estudo busca estabelecer parâmetros que abordem a informação étnico-racial na organização da produção do conhecimento científico.

Deleuze e Guattari (2004 *apud* Oliveira; Aquino, 2012) discutem que um conceito não é simples nem composto por um único componente, mas, sim, definido por múltiplos elementos. Todo conceito, segundo eles, é uma multiplicidade, embora nem toda multiplicidade seja conceitual. Para esses autores, cada conceito surge de um problema específico, cuja resolução dá sentido ao próprio conceito. Eles argumentam que na filosofia, assim como em outras áreas, os conceitos não são criados, mas sim construídos em resposta aos problemas históricos identificados. Essa abordagem levou a adoção da expressão “construção do conceito de informação étnico-racial” ao invés de “criação” (Oliveira; Aquino, 2012).

Entende-se que a informação étnico-racial, mesmo em uma delimitação orientada pelo campo da Ciência da Informação, é um conceito que se fundamenta na historicidade da racialidade e racialização das relações. A pesquisa de Oliveira e Aquino (2012) visa mediar a construção da informação étnico-racial como um objeto amplo, englobando diferentes possibilidades informacionais sobre questões étnico-raciais, independentemente de tempo, espaço ou formato compreendendo o conjunto abrangente dessas questões. No caso deste estudo, o problema conceitual fundamenta-se nas relações étnico-raciais e na necessidade de disseminar e democratizar o acesso e uso da informação sobre os diversos grupos étnicos, especificamente os sujeitos afrodescendentes (Oliveira; Aquino, 2012).

Em diálogo com os recortes da revisão da literatura e as questões da pesquisa, Oliveira e Aquino levantam os seguintes vieses para construção de Informação Étnico-racial no contexto da Ciência da Informação: a) informação étnico-racial é informação; b) inscrita num suporte físico diverso (tradicional ou digital); c) Envolve significação; d) Sujeitos atribuem significado; e) Mediada por linguagem; f) Potencial para gerar conhecimento; g) Relacionada a um grupo étnico-racial; h) Etnia inclui aspectos históricos e culturais; e i) Afirmativa da história e cultura étnica.

Em suas considerações, indicam que a construção do conceito de informação étnico-racial ocorre por meio de um diálogo interdisciplinar, abrindo novas possibilidades de investigação no campo da Ciência da Informação. Isso inclui explorar como esse conceito se relaciona com diferentes suportes, mídias, estratégias de geração, produção, acesso e uso da informação (Oliveira; Aquino, 2012).

Para este texto é fundamental ressaltar a pesquisa da Professora Dra. Maria de Fátima Sousa de Oliveira Barbosa, pois, por meio de sua pesquisa, apresenta ao graduando informações relevantes sobre as contribuições políticas realizadas por autores negros presentes na ementa, expondo tanto suas práticas mediadoras como sua caracterização enquanto autores de Informação Étnico-racial.

Em suas análises no livro “Racismo Estrutural”, Silvio Almeida elucida que o racismo não se limita a incidentes isolados, mas, sim, se manifesta de forma sistemática e persistente, gerando desigualdades

gritantes em áreas como educação, saúde, segurança e acesso ao mercado de trabalho. Diante desse cenário, Almeida (2018) ressalta a urgência de políticas públicas que não apenas reconheçam, mas também confrontem as raízes profundas dessas injustiças raciais.

Também compondo a ementa básica da disciplina, está a Dra. Sueli Carneiro, fundadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra (1988), a organização desempenha um papel importante na defesa dos direitos humanos e na promoção da cidadania plena das mulheres negras, caracterizando-se como fonte de informação étnico-racial competente e amplamente referenciada. A Casa Sueli Carneiro é um centro de memória que assim como a Casa de Escrivência Conceição Evaristo (RJ) integra por meio dos seus registros documentais, a memória negra brasileira.

O Teatro enquanto mediador de informação étnico-racial parte dos estudos de Abdias do Nascimento sobre o corpo negro em cena e seu caráter emancipatório e denunciador, visto que as narrativas abordadas por atores e autores negros redefiniram a forma de se fazer Teatro no Brasil e situações como *Blackface* foram postas a luz e repensadas na contemporaneidade. Abdias do Nascimento foi um importante ativista, artista e político brasileiro que dedicou sua vida à luta contra o racismo e à valorização da cultura afro-brasileira. Ele cunhou o termo “genocídio do negro” para descrever a violência estrutural e sistemática enfrentada pela população negra no Brasil. Além disso, fundou o Teatro Experimental do Negro (1944), uma iniciativa pioneira para promover a representação e a valorização da cultura negra nos palcos brasileiros. Esse Teatro não só ofereceu oportunidades para artistas negros, desafiando estereótipos e promovendo peças que exploravam a história e a resistência afro-brasileira, como também se tornou um símbolo de luta contra o racismo.

A escolha do trabalho de Tarcízio Silva se relaciona a essa construção de imagem positiva do negro, ou melhor, a dificuldade de construção de imagem positiva. O tema de “Visão Computacional e Racismo Algorítmico: Branquitude e Opacidade no Aprendizado de Máquina” aborda as questões críticas em torno da justiça algorítmica e da equidade na inteligência artificial. Esses sistemas muitas vezes refletem e amplificam preconceitos existentes na sociedade, incluindo vieses raciais.

A “branquitude” no contexto de visão computacional refere-se à tendência de algoritmos de reconhecimento facial e outras aplicações atribuírem maior precisão e confiabilidade a indivíduos brancos em detrimento de pessoas de cor, levando a consequências discriminatórias. A “opacidade” refere-se à dificuldade em entender como esses algoritmos operam e como as decisões são tomadas, o que pode obscurecer a detecção e a correção de vieses. Essa discussão auxilia pessoas negras questionem a autoimagem deturpada e busquem promover algoritmos mais justos e éticos que não perpetuem injustiças sociais.

Percebe-se que a construção da informação étnico-racial está ligada às políticas de enfrentamento ao racismo, pois exige ao profissional o olhar multifacetado para abordar uma questão sistêmica e de problema geral no Brasil. Durante a evolução da disciplina a professora Dra. Maria de Fátima Souza de Oliveira Barbosa apresenta ao graduando o discurso de figuras chave para a formação de um pensamento identitário bem embasado, evidenciando o impacto dos mediadores de informação étnico-racial na sociedade.

CONCEIÇÃO EVARISTO ENQUANTO MEDIADORA DE INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

No artigo “Conceição Evaristo e desobediência epistêmica: Contribuições para pensar a escrivência a partir da decolonialidade” de Thaisa Silva Martins (2023), descreve-se uma breve biografia de Conceição Evaristo e suas contribuições que a classificam como cânone literária.

Conceição Evaristo (1946) é uma figura emblemática na constituição da identidade brasileira plural, ímpar na literatura brasileira contemporânea. Nascida em Belo Horizonte, Minas Gerais, sua jornada de vida começou em uma favela, marcando sua trajetória com uma profunda conexão com as experiências da mulher negra no Brasil. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Evaristo dedicou sua carreira acadêmica ao estudo da literatura afro-brasileira e à promoção da igualdade racial. Seu trabalho literário combina uma linguagem

poética envolvente com narrativas que exploram a memória, a ancestralidade africana e as questões sociais contemporâneas.

Entre suas obras mais aclamadas, estão “Ponciá Vicêncio”, que narra a jornada de uma mulher negra em busca de identidade e liberdade, e “Olhos D'Água”, uma coleção de contos que aborda diversas formas de violência e discriminação enfrentadas pela comunidade negra no Brasil. Além de sua contribuição literária, Conceição Evaristo é uma ativista incansável no movimento negro e feminista brasileiro, trabalhando ativamente para promover a inclusão e o reconhecimento das culturas afro-brasileiras. Seu impacto transcende a literatura, influenciando positivamente a sociedade e ampliando o espaço para vozes negras na cultura brasileira contemporânea.

Martins (2023) aponta o surgimento do termo “Escrevivência” a partir do olhar de Conceição Evaristo sobre seus atravessamentos, explorando em sua obra a resistência e enfrentamento às adversidades enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil, especialmente aquelas silenciadas e exploradas durante o período colonial. Evaristo citada por Martins (2023) destaca a imagem da mãe preta escravizada, privada até mesmo do direito de cuidar de seus próprios filhos, forçada a uma afetividade simulada dentro da estrutura escravocrata.

A criação literária de Evaristo se inspira na figura da mãe lavadeira, que desenha o sol no chão lamacento enquanto cuida das roupas da casa grande, um gesto que simboliza a conexão ancestral com a terra e a resistência histórica às opressões coloniais. Conforme a descrição que Martins coloca tão bem em seu artigo:

Evaristo (2007) expressa o símbolo da criação da escrevivência na figura da mãe lavadeira, que cuidava das roupas da “casa grande”, desenhando o sol no chão lamacento com um graveto, para chamar este sol, no intuito de secar as roupas que lavava. Tal gesto se expressa num movimento em que corpo e escrita se comungam. A autora faz esta descrição situando a imagem dessa mãe no sentido ancestral e, ao mesmo tempo, por se identificar no processo indissociável de escrita e vivência, traz memórias da sua mãe biológica, que desenvolvia este gesto. (Martins, 2023, p. 370)

Essa forma de mediar e contar histórias de luta e superação da população marginalizada no Brasil é o que confere a característica de enfrentamento e garantia de direitos. Conceição Evaristo, ao se apropriar das narrativas de seu entorno, narra não só a sua percepção do mundo, mas a de outras mulheres negras, silenciadas pelas mazelas da violência racista. A autoria da Dra. Conceição Evaristo carrega em si mediação de leituras e informações étnico-raciais de um corpo vivo, político e escreviente.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

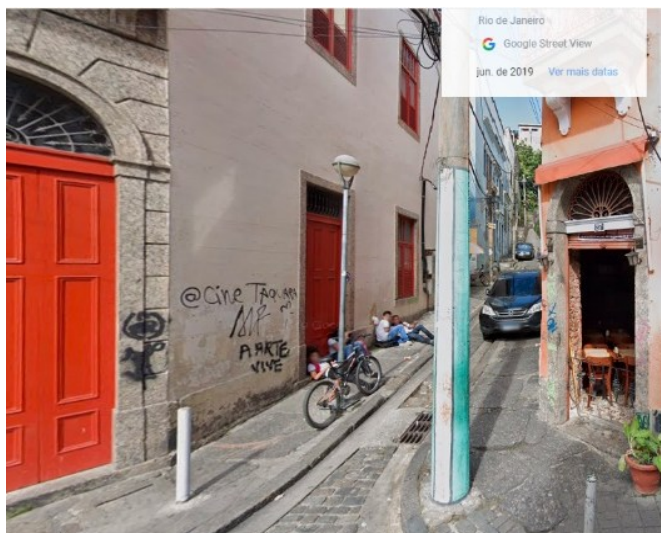
Como método para coletar e analisar dados, emprega-se a observação não-participante. Segundo Marconi e Lakatos (2003), nessa técnica, o observador não se envolve diretamente com o objeto de estudo durante a observação, mantendo-se como um observador passivo, sem interação direta com o que está sendo observado. Para análise do centro de memória enquanto um espaço de leituras para o povo negro, realizou-se uma visita e entrevista informal ao local, observando as informações obtidas enquanto usuário. A transcrição da entrevista complementa a pesquisa bibliográfica e documental aqui apresentada, a entrevista compila a visão de Conceição Evaristo, revelando o histórico para constituição do centro de memória.

A Casa Escrevivência Conceição Evaristo é um sobrado localizado na zona portuária do Rio de Janeiro próximo ao Largo da Prainha, início do Beco João Inácio, no endereço Beco João Inácio, 4, Saúde (Largo da Prainha) - Rio de Janeiro. O espaço faz parte do circuito turístico histórico da “Pequena África” e apesar de pequeno em proporção, atinge centenas de turistas diariamente por compor a trilha que conta com figuras emblemáticas como: a estátua de Mercedes Baptista, a homenagem feita para o sambista Hilário Jovino, a Pedra do Sal, o Cais do Valongo, o Museu da História e Cultura Afro-Brasileira e várias outras atrações que compõem o acervo do patrimônio histórico-cultural da região.

De acordo com entrevista realizada com Evelyn de Sá (2024), graduanda em Biblioteconomia que compõe o quadro de funcionários fundadores da Casa Escrevivência Conceição Evaristo, o acervo é formado por livros, obras de Conceição Evaristo e materiais enviados por fãs. O local permitido ao público tem aproximadamente 36 m²,

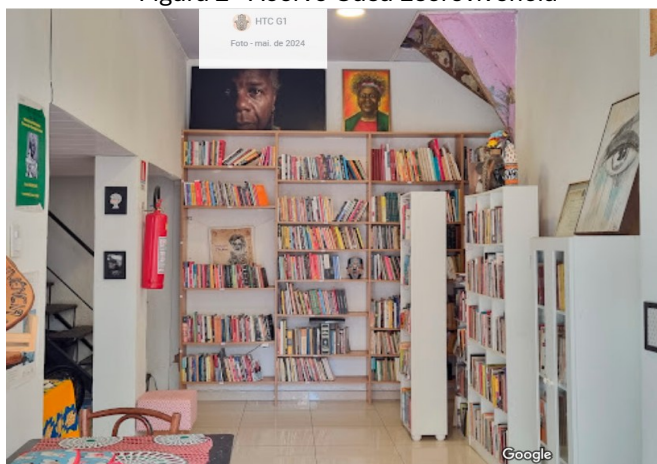
funciona como ponto turístico e assessoria à autora, onde as pessoas podem consultar livros no local e tirar fotos. Abaixo, imagens disponibilizadas no Google View (2024).

Figura 1 - Entrada do Beco João Inácio



Fonte: Google View (2024)

Figura 2 - Acervo Casa Escrivência



Fonte: Google View (2024)

Figura 3 - Fachada da Casa Escrevivência Conceição Evaristo



Fonte: Google View (2024)

Imagens tiradas durante visita guiada em Junho de 2024 por equipe da Casa Escrevivência Conceição Evaristo:

Figura 4 - Acervo Casa Escrevivência visita guiada



Fonte: Autoria Própria.

Figura 5 - Visitantes em frente ao mural da Casa Escrevivência



Fonte: Autoria Própria

RESULTADOS

A rede social Instagram da instituição²³ conta com 23.800 seguidores e 97 publicações, as primeiras postagens marcam o processo de inauguração da casa, a trajetória de Conceição Evaristo e a importância histórica do território do Cais do Valongo. O primeiro evento realizado e promovido pela Casa Escrevivência foi um Bazar das Memórias, uma ação que colocou objetos da autora à disposição do público: livros, cadernos, souvenir de viagens, blusas, sacolas e bolsas marcadas por logotipos de eventos que a escritora participou ofertados a preços populares para a comunidade ao seu redor.

A página se propõe a divulgar ações da escritora e promover o centro de memória, os principais resultados de pesquisa que demonstram essa proposta, foram os eventos de inauguração do espaço e trechos da entrevista “História que meus livros não contam”, realizada durante a programação de abertura da Casa Escrevivência Conceição Evaristo.

²³Instagram:@casaescrevivenciaoficial.

Disponível

em:

<https://www.instagram.com/casaescrevivenciaoficial/> acesso em novembro de 2024.

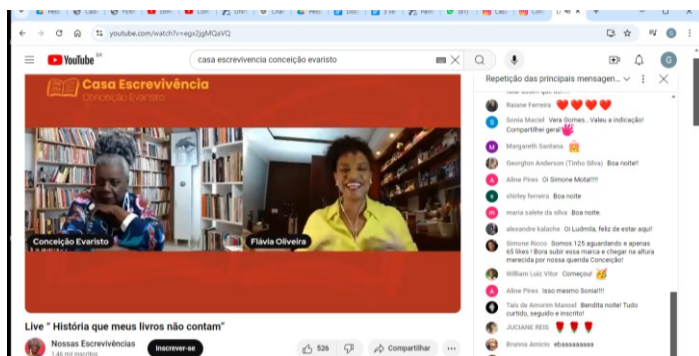
O registro do lançamento da Casa Escrivência Conceição Evaristo está disponível no *Youtube* e *Instagram*, com a autora descrevendo todo o processo de idealização e materialização do espaço, juntamente com convidados de extrema relevância política para a comunidade negra e literária, e contou com a seguinte programação: a) 18/07/2023 - Live “História que meus livros não contam”: Apresentação da Casa Escrivência por Conceição Evaristo com mediação da Flávia Oliveira. Horário: 19:30 Local: Canal do Youtube; b) 19/07/2023 - Bate Papo: “As escriturências que nos aproximam”: Conceição Evaristo, Jurema Werneck e Erica Malunguinho. Mediação de Felisberto Fernanda. Sessão de autógrafos de dez escritoras negras e pocket show de Marina Iris. Sujeito à lotação. Horário: 18:30 Local: Casa Rui Barbosa, Rua São Clemente 134, Botafogo, Rio de Janeiro; c) 20/07/2023 - Sessão de autógrafos com Conceição Evaristo: especial Lançamento da Casa Escrivência. Horário: 17:00. Local: Porta da Casa Escrivência - Beco João Inácio, 4 - Saúde (Largo da Prainha).

Figura 6 - Divulgação da programação de inauguração.



Fonte: Instagram:@casaescrevenciaoficial.

Figura 7 - Live “História que meus livros não contam”



Fonte: Canal do youtube live “Histórias que meus livros não contam.”

A live “História que meus livros não contam”, de acordo com Evelyn, pretendia contar histórias sobre o acervo, mas por conta da interação do público, acabou se aprofundando na trajetória de Conceição enquanto escritora, mulher negra, latino-americana e em temáticas atravessadas pelo conceito de escrevivência.

Figura 8 - Evento na Casa de Rui



Fonte: Instagram:@casaescrevenciaoficial

A atividade na Casa de Rui Barbosa, de acordo com Evelyn, foi pensada para dar conta da demanda de fãs interessadas, o evento propôs uma mesa de conversa e uma feira de escritoras negras, porém, faltou luz na Casa de Rui e a maior parte das trocas foram realizadas sob luzes de lanterna e megafone, sem a estrutura que haviam planejado. Mesmo com os problemas técnicos, o auditório se manteve lotado do público negro.

Figura 9 - Dia de Autógrafos Conceição Evaristo



Fonte: Instagram:@casaescrevenciaoficial

A tarde de autógrafos de Conceição Evaristo contou com a presença de aproximadamente 700 pessoas, começou às 17 horas e terminou à meia noite.

A entrevista *online* marca a abertura dos portais virtuais da instituição, dando início a programação de inauguração da Casa Escrivência Conceição Evaristo. Conforme explicitado durante a entrevista, atualmente o espaço cultural tem uma capacidade limitada. Promover o acesso virtual e pensar em uma programação estendida ao longo de uma semana inteira possibilitou diferentes formas de acesso às falas da idealizadora Conceição Evaristo e suas projeções para esta construção coletiva.

Realizar a transmissão ao vivo em uma plataforma digital de amplo alcance, como o Youtube, possibilitou 4.124 visualizações e 1.410 inscritos no canal. Dessa forma, possibilitando, também, que até mesmo um ano depois (2024), se possa recorrer a este material enquanto registro documental para elaboração de pesquisa e análise.

A condução da entrevista foi realizada pela jornalista Flávia Oliveira, comentarista no canal de televisão *GloboNews*, colunista no *Jornal O Globo* e na *CBN Rio de Janeiro*, *podcaster* no “Angu de Grilo” e amiga íntima de Conceição Evaristo. Em suas falas iniciais, ela questiona Dona Conceição sobre a mudança de “biblioteca comunitária” para “Casa”, e a Dra. Conceição Evaristo (2023), dentre

várias coisas, responde: “Porque casa eu acho que é um lugar de aconchego. E cultura e leitura é um lugar de aconchego também.”

Essa visão de Conceição Evaristo para cultura e leitura dialoga muito com o pensamento de Freire (1981) sobre educação. Ao “assuntar” a biblioteca ou, melhor, no processo de amadurecimento da biblioteca, a Dra. Conceição Evaristo materializou a noção “palavramundo” de Paulo Freire ao conectar o conceito de biblioteca comunitária, as produções provindas do conceito de escriturivências e seu acervo pessoal à uma Casa.

A Casa Escriturivência Conceição Evaristo se propõe a ser um espaço de mediação, troca, afetividade e fruição cultural entre criadores, realizadores, produtores, escritores e pensadores multifacetados que identificam a significância da escriturivência para humanização e enfrentamento de desigualdades impostas socialmente.

Conceição Evaristo e Flávia Oliveira, em suas práticas mediadoras, conduziram o espectador-leitor a temáticas fundamentais da literatura, educação e produção de informação. Além de mediar títulos e autores negros e negras, elas realizaram leituras políticas da sociedade brasileira e pontuaram o momento histórico que a constituição da Casa Escriturivência representa.

Foram separadas falas de Conceição Evaristo disponíveis na transcrição do vídeo “Live: Histórias que meus livros não contam”²⁴ e divididos em três análises que serão abordados a seguir:

a) Mulheres negras enquanto corpos comumente violentados e invisibilizados pela hegemonia racista e a concepção de Escriturivência na produção literária para a humanização de corpos em todas as áreas do conhecimento:

“Esses textos que nós estamos pensando como escriturivência, tanto na produção como na leitura, são textos que nascem da produção de mulheres negras, de uma produção literária que, inclusive, tem uma certa dificuldade para estar no cânone. Então, nós vemos que é também um conceito que provoca e que colhe vozes até então obliteradas dentro do próprio processo de criação literária. E quando outros campos de conhecimento,

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=egx2jgMQaVQ&t=52s>, acesso em novembro de 2024.

como a saúde, o direito também, a educação, se apropriam desse conceito, se apropriam também para a revelação ou para a produção em grupos ou em áreas de conhecimento daquilo que não era visto, daquilo que não era considerado.” (Evaristo, 2023, s.p.)

Referenciando o trabalho elaborado por Tanus e Tanus (2020), pode-se perceber que a exclusão, ou melhor, ausência da literatura negra e feminina transcende a outros espaços para além da biblioteca. A dificuldade de estar no cânone, apontada por Conceição Evaristo, se dá por múltiplas facetas sociais, a autora é cirúrgica ao evidenciar que as vozes são obliteradas dentro, inclusive, do próprio processo de criação literária, e essa obliteração transparece em todas as áreas do conhecimento.

“Eu acho que a escrevivência, em todas essas áreas do conhecimento, ela surge talvez possibilitando muito mais a esses campos de conhecimento criar uma certeza que elas estão trabalhando com o sujeito humano [...] É uma confissão, de alguma forma, do reconhecimento da humanidade desse sujeito. Eu acho que a escrevivência permite justamente essa busca, justamente por aquilo que à primeira vista não revela.” (Evaristo, 2023, s.p.)

A desumanização de corpos presente nas narrativas hegemônicas apontadas por Quijano (2005) ao descrever os processos de racialização nas Américas é vivenciado e explicitado por Conceição Evaristo ao trazer a palavra “humanidade” e “sujeito humano” para a contextualização do termo “escrevivência”. Nesse caso, no caso da narrativa de mulheres negras nas diversas áreas do conhecimento, a escrita de si é aproximar o leitor de uma realidade velada e mistificada pela estrutura racista.

Pesquisadoras, cientistas, poetas e afins, que antes em um processo de apagamento histórico invalidam suas trajetórias e percepções de realidade, podem, por meio de escrevivências, recorrer às suas histórias e contribuir enquanto sujeito humano para múltiplos campos do conhecimento, Conceição Evaristo complementa: “Porque a escrevivência vai dialogar justamente com pensamentos, com teorias, com construção de conhecimento de grupos que, de

certa forma, por um motivo ou outro, experimentam esse processo de exclusão.”

A humanização dos corpos em processo de exclusão potencializa as escrevivências que, desde sua concepção, abarca as vivências das lavadeiras escrevendo o sol na areia com esperança das roupas secarem. É a *palavramundo* materializada nas histórias de superação e percepção de mundo, daquelas narrativas antes contadas sob o olhar doutrinador e limitado do escritor embranquecido, cego para concepções de realidade distantes daquelas que sua vista alcança. Os privilégios são direitos humanos básicos, o direito de “ser humano” continua em debate por meio das narrativas universais. Escrevivências permitem a pluriversalidade e transdisciplinaridade essenciais para processos de vida e bem-viver, permite a equidade ao abordar a história de sujeitos humanos.

b) A valorização do Cais do Valongo enquanto maior porto escravista do mundo para um circuito histórico reconhecido enquanto patrimônio histórico da humanidade, celebrando a herança africana:

“Apesar de toda a luta para edificar esse empreendimento, é um momento de celebração de vida [...] A gente queria um local que tivesse algum sentido para a história negra, com a história negra [...] A gente não abre mão de ser um espaço que tenha escola por perto. Tinha de ver a memória negra. E também tinha que ser num espaço que fosse um acesso mais fácil para as populações que vêm do subúrbio ou que vêm dos bairros mais distantes. [...] Avizinha-se finalmente a instalação do museu, do cais do Valongo. [...] Então, é uma área de grande valor histórico, de grande relevância para a cultura afro-brasileira, não só afro-carioca. E esse endereço, ainda que provisório, tem uma imensa representatividade, um grande significado.” (Evaristo, 2023.)

O olhar atento e político enquanto pesquisadora, cientista e produtora literária está presente na escolha do espaço e fortificação de narrativas da herança africana. A mediação de informação étnico-racial gerada pela escolha do entorno é de uma sagacidade sem tamanho, o centro de memória a céu aberto que é o circuito da herança africana, ganha com Conceição Evaristo, uma ancestral viva presente e atuante. Para além do Museu de História e Cultura Afro-Brasileira, a Casa Escrevivência se aterra em um lugar de reverberação de

narrativas e valorização cultural reconhecido enquanto patrimônio da humanidade e se torna uma referência para a literatura negra.

“Que a nossa sabedoria, que a nossa competência de fazer abarca todos os campos da arte, abarca todos os campos do viver. Porque quando a gente pensa também nas tias, nas baianas, também que estão aí, que também tem essa memória guarda, as quituteiras.” (Evaristo, 2023, s.p.)

“Eu acho que é um lugar que a gente celebra toda a nossa competência, então, uma Casa Escrivência, uma casa de leitura, uma casa de criação, uma casa de memória, ela tem que ser aqui. E casa são quatro letras que resumem muito esse conceito. Porque poderia chamar biblioteca, centro cultural, espaço cultural, mas acho que é sobre casa mesmo [...]. Eu não esqueço um minuto que estou lidando com a literatura, estou lidando com a arte da palavra. [...] Então, eu quero construir uma história, eu quero falar de um enredo sem descuidar da literatura, sem descuidar dessa arte que tem esse poder de convocação das pessoas através da leitura. E é um livro também que traz justamente toda essa existência humana. Quando um povo luta por um lugar, não é só espaço físico, é toda uma geografia afetiva que está ali em jogo.” (Evaristo, 2023, s.p.)

Ao ativar a palavra “competência” atrelada às produções negras ancestrais, a Dra. Conceição Evaristo celebra e resgata a existência dos griots e recursos utilizados para a continuidade das tradições africanas em diáspora. Afirmar-se e reconhecer-se enquanto cânone da literatura mundial confere a Dra. Conceição Evaristo um cuidado minucioso no que se refere a construção de histórias, enredo, arte e literatura.

Conceição Evaristo (2023) refere ao Cais do Valongo como uma história soterrada e de forma poética aponta que em um determinado momento, essas histórias emergem e são memórias. A luta pela materialização deste espaço é a continuidade de um legado cultural soterrado pelo genocídio e escravização de corpos negros, elucidado por Conceição Evaristo: “Ali está escrita uma injustiça, está escrita uma violação humana, está escrita... Ali está escrita uma violência contra os corpos.”

c) Mediação de leitura de obras literárias e a representação de brasilidades anteriormente invisibilizadas e silenciadas.

“Então, eu acho que “Becos da Memória” oferece também essa compreensão do que é a luta por um território, até em dias atuais. “Ponciá Vicêncio” também oferece essa compreensão do Brasil, porque é um enredo que traz também a luta dos negros na República. O que foi realmente a assinatura da Lei Áurea? Ponciá, o pai de Ponciá, o tempo todo ele recorda isso. [...] O avô de Ponciá tinha sido um sujeito escravizado. Ponciá, quando vai para a cidade, ou quando o marido dela está trabalhando em uma construção civil, é realmente uma reatualização do processo de escravização no Brasil. E “Olhos d’Água”, por vários contos, acho que “Olhos d’Água” traz alguma coisa também que ajuda a pensar a nossa brasilidade, ajuda a pensar a nossa brasilidade a partir de sujeitos que nos compõem. [...] Quando traz a humanidade de um menino que é do tráfico, quando traz a humanidade de uma mulher que é violentada, e justamente aquele filho que ela se entenece-se por ele, quando traz a violência de um menino de 12, 13 anos que morre com uma infecção dentária debaixo de uma marquise, acho que nos ajuda a refletir que não se pode deixar o outro viver dessa forma. Se o Brasil é um lugar para todos, se o Brasil é de todos nós, por que que vidas vão se desenvolver nessa carência tão profunda? [...] Carolina já nos apresenta ali a pobreza, a extrema pobreza multidimensional, porque não é só sobre comida. Não é só sobre comida, é sobre tudo. [...] Então, essa experiência nossa de ter passado por colonização e por escravização, isso nos permite uma experiência compartilhada. E eu tenho dito, por exemplo, os nossos livros, os livros de autoria negra, são livros que nós podemos dialogar muito mais com livros de autoria negra fora do Brasil, com livros de autoria indígena, porque são mulheres também que passaram o processo de dominação e de escravização, porque nós achamos muitas vezes que os povos indígenas não foram escravizados, eles foram escravizados também. [...] Então, às vezes, é mais fácil as nossas histórias ou as nossas teorias ou a nossa crítica literária se confluir, dialogar muito mais com produções de outras mulheres negras ou com produção de mulheres subalternizadas ou de mulheres indígenas fora do Brasil do que dentro do Brasil com uma ficção ou com uma teoria que nasce de lugares, de pessoas que experimentaram papel de dominação. [...] E quando se fala de

uma literatura universal, eu até concordo, e fico muito metida, porque eu falo, então, quem faz literatura universal somos nós [...]. Quando você pensa universal, pelo menos eu penso, eu penso num texto que seja capaz de seduzir, de comover, de falar a humanidade das mais diferentes pessoas. E nós temos aí uma literatura de branquidade que não fala para determinadas experiências humanas, pelo contrário, expulsa.” (Evaristo, 2023, s.p.)

Conceição Evaristo é mediadora de leitura, informação e informação étnico-racial ao contar sobre suas interveniências com a literatura, jornada acadêmica e paixão de ler. Em suas falas, é nítido o quanto o livro e a leitura a movem e fazem parte da sua composição enquanto ser humano. Seus trejeitos carregam simbolismos ancestrais e poesia, ao tratar de assuntos complexos e dolorosos como o racismo, escravidão e pobreza extrema ela reflete também sobre suas potencialidades e características culturais da superação e existência negra no Brasil, com suas palavras, Conceição Evaristo celebra a vida negra e questiona a humanidade daqueles que desumanizam experiências humanas.

Pelo exposto, a Casa Escrivência por si só já é um presente de Conceição Evaristo para o mundo. O centro de memória carrega em si a eternização de um conceito literário que se expandiu para outras áreas do conhecimento e que pode ser aplicado no reconhecimento de identidade e produções individuais que, por mazelas da violência racista, não tiveram suas contribuições intelectuais validadas.

Um espaço para essas Escrivências, sob o olhar de produções femininas e negras, é um espaço que abarca múltiplas formas de existência e escrita, assim como garante o encontro de “mais de nós”. Enquanto espaço de disseminação da informação étnico-racial é uma potência que promove a troca e fruição de saberes partindo de uma ancestral negra viva, estabelecendo o reconhecimento da Casa Escrivência Conceição Evaristo enquanto um espaço de leituras para o povo negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar a mediação de leitura e da informação do Centro de Memória “Casa Escrivência Conceição

Evaristo”, este Trabalho de Conclusão de Curso teve que abordar uma questão que antecede seu objetivo. Escrevivências como foi levantado anteriormente no referencial teórico, remete às lavadeiras que trabalhavam na Casa Grande realizando trabalhos domésticos enquanto seus filhos a acompanhavam. Entre um trabalho e outro, uma mãe negra desenhando um sol com gravetos na lama, despertou em sua filha a *palavramundo* escrever, e essa escrita-desenho chamando o sol habitou no imaginário dessa criança que no futuro nutriria uma relação tão íntima com a leitura das palavras e do mundo, que hoje, seus escritos impactam gerações.

Acredito no conceito de Escrevivência como uma reapropriação do encantamento e da arte de escrever, a mediação de leitura contempla, em suas práticas, a contação de histórias, e a oralidade presente nesse processo carrega uma afetuosidade que só um amante da leitura é capaz de proporcionar com integridade.

Para além do conceito de Escrevivência, a questão principal que este trabalho teve que abordar para chegar em seu objetivo central é o racismo nas relações brasileiras e o cerceamento, iniquidade e feridas desencadeadas pelo seu processo de exclusão. Assim, “Escrevivência” se refere às escritas de mulheres negras excluídas pelo racismo.

A inauguração da “Casa Escrevivência Conceição Evaristo” marca um espaço de protagonismo para histórias silenciadas. Enquanto mulher preta, vivenciei na pele o processo de apagamento, este trabalho marca a conclusão do curso, mas também reflete todo o adoecimento mental ocasionado por situações de extrema vulnerabilidade psicossocial impostas pelo ambiente acadêmico e luta para obter uma graduação em uma sociedade estruturalmente racista. Como diz o rapper Mano Brown na canção “A vida é desafio”, desde cedo, aprendemos que, por sermos negros, temos que ser duas vezes melhor, mas ele questiona: “Como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses... Por tudo que aconteceu? Duas vezes melhor como?”

Essa frase faz sentido no contexto universitário, pois, além de buscarmos as fontes base da bibliografia e ementas do curso, pessoas não-brancas precisam buscar fontes bibliográficas que contemplem suas vivências plurais e englobam atuações profissionais dentro do

contexto em que elas estão inseridas. A disciplina Informação Étnico-racial é um marco histórico de reparação e garantia de direitos. Durante o processo de formação, o contato com a produção literária de Conceição Evaristo e outros pensadores e intelectuais negros, foi abraço, afago, promessas de dias melhores e lembrança das orações de minhas ancestrais.

A universidade pública é um espaço de radicalização e entendimento político para uma profissional negra, gorda, periférica e neurodivergente experienciando processos de vulnerabilidade social no ambiente acadêmico que a universidade federal se configura, nossos corpos carregam informações e sempre estamos em mediação com o ambiente. Traçar a jornada enquanto estudante cotista, pertencente ao alojamento estudantil, dependente de políticas públicas de inclusão, impactada diretamente por um incêndio nos espaços precarizados pelo sucateamento da educação e cursando a graduação durante uma pandemia mundial é o que configura a subjetividade da minha escrevivência para a elaboração conceitual deste capítulo.

Após a realização dessa pesquisa, concluo que mediação de leitura e informação ocorre em toda troca e contato humano. Todo ser humano é, por si só, uma biblioteca viva. Revisitar esse olhar para as práticas mediadoras e possibilitar, na trajetória profissional, a garantia de que os direitos à vida são a premissa de qualquer unidade de informação é o que torna o livro, a leitura e a escrita ferramentas para autonomia e evolução do ser plural.

Para futuras pesquisas deve-se focar no registro do avanço da Casa Escrevivência Conceição Evaristo enquanto centro de memória e lar das produções negra. Além disso, o debate sobre mediação de informação étnico-racial deve ser expandido para outras áreas do conhecimento, mesclando transdisciplinarmente o impacto dessa informação na população brasileira e o quão potente é o resgate e retomada histórica de povos subtraídos de si mesmos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jonathan Ferreira. A terra dos condenados: uma leitura da segregação racial no rio de janeiro na preparação para os megaeventos. *In*: ENANPUR, 20., 2023, Belém. **Anais** [...] Belém: ENANPUR, 2023.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. *In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 2., 2007, Londrina.

Anais eletrônicos. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. 203 p.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58,

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das letras, 2022.

BEZERRA, Arthur Coelho; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Mediação cultural da informação para o reencantamento do mundo. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, p. 01–19, 2020. DOI: 10.5007/1518-2924.2020.e72831.

BRANDÃO, Gleise; BORGES, Jussara. A mediação da informação: uma revisão conceitual. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 3-16, 2022.

CARVALHO, Luisa Sousa de. O encarceramento em massa da população negra, agenciado pelo Estado Brasileiro, como um mecanismo do genocídio anti-negro. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, 16., 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: ENPESS, 2018.

CAVALCANTE, Lúcia Eugénia. Mediação da leitura e alteridade na Educação Literária. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n.4, p. 1-14, 2020.

CAVALCANTE, Lidia Eugénia; SOUSA, Laiana Ferreira de; BARRETO, Damaris de Queiroz. Mediação da leitura e mídias sociais durante a pandemia de COVID-19. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 8, n. esp., p. 14-29, jul. 2023. DOI: 10.36517/2525-3468.ip.v8iesp.2023.89211.14-29.

CEDRO, Marcelo. Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, ano 1, n. 1, p. 121-135, 2011.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. *In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FERREIRA, Aparecida. Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [s.l.], v. 6, n. 14. p. 236–263, 2014.

EMBRATUR. **Embratur e Unesco se unem pelo Museu da Escravidão, no Cais do Valongo**. Brasília, 13 fev. 2023.

ESCREVIVÊNCIAS, Nossas. Live História que meus livros não contam. **Youtube**, [S.l.], 18 jul. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=egx2jgMQaVQ>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

FEITOSA, Bruna Rodrigues. Literaturas africanas em língua portuguesa e o tema africanidades na biblioteca escolar. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 21, n. 2, p. 98-114, jul./dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez editora, 1981.

GELÉDES. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br>. Acesso em: 24 jun. 2024.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marcozero, 1982

GUIMARÃES, Roberta. **A utopia da Pequena África**: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cais do Valongo (RJ) ganha título de Patrimônio Mundial**. Rio de Janeiro: IPHA, 03 jul. 2017.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1997.

MOURA, Bruno de Freitas. Maior presença de negros no país reflete reconhecimento racial. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 24 dez. 2023.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Thaisa Silva. Conceição Evaristo e desobediência epistêmica: contribuições para pensar a escrevivência a partir da decolonialidade. **Revista de Letras Norte@mentos**, Sinop, v. 16, n. 44, p. 367-384, jul. 2023.

MIRANDA, Silvânia. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, 2006.

MOURA, Danilo Faria de et al. A aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 na educação das relações étnico-raciais. **Revista Master Ensino Pesquisa e Extensão**, [s.l.], v. 6, n. 11, p. 99-109, 2021.

OLIVEIRA, Henry P. C.; AQUINO, Miriam A. O conceito de informação etnicorracial na ciência da informação. **Liinc revista**, [s.l.], v. 8, n. 2, 2012.

PETTIGREW, Thomas F. Regional differences in anti-Negro prejudice. **The Journal of Abnormal and Social Psychology**, [s.l.], V. 59, n. 1, P. 28-35, 1959.

PRIBERAM Dicionário. **Informação**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/informa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 24 jun. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte, 2019.

SANTOS, Andrea Pereira; DUMONT, Lígia Maria Moreira; CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Relações entre a mediação da informação e a mediação da leitura: mesa de abertura. **Informação em Pauta**, [s.l.], v. 8, n. esp, p. 8-13, 2023. DOI: 10.36517/2525-3468.ip.v8iesp.2023.91565.8-13.

SANTOS, Brenda Barbosa. Comunicação oral e mediação de leitura: formando leitores autores. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 1-11, 2018.

SETUBAL, Maria Alice. Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 jul. 2021.

SILVA, Carlos; CAVALCANTE, Luciane. Da mediação à mediação cultural da informação: percursos e questionamentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: UFRGS, 2022.

SILVA, Greice F.; ARENA, Dagoberto Buim. O pequeno leitor e o processo de mediação de leitura literária. **Álabe**, [s.l.], n. 6, p. 1-14, 2012.

SILVA, Tarcízio da. Visão computacional e racismo algorítmico: branquitude e opacidade no aprendizado de máquina. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, [s.l.], v.12, n. 31, 2020.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A informação na Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 84-101, 2012.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica Como Projeto**: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na Trajetória de Renato Kehl (1917-1932). 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

TANUS, Gabrielle Francinne; TANUS, Gustavo F. S. Onde estão os autores e autoras negras? A literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas públicas brasileiras. **Diacrítica**, [s.l.], v. 34, p. 249–263, 2020.

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Ementa da disciplina de Informação Étnico-Racial do curso de Biblioteconomia e Gestão em Unidades de Informação**. Rio de Janeiro: CBG, UFRJ, 2024. Disponível em: <https://depbiblio.facc.ufrj.br/grade-curricular/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

CAPÍTULO 9

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E O PROTAGONISMO SOCIAL PARA MULHERES FEMINISTAS NEGRAS E LÉSBICAS: COMBATE às VIOLÊNCIAS DE RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE

Aline Ferreira

Daniella Camara Pizarro

INTRODUÇÃO

Para atender as necessidades da sociedade no atual contexto, a informação e o conhecimento atingiram um patamar importante em termos de bens e serviços gerados em ambientes que produzem, tratam e disseminam informações e conhecimentos. Porém, a informação foi sendo monopolizada, historicamente, e manipulada por uma elite econômica branca dominante, e percebo que está relacionado ao apelo social atual.

Nesse sentido, esta estrutura social criada onde esse grupo detém a informação, em todos os campos, está retirando o lugar de empoderamento de outros grupos, sendo estes comumente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especificamente como tratado aqui, as mulheres negras feministas e lésbicas.

Durante muito tempo pessoas negras foram invisibilizadas e não puderam ser protagonistas de sua própria história, por conta da violência do racismo, e assim, se criou uma compreensão onde os

indivíduos, os principais agentes, sempre foram homens brancos burgueses, heterossexuais e cisgêneros.

Deste modo, construiu-se o retrato da pessoa negra como marginalizada e inferiorizada, pautada no racismo e nas desigualdades oriundas de diversos anos de exploração e da escravidão negra no Brasil, além das desigualdades relativas às mulheres que foram e são sempre oprimidas durante a longa conquista da cidadania (Pereira, 2021).

Assim, a urgência do estudo de mediação da informação e protagonismo social surgiram então por estarem intrinsecamente ligados à capacidade de escuta, e, assim, dar visibilidade a este grupo de mulheres feministas negras e lésbicas com informação assertiva para que representem suas próprias vivências e ocupem seus lugares de enunciação.

Como o conhecimento é dinâmico e está em constante mudança, assim como a sociedade, é papel da pessoa profissional da informação como mediadora disseminar, veicular, e, de certa forma, filtrar as informações que bombardeiam o indivíduo diariamente. Compreendo este fazer mediação como informação em estado de compartilhamento (Gomes, 2017), é saber direcionar e tratar a disseminação da desinformação de forma em que a comunidade ou grupo em que esta pessoa mediadora esteja inserida não seja prejudicada, diminuída ou ofuscada.

Atrelado a isso está o protagonismo social que nos traz reflexões acerca da sua relação com a mediação da informação, e, por isso, torna-se alicerce no contexto sociopolítico atual. Segundo Gomes (2019, p. 12):

O protagonismo representa, em sua essência, uma ação de resistência contra a opressão, discriminação, *apartheid* social, rejeição, desrespeito e negação ao diferente, por esta razão, não se pode falar em protagonismo, omitindo-se que este ao mesmo que resulta da ação mediadora também a impulsiona e, por conseguinte, também reflete na dimensão política desta ação.

O protagonismo social tem como papel principal a representatividade, resistência e cultura. Assim sendo, o protagonismo social é uma conduta moral que evidencia a voz das minorias políticas. Nesse sentido, as buscas das mulheres negras pelo

reconhecimento mesmo dentro do Movimento Feminista vêm de décadas atrás, onde denunciavam suas exclusões do Movimento Feminista, que passou a ser visto não apenas como pensamento feminista, mas como pensamento feminista branco (Piscitelli, 2008).

Apesar do Movimento Feminista apresentar várias vertentes teóricas, tais como os feminismos liberal, socialista (e marxista) e radical, trabalhavam argumentos diferentes em relação às causas e soluções da opressão. Assim, as mulheres negras acabavam sofrendo a mesma crítica, que era a de “[...] priorizar as experiências e condições de vida das mulheres brancas, heterossexuais, da classe média e generalizando-as, de forma inapropriada e perigosa, para as outras mulheres” (Cardoso, 2012, p. 80).

Assim, houve a necessidade de surgir então o Feminismo Negro, que abarca tantas destas mulheres que não se viam representadas, mesmo estando dentro de coletivos, coletivas, ONGs, ou movimentos feministas, o que chamo de “diferença dentro da diferença”.

Entendo a mediação da informação como meio da apropriação do protagonismo e como base do processo de conscientização, domínio dos conhecimentos e do exercício da crítica, que são elementos fundamentais para a formação dos indivíduos protagonistas nestes grupos de vulnerabilidade de mulheres feministas negras e lésbicas.

Neste sentido, trato aqui da temática da mediação da informação e seu objetivo principal, que é o protagonismo social para identificar como podem ajudar as mulheres negras e lésbicas a sobrepujarem os desafios de raça, gênero e sexualidade impostas pela sociedade.

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E PROTAGONISMO SOCIAL

Mediação da Informação vem sendo amplamente discutida dentro das áreas da Ciência da Informação e especialmente na Biblioteconomia, tanto quanto em temas de investigação científica como no âmbito acadêmico. A mediação, ou o ato de mediar, não é um ato “concreto”, ela só ocorre quando há interferência de alguém, e, nesse sentido, compreende-se informação como um ato a ser realizado. (Almeida Junior; Santos, 2014). Segundo Almeida Júnior (2009, p. 92), o conceito de mediação da informação é:

Toda interferência – realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Nesse sentido, compreendo que a mediação da informação, é um processo que ocorre justamente na relação entre técnica e fatores humanos, que possibilitam tanto a produção quanto o compartilhamento destes elementos informacionais, gerando conhecimento (Gomes, 2008).

Esta mediação da informação é baseada em práticas de comunicação, ou seja, o fator humano, que a partir de sua bagagem cultural e dos processos técnicos de compartilhamento, transmitem informações que geram significados.

O movimento onde pessoas interagem entre si, mas também com informações, constitui o processo de construção do conhecimento, onde a partir de suas possibilidades cognitivas, se apropriem dos conteúdos acessados (Gomes, 2008). Desse modo, o processo de construção do conhecimento, se dá a partir da transmissão da informação, o enfoque da Ciência da Informação:

Portanto, o processo de construção do conhecimento está associado ao conteúdo simbólico da informação e se dá e passagem mediada pelos suportes de registro e por uma condição de solidão tanto para o emissor (autor) quanto para o receptor (leitor) da informação (Gomes, 2008, p. 11).

Gomes (2008) afirma ainda que o conhecimento resulta de um ato humano que se apoia nos recursos tecnológicos de extensão da memória. Deste conhecimento adquirido geram os discursos, constituídos em comunicação verbal e em textos escritos formais e informais, que surgem em situações de comunicações culturais.

Desse modo percebo a importância da educação e cultura para a formação dos indivíduos durante o processo de construção de suas autonomias, caráter e capacidade crítica e de socialização, assim, desenvolvendo isto nos indivíduos, eles apropriam-se de suas narrativas, ocupam seus lugares de enunciação e o resultado é tornar-se protagonistas sociais.

E, “para abordar o protagonismo social, analisando sua relação com a informação, situa-se a mediação como ação central que coloca a informação em favor do desenvolvimento do protagonismo.” (Gomes, 2019, p. 11). O protagonismo é social, envolve várias dimensões culturais, um modo de existência, resistência e consciência que exige determinada tomada de decisão frente à obstáculos impostos pela sociedade no cotidiano de cada indivíduo (Perrotti, 2017).

A ação de um protagonista está ligada a um ativismo que por vezes provoca reações contrárias, adversas e arbitrárias (Gomes, 2019). No entanto, por ser uma protagonista, compreende o caráter político da sua ação, e entende desse modo o agir como elemento de transformação, se mantendo na resistência potencialmente transformadora (Arendt, 2007).

Gomes (2019, p. 13) nos convida a expandir o olhar em torno da seguinte reflexão:

Em sua raiz conceitual, protagonismo se relaciona à conduta de resistência e combate, de enfrentamento de antagonismos (que lutam contra) que afetam a todos na sociedade. [...] Enfim, o protagonista é aquele que age, que reage, que se ergue, que se coloca em relação aos interesses do coletivo.

Perrotti (2017, p. 15) traz à luz a afirmação de que “protagonistas assumem a luta pela construção, pela criação, como atitude face ao mundo. Lutar, mais que enfrentamento “contra”, é modo de ser e de estar, de produzir e cuidar de um mundo comum, habitável e convivial.”

Nesse mesmo sentido, compreendo que para o protagonista importa reagir, lutar e superar o fazer vazio e sem significação, abandona assim uma condição de vítima imposta pela sociedade e assume uma posição de “agente transformador do seu próprio sentido de viver” (Gomes, 2019, p. 14).

A primeira ação para que a pessoa protagonista se torne agente transformadora de sua vida, esfera de convivência social, de seus grupos e de sua comunidade, é através da apropriação da informação. Ainda em conformidade com Gomes (2019) sendo ela o sustentáculo do processo de conscientização, de domínio do conhecimento e de

exercício da crítica, que são elementos essenciais à construção do indivíduo protagonista.

Nessa perspectiva, há uma relação entre a vulnerabilidade social e a mediação da informação, sendo a última um mecanismo para o fortalecimento de cada indivíduo, no caso de mulheres feministas negras e lésbicas, que com vistas às violências de raça, gênero e sexualidade enfrentadas no cotidiano, acabam por possuir a capacidade de liberdade limitada (Macklin, 2004).

Afirmo que a mediação da informação consciente tem como norte a intencionalidade de estar a serviço do protagonismo social. Compreendo desta maneira a influência do feminismo na representação social das mulheres negras e lésbicas, que sofrem e sofreram maior opressões da sociedade, deve-se levar em conta uma práxis social e política.

A partir destas afirmações, reforço agora a importância do papel da mulher negra na construção político-econômica social, na participação e criação de movimentos onde traziam e trazem à tona seus protagonismos, seus lugares de enunciação, apropriações de informações através da ação mediadora, e mesmo assim, sendo desconsideradas como indivíduos epistêmicos, por conta do racismo e do sexismo, sofrendo epistemicídio, memoricídio, o apartheid epistêmico, capitalismo social, branquitude, dentre outras formas de opressão, além da social e as mulheres lésbicas ainda sofrem com a lesbofobia.

FEMINISMO NEGRO

No passado, meados do século XX houve muitos acontecimentos que fizeram com que homens e mulheres negras saíssem das sombras e comesçassem a percorrer seus próprios caminhos, escrever e contar suas próprias histórias, isto, juntamente com a explosão do Feminismo Negro nas décadas de 1960 e 1970 (Melo; Alves; Brasileiro, 2019)

Estes acontecimentos popularizaram-se rapidamente e fizeram com que os grupos heteronormativos da sociedade se sentissem incomodados e reagissem com inúmeras tentativas de censuras, calúnias e difamações alegando que aquelas pessoas negras estavam contando uma ficção sobre sua própria história, não a verdade. Fato

este com intuito de desestabilizar e gerar dúvida na narrativa das pessoas negras que estavam protagonizando suas ações (Melo; Alves; Brasileiro, 2019).

Percebi nesse sentido, como a colonialidade está para as condições simbólicas e epistemológicas, tanto que se fundamenta classificando a raça/etnia da população mundial, principalmente da população negra, legitimando a escravidão e condicionando estas pessoas a situações de trabalho com menor remuneração e valorização (Andrade, 2018). Assim sendo, afirmo que o conceito de raça e gênero estão ligados à construção da identidade, e dentro das práticas informacionais nas ciências humanas e sociais destacando seu caráter de ator protagonista, deste conceito (Melo; Alves; Brasileiro, 2019).

A pessoa negra é uma construção social, negro não é uma raça, pois a rigor, raça não existe, assim, o lugar da pessoa negra é configurado para fixá-lo a partir do fenótipo, classe social, populismo, ancestralidade, descendência e sua própria identidade, a forma como se identifica (Guerreiro Ramos, 1957).

A população negra sempre sofreu o apartheid epistêmico e o memoricídio de forma intencional, a fim de apagar suas histórias, ancestralidades, para que a população não se reconheça como tal, facilitando assim, o processo de inferiorização, e automaticamente de justificar absurdamente a escravidão e os atos da população branca, a elite colonizadora coibir, subalternizar, inferiorizar e marginalizar as pessoas negras. Como exemplo é o banimento da presença dessas pessoas na arte, filosofia, cultura, política, ciência e espaços urbanos é, com intento de apagar as diferenças dos indivíduos a partir das políticas do esquecimento (Pollak, 1989).

E é nesse sentido que compreendo informação como instrumento fundamental na construção ético-moral, informativa e educacional da sociedade, pois pode servir tanto para reforçar estereótipos e a opressão, quanto para legitimar movimentos revolucionários e de resistência (Melo; Alves; Brasileiro, 2019).

Nós, mulheres negras, somos originárias de uma cultura violada, folclorizada, marginalizada e vista como primitiva, pensando pela ótica remanescente do período colonial que permanece até hoje no imaginário social. Entendo a partir daí que a objetificação das mulheres negras, vistas como derrotadas neste contexto de conquista

e dominação, que a apropriação social e cultural das mulheres negras é um dos momentos mais emblemáticos de afirmação.

Portanto, a luta das mulheres negras não é apenas superar as desigualdades de gênero, mas também de ideologias geradas pela hegemonia masculina e embranquecida que nos impõe uma perspectiva feminista onde não entende gênero como uma variante, apenas na teoria. A partir deste ponto de vista, trago Sueli Carneiro (2020, p. 2) e sua certa observação:

[...] um feminismo negro construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossa sociedade.

Este novo olhar feminista antirracista, faz com que as mulheres tenham papel central e Movimentos e Coletivas, para Carneiro (2020) o atual movimento de mulheres negras que traz para a política articulações de gênero, raça e classe social fortalece a bandeira levantada pelos Movimentos Negros historicamente e traz mais representatividade para suas reivindicações e feminização das propostas.

Foi então, justamente pela dificuldade em falar e serem ouvidas, que militantes negras perceberam a necessidade de criar e participar efetivamente de um movimento feminista. Contudo, nesses espaços elas também encontraram dificuldades, como a omissão do racismo e das consequências na vida de mulheres negras, era um feminismo que transmitia a “cosmovisão eurocêntrica e o neocolonialismo.” (Gonzalez, 2018, p. 309).

O movimento feminista, sempre lutou pelas causas da mulher branca, heterossexual e de uma classe social mais elevada, invisibilizando, digo melhor, negando, causas como racismo, classe social e sexualidade, justamente porque as mulheres brancas se privilegiam do trabalho de mulheres negras (assim como as exploram). Isso significa privilégio racial branco, por isso que o feminismo branco está em desacordo com as pautas de mulheres negras. Daí surge a necessidade de o feminismo negro emergir, e foi ganhando forma conforme as mulheres negras exigiam ter voz.

Quando ativistas brancas começaram a impedir debates que surgiam com o objetivo de propor medidas efetivas de enfrentamento às condições de exclusão e subalternidade em que mulheres negras se encontravam, Lélia Gonzalez começou a questionar o caráter classicista e racista do feminismo hegemônico e defender a descolonização do feminismo e assim, fundou um novo “Feminismo Afrolationoamericano”, protagonizado por mulheres negras e indígenas (Mercier, 2020).

Apesar das poucas e honrosas exceções para entender a situação da mulher negra [...], poderíamos dizer que a dependência cultural é uma das características do movimento de mulheres em nosso país. As intelectuais e ativistas tendem a reproduzir a postura do feminismo europeu e norte-americano ao minimizar, ou até mesmo deixar de reconhecer, as especificidades da natureza da experiência do patriarcalismo por parte de mulheres negras, indígenas e de países antes colonizados. (Gonzalez, 2008, p. 36).

O movimento feminista caracteriza-se por ter duas frentes, uma é a teórica, onde produz e constrói sua própria reflexão crítica e a prática, nas ações nas lutas e resistências (Melo; Alves; Brasileiro, 2019). Vale destacar que os papéis designados a homens e mulheres negras, não são biológicas ou naturais, foram socialmente impostas às eles por meio de costumes e cultura que se perpetuou com os anos com o objetivo de legitimar a desigualdade e discriminação.

As intervenções em relação à raça fortaleceram o movimento das mulheres e desenvolveu o feminismo negro que não coloca os interesses ou privilégios acima de nada. Superar a negação da raça, abordada e observada dentro dos movimentos, ajudou as mulheres a encarar a realidade das diferenças em todos os níveis (Hooks, 2020).

Movimentos, grupos e coletivos de Feministas Negras proporcionam fortalecimento coletivo, acesso à informação e ao conhecimento, mediação da informação, acesso a diferentes fontes de informação e derruba barreiras informacionais (Melo; Alves; Brasileiro, 2019).

Nesse sentido, trago aqui Angela Davis, que sempre afirmou não ser possível ser feminista sem ser antirracista, anticapitalista ou abolicionista, pois é necessário possuir ativismo frente a todas estas

lutas (Hirano, 2021). Para Assis (2019), dentro da concepção da mulher negra, muitas vezes negra e lésbica, como eu trato nesta pesquisa, não há possibilidade em ser feminista sem ser antirracista.

Angela Davis nos apresenta uma perspectiva de feminismo interseccional das mulheres negras, a partir do momento em que se embasa e se aprofunda nos estudos sobre Interseccionalidade, que envolve pensar o conhecimento situado de mulheres negras (Hirano, 2021).

Ou seja, interseccionalidade no feminismo é pensar as violências físicas, psicológicas, sociais, sexuais e institucionais em que mulheres negras estão historicamente sujeitas, pelo fato de serem mulheres, negras e muitas delas lésbicas e assim vê-las como protagonistas de suas próprias histórias e os contextos de lutas e resistência. Sobre o termo Interseccionalidade:

Assim, atualmente, ele é usado para se referir não apenas às resistências das mulheres negras, mas também para abranger um grupo significativo de pessoas em contexto de marginalização, violência e luta por direitos sociais. (Hirano, 2021).

Angela Davis (2016) aborda em seu livro lançado pela primeira vez em 1981, exatamente que a interseccionalidade é justamente a intersecção entre nuances de violências existentes entre ser mulher, negra, periférica e no caso desta pesquisa, lésbica.

O conceito de interseccionalidade desenvolvido se faz para entender como as categorias sociais de diferentes grupos estão relacionadas. Além disso, posso dizer que é um conceito de extrema relevância no desenvolvimento do Feminismo Negro. Além de que o “conceito de interseccionalidade, veio questionar a primazia da categoria analítica gênero, produzindo assim sua intersecção com outras categorias de análise, tais como classe e raça”. (Melo; Alves; Brasileiro, 2019, p. 06)

A interseccionalidade é uma das bases conceituais da teoria feminista negra, sendo um apoio de muita importância para o desenvolvimento do movimento, pois possibilita o entendimento do processo de dominação e de resistência, a partir das várias categorias sociais, em especial gênero, raça, orientação sexual e classe (Cardoso, 2012).

Para além da raça, a sexualidade é trazida para discussão por Audre Lorde, escritora norte-americana e ativista dos direitos das mulheres e homossexuais, onde a autora traz reflexões sobre a importância em falar sobre sexualidade entre as mulheres negras feministas e suas diversidades (Assis, 2019).

Dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e centenas de outras mulheres negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são negros. Não há hierarquias de opressão. (Lorde, 1984, p. 07).

Akotirene (2018) discute assim, em seus trabalhos como o feminismo negro e a interseccionalidade se cruzam a fim de combater com o racismo, com o patriarcado branco cisgênero e capitalismo, sendo que a interseccionalidade vêm para cada vez mais incluir e ser incorporada no cotidiano das pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAP+²⁵ e das minorias em geral.

O feminismo negro contribui e contribuiu para o desenvolvimento do pensamento social de mulheres negras desde o momento em que foi pensado na criação deste coletivo para representações de suas identidades, abrangendo todas as mulheres, negras, não brancas, indígenas, homossexuais, dentre outras.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa está enquadrada na área das ciências sociais aplicadas e tem caráter social, neste sentido, compreendo que o objeto das ciências sociais é a interação entre a realidade socialmente construída com as pessoas. Sendo deste modo, uma pesquisa aplicada e de caráter essencialmente qualitativo quanto ao problema.

A metodologia qualitativa “[...] trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões e adequa-se a aprofundar

²⁵ Sigla para designar pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneres, queer, intersexo, assexuados, pansexuais e demais grupos e variações de sexualidade.

a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos [...].”, por ser de abordagem qualitativa permite a análise do conteúdo das informações coletadas (Braga, 2007, p. 28).

Como exploratória, a pesquisa tem como “[...] objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.” (Gil, 2002, p. 41), e por proporcionar uma maior aproximação com um tema pouco explorado.

Optei pela pesquisa exploratória para que eu pudesse me familiarizar mais com o tema abordado, e realizei um estudo aprofundado sobre o assunto e o objetivo principal com maior precisão, pelo fato de o tema ser pouco explorado na literatura brasileira, de acordo com Pradanov e Freitas (2013, p. 128) “Determinamos um objeto de estudo, selecionamos as variáveis e definimos as formas de controle e de observação dos efeitos.”.

Caracterizei também a pesquisa como metodologia descritiva, pois irei observar, registrar e descrever fatos, sem interferir neles. É uma abordagem que visa o uso de técnicas padronizadas, para coletar os dados, como um questionário. E a pesquisa utiliza ainda da abordagem bibliográfica e documental quanto aos procedimentos técnicos, pois segundo Gil (2002) será desenvolvida a partir de material publicado e outros materiais de fonte diversificada, como informações de sítios da *web*, informações divulgadas por universidades e materiais recém-publicados na área temática

Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza-se das contribuições de autores sobre determinado assunto, e a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, como por exemplo, registros fotográficos que poderão ser utilizados, vistas ao universo desta pesquisa (Pradanov; Freitas, 2013).

Nesse tipo de pesquisa é importante verificar a veracidade das fontes e se possuem incoerências ou não, destacando que utilizei desta abordagem metodológica para construir meu referencial e fundamentação teórica.

O Universo da pesquisa foram mulheres negras e lésbicas e foi trabalhado *A Coletiva Visibilidade Lésbica Floripa- MUDIÁ*, que é uma coletiva feminista, anti-LGBTfóbica, antissexista, antipatriarcal, antirracista, anticapacitista, antifascista e anticapitalista de âmbito

regional (Grande Florianópolis), constituída por 17 mulheres Lésbicas e fundada no dia oito (8) de novembro de dois mil e dezenove, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Foram realizadas entrevistas com perguntas abertas, com as 10 mulheres que são negras e lésbicas de forma individual da Coletiva para coletar discursos para poder fazer as representações sociais. Antes da entrevista, foi aplicado um questionário de caracterização de forma impressa, onde as participantes preencheram seus dados pessoais, o que me ajudou a identificar os perfis das pessoas entrevistadas. A entrevistas foram gravadas com gravador de voz do celular para depois serem transcritas.

Para melhor analisar os discursos coletados, busquei pela metodologia que melhor os atendessem, buscando assim na literatura de Lefèvre e Lefèvre (2005) o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Para os autores, o modo tradicional com perguntas fechadas em entrevistas não é a forma ideal para que o indivíduo ou o coletivo expresse seu pensamento, opinião, percepção ou representação e suas variáveis sobre um determinado tema. Ou seja: “Quando se diz que uma pessoa ou uma coletividade *têm* um pensamento sobre um dado tema, está-se dizendo que ela professa, ou adota, ou usa um ou vários discursos sobre o tema.”. (Lefèvre; Lefèvre, 2005).

Mesmo o Discurso do Sujeito Coletivo não sendo a única abordagem e método existentes, é o mais adequado para lidar com pensamentos que pertencem à família das línguas e linguagens, pois são compostos de matérias discursivas, em uma escala coletiva e social, assim, a fala são esquemas sociocognitivos das representações sociais (Bourdieu, 1990).

O pensamento coletivo é entendido como um “segundo” idioma, e o conjunto das falas na condição da vida em sociedade tem a finalidade de expressar e representar um pensamento coletivo. Portanto, o DSC, em outras palavras, é um discurso síntese que reúne em um único discurso as expressões-chaves e ideias centrais ou ancoragens semelhantes, o qual passa a representar a fala e o pensamento do coletivo social e o papel do DSC é fazer o resgate das manifestações acerca dos discursos sobre os preconceitos e desafios de raça, gênero e sexualidade enfrentados por mulheres negras e lésbicas.

RESULTADOS

A análise do Discurso do Sujeito Coletivo representa alguns dos pontos mais relevantes para discussão e aprofundamento deste capítulo, dentre eles, evidenciaremos os desafios do racismo interconectados com a violência e opressão, bem como os desafios da visibilidade lésbica, os quais serão elucidados a seguir.

DESAFIOS DO RACISMO: VIOLÊNCIA E OPRESSÃO

A história de resistência de mulheres negras em prol da representatividade, mostra que a nossa obstinada esperança em enfrentar as adversidades para que um “mundo melhor” exista, vem do histórico desafio simbólico da condição de raça, pois nossa cor e pertença-étnico racial distingue as lutas e queremos alcançar nosso protagonismo social a partir de uma conscientização política e informacional.

Deste modo, trago aqui trechos das falas das mulheres negras entrevistadas, onde em seus discursos deixam evidentes os desafios e preconceitos vivenciados cotidianamente a fim de trazer reflexões acerca do tema.

Então eu acho que é algo bem complexo assim porque se a gente for pensar na estrutura do racismo estrutural mesmo, acho que se eu fosse apontar aqui os preconceitos acho que provavelmente irá tá esquecendo algum, porque são as pequenas coisas, que são muitos preconceitos, que a gente pode falar aqui é a questão que eu percebo como uma mulher negra de pele mais clara, digamos assim, eu demorei um certo tempo pra perceber essa questão doo racismo assim, até porque onde eu vivia, com uma família embranquecida que por muito tempo eu não me via enquanto negra, né, eu fui, essa, eu até falo que essa minha descoberta da negritude foi na adolescência, que até então fui afastando esse paradigma da mulata que me vinha bastante, me assombrava bastante, digamos que fui entendendo um pouco mais desse lugar enquanto negra. (Entrevistada 01; Questão 01).

Hoje o racismo estrutural é a pior forma de violência. (Entrevistada 05; Questão 01)

Na fala das Entrevistadas 01 e 05, percebo que o racismo é estrutural, histórico e violento ao fazer-se presente em nossas vidas nos afastando de quem somos realmente, para que não sintamos que fazemos parte da sociedade, isto é um apagamento das nossas identidades, uma invisibilidade e acabamos vivendo na solidão. Neste sentido, a quarta Entrevistada elucida que:

são várias micro violências e as vezes é difícil pensar qual é a pior ou qual o que afeta mais, mas eu acho que um que resume muito as coisas é a invisibilidade, a gente não se sentir pertencente da sociedade sabe, por várias questões até históricas né, mulheres negras sempre foram excluídas de aprender a ler, escrever, nunca ou raramente foram amadas mesmo, sabe, então acho que o maior preconceito é a invisibilidade, o sentimento de não ser visto, não ser entendido como sujeito, porque a gente é além de mulher negra a gente muitas vezes mãe solo, ou avo, mulheres que sofreram violência doméstica, então tudo vai se misturando e fica esse sentimento de nossa, quem sou eu, sabe, e se eu não to inserida nessa sociedade, fazendo parte, tipo o que eu sou, quem sou eu, e aí causa um desconforto. (Entrevistada 04; Questão 01)

Do mesmo modo, todas as entrevistadas alegaram que o maior desafio é o racismo dentro das suas áreas profissionais, que sentem dificuldade em serem validadas profissionalmente, ouvidas e credibilizadas, pois as pessoas brancas enxergam a nós, pessoas negras, muitas vezes, em lugar de subserviência, como uma não possibilidade o saber, o conhecimento técnico teórico vindo de um corpo preto que tem formação para tal, conforme a Entrevistada 03 afirma:

[...] principalmente no lugar profissional que sinto bastante descredibilidade [...] caso eu me via nesse lugar de ter que tá comprovando tecnicamente muito mais, assim, de saber, acho que isso é algo que eu percebo muito, enfim, e aí fica muito fácil de perceber, fica muito evidente no profissional [...] uma descredibilidade nesse sentido, que que não pudesse vir de um lugar meu uma criatividade, o saber vindo de um lugar meu. (Entrevistada 03; Questão 01)

Diante desta afirmação, trago trecho da tese de doutorado de Leyde Klebia Rodrigues da Silva (2020, p. 82), para refletirmos sobre que diz:

As negras e os negros que, de imediato à libertação ou mais tarde, conseguiram se integrar à sociedade do trabalho, novamente tiveram como função o servir. Em protesto ao tipo de situação pela qual a população negra passava, submetendo-se ao empregador de maneira a repetir a relação existente entre senhor feudal e escrava e escravo, surgiram as primeiras aspirações de organizações no meio dessa população.

A realidade de muitas mulheres negras é realmente a de ter que trabalhar desde muito cedo para gerir ou ajudar as famílias. Mas este fato, tão presente na vida de tantas, não as exclui ou priva de poderem e deverem sempre estar buscando melhores condições de vida através de trabalho e estudo. Quando a sociedade nos julga por conta desta realidade, é uma forma de violência e opressão que quase nos diz “voltem para os seus lugares de subalternidade”, como se não houvesse a possibilidade de atingirmos cargos ou níveis de estudos mais elevados. Para exemplificar, a seguinte informação:

Apesar dos dados que demonstram um aumento da presença de mulheres negras no cenário acadêmico e profissional atual, a presença das mulheres negras no ensino superior não está relacionada apenas à cor, mas também ao nível econômico, à pobreza e à origem familiar. Tais fatores impedem o seu ingresso nas universidades. Mesmo com o desenvolvimento das políticas educacionais, as políticas de ações afirmativas, as lutas contra o racismo e o aumento das mulheres negras no ensino superior, ainda persistem as desigualdades de gênero e raça (Silva, 2020, p. 86).

No livro “Mulheres, Raça e Classe”, Angela Davis (2016, p. 13) afirma que “proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam fora de suas casas mais do que suas irmãs brancas. O imenso espaço que atualmente ocupa o trabalho em suas vidas responde a um modelo estabelecido no início da escravidão”. O espaço social em que ocupamos, diz muito sobre nós, se vivemos em locais com mais oportunidades e socialmente com melhores

condições financeiras, o racismo e as microviolências são maiores que se convivermos em espaços com maior vulnerabilidade social. Diante disso, abaixo trecho do DSC da Entrevistada 06 para elucidar:

Eu acho que depende do espaço social que a gente ocupa né, então eu vivi minha infância toda num colégio particular, católico, onde majoritariamente, para não dizer todos, eram brancos, que são várias questões assim de infância de bullying, de racismo, que não foram levados a sério.

Penso que neste sentido, a questão que a Entrevistada 06 levanta é o fato de que a sociedade aceita o racismo e os preconceitos vindos de pessoas brancas e com maior poder aquisitivo, por pensarem que esta é violência está correta, por já ser algo que está no imaginário social, ou por questões de omissão para não gerar conflitos. Para finalizar as reflexões do primeiro ponto que trago como sugestão de aprofundamento, por ser o que mais faz mulheres sofrerem, aqui nesta subseção, a questão do racismo que atingem estas (nós) mulheres, dentro dos movimentos e coletivos. Estes movimentos são organismos de lutas sociais que nascem a partir da necessidade de engajamento de nós mulheres negras com este grande problema social que é o racismo. Deste modo, abaixo um trecho da fala da Entrevistada 02 sobre uma realidade existente dentro de movimentos que demonstra a urgência desta discussão, e do fortalecimento e união das mulheres negras:

[...] que de um modo geral em todas as instâncias, tanto no dia a dia, na rua, na sociedade, enfim, quanto também dos aliados, né porque a gente tem, temos a nossa militância mas nesse espaço a agente ainda vê muita reprodução do racismo enquanto se propaga uma discussão do antirracismo. Então existe uma proposta do antirracismo, mas mesmo assim, dentro deste grupo, ou desses grupos que se dizem antirracistas se perpetua o racismo, então dentro desses vários segmentos eu vejo o racismo que me atinge, uma discussão sócio política, até com relação aos estereótipos. (Questão 01)

Este racismo que perpetua por adentro dos movimentos simboliza o quanto o nos perpassa esta violência dos nossos “semelhantes” por variados motivos, como tons da pele, gênero,

sexualidade e a questão interseccional. Os movimentos sociais integram a sociedade e organizam as relações entre os organismos de participação política. Dessa forma, eles devem ser analisados à luz das ações que desenvolvem na sociedade, pois são expressões do seu movimento e seus conceitos mudam de acordo com o movimento contraditório da sociedade (Silva, 2020). Mesmo que pareça simples a afirmação, mulheres negras são vitimadas socialmente pelo somatório da cor e do sexo, sendo duplamente discriminadas.

DESAFIOS DA SEXUALIDADE: A VISIBILIDADE LÉSBICA

A sexualidade sempre foi motivo de tabu, discussões preconceituosas e motivo de desentendimento, sendo assim, é homofobia, machismo e lesbofobia. Todas as entrevistadas nesta pesquisa afirmaram que os desafios são inúmeros, principalmente por serem mulheres racializadas, assim, abaixo trago trechos de algumas das falas:

eu ando na rua com receio com a minha namorada, principalmente na região de Florianópolis que é uma região bem homofóbica, teve alguns casos assim da aquele medo, a gente não anda tranquila sempre, até isso é algo que já me peguei pensando várias vezes, eu sou de Santa Maria né, no Rio Grande do Sul, e é uma região que a violência é muito mais predominante né, aqui Floripa se tu for pensar é muito tranquila em questão de violência no geral, mas daí fica naquela questão né, seguro pra quem, né, eu não me sinto ameaçada de ser assaltada por exemplo, mas não fico tranquila também de não ser agredida, né enquanto negra e sapatão, eu acho que é isso então, e é a questão da interseccionalidade né, não consigo separar uma, nada né, não consigo desvincilhar, então acho que até porque eu acho que a base dessas opressões elas surgem do mesmo ideal, que é a questão do colonialismo, enfim, então é bem difícil pensar né, as coisas andam junto né, infelizmente. (Entrevistada 01; Questão 02)

Certa vez estava na frente do mercado público com uma companheira antiga que eu tinha e jogaram peixe na gente, peixe cru, mesmo, nesses momentos pontuais, de a gente tá no Uber, com minha companheira, e ouvir comentários do Uber, a ponto

de a gente pedir pra parar o carro no lugar que não era o ponto.
(Entrevistada 03; Questão 02)

Na fala destas mulheres, consigo perceber o incômodo e desconforto com a falta de respeito, abuso, falta de representatividade e a questão dos estereótipos. Espera-se de nós mulheres pretas lésbicas uma performance muito masculinizada, pelo fato de a sociedade estar “acostumada” a enxergar as mulheres pretas como mulheres fortes e solitárias que dão conta sozinhas de cuidar de tudo, da vida pessoal e profissional, quando nós abrimos ao mundo nossa sexualidade, o imaginário social nos enxerga como homens, por este motivo, assim, as mulheres que não performam esta masculinidade são questionadas e as mulheres que performam, sofrem violências de gênero.

a questão racial é algo que não consigo esconder, esta visto né, tá aparente, e quanto a questão de ser sapatão não faço questão nenhuma de esconder, então acho que esse meu performar de sujeito não hétero né, tipo fora das normativas eu acredito que isso incomoda bastante, acredito não, eu sei disso, né na própria estrutura familiar também, já ouvi, minha mãe falando assim, tudo bem ser lésbica mas não precisa ser “Joãozinho”, esses termos assim super homofóbicos. (Entrevistada 01; Questão 02)

Estes exemplos acima, podemos observar questões interseccionais, pois vários tipos de violências perpassam os corpos de mulheres negras lésbicas simultaneamente. Quando paramos para fazer esta análise e aprofundamento, percebemos também que estas mulheres não conseguem se perceber do ponto de vista apenas da sexualidade, pois a violência racista é muito maior que qualquer outra. Ser negra é algo que não conseguimos “esconder”, já a sexualidade, o fato de nos relacionarmos afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo gênero é algo que pode ser imperceptível dependendo da mulher, bem como, já dito acima, algumas mulheres são vistas como sendo homens, então até o fato de ser mulher, pode ser “disfarçado”, não anulando o fato disto ser uma agressão, caso não seja uma escolha dela este fato. São tantas opressões e microviolências contra nós, que muitas optam por não demonstrar a sexualidade para não sofrer mais um preconceito. Pensar lesbofobia especificamente, nos

traz à luz reflexões de como a mulher lésbica é invisibilizada, um dos motivos de a sigla ser LGBTQIAP+ iniciar com a letra L, que significa Lésbicas, é para trazer mais evidência e protagonismo a este grupo, que, é tão excluído socialmente, neste sentido, trago uma parte do DSC e em seguida o que as autoras afirmam:

Como eu me percebi lésbica mais tardiamente, lá pelos 22 anos e vivi a minha heterossexualidade compulsiva (risos) eu nunca me percebi masculinizada, mas de um tempo pra cá acho que, não sei, de um tempo pra cá eu percebi que algumas pessoas me entendiam assim, ah usa pochete e não sei o que, tentando me caracterizar de maneira visual uma masculinidade por ser uma mulher negra. (Entrevistada 02; Questão 03)

heterossexualidade compulsória, o casamento, a ginecologia e o estupro são instituições inerentes ao patriarcado “que permite aos homens reprimir a homossexualidade feminina e obrigar as mulheres à cama. A heterossexualidade imposta é a causa profunda da opressão feminina”. Nessa perspectiva, a lesbiandade deve ser entendida como uma resistência ao patriarcado. (Romeiro; Santos, 2020, p. 05)

Indo de acordo com a afirmação das autoras acima, existe a ideia perante a sociedade de que a mulher sempre está esperando por um homem, idealizando um casamento heterossexual, o que não deixa de ser uma construção social de uma performance erotizada baseada na exploração do corpo da mulher (Hooks, 2022), por este motivo, o papel (homem da relação) de cada mulher em um relacionamento lésbico é questionado a partir da performance de cada uma delas.

Como resultado foi apresentada uma cartilha que nada mais é que uma construção coletiva dialógica, resultante de um trabalho multidisciplinar, pois articula saberes e gera um produto holístico (Bacelar *et al.*, 2009). A devolução dos resultados da pesquisa às participantes foi através de uma cartilha desenvolvida como produto final do projeto que visa orientar as mulheres negras e lésbicas como agir quando sofrerem racismo, machismo, homofobia, à medida que esta cartilha fornece informações sobre a identificação destes preconceitos e subsidiará o combate dos mesmos. A referida cartilha encontra-se disponível para acesso da Coletiva MUDIÁ, na Biblioteca

da UDESC e é de acesso aberto para todas as pessoas que a desejarem acessar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, teve como objetivo geral compreender os desafios de raça, gênero e sexualidade que mulheres feministas negras e lésbicas enfrentam na sociedade, utilizando a mediação da informação como forma de subsidiar no combate às violências e exclusões enfrentadas cotidianamente. Pudemos perceber que este objetivo geral foi alcançado, pois pudemos analisar e refletir o referencial teórico, bem como as entrevistas para compreender.

O intuito foi de que mulheres negras e lésbicas da Coletiva Lésbica Floripa – Mudiá expressassem a representação social da Coletiva, acerca dos desafios que elas enfrentam, através de falas, que ao utilizar a metodologia DSC – Discurso do Sujeito Coletivo, pudemos transcrever em uma só voz seus discursos, para analisarmos e desenvolvermos o produto.

Como resultado desta pesquisa, foi desenvolvida uma cartilha para o fortalecimento da autonomia das mulheres negras e lésbicas, que era um dos objetivos, que colabore no combate às violências e exclusões, mediando tais informações.

Dito isto, acredito que os objetivos propostos no início da pesquisa, todos foram alcançados com sucesso. No percurso, alguns desafios foram encontrados, como a falta de literatura e pesquisas sobre lesbianidade e também me deparei com uma grande dificuldade de encontrar lésbicas negras.

A maioria das mulheres lésbicas que fazem parte da Mudiá são brancas, por isso esta dificuldade, pois a maioria das mulheres em evidência nos espaços não são as negras, este foi motivo de discussão e reflexão durante as entrevistas.

O racismo é a violência que mais atravessa os nossos corpos, mulheres negras e lésbicas. Nas entrevistas percebi de forma direta e indiretamente que o maior desafio que todas nós enfrentamos, é o de raça. Pelo racismo ser uma construção histórica da sociedade, é muito mais difícil de quebrar, principalmente quando dentro dos próprios movimentos e coletivos que pregam a luta antirracista, existe um racismo estrutural velado.

Considerando que o feminismo negro surgiu justamente pela desigualdade em relação aos grupos étnico-raciais presentes. Assim, é cada vez mais evidente esta segregação, sendo que por serem negras, as opressões vêm com peso maior do que por serem mulheres e lésbicas, sendo a última uma característica que pode ser omitida.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR AKOTIRENE, C. O que é interseccionalidade?** São Paulo: Ed. Letramento, 2018.
- ALMEIDA, A. M. O; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. **Teoria das representações sociais: 50 anos.** Brasília: Technopolitik Editora, 2014.
- ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p. 89 - 103, jan./dez. 2009.
- ANDRADE, M. P. Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro brasileiro. **Revista interterritórios periódicos UFPE**, Caruaru, v. 4, n. 6, 2018.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2007.
- ASSIS, D. N. C. **Interseccionalidades**. Salvador: Superintendência de Educação à Distância da UFBA, 2019.
- BACELAR, B. M. F. *et al.* **Metodologia para elaboração de cartilhas em projetos de educação ambiental em micro e pequenas empresas**. Recife: UFRPE, 2009. Disponível em:
- BRAGA, K. S. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. *In*: MULLER, S. P. M. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 17-38.
- CARDOSO, C. P. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 383 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 200 p.

GOMES, H. F. Mediação da informação e protagonismo social: relações com a vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: UFBA, 2017. p. 27-44.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 2, p. 10-21, 2019.

GOMES, N. L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2008.

GONZALEZ, L. Mulher negra. *In*.: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 29-47.

GUERREIRO RAMOS, A. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

HIRANO, C. Y. M. Ângela Davis e Lélia Gonzalez: conheça duas teóricas do feminismo negro nos EUA e no Brasil! **Politize!.** [S.l.], 2021.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LORDE, A. **Age, race, class and sex: women rede ning di essence**. Califórnia, EU: Sister Outsider Crossing Press, 1984.

MACKLIN, R. Bioética, vulnerabilidade e proteção. *In*: GARRAFA, V.; PESSINI, L. (org.). **Bioética: poder e injustiça**. São Paulo: Loyola, 2004. p. 59-70.

MELO, D. A.; ALVES, E. C.; BRASILEIRO, F. S. Práticas Informacionais das mulheres negras: construindo Competência Crítica em Informação. **Folha de Rosto em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Juazeiro do Norte, CE, v. 5, n. esp. p. 5-23, 2019.

MERCIER, D. Lélia Gonzalez, onipresente. **El País**. São Paulo, SP, 25 out. 2020.

PEREIRA, G. R. **O retrato da mulher preta em estudos da ciência da informação no Brasil**. 2021. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2021.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROMEIRO, N. L.; SANTOS, B. A. D. Bibliografia lilás: lesboteca e a construção de um catálogo bibliográfico para visibilidade lésbica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 25, n. esp., p. 1-22, 2020.

SILVA, L. K. **Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em biblioteconomia e ciência da informação**. 2020. 249 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CAPÍTULO 10

AQUILOMBAMENTO INTELECTUAL NAS ESCOLAS: É TUDO PRA ONTEM

Tatiane Helena Borges de Salles

Rosangela da Silva Gomes

INTRODUÇÃO

O aquilombamento é a integração de espaços direcionados para pessoas pretas e outros grupos minoritários, têm o intuito de acolher, dialogar, compartilhar conhecimentos, apresentar culturas, debater políticas racistas e outras abordagens que tenham relação com os obstáculos enfrentados por esse público, ou seja, conhecer de maneira coletiva o problema que precisa ser enfrentado para que este possa pensar em estratégias de proteção (Souto, 2021). Deste modo, as ações desenvolvidas pelo projeto foram focadas na afrocentricidade, a partir dos estudos dos africanos e daqueles que estão em diáspora africana (Mucale, 2023).

O projeto “Aquilombamento intelectual nas escolas: é tudo pra ontem”, teve como objetivo geral promover o letramento racial nos estudantes, de modo que estes consigam se conscientizar da importância em ter o letramento racial para assim poder compreender as questões raciais que permeiam a sociedade. Os estudos (Ambiente..., 2013) apontam que o ambiente escolar é o local mais citado entre os entrevistados, haja vista que é onde o racismo se apresenta.

Diante disso, torna-se fundamental a promoção de ações cujo objetivo seja neutralizar práticas racistas neste local. As ações

antirracistas são fundantes para o combate do racismo, sendo uma forma de evidenciar a importância da população negra na história do Brasil, e apresentar as possibilidades de atuação destes em diversas áreas de conhecimento. Além disso, a proposta do projeto alinha-se à lei 10.639/2003 (Brasil, 2003) que rege sobre o ensino da cultura africana e afro-brasileira na educação básica.

Portanto, ao abordar o aquilombamento intelectual nas escolas, promovemos o acesso à intelectualidade negra por meio da “*Coleção Feminismos Plurais*” que concentra a sua produção à intelectualidade negra. Desta forma, a coleção é crucial para a desconstrução de conceitos e paradigmas impostos pela branquitude. Nesse sentido, promove a possibilidade de trazer uma nova narrativa a partir dos sujeitos, como Adichie (2019) nos recorda em “O perigo de uma história única”, da necessidade de obter outras histórias contadas por outros personagens e sob uma nova ótica. Afinal, todas as histórias importam independente de qual grupo étnico este pertença.

Torna-se necessário pautar a questão racial na escola por meio de escritores negros, de modo a contribuir para o fortalecimento do pensamento negro e que esse se difunda entre os docentes e discentes. Sendo uma forma de construir uma nova narrativa a partir dos protagonistas que vivenciam tendo sido testemunhas de acontecimentos e da oralidade transmitida de geração em geração, pois tais conhecimentos estão interligados com fatos históricos que até hoje foram reproduzidos por uma única voz e uma única narrativa.

A abordagem desta temática no espaço escolar permite a construção de narrativa positiva e rica de detalhes contadas e trazidas sob a perspectiva negra, bem como as suas percepções sobre a questão racial no Brasil. Vale destacar que a interpelação na sala de aula nas disciplinas citadas nas leis 10.639/2003 (Brasil, 2003) e 11.645/2008 (Brasil, 2008) complementadas com a cultura indígena nem sempre acontece de forma satisfatória, pois poucos docentes possuem conhecimento e familiaridade para abordar o tema com tranquilidade na temática, conforme aponta (Salles; Farias, 2020). Diante disso, destaca-se a necessidade de envolver toda a sociedade no debate, pois este não deve ter uma voz única e sim da sociedade na totalidade, pois o problema do negro perpassa a todos.

Este capítulo apresenta a experiência do projeto de extensão chamado “Aquilombamento intelectual nas escolas: é tudo pra

ontem”, realizado em 2024 no Instituto Federal de São Paulo, Campus Campinas, pelas autoras deste trabalho. O projeto teve como objetivo: a) valorizar obras escritas por pessoas negras; b) promover uma educação antirracista nas escolas; d) fortalecer a autoestima dos estudantes negros. Além disso, buscou contribuir para o empoderamento desses alunos, ajudando-os a reconhecer o racismo e a combatê-lo. O projeto foi desenvolvido em escolas públicas periféricas no entorno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) *Campus* Campinas. Nessas escolas constatamos que a maioria dos estudantes são autodeclarados negros e/ou pardo. Sendo assim, o projeto foi direcionado para contribuir na autoestima desses estudantes, e, ao mesmo tempo, desconstruir e descolonizar pensamentos de pessoas não negras, a fim de construir uma narrativa positiva nas instituições de ensino e dar oportunidade para que os estudantes e docentes conheçam intelectuais negros e sua importância para a luta antirracista.

COLEÇÃO FEMINISMOS PLURAIS EM BIBLIOTECAS

O racismo estrutural é causado por uma série de fatores no Brasil, desde fatos históricos, sociais, políticos, jurídicos e econômicos. Segundo (Almeida, 2018, p.25) o racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertencam”.

A história dos negros e dos indígenas no Brasil é fragmentada e contada por meio de uma única voz que nem sempre é fidedigna com os acontecimentos. Os livros didáticos omitem fatos históricos sobre a importância do negro e indígena para a construção do Brasil e enaltecem a contribuição dos portugueses como benéfica ao país que resultou na escravização dos povos originários e no saque das riquezas do país recém-descoberto. Para mitigar os efeitos catastróficos transcorridos deste período e dos demais séculos, como tráfico transatlântico que culminou na desumanização desses corpos. É necessário promover a justiça social, racial e informacional, combatendo o racismo e o epistemicídio.

E a continuidade do projeto de miscigenação cujo objetivo era exterminar a população negra pela mistura das raças, mas como este primeiro plano não deu certo, conforme relatada Nascimento (2018). Foi necessário a implementação de outro plano, o controle social, colocado por Michael Foucault que consiste no exercício de poder sob o físico (corpo), econômico, ideológico, político e cultural emanado pelo Estado, por meio de leis excludentes e mortes a esmo por parte da elite brasileira, pelos racismos praticados que exercem fielmente a biopolítica, ou seja, o controle da vida e da morte dos indivíduos.

Esse sistema encontra-se em pleno funcionamento porque resguarda os privilégios de um determinado grupo em detrimento de outros. Um caso recente elucida esse quadro: um homem branco feriu um homem negro com um canivete e quem foi autuado e contido por policiais e levado na gaiola da viatura foi o homem negro (vítima) conforme relata (Dias, 2024). Diante disso, mostra-se o privilégio destes grupos em cometer crime e ter a certeza da impunidade, por acreditarem que o sistema foi feito para protegê-los, enquanto, indivíduos de outros grupos são continuamente perseguidos e mortos pelo Estado. Sendo assim, constata-se que o racismo se reinventa perversamente todos os dias tendo como base o capitalismo mostrado nas relações de poder, aos quais são bem demarcados na sociedade brasileira pelas posições sociais em que estes ocupam.

Para manter este controle sobre a vida dos indivíduos estes se utilizam do discurso da meritocracia para justificar a desigualdade e pautada da amnésia branca como a falácia de que “somos todos iguais”, “eu não vejo cor”, “todo mundo tem sangue igual” dentre outras falas problemáticas que determinam este privilégio que (Bento, 2022) chama do pacto da branquitude.

Contudo, Ribeiro (2017) em sua obra “O que é lugar de fala” refere-se ao lugar do negro como protagonista de sua história e apresenta não ser somente um mero objeto de estudo de um grupo, a autora ressalta Ribeiro (2017, p. 84)

[...], porém, falar a partir de lugares, é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer pensem. Em outras palavras, é preciso cada vez mais que homens estudem branquitude.

Nesse sentido, a autora reflete sobre o lugar do não-negro, neste processo salienta que o título da obra não representa uma censura, mas uma possibilidade de diálogo respeito esse lugar e como fomentar uma luta antirracista na sociedade na totalidade, pois o problema do racismo é estrutural e institucional como apresentada Silvio Almeida.

Em contrapartida, sobre as relações de poder, Berth (2019, p.29) diz que o “Empoderamento é dar poder ou capacitar” é questionar as bases dessas relações. Isso não significa que é tirar de um e dar para o outro, mas sim adotar uma postura de enfrentamento à opressão para eliminação da situação injusta para uma real transformação social na sociedade.

Cabe a todos da sociedade vislumbrar possibilidades de eliminar as disparidades sociais e raciais existentes no Brasil. Neste quesito, a *Coleção Feminismos Plurais* tem cumprido este papel de constituir uma nova narrativa a partir das pessoas que passam pelas opressões sociais e que perpetuam as relações interpessoais. Além disso, apresenta histórias omitidas nos livros didáticos que colaboram para os indivíduos compreenderem o meio em que vivem e possam se empoderar e lutar pelo seu espaço em qualquer ambiente (Costa; Melo; Silva, 2020).

A autora Berth (2019, p. 35) diz que apresentar epistemologias negras é contrapor narrativas universais; por isso, é importante levar o conhecimento para as pessoas interessadas pelo tema e pela produção intelectual de homens e mulheres negras. Tendo em vista que esses autores contam com a invisibilidade do mercado editorial, pois como nos recorda (Carmo et al., 2021) do racismo epistêmico que se recusa a reconhecimento a produção de conhecimento de algumas pessoas seja válida, ao serem conhecimentos que destoam do grupo dominante sendo invisibilizados e desconsiderados por estes, por isso a ausência se dá de forma sistemática em bibliografias.

As estruturas do conhecimento foram baseadas no ocidentalismo que foram constituídas por meio dos racismos/sexismo epistêmico e genocídios de povos justificados pela religião e pela tonalidade de pele. Sendo assim, a construção do saber se deu pelo “Eu penso, logo existo”, frase famosa de Descartes valendo-se somente dos homens de países da Europa Ocidental (Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos). Para manter essa universalidade destes, foi necessário desumanizar e aniquilar outros

povos (genocídio) em prol do saber “semelhante ao de Deus”. Diante disso, Boaventura dos Santos cunha o termo *epistemicídio* que é a morte do conhecimento de outrem ligado diretamente à destruição de seres humanos, pois estes eram vistos como ameaça ao saber soberano, intangível e inalcançável (Grosfoguel, 2016).

Por isso, a *Coleção Feminismos Plurais* torna-se fundante para a construção de uma narrativa positiva alicerçada na afrocentricidade de Asante (2016) com o intuito de produzir o pensamento decolonial, sendo uma forma de oportunizar a apropriação de saberes oriundos de vozes negras que compartilham e vivenciam histórias semelhantes.

Nos estudos realizados por Salles *et al.* (2023) acerca do uso da *Coleção Feminismos Plurais* nas bibliotecas do IFSP, percebe-se a necessidade informacional dos usuários em se empoderar e se emancipar deste conhecimento, promovendo a justiça de reconhecimento dos intelectuais negros. Além disso, a coleção se propõe a desconstruir pensamentos acerca da população negra, sendo um material educativo e importante no processo de ensino. Os empréstimos identificados no estudo exemplificam a necessidade e a importância de se discutir a temática no ambiente escolar, sendo um local fértil para a desconstrução das imagens estereotipadas das pessoas negras.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada consiste na pesquisa exploratória que segundo (Gonsalves, 2011, p.67) “é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, visando oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno pouco explorado”. O assunto sobre a temática abordada nas escolas é incipiente, embora a lei tenha 22 anos de criação, conforme apontam os estudos de Rodrigues (2023) observa-se pouco a sua aplicabilidade nas escolas pela inexperience de docentes na abordagem do tema ou este é abordado somente no famigerado mês de novembro.

A *Coleção Feminismos Plurais* foi doada para todas as bibliotecas do IFSP, por meio de um projeto de pesquisa AFROIF: Currículo, Pensamento Decolonial Formação docente contemplado pelo edital do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e

Desigualdades) conduzido pelos pesquisadores do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas), por isso o projeto se tornou possível pela disponibilidade dos materiais nas prateleiras para uso das bolsistas do projeto.

Para Costa, Melo e Silva (2020) a *Coleção Feminismos Plurais* colabora para o cumprimento da lei e aborda a temática a partir dos sujeitos, e, ao mesmo tempo, abarca questionamentos não referenciados nos livros didáticos. Os títulos adotados pela equipe são: “Colorismo” de Alessandra Devulsky, “Empoderamento” de Joice Berth e “Apropriação Cultural” de Rodney William. Dentre os 9 títulos disponíveis da coleção, estes foram escolhidos pela equipe devido à necessidade de abordagem desses temas no ambiente escolar para combater o racismo e apresentar as desigualdades raciais e sociais presentes na sociedade. Foram realizadas 8 intervenções nas instituições parceiras.

Os livros foram lidos pelas bolsistas do projeto, em seguida, foram produzidos fichamentos e cartazes informativos de cada material lido. A cada finalização, a equipe se reunia para discutir os temas centrais abordados pela autora (o). Após a discussão, as bolsistas preparavam a apresentação para os participantes, baseados na reunião e na leitura dos títulos. O grupo adotou dinâmicas ao final de cada apresentação, a fim de verificar o entendimento acerca do conteúdo abordado, com o apoio de notícias relacionadas ao assunto e frases adotadas pelos participantes rotineiramente para disparar a discussão.

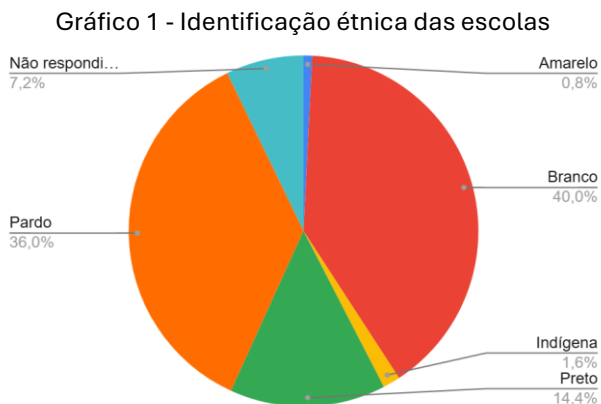
Ao final de cada apresentação, aplicamos um questionário para mensurar a eficácia de cada atividade e o aprendizado com relação ao tema abordado. Neste instrumento de coleta de dados utilizamos perguntas fechadas e de múltipla escolha Marconi e Lakatos (2022) que permite a identificação da declaração étnica dos indivíduos e o gênero dos mesmos.

Contamos com a parceria de duas escolas estaduais e uma ONG nomeadas como (A, B, C) ao longo do capítulo. A atividade permitiu que os estudantes do projeto pudessem questionar, explorar, debater sobre o conteúdo ministrado. Além disso, prevemos a exposição do conteúdo coletado nas atividades, seja pelo relato e/ou pela percepção da equipe com relação às ações nas escolas no mês de novembro.

RESULTADOS

No período do projeto, foram abordados os temas sobre: Colorismo, Empoderamento e Apropriação Cultural, foram realizadas apresentações em cada uma das escolas parceiras, três salas foram atendidas, duas salas de uma escola e uma sala da outra. As apresentações sobre a temática do projeto duraram aproximadamente 1h30, durante a atividade os estudantes foram convidados a interagir realizando leituras de estudos de caso sobre a temática e com a leitura de QRCode para a construção de uma nuvem de palavras sobre a percepção deles acerca do assunto abordado.

Nesse período da realização do projeto nas instituições (A, B e C), foram atingidos 169 participantes, observou-se que 50,4% do público é composto por pessoas pardas e pretas, enquanto 40% se referem a pessoas brancas. Outro ponto que chama atenção nos dados são os 7,2% que optaram em não se declarar, acredita-se que isso se dá ao fato desses não se considerarem em nenhum grupo étnico por desconhecimento ou mesmo por conta da miscigenação e dos movimentos eugenistas, conforme relatado por Nascimento (2016). Ressaltamos ainda que desse total de participantes, 92 se declararam femininos cis enquanto 73 se declararam do gênero masculino cis. Vale destacar que essas escolas públicas encontram-se em áreas periféricas da cidade de Campinas, onde se concentra a maioria da população negra da cidade. Conforme dados apresentados no gráfico 1 abaixo.



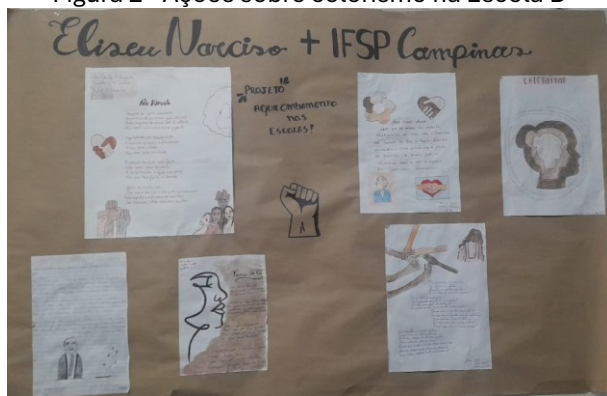
Fonte: Elaborada pelas autoras (2024)

Na primeira atividade abordamos o tema do “Colorismo” refere-se a uma forma de diluir a negritude que vai além da rejeição dos traços e traz a perspectiva da hierarquização racial que demarca lugares e impõe limites consoante a negritude do indivíduo, conforme aponta (Devulsky, 2021) em sua obra sobre essa temática.

Por outro lado, observamos que 84% dos participantes compreendem que o colorismo afeta diretamente a falta de oportunidade de trabalho e 72% consideram a atividade importante. Neste ponto, reflete-se a percepção dos estudantes acerca deste assunto. Durante as ações sobre essa temática, estudantes abordam o tema sobre a temática, sobre as bancas de heteroidentificação, inclusive, foi trazido um caso de irmãos gêmeos que passaram no concurso público, sendo que um foi aprovado pela banca de heteroidentificação e o outro não. Foi citado o clareamento e apagamento de personagens importantes Machado de Assis e pela interpretação de Dona Ivone Lara (mulher negra retinta), no musical que seria interpretada por Fabiana Cozza (mulher negra de pele clara) e Nina Simone (Mulher Negra retinta) interpretada pela atriz Zoe Saldaña (Mulher negra pele clara) que precisou escurecer a pele, o que chamamos de “Black Face” e a adoção de prótese no nariz para se parecer com a cantora.

Por outro lado, os demais participantes compartilharam experiências pessoais do cotidiano, como, por exemplo: a dificuldade de se reconhecer como uma pessoa negra pelo tom de pele e os preconceitos sofridos pelos traços fenotípicos atribuídos à população negra, os quais são constantemente ridicularizados, em especial, o cabelo natural que alvo constante desses ataques. Diante disso, os participantes relataram o processo de aceitação do cabelo natural após a transição capilar que se mostra um processo doloroso em certos aspectos, principalmente, a aceitação pela sociedade. Após a atividade na escola B, foram desenvolvidas ações sobre o colorismo com as turmas que participaram das atividades.

Figura 2 - Ações sobre colorismo na Escola B



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

A seguir podemos ver na figura 3 alguns momentos realizados no instituição C, com ativistas sociais do território do Campo Grande, local onde fica localizado o instituto. Compreendemos que este local seria profícuo à difusão do conhecimento do projeto, por ser um público diverso e faixas etárias diferentes. Em cada atividade os participantes compartilharam experiências e percepções acerca da temática discutida em cada encontro.

Outra atividade realizada foi referente ao livro da Joice Berth sobre “Empoderamento” que descreve os tipos de empoderamento, sendo eles: individual, coletivo, o negro, estético e emancipatório. Em consonância com essa leitura e entendimento, destacamos alguns intelectuais negros(as) como exemplo de empoderamento emancipatório como Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento, Lélia González, Marielle Franco, Martin Luther King e Malcom X, Nelson Mandela, a fim de refletir sobre os sistemas de opressão no qual estes foram submetidos pelas lutas que foram travadas pôe esses intelectuais, mas que hoje recebem o reconhecimento da sociedade e são referências na luta contra o racismo, sendo estes cruciais para a formação coletiva do pensamento negro.

Nas últimas décadas, após a Conferência de Durban (Organização das Nações Unidas, 2001) o Brasil reconhece o racismo no país e se propõe reparar danos históricos decorrentes da escravidão, considerada um dos piores crimes da humanidade durante o evento. Os avanços significativos direcionados à população

negra após essa conferência, como o Estatuto de Igualdade Racial, a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira na educação básica, por conseguinte, no ensino superior. Por fim, as políticas de ações afirmativas possibilitaram a inserção de jovens de outros grupos étnicos e pessoas com deficiência nas universidades públicas, conforme reflete (Gomes, 2017).

No fim desta apresentação, deixamos uma pergunta norteadora para discussão: “A Favela Venceu?”, onde os participantes trouxeram a sua visão acerca desta pergunta, que nos faz refletir com base na obra que o empoderamento deve ser coletivo e não individual. A análise dos dados do questionário evidencia que 87% dos participantes acreditam que a falta de representatividade nas mídias afeta a autoimagem de pessoas negras. Enquanto 89% acreditam que as ações de políticas afirmativas são necessárias para corrigir as desigualdades raciais existentes. Contudo, somente 46,4% consideram a atividade “excelente” e 26% “bom”. Por esses dados, é possível observar que houve a compressão dos assuntos abordados durante a atividade.

O último livro da coleção estudado foi o “Apropriação Cultural” de Rodney William, que foram abordados temas como o Grosfoguel (2016) epistemicídio (morte dos saberes de outros grupos sociais), deculturação que segundo Ortiz (2017) que visa afastar a cultura dos indivíduos e estímulo à desvalorização cultural, linguicídio que se deu pela separação dos grupos étnicos na chegada ao Brasil, segundo (Bonvini, 2008), sendo uma forma do colonizador se apropriar da cultura e aniquilar os povos escravizados.

Desta forma, a apropriação cultural ocorre quando elementos culturais são adotados por outras culturas sem o devido respeito, esvaziando os seus significados, suas produções, costumes, tradições e demais elementos (William, 2019). Como exemplo da apropriação cultural, trouxemos exemplos como a música: samba, Hip Hop, sertanejo, *blues*, *jazz* e *rock*. Inicialmente, no samba que foi criado nas favelas e tem forte influência negra, tivemos nomes importantes que sofreram a opressão social sendo perseguidos pelo ritmo, como, por exemplo: Cartola, Pixinguinha, Clementina de Jesus, Dona Ivone Lara, João da baiana entre outros.

O sertanejo foi outro ritmo totalmente embranquecido pela indústria da música, trouxemos como exemplo a dupla Tião Carreiro e

Pardinho, Irmãs Barbosa e Pena Branca e Xavantinho e duplas formadas com pessoas negras, como João Paulo e Daniel e Rick e Renner, atualmente vemos poucos negros neste estilo musical, mas há interesse de pessoas negras em fazer parte deste ritmo, conforme relata (Neves, 2023).

As escolas de samba, principalmente, os sambas enredos eram marcados pela denúncia das opressões dirigidas as pessoas negras, para exemplificar referenciamos o samba “Leilão de Escravos” de 1961 da Unidos da Tijuca e hoje vemos ainda nas escolas nas letras a resistência do povo negros e indígenas para co-existirem nesse local. Por outro lado, observamos que os destaques das escolas eram antigamente reservados para as pessoas da comunidade. Atualmente, observamos esse embranquecimento nesses postos e nas direções das escolas de samba.

Sobre o ritmo o Funk atual, nascido nas periferias vimos a música “Aí preto”, Canção de DJ Biel do Furduncinho e L7nnon, lançada em 2022, no mesmo ano ganhou a versão “Aí branco” do MC Paiva, no qual tinha no verso “já cantou muito aí preto, agora vai cantar aí branco” e a certeza da normalidade por ser “branco”. Cida Bento (2022) ressalta que este grupo sente ameaçado pelo diferente do sistema democrático, os negros são vistos como invasores do seu espaço privativo.

Ademais, os padrões estéticos, também, são alvos dessa apropriação cultural, por exemplo, as tranças, dreads, Black Power e o turbante que tem uma simbologia significativa para o povo preto, além de ser um ato político. Hoje vemos com frequência pessoas brancas se apropriando sem conhecer o contexto histórico e reconhecer a beleza das tranças em pessoas negras. Em uma busca no Google, em imagens, quando digitamos “cabelo bonito” vemos pessoas brancas. Quando procedemos à busca por ‘cabelo feio’ aparece a maioria de pessoas negras e brancas com cortes diferentes e/ou desarrumados.

No fim, da atividade deixamos uma frase norteadora para discussão dita por alguns “O samba é democrático” em meio da discussão, muitos pontuaram a questão do sertanejo não ser democrático e que somente o samba tem esse caráter que acolhe a todos e que não faz acepção de pessoas, mas essa é mais uma forma de esvaziar o contexto histórico do samba, tendo em visto que muitas

das letras falam da questão do empoderamento negro, sendo uma forma de denúncia também e de acolhimento dos seus pares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cada ação, observamos que os objetivos iniciais do projeto foram alcançados. Em virtude, dos estudantes se reconhecerem em algum momento da atividade proposta, eles tiveram a oportunidade de trazer reflexões sobre experiências pessoais. De modo com que essas foram trazidas, enriqueceu as percepções da equipe do projeto e do público participante, assim consideramos que houve reciprocidade no compartilhamento do conhecimento característica principal da atividade de extensão.

Os participantes revelaram durante as atividades a ausência na abordagem no decorrer do ano, sendo este abordado somente no famigerado mês de novembro com ações isoladas que não permite a reflexão dos estudantes acerca da temática durante o ano todo. Diante disso, constatamos o descumprimento da lei na abordagem das relações étnico-raciais nas disciplinas e transversalmente que reflete na naturalização dos casos de racismo, em especial, brincadeiras de cunho racista que atinge diretamente os estudantes negros e que não conseguem reagir por não ter o letramento racial adequado para reconhecer as violências que sofrem. Por isso, enfatizamos a necessidade de pautar e discutir a temática em sala de aula e nas ações no decorrer do ano, seja por meio de obras que evidenciem, dialoguem e valorizem a intelectualidade negra.

Neste contexto, consideramos que a *Coleção Feminismos Plurais* cumpre o papel de difundir o conhecimento a partir dos sujeitos que vivenciam as situações raciais e possuem conhecimento para abordar o tema, sendo o ambiente escolar propício para o desenvolvimento de projetos que visem contribuir para o cumprimento da lei 10.639/003 (Brasil, 2003) que concerne na valorização de intelectuais negras(os), a fim de colaborar na promoção da educação antirracista e no fortalecimento da autoestima dos estudantes. Dessa forma, fortalecemos o pensamento crítico e reflexivo acerca das relações étnico-raciais e podemos contribuir no combate das injustiças sociais, raciais e informacionais atribuídas aos grupos marginalizados.

Por fim, este projeto apresentou uma das possibilidades de trabalhar a temática étnico-racial durante o ano todo. Os assuntos abordados nos encontros foram ricos de conhecimento e de trocas, portanto, a discussão no ambiente escolar é urgente e necessária para desconstruir preconceitos e imagens estereotipadas associadas às pessoas negras. Por isso, a afrocentricidade se mostrou presente no projeto do começo ao fim, com as falas e os dizeres de intelectuais negras(os) em todas as dinâmicas, seja por meio de músicas, de modo que estes estudantes possam lembrar e reverberar essas vozes que foram silenciadas pelo racismo.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Ai Branco - Mc Paiva. (União do Funk). [S.l.: s.n.], 2017. (2 min. e 9 seg.) 1 vídeo. Publicado no canal União do Funk. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4-8z9wm2gRw>. Acesso em: 08 fev. 2025.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

AMBIENTE escolar é o mais citado por brasileiros entre os locais onde já sofreram racismo, diz pesquisa. **G1**, São Paulo, 15 ago.2 023.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia. **Ensaio Filosóficos**, [S.l.], v.14, p.9-18, 2016.

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

BONVINI, Emílio. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (org.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008. p.101-144.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019. 184 p.

BRASIL. Lei 10.623 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 10. jan. 2003.

CARMO, Monalisa Aparecida et al. Enegrecendo as referências: intervenções possíveis do movimento negro na educação brasileira. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. 1, p. 80-94, jan./mar. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v45i3.65156>.

COSTA, Fernanda. C. S.; MELO, Daniela Alves; SILVA, Laelson Felipe da. A importância da coleção de feminismos plurais no enfrentamento à desinformação sobre as questões étnico-raciais no afro-brasileiros. IN: SILVA, F. C. G. (org.). **Bibliotecári@s negr@s: pesquisa e experiências da aplicação da lei 10.639/2003 na formação e nas bibliotecas**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 463-478. Disponível em: LIVRO-COMPLETO.pdf. Acesso em: 02 de dez. 2024.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

DIAS, Pamela. Racismo no RS: agressor branco teria atacado homem negro com faca por incômodo com 'barulho' de motoboys na rua. **O Globo**, São Paulo, 19 fev. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes constituídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 5.ed. Campinas: Alínea, 2011.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídio/epistêmicos do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

L7NNON & Biel do furduncinho - Ai preto (part. Bianca). [S.l: s.n.], 2017. (2 min. e 8 seg.) 1 vídeo. Publicado no canal L7nnon. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NbB6qMA2lts>. Acesso em: 08 fev.2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8.ed. Barueri: Atlas, 2022.

NEVES, Marília. Racismo, modernização e falta de representatividade: especialistas analisam minoria negra na música sertaneja. **G1**, São Paulo, 17 nov. 2023.

MUCALE, Ergimino Pedro. **Afrocentricidade: complexidade e liberdade**. 2. ed. Maputo: Gráfico Paulinas, 2023.

NASCIMENTO, Abdias do. **Genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conferência mundial contra o racismo, da discriminação racial e da xenofobia e intolerância correlatas**. Durban: ONU, 2001.

ORTIZ, Fernando. Aportes culturales y deculturacion. *In*: PEREZ, Ester; LOUREIRO, Marcel. **Raza y racismo**: antología de caminos. La Habana: Editorial Caminhos, 2017. p. 24-48.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017. 112 p. (Coleção Feminismos Plurais).

SALLES, Tatiane Helena Borges de; FREITAS, Sálvio Juliano Peixoto. Os desafios dos professores da educação básica para inserção da cultura afro-brasileira e indígena por meio do letramento informacional em um instituto federal. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. (org.). **Bibliotecári@s negr@s**: pesquisas experiências de aplicação da lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas. Florianópolis: Rocha Gráfica; Selo Nyota, 2020. p.113-128.

SALLES, Tatiane Helena Borges de Salles; GOMES, Rosana da Silva; GOMES, Rosângela da Silva Gomes; SILVA, Jéssica Cristiane Pereira da; SILVA, Fernanda Ferreira da. O uso da “Coleção Feminismos Plurais” nas Bibliotecas do IFSP: por uma educação antirracista. *In*: SEMINÁRIO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 22., 2023. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2023. p.1-9.

SANTOS, Sanara. Nas periferias, o aquilombamento é ferramenta de sobrevivência. **Estado**, São Paulo, 15 ago. 2023.

SOUTO, Stephanie. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. **Políticas Culturais em Revista**, [S.l.], v.14, n. 2, p.142-159, 2021.

WILLIAM, Rodney. **Apropriação Cultural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

CAPÍTULO 11

LETRAMENTO RACIAL NA BIBLIOTECA ESCOLAR INFANTIL: a CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL

Fernanda Araújo de Sousa

Talita de Oliveira

INTRODUÇÃO

A biblioteca escolar tem como um de seus objetivos principais democratizar os bens culturais e de informação produzidos pela humanidade. Além da disponibilização de acervos físicos e/ou digitais, são espaços coletivos públicos, onde as pessoas conseguem se organizar para a produção de conhecimentos, compartilhamento de saberes e contato com diversas manifestações culturais. São espaços fundamentalmente políticos, de formação do pensamento crítico, onde os indivíduos têm a possibilidade de se informar e exercer seu poder de escolha.

Apesar da missão democrática das bibliotecas, é importante salientar que, como apontado por Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva (2023), o campo biblioteconômico-informacional é pautado pela colonialidade – compreendida pela autora como colonialidade do ser, do saber, do poder e da natureza – e pela invisibilização da raça, aspectos estes que contribuem para a formação e a atuação profissional de pessoas bibliotecárias apartadas das Humanidades e cada vez mais perto de um projeto de profissão que afirma o pensamento oriundo do colonialismo, do mercantilismo, do

tecnicismo e do neoliberalismo, favorecendo “o epistemicídio e memoricídio de saberes pautados em perspectivas não-ocidentalizadas e os transformam a partir de uma narrativa unívoca de ser, estar e entender o mundo” (Garcês-da-Silva, 2023, p. 54). Sendo assim, é primordial que a questão racial seja pesquisada na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, e que estratégias que combatam o racismo dentro dos diversos tipos de bibliotecas sejam postas em prática, como ações permanentes que atravessam a representação descritiva e temática dos materiais bibliográficos físicos e/ou digitais, a formação e o desenvolvimento de acervos, o serviço de referência e as ações culturais promovidas pela biblioteca.

Dentro dessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é compreender a contribuição do projeto literário *Autoria Negra*, realizado na Biblioteca Flor de Papel (BFP), do Colégio Universitário Geraldo Reis (Coluni), da Universidade Federal Fluminense (UFF), para o Letramento Racial de crianças da Educação Infantil. Este capítulo apresenta um recorte da nossa pesquisa de Mestrado que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER) do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ). Selecionamos uma das categorias de análise – a saber, a construção da identidade étnico-racial – emergentes dos dados gerados a partir das interações com crianças participantes do projeto literário em questão. A partir das lentes teóricas da Teoria Crítica Racial (TCR) e do papel desempenhado pelo letramento racial na promoção de uma educação antirracista (Rosa, 2019), ensejamos que nosso estudo contribua para que as práticas de letramento promovidas em bibliotecas escolares colaborem para a construção de identidades positivadas, que não reverberem traumas raciais.

Através de revisão bibliográfica em bases de dados como Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Oasisbr – Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto – do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), na base de dados bibliográficos *Institute of Education Sciences* (ERIC), utilizando-se a estratégia de busca “Letramento racial” e “Biblioteca escolar”,

verificamos a inexistência de trabalhos publicados sobre letramento racial e biblioteca escolar.

Tendo em vista este cenário, este estudo se justifica pela necessidade de elaboração de referenciais teóricos que analisem práticas de Letramento Racial em bibliotecas escolares, para subsidiar futuras ações nesses espaços que contribuam para a construção de uma educação antirracista. Como aponta Eliane Cavalleiro (2023), em sua relação diária com crianças de 4 a 6 anos de idade, a autora observou que crianças negras nessa faixa etária já apresentam uma identidade negativa no que diz respeito ao grupo étnico ao qual pertencem. Por outro lado, crianças brancas apresentam um sentimento de superioridade e, em diversas situações, expressam atitudes preconceituosas e discriminatórias, impondo à cor da pele das crianças negras um caráter negativo. Sendo assim, projetos direcionados à Educação Infantil que objetivam romper com o racismo na sociedade brasileira são fundamentais.

Nesse sentido, esperamos que o trabalho se configure como uma estratégia possível para romper com o racismo dentro das unidades de informação e possibilitar que crianças negras, desde cedo, entrem em contato com a história do seu povo e possam construir identidades negras positivas, e que crianças brancas não cresçam com o sentimento de superioridade e contribuam para que o racismo seja eliminado.

Em relação à estruturação do presente capítulo, a primeira seção de discussão teórica aborda a Educação infantil enquanto primeira etapa da educação básica e a função da biblioteca escolar nesse contexto. Além disso, apresenta a importância das obras literárias com protagonismo negro para a construção de identidades e subjetividades das crianças. Na sequência, passamos à conceituação de letramento racial que subsidia nosso estudo e apresentamos a importância da utilização de obras literárias com afirmação racial para fomentar o letramento racial de crianças. Feito esse embasamento teórico, situamos os aspectos metodológicos do trabalho e, em seguida, apresentamos o projeto literário *Autoria Negra* e os resultados da pesquisa a partir da análise das falas das crianças participantes do projeto.

BIBLIOTECA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Constituição de 1988 tornou o atendimento em creches e pré-escolas um direito social das crianças, e a Educação Infantil passou a ser dever do Estado, que precisa garantir sua oferta de forma gratuita, de qualidade e sem requisito de seleção. Esta conquista foi fruto de uma série de lutas dos diversos movimentos sociais e de educadores. A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e compreende as creches e pré-escolas, espaços estes que são institucionais, e não domésticos. Podem ser estabelecimentos públicos ou privados, responsáveis por educar e cuidar de crianças de 0 a 5 anos de idade em jornada integral ou parcial (Brasil, 2010).

A definição de criança que embasa este estudo se apoia na apresentada pelas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (2010), que a compreende como sujeito histórico e de direitos, construtor ativo da história, produtor e apreciador da cultura. De acordo com essas Diretrizes, as propostas pedagógicas da Educação Infantil precisam respeitar princípios éticos, políticos e estéticos (Brasil, 2010).

Na biblioteca escolar, estes princípios são construídos em parceria com as crianças. A autonomia é colocada em ação quando elas circulam pelo espaço da biblioteca e escolhem os livros que desejam ler, quando optam por ler sozinhas ou pedem para algum adulto ler para elas, ou até mesmo quando escolhem ler umas para as outras. A responsabilidade é trabalhada através das orientações sobre o cuidado e a preservação dos livros, valorizando este item e o colocando como bem coletivo. O respeito ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades é colocado através da contação de histórias, dos momentos de leitura compartilhada, de vídeos e do cotidiano das relações dentro da biblioteca. As questões políticas também são trabalhadas a todo momento. A própria possibilidade de escolher seus livros para leitura é um ato político. Os princípios estéticos são possibilitados pelo acesso à literatura como manifestação artística e cultural.

Falando em literatura, grande parte do acervo de uma biblioteca escolar infantil é composto por obras literárias destinadas às crianças. Entendemos a literatura como um meio de construção de identidades e subjetividades, logo é fundamental que os acervos das bibliotecas

infantojuvenis contem com livros protagonizados e, principalmente, escritos por pessoas negras e indígenas.

Segundo Munanga (2020), a identidade é sempre um processo e não um produto acabado. A construção das identidades negras, enquanto processo, tem na Literatura possibilidades de afirmação e valorização. A Literatura, enquanto arte, é um espelho. No entanto, por muito tempo, esse espelho não refletiu toda a diversidade humana. Portanto, quando se fala de uma literatura com potência para afirmar e valorizar as identidades negras, fala-se de uma Literatura Negra. Há a necessidade de se criar imagens positivas sobre a população negra para combater a alienação do negro e do branco. Essa alienação é causada por narrativas que perpetuam a imagem de heróis brancos e trazem personagens negros estereotipados, frutos das fantasias de pessoas brancas. Como aponta Grada Kilomba (2020, p. 154), “apenas imagens positivas, [...] não “idealizadas”, da negritude criadas pelo próprio povo negro, na literatura e na cultura visual, podem dismantelar essa alienação”.

O contato com essa literatura permite que as crianças pertencentes a estes grupos étnico-raciais se enxerguem como produtoras de conhecimento e que se identifiquem com os personagens das histórias. Já o encontro das crianças brancas com a literatura protagonizada por pessoas negras e indígenas permitirá que elas desconstruam estereótipos e ajudem a romper com o racismo de nossa sociedade. Na próxima seção, abordaremos o letramento racial e a utilização de histórias com afirmação racial.

LETRAMENTO RACIAL

Para Stephanie M. Curenton, Keshia Harris, Shana E. Rochester, Jacqueline Sims e Nneka Ibekwe-Okafor (2022), o letramento racial é fomentado por processos socioculturais fortalecidos pelos princípios básicos da Teoria Crítica Racial (TCR). Partindo da centralidade da raça em suas análises, a TCR é embasada nas particularidades de uma realidade social construída por nossas experiências e pela experiência histórica coletiva dos nossos grupos de origem. Pessoas teóricas críticas da raça levam em conta a subjetividade da perspectiva e são abertamente políticas. O trabalho é tanto pragmático quanto utópico, pois objetiva responder as necessidades imediatas das pessoas que

são subalternizadas e oprimidas, mesmo que tenham como ideal um mundo diferente e com outros valores. É um trabalho que inclui ação e reflexão. É alimentado pela luta ativa e, por seu turno, alimenta essa luta (Matsuda et al., 2018). Essa teoria converge questões de classe e gênero para discutir o problema do racismo, considerando que uma opressão não opera sozinha.

Segundo Curenton et. al. (2022), o letramento racial pode ser definido como a habilidade de usar estratégias de resistência culturais para lidar com o estresse racial. Esta definição é baseada na apresentada por Howard C. Stevenson (2014), que define o letramento racial como a capacidade de ler, reformular e resolver interações sociais permeadas por estresses raciais. No contexto educacional, o ensino de habilidades de letramento racial protege os estudantes de internalizar estereótipos que inibem o pensamento crítico acadêmico, o engajamento e a construção da identidade.

As autoras indicam uma proposta de intervenção para o letramento racial: a leitura compartilhada, uma atividade de letramento, em que as crianças são guiadas por adultos com mais experiência e de confiança na leitura e discussão de textos escritos. As autoras, baseadas na literatura sobre biblioterapia, acreditam que compartilhar livros de afirmação racial pode contribuir para a diminuição do estresse e do trauma racial e promover o letramento racial das crianças. O letramento racial pode ser fomentado através do compartilhamento de histórias que permitem que a criança identifique semelhanças entre os personagens da história e elas mesmas, o que pode favorecer o desenvolvimento e a formação de sua identidade étnico-racial.

A construção da identidade étnico-racial é um importante processo de desenvolvimento tanto na infância, como na adolescência e na vida adulta. A formação da identidade étnico-racial pode ser definida como o processo em que as pessoas desenvolvem consciência, atitudes e crenças sobre sua herança étnico-racial. Através de histórias com afirmação racial, as crianças podem apreender componentes da identidade étnico-racial, como a consciência, entender que as categorias étnico-raciais possuem significados e como os diversos grupos são vistos pela sociedade. Outro componente é a afiliação, ou seja, a criança pode identificar a qual/quais grupos pertence e, conseqüentemente, os

comportamentos pelos quais os costumes culturais, os valores e a linguagem são divulgados (Curenton et. al., 2022).

Na próxima seção, descreveremos o contexto de pesquisa e os procedimentos metodológicos empreendidos para a entrada no campo e a geração dos dados.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O campo de pesquisa é a Biblioteca Flor de Papel (BFP), uma das bibliotecas subordinadas à Coordenação de Bibliotecas (CBI) pertencente à Superintendência de Documentação (SDC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). A biblioteca fica localizada dentro do prédio da Educação Infantil do Colégio Universitário Geraldo Reis (Coluni - UFF), no Campus Gragoatá, situado no bairro São Domingos, na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro.

A abordagem metodológica empregada é a pesquisa qualitativa, que, segundo Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2022), tem como objetivo obter um entendimento particular do objeto que investiga. Como sua atenção volta-se para o específico, para o singular, seu desejo não é buscar uma explicação, mas entender os fenômenos que estuda inseridos no contexto em que aparecem. A técnica auxiliar da abordagem qualitativa utilizada foi a observação participante, que “implica conhecer e aprofundar as situações sociais, mantendo reflexão contínua e observando detalhes dos sucessos, dos eventos e das interações” (Marconi; Lakatos, 2022, p. 315). A observação participante requer que o pesquisador ganhe a confiança do grupo que está pesquisando, fazendo as pessoas compreenderem a importância do que está se investigando, sem esconder qual é o seu objetivo. O pesquisador tem um papel ativo na comunidade na qual ele está pesquisando (Marconi; Lakatos, 2022).

Por se tratar de um estudo que não tem como objetivo apenas compreender o projeto literário, mas sim aprimorá-lo – para que possa transformar socialmente realidades e fomentar uma educação antirracista –, esta pesquisa se configura como uma pesquisa-ação. Davidd Greenwood e Morten Levin (2006, p. 100) afirmam que a pesquisa-ação envolve “processos colaborativos de geração e de aplicação do conhecimento do pesquisador profissional como *insider* em projetos de mudança social”. A primeira autora do presente

capítulo atua como bibliotecária na Biblioteca Flor de Papel (BFP) e vem atuando na implementação do projeto literário *Autoria Negra*, o que faz com que, além da prática de pesquisa em si, sua própria prática como bibliotecária e agente de letramento racial seja analisada.

Tendo em vista que a pesquisa envolve crianças, o projeto foi submetido à Plataforma Brasil para ser avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa. Recebeu o número 80566124.2.0000.5285 de Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). No presente trabalho, como forma de garantir o anonimato das crianças, utilizamos pseudônimos inspirados em personalidades e personagens negros da literatura infantojuvenil de autoria negra. Nas transcrições apresentadas na seção 5, não empregamos pseudônimo para a bibliotecária da BFP. Como instrumentos para geração de dados, utilizamos caderno de campo e gravador de áudio do smartphone. Para as transcrições dos dados das interações orais com as crianças, utilizamos as convenções adaptadas a partir das pesquisas de Análise da Conversação.

Na próxima seção, discutiremos, a partir de dados de nossa pesquisa, como a leitura compartilhada de livros de autoria negra pode contribuir para o letramento racial de crianças pequenas. Focalizaremos, como categoria de análise, a questão da identidade étnico-racial por compreendermos que sua construção faz parte do processo de letramento racial, processo esse que é contínuo durante toda a vida dos indivíduos.

PROJETO LITERÁRIO AUTORIA NEGRA

O projeto literário *Autoria Negra* tem como objetivo expandir o repertório literário das crianças da Educação Infantil no que se refere à produção de obras literárias produzidas por escritores/as negros/as. O projeto foi criado em 2022 a partir da constatação do baixo número de obras de autoria negra presentes no acervo da biblioteca. De 2022 a 2024, trabalhamos com os seguintes autores: Andressa Reis, Elisa Lucinda, Joel Rufino dos Santos, Josemar Bernardo, Júlio Emílio Braz, Lázaro Ramos, Kiusam de Oliveira, Maurício Veneza, Mylo Freeman,

Neide Graça, Ondjaki, Otávio Júnior, Patrícia Santana, Sonia Rosa, Sylviane Diouf e Trish Cooke.

As práticas de letramento do projeto literário envolvem a apresentação da foto, uma minibiografia dos autores e algumas de suas obras para as crianças. Em seguida, lemos ou contamos uma dessas obras para as crianças. A escolha dos autores foi feita a partir dos livros que tínhamos disponíveis no acervo da biblioteca. Para este capítulo, escolhemos um recorte visando a apresentar as discussões suscitadas a partir da leitura do livro *Da cor que eu sou* (2021), escrito por Andressa Reis e ilustrado por Stefania Magalhães. A escritora é da cidade de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, formada em Turismo, fotógrafa e influenciadora digital. É mãe de duas crianças e usa suas redes sociais, como mulher-mãe-preta, para falar sobre assuntos relacionados à maternidade, à infância e ao universo feminino (Reis, 2021). O título *Da cor que eu sou* (2021) foi publicado pela editora Matrescência.

Para apresentar a escritora para as crianças, foi exposto um slide (Figura 1) com a foto da autora, uma minibiografia dela e sua obra disponível na biblioteca.

Figura 1 – Foto e minibiografia Andressa Reis; capa do livro *Da cor que eu sou*



Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Araújo de Sousa.

O livro faz parte do acervo da BFP e conta a história de Maria, uma menina negra que está completando seis anos. Ela escolheu, como tema de sua festa de aniversário, a sua heroína preferida: a

pequena guerreira Antônia, uma menina também negra de cabelo crespo. Na ilustração constante no livro, é possível perceber que a heroína em questão é representada de forma idêntica à protagonista. Na hora do aniversário de Maria, Júlia, uma menina branca de cabelo liso e loiro, foi logo dar um abraço e um beijo na amiga. Além dos gestos carinhosos, Júlia entregou um presente feito à mão para Maria. Era um desenho das duas, só que as duas meninas desenhadas eram brancas e loiras (Figura 2). Maria ficou muito confusa com o desenho da amiga, mas resolveu aproveitar a sua festa de aniversário.

Figura 2 – Desenho de Júlia e Maria feito por Júlia, personagens do livro *Da cor que eu sou*



Fonte: foto de página do livro *Da cor que eu sou*.

Quando a festa de aniversário terminou, Maria foi para seu quarto analisar novamente o desenho. Decepcionada, deitou-se nos braços da mãe e perguntou-a por que Júlia a havia colorido de uma cor de pele e cabelos que não eram seus. Emocionada, sua mãe lhe contou que, quando era pequena, isso também já havia acontecido com ela. Até que um dia, triste e cansada, viu seu reflexo no espelho e disse palavras bonitas para ele: linda, bela, inteligente, forte e esperta. E durante muito tempo, fez o mesmo ritual em frente ao espelho, até que chegou o dia em que percebeu que o erro nunca esteve nos seus

cabelos crespos lindos e nem na sua pele preta, mas sim no desenho das pessoas.

Depois de ouvir a história de sua mãe, Maria perguntou se poderia mudar o desejo que tinha feito quando assoprou as velinhas. Agora ela desejava que “todas as crianças de todas as cores e formas sejam desenhadas do jeitinho que elas são: lindas! E que se amem por serem do jeitinho que gostam de ser.” (Reis, 2021, p. 26). Maria afirmou que, no dia seguinte, iria falar o que estava sentindo para Júlia e, perto de dormir, repetiu as palavras bonitas para sua mãe e disse que a amava.

No início da atividade com as crianças a partir da leitura do livro *Da cor que eu sou*, Fernanda Araújo de Sousa – primeira autora deste trabalho e bibliotecária da BFP – apresentou o título da história e a ilustradora. Iniciou-se a leitura do livro e foi chamada a atenção das crianças para a ilustração quando chegou o momento em que Maria recebe o desenho de Júlia. Na ilustração, Maria fecha o rosto e aparece um sinal de interrogação desenhado em um balão de pensamento. No texto, afirma-se que Maria ficou confusa ao receber o desenho. Perguntou-se para crianças por que será que ela tinha ficado confusa e, logo em seguida, o desenho foi mostrado às crianças (Figura 2). Na parte superior da página com o desenho, aparecem escritos os nomes das personagens: Júlia e Maria.

A partir das respostas das crianças a este questionamento de Maria acerca do desenho feito por sua amiga Júlia, discutiremos, nos fragmentos de interação abaixo destacados, como se dá a construção da identidade étnico-racial das crianças. Compreendemos esta categoria analítica como importante elemento do letramento racial, para reconhecer, a partir das falas das crianças, mecanismos de autoidentificação e de heteroatribuição étnico-raciais.

Quadro 1 – “Ela é preta, igual eu”

01	Fernanda: Por que ela ficou confusa quando ela olhou o desenho?
02	Dandara: É porque ela pensou... que que era... outra amiga dela.
03	Fernanda: Outra amiga dela. Por quê?
04	Dandara: Porque ela não é branca. Ela é preta, IGUAL EU

05	Bintou: Igual eu também.
06	Criança não identificada: É você
07	Fernanda: Exatamente.
08	Dandara: A Luanda é branca.

Fonte: Transcrição de dados orais elaborada pela primeira autora do trabalho.

Nessa primeira transcrição, Dandara explica o motivo de Maria, a personagem do livro, estar confusa. O desenho entregue por sua amiga Júlia não correspondia a sua imagem real. Como Dandara aponta no turno de fala 04, a personagem “não é branca. Ela é preta. IGUAL EU”.

Nesse fragmento, é possível concluir que as crianças pequenas de 3 a 6 anos conseguem categorizar as pessoas a partir de suas diferenças físicas, como bem apontado no estudo de Cristina Teodoro (2018) em que a pesquisadora, com base no estudo de Patrícia Ramsey (1987), confirmou que crianças entre 3 e 4 anos conseguem formar categorias de pessoas, organizando informações simples a partir de elementos verificados no meio social. Isto quer dizer que as crianças pequenas conseguem categorizar racialmente as outras pessoas e a si mesmas.

No trecho em análise, além de atribuir a identificação étnico-racial para as personagens do livro e para sua colega, Dandara, assim como Bintou, se autoidentificaram como pretas. A fala das meninas demonstra certeza com relação a sua identificação étnico-racial. No entanto, nessa idade muitas crianças ainda estão no processo de construção da autoidentificação racial, como pode se observar na transcrição abaixo:

Quadro 2 – “Sua pele é igual a minha?”

01	Mariano: ((saiu de se lugar e foi para perto de Akili)) Sua sua pele é igual a minha? ((encostou o braço no braço de Akili)) É MESMO é mesmo eu sou mis eu sou branco misturado com preto.
02	Akili: Eu sou preto! Minha mãe é preta

Fonte: Transcrição de dados orais elaborada pela primeira autora do trabalho.

Esse movimento de comparar o tom de pele com o do colega foi bem comum durante a leitura deste livro. Mariano, no turno de fala 01, demonstra que ainda não possui uma categoria para se identificar racialmente. Ele diz que é uma mistura de branco e preto. Já Akili afirma ser preto e ainda acrescenta, em sua fala, a cor da pele de sua mãe, remetendo à identidade étnico-racial como um atributo familiar.

Outro aspecto relacionado à identificação étnico-racial observado na fala das crianças foi a noção de que a cor de pele é algo instável, ou seja, pode se modificar no futuro.

Quadro 3 – “Todo mundo muda de cor igual uma cobra”

01	Rodrigo: Todo mundo de muda de pele, quando todo mundo muda de cor, todo mundo muda de pele igual uma cobra. Aí quando eu crescer e vou ser amarelo.
----	--

Fonte: Transcrição de dados orais elaborada pela primeira autora do trabalho.

No estudo de Teodoro (2018), esse entendimento das crianças de que a cor é algo que pode ser modificado também ficou evidente. Para a autora, “a criança acredita que a etnia e/ou a raça são mutáveis, indicando que a noção de constância desses atributos é desenvolvida posteriormente, a partir dos 10 anos de idade.” (Teodoro, 2018, p. 149).

Não foi verificado na fala das crianças a utilização do termo “negro” ou “negra” na autoidentificação ou na heteroatribuição. Outros termos utilizados pelas crianças foram: claro/a e escuro/a:

Quadro 4 – “As duas eram claras e ela era escura”

01	Fernanda: Por que vocês acham que ela ficou confusa?
02	Maria Felipa: Por causa que as duas eram claras e ela era escura.
03	Laudelina: Eu tenho uma ideia. É porque porque...
04	Fernanda: ah?
05	Maria Felipa: Ela tem a pele escura e ela tem a pele clara. Só que ela desenhou ela e elas as duas claras, só que ela é escura.

06	Laudelina: Ela é escura e ela tem cabelo cacheado e ela queria um desenho que ela e a amiga dela desenhasse ela sendo heroína favorita e aí...
07	Fernanda: Entendi, Laudelina.
08	Laudelina: Ela não fez o cabelo cacheado dela.

Fonte: Transcrição de dados orais elaborada pela primeira autora do trabalho.

A pesquisa de Teodoro (2018) também apontou que o termo negro/negra quase não é utilizado pelas crianças pequenas, o que se diferencia das pesquisas realizadas com crianças maiores e com adultos, que utilizam com mais frequência os termos negro/negra.

Como sinalizamos no início deste trabalho, selecionamos um recorte de nossa pesquisa de mestrado, a qual está em desenvolvimento e na fase de sistematização e análise de dados. Não almejamos, assim, alcançar interpretações muito fechadas ou conclusivas acerca das interações aqui apresentadas. De todo modo, consideramos que a construção das identidades étnico-raciais é um processo – tal como destaca Munanga (2020) – e que práticas de letramento com literatura de autoria negra desempenham um papel muito importante nesse processo. O contato com os elementos textuais do livro *Da cor que eu sou*, especialmente os visuais (as ilustrações da obra) suscitou nas crianças negras um senso de reconhecimento e pertencimento bastante importante se considerarmos, por exemplo, o fato de crianças pequenas negras comumente apresentarem uma identidade étnico-racial negativa, como aponta a pesquisa de Eliane Cavalleiro (2023).

Partindo da necessidade de que as bibliotecas escolares sejam espaços que contribuam para a promoção de uma educação antirracista, reconhecemos, no projeto literário *Autoria Negra*, um notório movimento no sentido de forjar práticas de letramento que construam identidades étnico-raciais não estigmatizadas em crianças pequenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a discussão dos dados selecionados para o presente trabalho, é possível concluir que o projeto literário *Autoria*

Negra, desenvolvido pela Biblioteca Flor de Papel (BFP), tem contribuído para o letramento racial de crianças da Educação Infantil do Coluni - UFF. A leitura de uma obra literária que apresenta uma afirmação racial – por meio da linguagem verbal e, especialmente, da visual – possibilitou a discussão sobre identificação étnico-racial nas interações entre Fernanda Araújo de Sousa (bibliotecária da BFP e primeira autora deste capítulo) e crianças pequenas de 3 a 6 anos.

Notamos que essas crianças conseguem categorizar as pessoas a partir de suas diferenças físicas. Isto quer dizer que as crianças pequenas são capazes de categorizar racialmente as outras pessoas e a si mesmas pelo estabelecimento de relações de semelhança e diferença em relação aos traços físicos (como a cor da pele, conforme apontam os dados de interação aqui apresentados). No entanto, é importante observar que, apesar de conseguirem fazer essa categorização, nem todas as crianças conseguem se autoidentificar racialmente, já que a construção étnico-racial é um processo, não um produto acabado.

Além disso, outro aspecto relacionado à identificação étnico-racial observado na fala das crianças foi a noção de que a cor de pele é algo instável, ou seja, pode se modificar no futuro. Ademais, não foi identificada, na fala das crianças, a utilização do termo “negro” ou “negra” na autoidentificação ou na heteroatribuição. Outros termos utilizados pelas crianças foram: claro/a e escuro/a. A esse respeito, esperamos alcançar reflexões mais aprofundadas com o avançar da nossa pesquisa de mestrado.

Não foi observado se as crianças atribuíam uma atitude positiva ou negativa com relação às identidades étnico-raciais observadas na leitura do livro: preto e branco. Ainda que algumas transcrições possam apresentar pistas sobre isso, legaremos essas análises para trabalhos futuros. De todo modo, acreditamos que o projeto literário *Autoria Negra* tem potencial para redefinir identidades étnico-raciais estereotipadas por meio da promoção de uma educação antirracista no espaço da biblioteca escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2023.

CURENTON, S. M.; HARRIS, K.; ROCHESTER, S. E.; SIMS, J.; & IBEKWE-OKAFOR, N. Promoting racial literacy in early childhood: storybooks and conversations with young black children. **Child Development Perspectives**, *Online*, v. 16, n. 1, p. 3-9, mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/cdep.12440>.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C. **Biblioteconomia negra: das epistemologias negro-africanas à teoria crítica racial**. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

GREENWOOD, D.; LEVIN, M. Reconstruindo as relações entre as universidades e a sociedade por meio da pesquisa-ação. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Grupo Gen, 2022. E-book.

MATSUDA, M. J.; LAWRENCE, C. R. III; DELGADO, R.; CRENSHAW, K. W. **Words that wound: critical race theory, assaultive speech, and the first amendment**. New York, London: Routledge, 2018.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Cultura Negra e Identidades).

REIS, A. **Da cor que eu sou**. Ilustrações de Stefania Magalhães. Curitiba: Matrescência, 2021.

ROSA, S. **A literatura infantil afro-brasileira como letramento racial e fortalecimento das identidades negras: uma narrativa autobiográfica**. Dissertação (Mestrado), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2019.

STEVENSON, H. C. **Promoting racial literacy in schools: differences that make a difference**. New York: Teacher college, London: Columbia University, 2014.

TEODORO, C. **Eu e o outro**: identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

CAPÍTULO 12

DIVERSIDADE NO ACERVO: LITERATURAS africanas, afro-brasileiras e indígenas em uma biblioteca escolar

Gisele Karine Santos de Souza

Maurício Coelho da Silva

INTRODUÇÃO

A discriminação racial no Brasil continua sendo um desafio, marcas do período da escravidão perduram até hoje e afetam a sociedade em diversos aspectos. Esse sistema racista marginalizou e desvalorizou culturas negras e indígenas, enquanto exaltava as europeias, gerando desigualdades históricas. Embora existam leis que promovem a história e cultura negra e indígena, o Brasil carece da implementação de políticas públicas que garantam acesso à cultura e à informação. A persistência de práticas colonizadoras nas instituições é um reflexo desse problema. No entanto, mudanças são possíveis com a mobilização da sociedade para enfrentar o racismo e desafiar ideologias arraigadas.

Os movimentos sociais, como o Movimento Negro, têm lutado pela igualdade racial, com marcos como as Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. A educação escolar é essencial para abordar essas questões, dado a diversidade cultural do Brasil. A implementação dessas leis, aliada a políticas educacionais e bibliotecas escolares, pode transformar o cenário educacional, ampliando o aprendizado fora da sala de aula.

As bibliotecas escolares, como espaços de aprendizado e socialização, desempenham um papel crucial na promoção da cultura e história de populações marginalizadas. Elas devem oferecer acervos diversificados que representem essas culturas e práticas antirracistas. Este estudo investiga a Biblioteca Sebastião Netto Campos, uma biblioteca mista em Criciúma-SC, com foco nas obras que abordam as temáticas africana, afro-brasileira e indígena. A pesquisa busca identificar os recursos antirracistas disponíveis na biblioteca para promover o acesso a essas obras e contribuir para a valorização dessas culturas historicamente marginalizadas. O objetivo é mapear as obras literárias relacionadas à temática, analisar a demanda por elas e avaliar a organização do acervo para facilitar o acesso.

DESENVOLVIMENTO

Nesta seção, exploraremos os principais conceitos e teorias que fundamentam esta pesquisa. Abordaremos a contextualização da Biblioteca Sebastião Netto Campos, o conceito de Diversidade Étnico-Racial e Biblioteca Escolar, considerando sua relevância no contexto dessa tipologia de unidade de informação.

A BIBLIOTECA ESCOLAR

A Biblioteca Sebastião Netto Campos, fundada em 24 de outubro de 1965 pela Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC), é uma instituição de ensino privada localizada em Criciúma, Santa Catarina. Com uma área de 1.483,90m², a biblioteca possui um acervo de cerca de 17 mil títulos e 40 mil exemplares, gerenciados pelo sistema Pergamum. A equipe é composta por uma bibliotecária, quatro auxiliares e quatro estagiários, atendendo o público escolar e universitário em horários de segunda a sexta, das 7h às 22h, e aos sábados, das 8h às 12h. A biblioteca oferece diversos serviços, como empréstimo domiciliar, acesso à Internet e recursos de acessibilidade, incluindo salas de estudos adaptadas e equipamentos especiais para usuários com mobilidade reduzida. Além disso, atua como apoio pedagógico, contribuindo para a pesquisa de discentes e docentes (Ribeiro; Freitas, 2022).

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA BIBLIOTECA ESCOLAR

A biblioteca escolar é o local onde as crianças têm seu primeiro contato com a literatura. Além de ser um espaço de aprendizado e extensão da sala de aula, ela desempenha um papel crucial em incentivar e expandir o conhecimento através do acesso à informação, tornando-se um ambiente significativo que impacta positivamente o desenvolvimento social, cognitivo e intelectual de seus usuários (Oliveira; Oliveira, 2022). A biblioteca não apenas oferece materiais bibliográficos para atender às necessidades da comunidade escolar, mas também apoia e complementa as atividades realizadas em sala de aula, promovendo o gosto pela leitura (Campello *et al.*, 2012), “[...] não deve ser só um espaço de ação pedagógica, deve ser utilizada como uma fonte de experiência, exercício da cidadania e formação para toda a vida, tornando-se um ambiente social, cooperativo e democrático” (Cerrao, 2022, p. 5).

É fundamental pensar na biblioteca escolar como um espaço dinâmico que atenda e impulse demandas educacionais e sociais. Essas demandas podem incluir a promoção de temáticas étnico-raciais e práticas antirracistas. As práticas pedagógicas na biblioteca ocorrem por meio de ações culturais que visam promover diálogos e conscientização sobre questões raciais, com o objetivo de combater o racismo e as desigualdades sociais que afetam grupos culturalmente discriminados, contribuindo assim para uma evolução social (Oliveira; Oliveira, 2022).

Ao implementar estratégias pedagógicas na biblioteca, a comunidade escolar tem acesso a recursos informacionais que valorizam a identidade negra (Silva; Fontes, 2017) e indígena, destacando suas contribuições sociais e desassociando essas populações de estereótipos negativos. Santos e Aquino (2016, p. 5) afirmam que “as fontes de informação com a temática étnico-racial são instrumentos para minimizar as práticas de discriminação, inferiorização e invisibilidade da população negra na sociedade brasileira”. Portanto, ao incluir no acervo recursos que promovem a representatividade positiva da cultura africana, afro-brasileira e indígena, a biblioteca se enriquece com materiais diversificados e inclusivos, eliminando obras que perpetuam estereótipos negativos e promovendo a diversidade cultural (Lima *et al.*, 2018). Com a

implementação de leis e políticas públicas, a biblioteca deve ser acessível a todos, tornando-se um espaço democrático em relação à cultura e à informação. Essas práticas têm o potencial de gerar um impacto positivo, garantindo acesso à informação e ao conhecimento, com o objetivo de criar uma sociedade menos desigual.

Incentivar a leitura de obras que abordam questões relacionadas às populações negra e indígena é uma forma de reconhecimento e valorização, assim como dos autores negros e indígenas, que são protagonistas de suas próprias histórias e experiências.

É interessante, através da literatura, explorar diferentes contextos, pois eles refletem a realidade da sociedade em que vivemos. Assim, os “textos literários como instrumento pedagógico promovem a emancipação, também compreendida como um processo de expansão da consciência humana” (Cerrao, 2022, p. 11), resultando no que afirma Silva (2022, p. 125) que “[...] as bibliotecas, inseridas nos ambientes educacionais, incluindo as universitárias, se tornam potenciais unidades de ações capazes de influenciar as condições culturais de cada indivíduo”. Nesse contexto, a inclusão de obras literárias multirraciais no acervo da biblioteca é fundamental para dar visibilidade à temática e aos autores negros e indígenas, representando um passo essencial para o reconhecimento em espaços que historicamente têm sido pouco ocupados. A adoção de práticas como a implementação de políticas de desenvolvimento de coleções e a definição de critérios de inclusão e diversidade no acervo visa criar uma coleção rica e diversificada, que reflita a pluralidade cultural da nossa sociedade (Lima *et al*, 2018). Diante disso, cabe ao profissional de biblioteconomia organizar seu acervo e mediar a relação entre a biblioteca e a comunidade escolar, propondo ações que promovam o uso dessas literaturas multirraciais com a finalidade de:

[...] levar ao público a literatura afro-brasileira, fazendo com que o leitor, tome contato não apenas com a diversidade dessa produção, mas também com novos modelos identitários; e, segundo, o desafio de dialogar com o horizonte de expectativas do leitor, combatendo o preconceito e inibindo a discriminação sem cair no simplismo muitas vezes maniqueísta do panfleto (Duarte, 2010, p. 131).

É responsabilidade da(o) bibliotecária(o) abordar questões sociais na biblioteca escolar, como o racismo, as desigualdades presentes na sociedade e incentivar, por meio de questionamentos, o senso crítico em relação a essa estrutura social, evidenciando temáticas pouco discutidas, como a diversidade cultural, dando visibilidade às várias culturas, sem favorecer exclusivamente um grupo específico.

Para que ações que valorizem as populações negra e indígena sejam efetivas, é essencial que o(a) bibliotecário(a) “[...] tenha a real compreensão da dimensão do negro na sociedade e dos entraves que foram impostos a esses gerando dificuldades à sua inserção social” (Silva *et al.*, 2020, p. 28). Além disso, ao estarem informados sobre as relações raciais no Brasil, podem adotar uma abordagem inclusiva em suas práticas (Valério, 2018). Além de ter conhecimento da legislação atual e implementá-la através de diretrizes que favoreçam a inclusão, reduzam discriminações e fortaleçam o combate ao racismo, assegurando um ambiente respeitoso para todos os usuários (Oliveira; Oliveira, 2022).

Segundo Duarte (2010, p. 114), “[...] a instituição de mecanismos como a lei 10.639/2003 ou as ações afirmativas, vêm contribuindo para a construção de um ambiente favorável a uma presença mais significativa das artes marcadas pelo pertencimento étnico afrodescendente”. Além disso, com base nas leis nº 10.639/03, que institui o ensino de Cultura e História Africana e Afro-brasileira, e a nº 11.645/08, que trata do ensino de Cultura e História Indígena (Brasil, 2003; 2008), a biblioteca desempenha um papel crucial como um espaço de aprendizado que complementa a sala de aula.

É importante desenvolver ações estratégicas que incentivem o uso de obras do acervo que abordem a diversidade racial, visando promover equidade e combater o racismo. Assim, possibilita-se a construção da identidade e da autoestima de crianças e adolescentes negras, indígenas e de outros grupos, ao mesmo tempo que se proporciona a vivência e a experiência com a diversidade para crianças e adolescentes não negras, contribuindo para o processo de descolonização no ambiente escolar, com esses materiais disponíveis na biblioteca. Em colaboração com professoras(es), as(os) bibliotecárias(os) desempenham um papel essencial ao facilitar o acesso aos conteúdos que valorizam a diversidade, fortalecendo os

laços entre a sala de aula, a biblioteca e os estudantes, criando oportunidades para explorar questões relacionadas à diversidade social, étnico-racial e cultural. Dessa forma, a biblioteca escolar se transforma em um espaço inclusivo, democrático e antirracista. “É necessário que todos/as sejam antirracistas, ou seja, não basta não ser racista, é necessário debater, criar ações que minimizem o racismo e o preconceito, especialmente quando pensamos nas bibliotecas escolares” (Oliveira; Oliveira, 2022, p. 4).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é descritiva e visa analisar os recursos bibliográficos antirracistas da biblioteca, focando em obras sobre temática africana, afro-brasileira e indígena, além de avaliar seu uso por meio de registros de empréstimo. Com uma abordagem quali-qualitativa, a pesquisa integra dados não numéricos para entender as características do acervo e seu papel na promoção de práticas antirracistas, incluindo processos de indexação e classificação (Bueno, 2018). O estudo é fundamentado na natureza interpretativa e descritiva do objeto, explorando suas características e impactos sociais e culturais (Pitanga, 2020), com ênfase na representatividade do acervo e seu valor para a educação antirracista.

O estudo utilizou a análise documental, método adequado para estudos que buscam examinar obras e documentos sobre temas específicos, extraíndo dados sobre seu valor educacional e cultural (Prodanov; Freitas, 2013; Lima Junior, 2021). O objetivo foi mapear obras literárias que promovem a história e cultura da população negra e indígena, utilizando o catálogo online Pergamum da biblioteca. Para a coleta de dados, foi utilizada uma lista de sugestões de títulos de Literaturas Africanas, Afro-brasileiras e Indígenas, elaborada pela Gerência de Relações Étnico-Raciais (GERER), órgão que busca articular ações antirracistas vinculada à Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

A lista de títulos selecionados para a pesquisa inclui 358 obras, indicadas pelas editoras participantes na Bienal Livro Rio em 2023. A busca no catálogo online Pergamum foi realizada em duas etapas: primeiro, pelo título da obra e, em seguida, pelo nome do autor. Os dados coletados da ficha catalográfica do sistema, foram organizados

em uma planilha do *Excel*, contendo informações como título, autor, ano de publicação, assuntos e número de chamada, focando apenas em livros físicos.

Na tentativa de recuperar mais obras sobre a temática, foi utilizado como critério de busca, um Cabeçalho de Assuntos elaborado por Lima (2016), com 27 termos preferidos, sendo eles: Abolicionismo, Africanos, Afro-brasileiro, Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, Branquitude, Colonização, Continente Africano, Desigualdade étnico-racial, Diáspora Africana, Feminismo Negro, Escravidão, Ensino de História e cultura africana e afro-brasileira, Festa negra, Identidade negra, Irmandades negras, Quilombola, Preconceito, Políticas de ação afirmativa, Racismo e Discriminação. A busca foi realizada no catálogo por meio da “pesquisa avançada”, aplicando o filtro “assuntos” e o operador booleano “OU”. A pesquisa foi feita em grupos de três termos. Para refinar os resultados, foram aplicados filtros de “Unidade de Informação (Biblioteca Central)” e “Tipo de obra (Livros)”, resultando na recuperação de uma quantidade significativa de obras disponíveis no acervo da biblioteca, além das que constavam na lista da GERER.

A pesquisa no catálogo com base na lista do GERER resultou em 16 obras, que são o foco da discussão deste estudo. A busca pelos termos preferidos teve como objetivo analisar a indexação e a recuperação de obras relacionadas às temáticas, além de verificar a existência de títulos não listados, mas esses não foram incluídos na contagem das obras analisadas. Essa busca também é mencionada na seção de resultados e discussão, com foco na recuperação de informação no catálogo da biblioteca. Para avaliar o número de empréstimos das obras do acervo, foram consultados os dados estatísticos de empréstimos entre 2006 e 2024, obtidos diretamente do catálogo *online*. Os dados, coletados anualmente, foram organizados em uma planilha do *Excel* para facilitar a visualização e análise. Este período foi selecionado devido à implementação do sistema Pergamum na biblioteca em 2004, com os registros de alguns livros começando a ser disponibilizados a partir de 2006.

RESULTADOS

Dos 358 títulos, foram encontradas apenas 14 obras de literatura africana e afro-brasileira e 2 de literatura indígena. A pesquisa também revelou a existência de outras obras sobre temáticas negra e indígena que não estavam na lista da GERER, sendo a maioria em formato digital. Para a análise, foram selecionadas exclusivamente as 16 obras em formato físico. Os resultados mostram uma baixa representatividade de obras literárias no acervo em comparação com as sugestões da GERER, especialmente no que diz respeito à literatura indígena, o que indica um acesso bastante restrito a esses temas.

Além da escassez de títulos, é crucial aumentar a visibilidade das obras já disponíveis, tornando-as mais atrativas nas prateleiras, por meio de abordagens lúdicas e expositivas que despertem a curiosidade das crianças. Apresentamos a seguir, o quadro com os títulos das obras literárias que abordam as temáticas africana, afro-brasileira e indígena, recuperadas no acervo da Biblioteca Sebastião Netto Campos, de acordo com as recomendações da lista do GERER:

Quadro 1 - Obras literárias disponíveis no acervo da biblioteca a partir da lista do GERER

	Título	Autor(a)	Ano
Temática Indígena	Lendas e Mitos dos Índios Brasileiros	Walde-Mar De Andrade E Silva	1999
	Saguairu	Júlio Emílio Braz	2009
Temática Africana e Afro-Brasileira	Meio Sol Amarelo	Chimamanda Ngozi Adichie	2008
	Pretinha Eu?	Júlio Emílio Braz	2008
	O Mundo Se Despedaça	Chinua Achebe	2009
	O Que Há de África em Nós	Wlamyra Albuquerque, Walter Fraga	2013
	Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada	Carolina Maria De Jesus	2014
	Americanah	Chimamanda Ngozi Adichie	2014
	Olhos D'água	Conceição Evaristo	2016
	Amoras	Emicida	2018
	Da Minha Janela	Otávio Júnior	2019

	Título	Autor(a)	Ano
	E Foi Assim Que Eu E A Escuridão Ficamos Amigas	Emicida	2020
	O Averso Da Pele	Jeferson Tenório	2020
	De Passinho Em Passinho: um livro para dançar e sonhar	Otávio Júnior	2021
	Filosofias Africanas: Uma Introdução	Nei Lopes, Luiz Antônio Simas	2021
	Com Qual Penteado Eu Vou?	Kiusam De Oliveira	2021

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do estudo (2025).

Para identificar a temática de cada obra, foi realizada uma pesquisa nos sites das editoras, coletando informações sobre o conteúdo dos livros, análise das capas e ilustrações. O acervo da biblioteca oferece uma variedade de obras para diferentes faixas etárias, abordando temas relevantes. Para o público infantil, são tratados assuntos como preconceito racial, estética negra, danças e lendas indígenas. Para o público infanto-juvenil e mais avançado, são abordados dilemas sociais, desigualdade de gênero, a presença africana no Brasil e saberes ancestrais. Essas obras apresentam diversas perspectivas sobre a história e cultura das populações negra e indígena.

No mapeamento das obras utilizando o Cabeçalho de Assuntos desenvolvido por Lima (2016), 20 dos 27 termos preferidos elencados pela autora resultaram em 27 títulos que abordam as temáticas africana e afro-brasileira. Os termos que mais recuperaram livros foram “feminismo negro”, “escravidão” e “ensino de história e cultura africana e afro-brasileira”, dentre eles, destacam-se os livros didáticos indexados com assunto “escravidão”, que apresentam um contexto histórico, ajudando a entender as origens do racismo na sociedade e que são recursos de apoio pedagógico aos professores em sala de aula. Além disso, o catálogo recuperou milhares de livros sobre diversos assuntos. No entanto, a busca com outros termos enfrentou divergências e instabilidades no sistema, dificultando a conclusão do processo de recuperação, como: livros que não se alinhavam com a temática da pesquisa, erros de processamento e inexistência de registro do termo.

Com base nos resultados das buscas, constatou-se que o termo "Literatura negra" não é utilizado na indexação por assunto na biblioteca, pois não há registro deste termo cadastrado, resultando em uma baixa representatividade de livros sobre o tema em relação ao total disponível no acervo. Embora tenham sido encontradas um número maior de obras sobre as temáticas negra e indígena, elas não atenderam aos critérios da pesquisa. Os livros infantis e infanto-juvenis são indexados com os assuntos "Literatura Infantil ou Literatura Infanto-Juvenil", seguido do gênero e classificados de duas maneiras, pela Classificação Decimal de Dewey (CDD) com o código 028.5 e também pelo sistema de cores que indica o nível de conteúdo, justificando a indexação no catálogo com até dois assuntos principais, seguido do gênero.

A falta de uma indexação adequada, que trate de forma temática as obras e seus conceitos, gera dificuldades na recuperação da informação, o que pode impactar negativamente o número de empréstimos (Fujita; Gil-Leiva, 2014). Uma indexação mais detalhada, que considere diferentes facetas e temáticas das obras, pode aumentar sua visibilidade no acervo. A organização dos livros na biblioteca, utilizando uma classificação por cores para indicar níveis de leitura, facilita a localização dos livros por crianças em processo de alfabetização (Pinheiro; Sachetti, 2004). Para o público com a faixa etária mais avançada, os livros são indexados com temas específicos relacionados à cultura negra e indígena, o que permite uma recuperação mais precisa das obras (Fujita; Gil-Leiva, 2014).

Para pesquisadores que têm interesse em estudar obras dessas temáticas, mesmo se tratando de literatura infantil, é interessante que termos como "Literatura negra" sejam incluídos no processo de indexação, pois isso faz com que, dependendo das expressões que o usuário utilize na sua busca, se percam obras pertinentes a assuntos importantes, afetando a visibilidade dessas obras e também comprometendo a precisão e revocação do sistema da biblioteca.

A indexação inadequada de obras de Literatura Infantil e Infanto-juvenil, considerando apenas dois assuntos, pode dificultar o acesso e a recuperação dessas obras em catálogos online (Fujita, 2003). A falta de exaustividade na indexação prejudica o uso dessas obras para pesquisa e contação de histórias, contribuindo para sua invisibilização. A análise de empréstimos revelou baixa circulação,

com apenas 9 das 16 obras apresentando registros. Fatores como desinteresse e uma indexação restritiva podem explicar essa situação. Embora algumas obras tenham começado a ser mais emprestadas a partir de 2018, muitas ainda não apresentam registros significativos. Para aumentar a circulação, é essencial implementar ações que tornem os livros mais acessíveis e atraentes, além de promover uma educação antirracista que valorize a diversidade. Eventos e projetos voltados para essas temáticas podem ajudar a engajar os usuários e aumentar a circulação das obras.

No entanto, as bibliotecas enfrentam desafios como falta de recursos e apoio, o que limita suas ações. Portais como Literafro (UFMG), GERER (SME RJ) e Literalise (UFSC), são recursos valiosos para encontrar e disseminar conhecimento sobre questões étnico-raciais e apoiar a comunidade escolar, bem como entidades como Núcleo de Estudos Africanos, Afro- Brasileiros e Indígenas. Nesse sentido, as produções de conhecimentos por esses portais podem ser utilizadas como ferramenta auxiliar no desenvolvimento da política de coleções das bibliotecas. Essa pesquisa evidencia a importância desses portais e entidades na promoção de uma compreensão mais profunda sobre a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, bem como de auxílio no tratamento temático das obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as culturas e narrativas têm seu valor, e o acesso a diferentes histórias oferece novas visões. Para criar um acervo multicultural, é crucial reconhecer que o Brasil possui profundas raízes negras e indígenas, o que torna necessário uma análise crítica dos conteúdos eurocêntricos em muitas obras literárias. Assim, é vital implementar políticas que, por meio do acesso a essas obras, aumentem a conscientização nas escolas sobre a ancestralidade e as memórias das populações negras e indígenas, que historicamente foram marginalizadas, com o objetivo de combater desigualdades sociais e o apagamento histórico.

O estudo mostra que a Biblioteca Sebastião Netto Campos possui uma coleção limitada, com temas diversificados, focados na literatura africana e afro-brasileira, embora haja uma significativa falta de obras indígenas. Para preencher essa lacuna, é fundamental

estabelecer critérios para a aquisição e atualização dessas obras, promovendo maior visibilidade e reconhecimento das culturas negra e indígena e suas contribuições para a identidade brasileira.

Além disso, a pesquisa ajudou a divulgar as obras que abordam a história e cultura das populações negra e indígena no acervo da biblioteca. Apesar de serem poucas, essas obras são atuais e têm grande valor histórico e cultural. Os resultados apontam para a necessidade de práticas que aumentem a visibilidade dessas obras, sendo necessário, inicialmente, investigar como esses livros podem ser acessados pelos usuários, quando há maior demanda e os fatores que contribuem para sua baixa visibilidade.

Quanto ao processamento técnico, recomenda-se adotar uma indexação mais exaustiva no tratamento temático das obras, incluindo o termo literatura negra, para facilitar a busca no catálogo online por assuntos. Dada a importância de promover ações para a equidade racial no Brasil, esta pesquisa oferece contribuições à Biblioteconomia e Ciência da Informação, sugerindo soluções para esse objetivo. Além disso, pode servir como modelo para diagnósticos em bibliotecas de diferentes tipos, visando ações antirracistas e a inclusão de um acervo que reflita o contexto étnico-racial. Futuros desdobramentos deste estudo buscarão entender os fenômenos que levam à baixa procura por obras sobre essas temáticas.

O estudo também propõe o uso da informação produzida por núcleos de estudos e portais voltados para valorização e divulgação de obras literárias que abordam as temáticas africana, afro-brasileira e indígena como ferramentas auxiliares para políticas de desenvolvimento de coleções. Trata-se de outro aspecto a ser explorado em futuros desdobramentos deste estudo a partir do mapeamento desses portais, as listas/documentos oferecidos por eles e sua incorporação em políticas de desenvolvimento de coleções.

Espera-se que os resultados obtidos, assim como os que virão, proporcionem *insights* sobre a necessidade de divulgar mais obras das temáticas africana, afro-brasileira e indígena, além de fortalecer a abordagem desses temas nas áreas de biblioteconomia e Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de março de 2008.

BUENO, José de França. **Métodos quantitativos, qualitativos e mistos de pesquisa**. Brasília, DF: CAPES: UAB; Rio de Janeiro, RJ: Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018.

CAMPELLO, Bernadete Santos *et al.* Situação das bibliotecas escolares no Brasil: o que sabemos? **Biblioteca Escolar em Revista**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1–29, 2012. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2012.106555.

CERRAO, Natalia Gallo. Biblioteca escolar antirracista: manifestações de racismo e preconceito étnico-racial na literatura de cordel. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v., n. esp, 2022.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 113-138, 2010.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista digital de biblioteconomia e ciência da informação**, Campinas, v. 1, n. 1, 2003.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; Gil-Leiva, Isidoro. Avaliação da indexação por meio da recuperação da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 43, n. 1, 2014.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão *et al.* Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. 20, n. 44, 2021.

LIMA, Graziela dos Santos. **Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro- Brasileiros**. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

LIMA, Graziela dos Santos; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; COSTA, Amabile; SILVA, Andréia Sousa; SOUZA, Gisele Karine Santos de. Africanizando os acervos: política de gestão de acervos para bibliotecas especializadas na temática afro-brasileira e africana. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, set./dez., 2018.

OLIVEIRA, Larissa Rosa de; OLIVEIRA, Emily Mendonça. Formação e desenvolvimento de acervos na biblioteca escolar: o papel do/a bibliotecário/ na aplicação da Lei 10.639/03. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. Especial, 2022. DOI: 10.35699/2237-6658.2022.39926.

PINHEIRO, Mariza Inês da Silva; SACHETTI, Vana Fátima Preza. Classificação em cores: uma alternativa para bibliotecas infantis. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR: espaço de ação pedagógica, n. 3, 2004, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2004.

PITANGA, Ângelo Francklin. Pesquisa qualitativa ou pesquisa quantitativa: refletindo sobre as decisões na seleção de determinada abordagem. **Revista pesquisa qualitativa**, São Paulo, v. 8, n. 17, p. 184-201, 2020.

PRADONOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Vânia Medeiros; Freitas, Dilvana Redivo. BIBLIOTECA SEBASTIÃO NETTO CAMPOS E SEUS 57 ANOS DE HISTÓRIA NA SATC. **Revista Vincici - Periódico Científico do UniSATC**, Criciúma, v. 7, n. 1, p. 4-21, 2022.

SANTOS, Thais Helen do Nascimento; Aquino, Mirian de Albuquerque. Entre os Estudos Culturais e a Ciência da Informação: fontes de informação étnico-raciais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 29-55, 2016.

SILVA, Andréia Sousa da *et al.* Práticas integradoras da biblioteca escolar ao currículo face ao ensino da história e culturas africanas e afro-brasileiras. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (Org.). **Bibliotecári@s negr@s: Pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 21- 43.

SILVA, Andreia Sousa da. Possibilidades decoloniais para bibliotecas universitárias brasileiras: fortalecendo as práticas integradoras face a efetivação de ações antirracistas. **Revista de biblioteconomia e Ciência da Informação**, Juazeiro do Norte, v. 8, n. 1, p. 121- 132, 29 abr. 2022.

SILVA, Andreia Sousa da; Fontes, Sandra Regina. Diversidade étnica na biblioteca e a aplicação da lei nº 10.639/03. **REBECIN**, v.4, n.1, p.199-214, jan./jun. 2017.

Valério, Erinaldo Dias. A formação política do(a) bibliotecário(a) no campo das relações raciais. *In*: SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; PEREIRA, Danielle Borges; LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage; DAVID, Jéssica Glienke (Org.) **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, p. 285- 290, 2018.

CAPÍTULO 13

PRÁTICAS DE BIBLIOTERAPIA ANTIRRACISTA NO CRAS: ações desenvolvidas no serviço de convivência em JARDIM GRAMACHO

Elisamara Gurgel Domingos de Carvalho

Flavia Dutra Rodrigues

Nathalia Lima Romeiro

INTRODUÇÃO

Em meio a promessas esquecidas, a esperança em Jardim Gramacho não se alimenta de grandes expectativas, mas sim do que se tem à mão. Desde o fechamento do maior aterro sanitário da América Latina em 2012, os moradores do entorno passaram a sonhar com uma vida melhor. Essa comunidade enfrenta desafios diários em sua luta por reconhecimento e direitos. Famílias inteiras vivem em condições de vulnerabilidade, sem acesso a serviços essenciais como saneamento básico, água potável ou habitação adequada, ocupando um território que não deveria ser destinado à moradia. Invisibilizados e esquecidos, se tornam meras sombras aos olhos de uma sociedade que os marginaliza e rejeita.

A desumanização não é um ato isolado, mas um processo contínuo que requer esforço e reforço para se consolidar. Quando um grupo é desumanizado, os indivíduos que o compõem também são, o que perpetua a intenção desse apagamento e gera consequências profundas (Wilkerson, 2021). Diante desse contexto, quais fatores

contribuem para a vulnerabilidade da população de Jardim Gramacho e a escassez de políticas públicas direcionadas a essa comunidade? Além disso, de que maneira o letramento racial poderia auxiliar nas reflexões sobre a realidade vivenciada por seus moradores?

O racismo atual, muitas vezes negado, pode mascarar a estrutura invisível que sustenta a desigualdade e hierarquiza as relações sociais. Para alcançar uma sociedade verdadeiramente igualitária, é preciso olhar além das aparências e enxergar os mecanismos profundos que afirmam essas injustiças (Wilkerson, 2021).

Nesse sentido, pensar o problema através do castismo permite compreender como o respeito, a posição e o acesso a recursos são concedidos ou negados com base na percepção da posição de cada pessoa dentro da hierarquia social. Assim, a exclusão de grupos não ocorre apenas por discriminação racial, mas por uma estrutura que naturaliza desigualdades e silencia vozes (Wilkerson, 2021).

O sistema de castas é tão perverso que transcende as relações profissionais e classes sociais. Frente à lógica da branquitude, definida como o poder que confere privilégios a pessoas brancas e promove processos sistêmicos de opressão em relação a indivíduos de outras identidades étnico-raciais. No entanto, existem caminhos para romper esse ciclo: a educação antirracista, o fortalecimento da identidade, a autoestima e a valorização da cultura negra emergem como ferramentas essenciais no enfrentamento dessa estrutura injusta (Garcês-da-Silva, Garcez, Pizarro, 2022).

Embora seja impossível que uma única pessoa altere a história dos negros no Brasil, cada indivíduo tem o poder de transformar vidas ao seu redor, na rua, no bairro ou na comunidade onde mora. Pequenas ações coletivas podem se somar, fortalecendo uma corrente que desafia o racismo, questiona a casta e combate a desigualdade social, formando uma força capaz de reescrever histórias e reivindicar espaços antes negados.

Nesse contexto, o CRAS de Jardim Gramacho tem se destacado, ao promover a inclusão e fortalecer identidades, gerando um impacto através de palestras, roda de conversa com psicólogas e incentivo à leitura e à educação. A partir dessas iniciativas criou-se uma parceria com estudantes do curso de Licenciatura em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) que, por

meio de práticas de biblioterapia promovem o empoderamento feminino, valorização da autoestima entre idosos e do fortalecimento da identidade negra em crianças e adolescentes.

Com base na contextualização apresentada, essa pesquisa tem como objetivo apresentar o relato de experiência sobre as atividades de Biblioterapia antirracista experienciadas no CRAS Jardim Gramacho.

A justificativa para esta pesquisa se fundamenta na necessidade de abordar e enfrentar as desigualdades raciais por meio de práticas educacionais, como a biblioterapia antirracista realizadas no CRAS Jardim Gramacho. Esta pesquisa busca evidenciar a importância da literatura afro-brasileira na formação da identidade das crianças da comunidade.

As narrativas presentes nas obras afro-brasileiras oferecem reflexões e representações que possibilitam ao público se reconhecerem em histórias que refletem suas próprias vivências e culturas, construindo um vínculo que valoriza o pertencimento da comunidade. Além disso, ao promover uma educação antirracista, esta pesquisa contribui para a ressignificação do silenciamento histórico das experiências das populações negras. Por meio dos relatos de experiências, pretende-se não apenas documentar essas práticas, mas também fornecer subsídios para futuras intervenções educacionais que promovam a equidade e a justiça social.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa descritiva, focando na observação das atividades, na análise de relatos sobre biblioterapia e na revisão de literatura relacionada. A pesquisa visa compreender e interpretar experiências vividas, registrando os efeitos da parceria entre discentes do curso de Licenciatura em Biblioteconomia da UNIRIO e o CRAS de Jardim Gramacho. A pesquisa descritiva, conforme Gil (2008), busca apresentar detalhadamente um fenômeno por meio da coleta de dados, como observação sistemática e análise de relatos.

A BIBLIOTERAPIA ANTIRRACISTA COMO UMA FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO DE REALIDADES

A etimologia da palavra “biblioterapia” indica que se trata de prática terapêutica mediada por livros ou outros materiais bibliográficos, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal e emocional das pessoas atendidas. Entretanto, conforme destacado por Seixas (2020), a biblioterapia não se limita à leitura de qualquer obra ou narrativa; ela envolve a seleção criteriosa de livros e textos que dialoguem de maneira significativa com o público-alvo, proporcionando acolhimento e cuidado.

Um dos aspectos fundamentais da biblioterapia é a escuta ativa, que permite o compartilhamento das experiências e reflexões do grupo. Assim, a prática da biblioterapia pode ser entendida como um processo de travessia, no qual o leitor embarca em histórias que lhe permitem navegar entre diferentes sentimentos e emoções. Assim como um barqueiro que conduz viajantes de uma margem a outra do rio, a leitura permite que os indivíduos explorem novos horizontes, fomentem diálogos, incentivem reflexões e fortaleçam as emoções de cada participante (Seixas, 2024).

As palavras exercem um papel fundamental no cuidado espiritual, pois têm a capacidade de convencer, emocionar e influenciar. Nesse contexto, os componentes biblioterapêuticos – catarse, humor, identificação, introjeção, projeção e introspecção – desempenham uma função importante no processo de acolhimento e transformação, pois através da leitura, esses elementos possibilitam o fortalecimento interior dos indivíduos (Caldin, 2001).

Na catarse, a expressão verbal promove alívio emocional e transformação interior. O humor por sua vez transforma experiências dolorosas, tornando-as mais leves. A identificação permite ao indivíduo a capacidade de se reconhecer nas histórias e nos personagens, facilitando a construção da identidade (Caldin, 2001). Esse componente tem um peso significativo na atual pesquisa, pois reforça a importância de autorias negras e da inclusão de literaturas afro-brasileiras na construção da identidade de crianças negras periféricas.

Outro componente relevante é a introjeção, que ocorre quando o sujeito internaliza características e valores externos. A projeção, por outro lado, se dá quando o indivíduo atribui suas emoções e conflitos internos a elementos externos. Já introspecção é um dos principais componentes na biblioterapia, pois favorece a autoanálise, possibilitando reflexão profundas dos sentimentos contribuindo para um processo de transformação pessoal.

Prosseguindo com essa discussão, Ferreira (2003) identifica três vieses de aplicação da biblioterapia: a biblioterapia clínica, institucional e de desenvolvimento pessoal. A biblioterapia clínica é direcionada a indivíduos que apresentam sérios problemas emocionais, sociais ou comportamentais, sendo implementada em clínicas e hospitais por profissionais de saúde. Essa abordagem visa promover mudanças comportamentais e contribuir para o processo de recuperação dos pacientes.

A biblioterapia institucional é aplicada em escolas e centros comunitários, com objetivo de acolhimento individual e coletivo, através de profissionais da biblioteconomia, professores e profissionais da saúde, estimulando reflexões e o ajustamento pessoal. Já a biblioterapia para o desenvolvimento pessoal, fortalece a identidade e estimula o crescimento emocional e intelectual. Aplicada também nas escolas e nos centros comunitários, promovendo o desenvolvimento crítico, produção de textos e expressão dos sentimentos.

Os problemas não precisam ser enfrentados de forma solitária; ao contrário, podem ser ressignificados coletivamente, fortalecendo os laços entre os indivíduos. Essa abordagem é particularmente pertinente ao explorarmos como a biblioterapia pode auxiliar no processamento de traumas causados pelo racismo. Em seguida, como essa prática se configura como uma ferramenta antirracista, promovendo a identidade e o empoderamento das populações afetadas (Caldin, 2001).

Segundo Frederico (2021), o trauma pode ser compreendido como uma intensa reação psicológica desencadeada por eventos altamente perturbadores, tais como desastres ambientais e violência extrema. Essa experiência afeta profundamente o ser humano, resultando em impactos emocionais que podem perdurar por um longo período. Quando esse conceito é aplicado ao contexto social,

observa-se que o trauma também pode ser gerado por sistemas de opressão, como o racismo e o sistema de castas, que impõem violências estruturais e perpetuam desigualdades históricas, o que é denominado trauma racial.

Como destaca Fischer, Fernando e Fontes (2021), o racismo é uma fonte significativa de sofrimento para a população negra. Reconhecendo essa questão, o Conselho Federal de psicologia, por meio da resolução nº 18/2002, analisou os impactos do racismo na saúde mental, evidenciando a necessidade de abordagens psicológicas que afirmem os efeitos da discriminação racial no desenvolvimento humano.

Para uma compreensão mais aprofundada do trauma racial, é imprescindível refletir sobre o apagamento histórico, a exclusão, a colonização e a desumanização da população negra, bem como sobre as consequências decorrentes desses traumas. Tais fatores podem impactar severamente a saúde mental, a autoestima e resultar na desconstrução da identidade, além de provocar ansiedade e, em casos extremos, suicídio. Dados do Ministério da Saúde, apresentados em reportagem do G1 por Figueiredo (2019), indicam que o risco de suicídio entre jovens negros e pardos com idades entre 10 e 29 anos é 45% maior em comparação aos jovens brancos, com essa porcentagem aumentando para 50% entre os homens. A autora destaca que esse alarmante cenário está diretamente relacionado ao racismo estrutural, evidenciando que essa forma de trauma afeta profundamente a identidade e o bem-estar emocional das vítimas.

Em regiões como Jardim Gramacho, onde a população negra enfrenta altos índices de vulnerabilidade social, o trauma racial se manifesta de forma coletiva, perpetuando ciclos de violência e invisibilidade. Reforçando esse contexto, Silva (2005) destaca que as condições sociais e econômicas que cercam um indivíduo, juntamente com seus recursos psicológicos e a capacidade de adaptação, exerce uma influência direta sobre sua saúde física e mental. No Brasil, grande parte da população, especialmente a população negra, enfrenta constantemente um sofrimento mental diante das condições precárias de vida e a falta de perspectiva para o futuro.

Diante desse cenário, é necessário pensar em estratégias capazes de contribuir para a recuperação emocional dos indivíduos e

é nesse contexto que a biblioterapia antirracista se apresenta como uma ferramenta essencial na reconstrução da identidade, no fortalecimento e o no empoderamento da população negra.

A biblioterapia tem sido profundamente estudada nos últimos anos e tem se tornado amplamente reconhecida como prática terapêutica e educativa, porém há uma carência significativa de estudos que abordem seu potencial como ferramenta antirracista, evidenciando uma lacuna a ser mais bem aprofundada. Neste contexto, a pesquisa busca evidenciar como a biblioterapia pode ser utilizada como estratégia de enfrentamento ao racismo.

Acredita-se que a biblioterapia pode desempenhar um papel significativo na desconstrução de estigmas que, historicamente, marginalizam a população negra, desqualificando sua inteligência e subjetividade. Esse processo ocorre em um contexto de estrutura que perpetua a supremacia de um grupo em relação à suposta inferioridade de outro, definindo quem possui direitos e quem não os possui, assim como quem vive e quem morre (Wilkerson, 2021).

Conforme mencionado anteriormente, a biblioterapia não se fundamenta na utilização de qualquer livro ou material bibliográfico, mas na seleção criteriosa de obras que abordem temas alinhados aos objetivos da prática e ao público-alvo. Nesse contexto, os profissionais que aplicam a biblioterapia antirracista devem buscar leituras que contribuam para a reconstrução da identidade, o fortalecimento da autoestima e o incentivo à leitura e à educação. Essa abordagem visa promover o sentimento de pertencimento, fomentar o pensamento crítico e desenvolver habilidades frequentemente desvalorizadas devido à subjugação e desumanização da população negra, além de contribuir para a cura de traumas raciais.

Ao proporcionar acesso à literatura Afro-brasileira e histórias que conversem com as realidades da população negra, a biblioterapia se transforma em um instrumento de resistência e cura emocional. Abrindo espaço para a reconstrução da autoestima e valorização de sua história. Em comunidades como Jardim Gramacho, onde o racismo estrutural se manifesta de diversas formas de violência e exclusão, a biblioterapia surge como uma ferramenta capaz de restaurar o senso de pertencimento e reafirmar a dignidade dos indivíduos que há tanto tempo foram desumanizados e invisibilizados.

O SISTEMA DE CASTA E DESVALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

Na raiz etimológica do termo “casta” refere-se a um sistema rígido e hierárquico, em que a posição social é determinada pela hereditariedade. De acordo com Warner e Davis (*apud* Wilkerson, 2021, p. 64), “a casta [...] é um sistema que define arbitrariamente a posição de todos os negros e de todos os brancos em relação aos privilégios e oportunidades mais fundamentais da sociedade humana”.

Wilkerson (2021) caracteriza a casta como um sistema traiçoeiro e poderoso, que não se fundamenta no ódio ou em questões pessoais. Em vez disso, sustenta-se em rotinas e práticas que, devido à sua longa duração, passam a ser percebidas como uma ordem natural das coisas. A distinção entre racismo e castismo reside na forma como essas estruturas operam: qualquer ação ou instituição que inferiorize, prejudique ou atribua estereótipos a indivíduos com base na construção social da raça pode ser considerada racismo.

Por outro lado, o *castismo* estabelece barreiras e se manifesta em ações ou sistemas que buscam delimitar, restringir ou posicionar uma pessoa dentro de uma hierarquia fixa, elevando-a ou rebaixando-a com base em sua categoria. Assim, para o sistema de casta, um indivíduo negro é considerado inferior, sobretudo, pela cor da pele, independentemente de sua posição social ou conquistas individuais. A branquitude, no entanto, é compreendida como uma posição privilegiada dentro da hierarquia racial, a qual desencadeia posse de privilégios que reforçam a desigualdade estruturais e raciais (Garcês-da-Silva, Garcez, Pizarro, 2022).

É importante destacar que tanto o *castismo* quanto a branquitude reforçam um sistema de opressão que hierarquiza indivíduos de acordo com características étnico-raciais, o que colabora com estruturas excludoras, com a subalternidade, a subjugação, a opressão e a exploração.

Ademais, é notório que essas opressões majoritariamente acontecem em regiões específicas como Jardim Gramacho, bairro em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. A ausência total de políticas públicas eficazes e o impacto do racismo estrutural e ambiental

tornam este bairro um exemplo real das consequências do *castismo* e da branquitude.

Felizmente, nos últimos anos, a luta contra a desigualdade racial tem se fortalecido, e o debate sobre descolonização tem adquirido maior visibilidade nas relações sociais. A inferiorização da população negra não pode ser justificada pela cor da pele, e a branquitude e o *castismo* não detém o poder de definir o valor ou o potencial dos indivíduos negros. A resistência negra busca a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas.

Nesse contexto, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Jardim Gramacho tem se destacado por oferecer suporte à comunidade com ações que demonstram como a educação e a cultura podem ser fundamentais na desconstrução de estigmas que desvalorizam a população negra periférica.

JARDIM GRAMACHO E O CRAS

Localizado próximo à Rodovia Washington Luís (BR-040), importante ligação entre a capital do Rio de Janeiro e a região serrana, o bairro Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, estende-se às margens da Baía de Guanabara, além de ser banhado pelo Rio Sarapuí, Rio Iguaçu e um manguezal. A região de Mata Atlântica já foi conhecida “como local de veraneio e [...] configuraram belas paisagens” (IBASE, 2022, p. 34). No entanto, essa realidade mudou na década de 1970 com dois marcos: a “construção da “COHAB” – o conjunto habitacional, composto de 270 casas, construído pela Companhia de Habitação do Rio de Janeiro” (IBASE, 2023, p. 6), e a instalação do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho em 1976 o que, segundo o IBASE (2022), impulsionou o crescimento populacional do bairro ao atrair trabalhadores informais para atuarem como “catadores” de materiais recicláveis.

Sem tratamento adequado de solo e resíduos, o Aterro ficou conhecido como “Lixão de Gramacho”, tornando-se alvo de críticas e pressão por adequação. O que aconteceu parcialmente com mais de duas décadas de funcionamento, impulsionada pela “RIO 92” ou “ECO 92”. No total operou por 36 anos e de acordo com Bastos e Botão (2019), atendeu grande parte da região metropolitana, sendo oito municípios e a capital, Rio de Janeiro. Chegou a receber diariamente

nove mil toneladas de resíduos, sendo considerado o maior aterro de lixo da América Latina, poluindo os rios, manguezal e a Baía de Guanabara.

O “Aterro” operou por mais de três décadas, promovendo um dos maiores bolsões de miséria contabilizando a presença de 1700 pessoas, atuando na catação insalubre, penosa e perigosa (Moraes e Bastos, 2024, p. 4). Famílias inteiras viviam em habitações improvisadas nas proximidades e interior do aterro, em condições de extrema vulnerabilidade social. Na esperança de um sustento, os catadores subiam as “rampas” ou montanhas de lixo e se arriscavam dia e noite entre a circulação dos caminhões.

A Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (COMLURB) realizou um estudo gravimétrico revelando que

[...] a atividade de catação, separação e venda de resíduos chegou a recuperar cerca de 200 toneladas por dia de resíduos recicláveis e reaproveitáveis, movimentando no sub-bairro de Jardim Gramacho, uma economia que sustentava mais de 15.000 pessoas inseridas nas atividades diretas de catação e nas decorrentes destas, por meio de uma rede local de serviços e comércio que atendia os trabalhadores e a população residente (Bastos e Botão, 2019, p. 66).

Como parte de um plano ambiental, em três de junho de 2012, o Lixão de Gramacho encerrou oficialmente as suas atividades, contando com “a presença de políticos e discursos permeados por promessas para o bairro e para os moradores” (IBASE, 2022, p. 39). De acordo com Bastos e Botão (2019), durante a extinção do lixão, após reuniões e assembleia com cerca de mil catadores, foi decidida a conversão do fundo destinado à capacitação em uma indenização de R\$14.000 para cada um dos mil e setecentos catadores. No entanto, a falta de orientação resultou no uso do valor sem planejamento, dificultando a garantia de uma fonte de sustento para muitos.

Houve também um plano de organizar os catadores em cooperativa em um Polo de Reciclagem, no entanto somente 10% de todo o contingente foi atendido. Segundo Bastos (2019), essa seria a principal alternativa para reinserção dos catadores no mercado de trabalho, mas atualmente com o descaso político e a disputa por lucros no setor da reciclagem há pouca efetividade. Desde sua criação

há dificuldades na captação de materiais, deixando muitos catadores sem sustento. Mais de uma década após o fim do lixão, o bairro ainda convive com graves desafios socioeconômicos.

Esse cenário remete à “necropolítica e necropoder” de Mbembe (2016), onde a omissão do Estado expressa a intenção de destruição social demonstrando o

[...] interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” [...], sob o necropoder, as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, martírio e liberdade desaparecem (Mbembe, 2016, p. 146).

Nesse cenário, como parte de esforços para minimizar os impactos sociais, foi implantado, em 2007, o CRAS Jardim Gramacho. Em 2012, segundo antigos funcionários, a unidade realizou o cadastramento de catadores e moradores da região, marcando um passo importante no reconhecimento de suas necessidades e na estruturação de políticas de inclusão social.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da Assistência Social e tem como objetivo fortalecer vínculos familiares e comunitários. Seu público inclui famílias e indivíduos em condições de vulnerabilidade social, pessoas com deficiência, idosos, crianças retiradas do trabalho infantil, beneficiários do Cadastro Único, do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros (Brasil, 2023).

Em 2021, o prédio passou por reforma e ampliação, garantindo melhor infraestrutura para o atendimento. Atualmente, conta com coordenador técnico, uma psicóloga, uma pedagoga, duas assistentes sociais e quatro oficinairos, que acompanham quatrocentas e vinte e cinco famílias.

Com o objetivo de ampliar o acesso aos seus serviços, o CRAS promove ações informativas em associações e escolas. Não possuem veículo próprio, mas contam com o apoio do carro da Secretaria de Ação Social para as visitas domiciliares mensais, assegurando o acompanhamento das famílias.

A Unidade oferece os serviços designados ao CRAS, como: Cadastro Único; orientação sobre direitos; benefícios sociais e serviços públicos; apoio para resolver dificuldades de convívio e de cuidados com os filhos; apoio e orientação em casos de violência doméstica; acesso a serviços, benefícios e projetos de assistência social; além do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que funcionam regularmente na unidade oferecendo diversas oficinas semanalmente.

O PAIF atende famílias em vulnerabilidade com orientações, visitas domiciliares, entrega de cestas básicas e ações comunitárias, como palestras, campanhas e eventos. A iniciativa busca criar espaços coletivos de escuta. Seu objetivo é enfrentar desafios que incluem acessibilidade, trabalho infantil, exploração sexual e violência, além de fortalecer laços familiares e incentivar a reflexão pessoal para melhorar a qualidade de vida.

O SCFV tem um caráter preventivo, seu principal foco está no fortalecimento dos vínculos do cidadão com a família e comunidade. É um serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ofertado de forma complementar ao trabalho social realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) (Brasil, 2022).

O SCFV também promove atividades culturais e palestras. O público-alvo inclui vítimas de violência, trabalho infantil e exclusão escolar, além de pessoas com deficiência e beneficiários do Cadastro Único.

No CRAS Jardim Gramacho, tivemos a oportunidade de conduzir mediações de biblioterapia antirracista com os grupos do PAIF e do SCFV. Cada mediação foi moldada pelas particularidades de seu segmento, resultando em vivências únicas e enriquecedoras, que serão apresentadas a seguir.

RELATO DAS PRÁTICAS DE BIBLIOTERAPIA ANTIRRACISTA DESENVOLVIDAS NO CRAS

Por meio da colaboração entre as estudantes do curso de Licenciatura em Biblioteconomia da UNIRIO, Elisamara de Carvalho e Flávia Dutra, e o CRAS de Jardim Gramacho, foi possível observar o impacto transformador da biblioterapia, tanto como uma ferramenta antirracista quanto como um instrumento de fortalecimento da identidade. Nesse contexto, a terceira autora deste trabalho, a professora Nathália Romeiro atuou como orientadora das discentes e apoiadora das práticas desenvolvidas.

A primeira vivência de biblioterapia no espaço aconteceu com um grupo de adultos e idosos, tendo como tema central o amor, a partir da obra *Tudo sobre o Amor: novas perspectivas* (Hooks, 2021). Nesse encontro foram exploradas diversas dimensões do amor: o amor-próprio, o autocuidado, a possibilidade de vivenciar um novo amor e a diferença entre amor e cuidado. Este encontro foi rico e emocionante, e buscou promover uma introspecção que incentivou a ressignificação das experiências afetivas e o fortalecimento da autoestima.

O livro *O Pequeno Príncipe Preto* (Rodrigues, 2019) foi utilizado para conduzir uma vivência com o grupo de crianças do SCFV com o propósito de fortalecer a autoestima, contribuir para a construção da identidade e despertar o amor pela leitura. A experiência foi marcada por dinâmicas significativas. Em uma delas, uma caixa de sapato com um espelho em seu interior permitia que cada criança se visse e reconhecesse sua beleza única. Foi um momento de ressignificação e valorização da identidade.

Outra atividade apresentou o conceito de Ubuntu, filosofia africana que expressa o senso de coletividade e pertencimento: “Eu sou porque nós somos.” As crianças, emocionadas, semearam pequenas sementes no cartaz da Baobá – árvore sagrada e símbolo de resistência – e, junto delas, depositaram também palavras, gestos e sentimentos. Era como se plantassem, no papel e no coração, o valor da ancestralidade e da união.

A próxima atividade a ser descrita é a prática de biblioterapia que ocorreu com um grupo de gestantes do PAIF, tendo como base o livro *A Exaustão no Topo da Montanha* (Amaral, 2021) com o tema “Afeto de

si”. Foi um encontro silencioso, mas profundamente expressivo no qual foi percebido que os olhares diziam o que as palavras não conseguiam: tristeza, angústia, amargura. A maioria daquelas mulheres eram mães solo, sem rede de apoio.

A escolha do tema foi feita com muito cuidado e delicadeza, pois a maternidade, ao contrário da imagem idealizada, nem sempre é romântica. Muitas vezes, ela é marcada pela solidão, pela dor, pelo cansaço e pela invisibilidade – quando todos olham para o bebê, e a mãe é deixada de lado.

Durante o encontro foi proposta uma atividade em que cada participante recebeu o desenho de um par de pulmões, representando um convite sutil ao respiro e ao florescimento. Com lápis de cor e canetinhas em mãos, as participantes foram incentivadas a imaginar os brônquios como talos e a desenhar flores em suas extremidades. Embora não fosse possível discernir com precisão os pensamentos de cada uma naquele momento, a transformação de sentimentos em traços coloridos permitiu uma expressão que superou as limitações da linguagem verbal. Algumas desenharam timidamente, enquanto outras preencheram todo o espaço com cores vibrantes, como um grito silencioso por vida e renovação. Aquela folha de papel, desprovida de palavras, transmitia significados profundos: revelava dor, mas também potencial. Assim, naquele instante, cada participante pôde perceber que, apesar de todas as adversidades, o florescimento ainda era possível.

Uma nova vivência marcou a alegria da colônia de férias, onde as crianças do SCFV mergulharam em uma experiência de leitura com forte representatividade negra, explorando emoções e sentimentos de forma lúdica e afetiva. O livro *Rê Tinta e o Pé de Jamelão* (Ribeiro, 2021), conduziu a atividade, promovendo não apenas o incentivo à leitura, mas também a valorização da cultura negra, o fortalecimento da identidade e o desenvolvimento emocional.

As dinâmicas tornaram o encontro ainda mais especial. Cada criança recebeu sementes com palavras positivas, representando novas perspectivas, que foram coladas em uma grande árvore simbólica. O desenho do majestoso pé de jamelão, criado com muita criatividade, ganhou destaque e encantou a todos. Foi uma vivência rica em significado, afeto e construção coletiva – um momento de conexão profunda entre histórias, sentimentos e pertencimento.

A prática subsequente foi realizada com o grupo de famílias atendidas pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Diferentemente das experiências anteriores, o tema desta vez emergiu dos próprios participantes, que direcionaram o curso da conversa. O tema escolhido foi racismo. Foram utilizados os livros *Casta: As Origens do Nosso Mal-Estar* (Wilkerson, 2021) e *Pequeno Manual Antirracista* (Ribeiro, 2019). As trocas foram intensas, envolvendo não apenas reflexões, mas também relatos de experiências marcadas pela exclusão, invisibilidade e resistência. Este encontro configurou-se como um momento de aprendizado, fortalecimento e incentivo à luta por igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou a potência da biblioterapia antirracista, demonstrando como a leitura pode contribuir para a reconstrução da identidade, o fortalecimento cultural, o questionamento das estruturas de casta, o enfrentamento das desigualdades sociais, a reivindicação de espaços historicamente negados e a valorização da memória de grupos marginalizados. Assim, as práticas de biblioterapia antirracista realizadas no CRAS de Jardim Gramacho reforçam o impacto transformador dessa prática.

As trocas, os relatos e até mesmo os silêncios observados nas sessões de biblioterapia, permeados por dor, luta e resistência, revelaram-se muito mais do que momentos de leitura; foram, de fato, verdadeiros atos de coragem, força e construção coletiva. Essas experiências contribuíram para a promoção do acesso à educação e à cultura, fortalecendo a identidade negra e assegurando que as histórias das famílias de Jardim Gramacho não sejam apagadas, mas reconhecidas, valorizadas e reconstruídas.

Entretanto, a aplicação da biblioterapia antirracista apresentou desafios significativos, especialmente em virtude da escassez de estudos que abordem sua utilização como ferramenta de enfrentamento ao racismo e ao trauma racial. Nesse contexto, este estudo ressalta a urgência de ampliar pesquisas e práticas que utilizem a biblioterapia como um instrumento eficaz no enfrentamento ao racismo, configurando-se como um caminho promissor para a criação de espaços seguros, onde a literatura possa se consolidar

como ferramenta de cura, resistência, transformação social, e afirmação do direito à dignidade e ao pertencimento.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Alexandre Coimbra. **A exaustão no topo da montanha**: uma jornada de reconexão com outros ritmos da vida e com o que é essencial. São Paulo: Paidós, 2021.

BASTOS, Valéria Pereira. Os sentidos do trabalho invisibilizado dos catadores na realidade fluminense. *In*: **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, Vitória, v. 1, n. 1, 2019.

BASTOS, Valéria Pereira; BOTÃO, Márcia Regina Gomes. Os desafios enfrentados pelos catadores de materiais recicláveis no Brasil diante da precarização do trabalho. **Revista Líder**, [S.l.], v. 21, n. 34, 2019, p. 63-83.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Perguntas Frequentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A leitura como função terapêutica: biblioterapia. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [S.l.], v. 12, p. 32-44, 2001.

CALDIN, Clarice Fortkamp. **Biblioterapia**: um cuidado com o ser. São Paulo: Porto de Ideias, 2010.

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.l.], v. 38, n. 3, p. 450-464, jul./set. 2018.

FERREIRA, Danielle Thiago. Biblioterapia: uma prática para o desenvolvimento pessoal. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 35-47, 2008. DOI: 10.20396/etd.v4i2.620.

FIGUEIREDO, Patrícia. Índice de suicídio entre jovens e adolescentes negros cresce e é 45% maior do que entre brancos. **G1 - Ciência e Saúde**, [S.l.], 2019.

FISCHER, Claudia Petlik; FERNANDO, Thiago; FONTES, Maria Alice. Impacto do racismo na saúde mental. **Portal Geledés**, São Paulo, 2021.

FREDERICO, Roberta. Trauma racial: quando o racismo deixa suas marcas. **Veja Saúde**, São Paulo, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis Guerra. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2014.

GUSMÃO, Alexandre Oliveira de Meira; SOUZA, Elaine Gleice Jerônimo de. A biblioterapia como ferramenta de restabelecimento emocional. **Investigación Bibliotecológica**, [S.l.], v. 34, n. 85, p. 33-59, out./dez. 2020.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Diagnóstico social participativo**: Jardim Gramacho. Rio de Janeiro: IBASE: Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, 2022.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Plano de ação do fórum comunitário de Jardim Gramacho**. Rio de Janeiro: IBASE: Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, 2023.

MBEMBE, Achile. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MORAIS, Barbara Oliveira de; BASTOS, Valéria Pereira. Catadoras de materiais recicláveis do antigo lixão de Gramacho: retrato das frações de violência socioambiental. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 18., 2024, Fortaleza. **Anais [...]**. Brasília: ABEPSS, 2024. p. 4.

SEIXAS, Cristina (org.). **Raízes Formativas em biblioterapia**: narrar, florir e frutificar. São Paulo: Semente Editorial, 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

RIBEIRO, Estevão. **Rê Tinta e o pé de jamelão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

RODRIGUES, Rodrigo França. **Pequeno príncipe preto**. São Paulo: Editora Mostarda, 2019.

SEIXAS, Cristiana Garcez dos Santos. Biblioterapia e educação: sopros de cuidado entre leituras. **RevistAleph**, [S.l.], n. 34, 2020.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; PIZARRO, Dirnéle Carneiro. Cartografias da supremacia racial e da branquitude na biblioteconomia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

SILVA, M. L. Racismo e os efeitos na saúde mental. *In*: BATISTA, L. E.; KALCKMANN, S. (Org.). **Seminário saúde da população negra do Estado de São Paulo 2004**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005. p. 129-132.

WILKERSON, Isabel. **Casta**: as origens de nosso mal-estar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CAPÍTULO 14

VOZES DA RESISTÊNCIA: PRÁTICAS ANTIRRACISTAS DE PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS NEGRAS EM BIBLIOTECAS

Ana Cristina Cruz de Souza

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

INTRODUÇÃO

A desigualdade racial no Brasil é uma questão que é enfrentada pela população negra diariamente, o que reflete uma realidade cruel que afeta milhões de pessoas. Isso se manifesta em diferentes áreas, como acesso à educação, saúde, moradia e oportunidades de trabalho, mantendo um ciclo de exclusão e pobreza.

No Brasil, o racismo se manifesta de forma estrutural e estruturante, pois está profundamente fixado nas bases das sociedades, nas interações entre indivíduos e nas instituições. Essa realidade se reflete nas diferentes áreas da sociedade brasileira, especialmente na dificuldade de acesso ao mercado de trabalho por pessoas negras, além de influenciar seus padrões de saúde e mortalidade. Para compreender essa questão devemos levar em conta os fatores históricos, econômicos e sociais do país (Pereira; Magalhães, 2023).

Esse legado que muitas pessoas negras enfrentam ainda hoje são reflexos da escravidão e de como essas pessoas são enxergadas. O racismo, em sua essência teórica, é uma ideologia que defende a separação da humanidade em categorias amplas chamadas raças. Essas categorias são associadas a características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas, e são organizadas em uma hierarquia

de valores que promove a discriminação. A população negra no Brasil é frequentemente desumanizada, em decorrência das várias formas de racismo enraizadas na sociedade (Munanga, 2005).

Essa desigualdade racial não é apenas uma questão econômica, mas também social. Em muitos lugares do País, a falta de oportunidades de emprego e a insegurança de um trabalho digno contribuem ainda mais para exclusão social. A posição de subordinação imposta às pessoas negras nas sociedades coloniais e pós-coloniais é resultado direto de estruturas sociais historicamente construídas pelos grupos dominantes que moldaram o mundo para manter esse grupo em desvantagem (Fanon, 2008).

A questão racial é um ponto importante sobre desigualdade no Brasil, a população negra e parda, que representa uma grande parte da sociedade, ainda enfrenta barreiras que dificultam sua inclusão em diversos meios. Alguns estudos mostram que essas populações têm menos acesso à educação de qualidade e enfrenta discriminação quando chega ao mercado de trabalho, o que reforça a necessidade de políticas afirmativas que promovam a igualdade racial.

Dito isso, o principal caminho para mudança dessas desigualdades e formas de racismo é a educação, um dos principais fatores que podem contribuir para reduzir e até mesmo para acabar com essa dificuldade enfrentada por muitos brasileiros. Porém, o Brasil enfrenta enormes desafios nessa área. As desigualdades são visíveis, com escolas em áreas rurais ou periferias urbanas com menos recursos, professores mal remunerados e uma infraestrutura precária. Isso compromete o futuro de crianças e jovens, especialmente negros, diminuindo suas oportunidades e aumentando o ciclo de pobreza (Munanga, 2005).

Com isso mostra o quanto é difícil para o negro a vida em sociedade pelos desafios constantes que ele tem que enfrentar somente por ser considerado inferior e menos capaz que o restante da população. “As desigualdades raciais existentes nas sociedades contemporâneas são resquícios do passado escravocrata, mas também frutos da permanência de ideologias racistas no presente.” (Munanga, 2005, p. 52). Isso tudo está relacionado a questão racial, porque o racismo coloca grupos em hierarquias de maior valor e menor valor.

No caso do Brasil, no entanto, a situação é diferente, devido à nossa história e às nossas adversidades, a divisão é inevitável. Em grande medida, a reprodução racial tem atuado na reprodução da desigualdade e limita a ascensão social da população negra. Isso afeta a distribuição de posições e chances sociais e promove injustiças contra a população negra, que ainda permanece com os maiores níveis de analfabetismo (Dias, 2024), são aqueles que mais estão nas prisões (Ribeiro, 2024) e também mais morrem pelas mãos da polícia (Cardoso, 2024), bem como o feminicídio ocorre majoritariamente contra as mulheres negras (Silva, 2024).

Para enfrentar a desigualdade racial e o contexto acima no Brasil é necessário um compromisso coletivo. Políticas públicas eficazes devem ser feitas, com foco em uma educação inclusiva, e a promoção da igualdade racial. Além disso, o engajamento da pessoa bibliotecária nessas políticas serve para pressionar por mudanças e garantir que todos os cidadãos tenham acesso à informação de qualidade. A questão racial no Brasil não é um simples problema que pode ser ignorado, é uma questão que demanda ação imediata e efetiva. Somente por meio de esforços conjuntos e estruturais poderá construir uma sociedade mais igualitária, onde todos tenham direito às mesmas oportunidades de prosperar, independentemente de sua etnia ou condição social. O futuro da população depende da capacidade de enfrentar e superar as desigualdades presentes nelas, com isso promover um ambiente igualitário e inclusivo.

É urgente e necessária a presença de pesquisas, para elaborar um projeto de mudanças, de construção de uma identidade étnico-racial e profissional que inclua e valorize os saberes das culturas africanas, afro-brasileiras e afrodiaspóricas (Silva, 2019, p. 27).

Portanto, como a pessoa bibliotecária é a profissional que trabalha diretamente com a informação e sua propagação, ela se torna responsável por contribuir com práticas que combatam o racismo, as chamadas *práticas antirracistas*, para que se melhore o ambiente educacional e propaguem o respeito com o próximo. Além disso,

[...] o campo informacional precisa se colocar como área que pode contribuir ativamente para o desenvolvimento econômico,

social, cultural e político do país. É fundamental que nossas epistemologias e métodos se percebam e se posicionem como elementos-chave na organização e na disponibilização de conhecimentos múltiplos, diversos e inclusivos (Silva, 2019, p. 28).

Para este texto, práticas bibliotecárias antirracistas são aquelas que visam a promoção do debate étnico-racial e a conscientização sobre o racismo dentro de bibliotecas, realizadas por pessoas bibliotecárias.

A partir do exposto, entendendo a necessidade de abordar o combate às desigualdades raciais por parte de pessoas bibliotecárias e por meio da educação e práticas que combatam o racismo, questionamos: *quais são as práticas antirracistas idealizadas ou feitas por pessoas bibliotecárias negras nas bibliotecas?* Ao realizar esta pesquisa, buscamos atingir o seguinte objetivo: investigar as práticas antirracistas nas bibliotecas realizadas por pessoas bibliotecárias negras.

Enquanto justificativas, entendemos que a educação antirracista desarticula o pensamento e a ação que promovem o preconceito e o racismo, os quais estão cada vez mais escancarados em nossa sociedade. Diariamente tem se observado no Brasil notícias de casos de racismo (Dauer, 2024; Carta Capital, 2024) ou de microagressões raciais, que podem ser entendidas como algum tipo de insulto são formas sutis de ofensas verbais, ou não verbais dirigidos a pessoas negras (Garcês-da-Silva *et al.* 2024). Muitas vezes tais microagressões são feitas inconscientes ou propositalmente pelos agressores. Com esse intuito é preciso pensar de que forma as práticas antirracistas podem combater tais violências em todos os âmbitos das unidades de informação, principalmente nas bibliotecas.

Como agente de informação, a pessoa bibliotecária pode contribuir para erradicar as desigualdades raciais e as microagressões raciais no Brasil por exercer um papel como alguém que trabalha com a organização, preservação, gestão, disseminação, mediação, produção e a verificação da informação. A amplitude profissional, a prática da competência informacional leva tal profissional a executar seu papel social que, no contexto das bibliotecas, independentemente de sua tipologia (analógica ou digital), contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, para

facilitar o acesso e o uso de mecanismos contrários ao retrocesso: o livro, a leitura e a literatura (Valério; Campos, 2019).

A pesquisa contribui para disseminação das práticas antirracistas criadas ou implementadas por bibliotecários (as) negros (as). A educação antirracista é pautada na lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003). a legislação desta lei tornou-se obrigatória o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as instituições de ensino seja ela particular ou públicas, desde ensino fundamental e médio. A lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008) que inclui o ensino da cultura indígena e afro-brasileira nos currículos escolares, a importância destas leis apresenta um marco importante para educação no Brasil, é, sobretudo dar uma visão mais ampla e abrangente da história do Brasil, é dar visibilidade aos povos que sempre são esquecidos e marginalizados pelas abordagens do eurocentrismo que são estudados e aprendidos.

A produção desta pesquisa busca debater e refletir sobre a importância desse tema para a ciência da informação e principalmente para a biblioteconomia que trabalha diretamente com propagação da informação e isso contribui para uma sociedade mais consciente.

O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direito, e não um simples ato da vontade do indivíduo. Reconhecer o caráter estrutural do racismo pode ser paralisante. Afinal, como enfrentar um monstro tão grande? No entanto, não devemos nos intimidar. A prática antirracista é urgente e se dá nas atitudes mais cotidianas (Ribeiro, Djamila, 2019).

Isso nos mostra a importância desse tema ser debatido como explica a autora acima, pois o racismo está fixado em nossa sociedade e através da educação isso pode ser mudado. Esse tema é pouco abordado nos cursos de graduação de biblioteconomia e na Universidade federal de Rondônia neste curso de graduação em específico não a produção de nenhum trabalho que trate sobre essa temática, isso torna mais urgente o debate e a produção de trabalho para comunidade acadêmica e para sociedade.

A pesquisa contribui para a disseminação do tema étnico-racial no contexto da biblioteconomia, além de apoiar o Grupo de Trabalho de Relações Étnico-raciais e Decolonialidades (GT RERAD), da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) que se dedica a promover as

relações étnico-raciais e a implementar as leis federais nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) e nº 11.645/2008 (Brasil, 2008), além do Parecer CNE 03/2004 que contém as Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação das Relações Étnico-racial e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (FEBAB, 2025). Assim, este trabalho busca fomentar a discussão e a realização de ações em prol de uma educação antirracista nas bibliotecas.

O PAPEL BIBLIOTECÁRIO NO COMBATE AO RACISMO

A Biblioteconomia pode ser terreno fértil para estabelecer as bases para a justiça racial e o combate ao racismo em nossa sociedade, e isso mostra como se faz necessário e importante o papel dos bibliotecários negros em bibliotecas e outros espaços informacionais neste esforço. Francilene Cardoso (2015, p. 34) afirma que:

Uma biblioteca que pretenda ser democrática precisa assumir a diversidade étnico-racial e cultural ao contexto em que está inserido. Abraçar a tarefa de analisar criticamente os conteúdos e imagens estereotipadas dos negros, mas também identificar as histórias silenciadas, recuperar, preservar e disseminar a memória relacionada com contribuição do negro na formação sociocultural brasileira, possibilitando aos usuários da biblioteca o convívio com a diversidade cultural.

Principalmente, esse papel se reflete na construção de acervos voltados para representar a população negra, conforme indicam Mayer, Matos e Silva (2023, p. 5),

a constituição de acervos afro-referenciados representa uma estratégia relevante para a promoção da identidade étnico-racial, da informação étnico-racial, da pluralidade epistêmica e da equidade étnico-racial nos ambientes bibliotecários.

Nesse sentido, pessoas bibliotecárias negras podem ser um grupo que servirá como espelho para práticas nas bibliotecas e outros espaços informacionais contra o racismo no nosso meio. Tais pessoas

bibliotecárias possuem competências exclusivas e uma posição social única que os coloca como agentes sociais eficientes para a transformação estrutural contra o racismo no meio acadêmico (Black, 2022).

Além disso, tais profissionais têm a liberdade de utilizar suas coleções, plataformas e espaços para o envolvimento cívico e pela justiça racial com o objetivo de instruir as comunidades sobre a participação eficaz nos processos políticos, além de estimular deliberadamente o desejo político dos indivíduos para reivindicar justiça (Black, 2022). Complementarmente, possuem um papel base na sociedade, pois adquirem ao longo da formação um entendimento aprofundado sobre a alfabetização, tais como midiática, informacional, literária com contação de histórias, cultura de narração e expressão que podem ser utilizadas para fortalecer a agenda contra o racismo. Ao adquirem letramento racial crítico, tais profissionais que conviveram e convivem com o racismo constantemente podem pensar estratégias para combatê-lo. Mas isso não é suficiente, porque nem todas as bibliotecárias e bibliotecários são preparados durante sua formação para atuarem contra esse tipo de opressão. Este é mais um desses procedimentos que mantêm a máquina do racismo sistêmico em funcionamento (Black, 2022).

Logo, embora possamos atrair mais pessoas, não é certo assumir de que os profissionais estarão aptos a transformar a sociedade simplesmente por serem negros. E ser negro em uma carreira branca, apesar de desafiador, não é simplesmente o bastante para provocar uma transformação social. Os bibliotecários têm a capacidade de prover a comunidade com o conhecimento necessário para o desenvolvimento, promover alterações de maneira eficiente contra o racismo. Assim, é crucial que adquiram conhecimento a partir da leitura de referenciais teóricos negros antes de tomar uma atitude. As bibliotecas públicas geralmente visam promover e incentivar o envolvimento cívico em suas comunidades, criando grupos de suporte, e podem ser um canal inicial de enfrentamento ao racismo (Black, 2022).

Desta forma, como foi apresentado por Angela Davis (2022) não basta dizer que não é racista, tem que ser antirracista, e o antirracismo começa quando se propõe mudanças, projetos que melhorem, ou melhor, que transformem nossa sociedade, e nada mais justo que isso

seja feito pela pessoa bibliotecária que apreende sobre a importância dos registros do conhecimento até sua disseminação durante a sua graduação e depois de formada aplica os conhecimentos adquiridos para promover o acesso e o uso da informação.

A formação de pessoas bibliotecárias deve estar comprometida com uma educação transformadora, construída no diálogo, na participação e na liberdade de expressão, elementos essenciais para a construção de uma consciência crítica. Para isso a pesquisa deve ser incorporada como um princípio educativo, para que docentes possa produzir e compartilhar saberes que contribuam para a compreensão a transformação da realidade em que são inseridos, para uma educação antirracista (Cardoso; Pinto, 2018).

Assim, tais profissionais estarão preparadas para agir em sociedade criando práticas ou idealizando ideias que contribuam para a construção de uma sociedade igualitária que valorize a colaboração da população negra e africana em diversos espaços. Se faz necessário que entendam a posição da pessoa negra no Brasil e o seu processo de marginalização de sua história e cultura, que intimamente ligado à sua posição no mercado de trabalho, no acesso a direitos básicos como informação, saúde, educação, entre outros (Cardoso; Pinto, 2018). Esses aspectos devem ser levados em conta ao planejar sua formação e desempenho deste profissional, tendo como o objetivo de promover os direitos de acesso à cultura e ao conhecimento negro e africano.

Compreendemos, assim, que há um esforço empenhado em debater e conceber medidas práticas no campo que abrange as relações étnico-raciais e do combate ao racismo, e isso começa nas instituições de ensino de Biblioteconomia no país. A seguir, serão apresentados os aspectos metodológicos desta pesquisa.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto à sua natureza, esta pesquisa é classificada como básica, pois visa contribuir para a ampliação do conhecimento científico, sem necessariamente buscar uma aplicação prática imediata. “A pesquisa básica busca gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista” (Silva; Menezes, 2005, p. 20). A abordagem é de natureza qualitativa,

que se utiliza de métodos quantitativos e qualitativos para a análise dos dados coletado na pesquisa. Voltada à compreensão dos sentidos e significados atribuídos às práticas antirracistas nas bibliotecas.

Este estudo realizou um mapeamento das produções com enfoque antirracista publicadas entre os anos de 2014 e 2024, nos seguintes espaços informacionais: a Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO), o Selo Nyota, a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e a base PERI, vinculada à Biblioteca Professora Etelvina Lima, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Trata-se também de uma pesquisa exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema em estudo. Esse tipo de pesquisa é especialmente útil quando o tema ainda é pouco conhecido ou explorado, para uma aproximação inicial e mais aprofundado da problemática (Gil, 2008). Foram utilizados procedimentos como levantamento bibliográfico, fichamento de obras físicas e digitais, além da análise de exemplos pertinentes.

Quanto ao método adotado, optamos pelo método dedutivo. Esse método é utilizado “quando se parte de uma situação ou posição geral e se particulariza conclusões” (Parra; Filho; Santos, 2000, p. 23). Sendo assim, buscamos compreender como se estruturam e se manifestam as práticas antirracistas realizadas por pessoas bibliotecárias negras no campo da Biblioteconomia, com base nos registros encontrados nas bases mencionadas. Após a coleta dos dados, foi realizada a organização e análise das informações para criar um panorama que permita refletir criticamente sobre a temática antirracista.

No que se refere aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. A qual envolve a análise de materiais já publicados, como livros, artigos, teses, dissertações e documentos disponíveis tanto em formato impresso quanto digital (Marconi; Lakatos, 2003). O levantamento do material bibliográfico abrange o período de 2014 a 2024, sendo a coleta sistematizada por meio de planilha eletrônica (Microsoft Excel).

Foram considerados artigos, livros, capítulos de livros e anais de eventos a partir da aplicação de termos de busca previamente definidos, como: racismo, raça, antirracismo, antirracista, negr*, african*, afro* e educação antirracista. A seleção dos materiais foi

feita com base na relevância para os objetivos da pesquisa e para construir o referencial teórico-conceitual.

Como resultado foi recuperado com as palavras-chaves apresentadas nos procedimentos metodológicos desta pesquisa, 62 recursos informacionais (artigos, capítulos de livros, livros, anais de eventos) referentes às questões étnico-raciais. Os resultados da análise dos dados obtidas nesta pesquisa são discutidos na próxima seção intitulada “análise dos resultados”.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao total, foram recuperados com as palavras-chaves apresentadas nos procedimentos metodológicos desta pesquisa, 62 recursos informacionais (artigos, capítulos de livros, livros, anais de eventos) referentes às questões étnico-raciais. Após a leitura de resumo, título, palavras-chaves dos artigos e anais de eventos, e da leitura da introdução dos livros ou capítulos, foram retirados aqueles recursos que não se referiam às práticas antirracistas. Depois da seleção dos recursos que se referiam às práticas antirracistas, foram mapeadas as autorias de cada um dos trabalhos, separadas em uma planilha do Excel, e categorizadas por suas formações e pertencas étnico-raciais, considerando a classificação do IBGE, a saber: preto(a), pardo(a), indígena, branco(a) e amarelo. Após esta aplicação de leitura étnico-racial das autorias, restaram 30 recursos informacionais. Esses recursos foram categorizados.

As categorias criadas após a leitura técnica de cada material foram as seguintes: a) *Educação antirracista*: se refere aos materiais que apresentavam experiências docentes e práticas de combate ao racismo e/ou conscientização do mesmo na formação bibliotecária; b) *Instrumentos de análise do racismo e outras violências raciais* foi a categoria que se referiu aos trabalhos que abordavam formas de analisar e combater, via práticas, não só o racismo, como outras violências (microagressões, preconceito, discriminação); c) *Construção identitária negra*: quando o texto abordava instrumentos ou elementos práticos ou teóricos que auxiliem na construção de identidades de população de origem africana; d) *Protagonismo negro*: produções que se referem ao protagonismo de bibliotecárias(os) negras(os) como educadores ou criadores das atividades antirracistas

em espaços educacionais e bibliotecas. e) *Construção de coleções negras e antirracistas*: se refere à quando as pessoas bibliotecárias constroem coleções e desenvolvem acervos voltados para a representatividade negra e que debatam questões étnico-raciais; e, por fim, f) a categoria *Práticas e ações bibliotecárias antirracistas*, que abordam ações bibliotecárias que busquem formar, conscientizar e tematizar as questões étnico-raciais e o combate ao racismo em bibliotecas e espaços informacionais.

Para este capítulo, considerando que o objetivo deste é compreendermos as práticas antirracistas elaboradas por pessoas bibliotecárias negras em bibliotecas, iremos nos ater somente à categoria (f) referente às práticas e ações antirracistas. A seguir, serão descritos os trabalhos que abordam essas práticas.

O primeiro artigo é o “Construindo a visibilidade da cultura negra: Ações socioeducativas para combater o racismo nos espaços informacionais”, escrito pelas bibliotecárias Andréia Sousa da Silva e Graziela dos Santos Lima, ambas graduadas em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), foi publicado na Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina (2019). Este artigo apresenta como objetivo debater as práticas socioeducativas dentro das bibliotecas públicas para a promoção da história e cultura negra. Ainda, o texto enfatiza a importância de incluir livros, artigos e ações que contemplem a história e cultura negra, africana e afrodiaspóricas (Silva; Lima, 2019).

As autoras argumentam que a implementação de ações bibliotecárias vinculadas à cultura africana, afro-brasileira e afrodiaspóricas auxiliam na construção de identidades negras positivadas, pois os acervos das bibliotecas públicas estarão construídos para visibilizar as memórias, histórias e sociabilidades da população de origem africana. Dessa forma, essas práticas se tornam estratégias de promoção do acesso à informação e garantia de direitos à população negra brasileira (Silva; Lima, 2019).

Nesta etapa foram identificadas as ações que as autoras fizeram ou indicaram as quais incluem a (a) criação de ações socioeducativas nas bibliotecas com a promoção de atividades educativas participativas e dialógicas que abordem as relações étnico-raciais, como grupos de convivência, campanhas e oficinas temáticas. Essas ações visam desconstruir estereótipos, valorizar a história afro-

brasileira e fortalecer identidades negras dentro das bibliotecas (Silva; Lima, 2019). As autoras ainda citam a (b) criação de políticas de desenvolvimento de coleções inclusivas com materiais bibliográficos e educacionais que retratem a história, cultura e memória africana, afro-brasileira e indígena, com representatividade positiva dessas populações. Sugerem ainda que as (c) bibliotecas estabeleçam diretrizes próprias para inclusão dessas temáticas dentro de suas políticas de acervo (Silva; Lima, 2019).

Por fim, apontam (d) ações culturais como instrumento antirracista com atividades como “Semana do conto africano” (leitura e encenação de narrativas africanas); “Baú de histórias”, com uso de objetos simbólicos (mapas, bonecas Abayomi, roupas africanas, entre outros) que enriquecem a mediação cultural e educativa; Sarau, s oficinas, exposições e lançamentos de livros de autores/as negras/os (Silva; Lima, 2019).

Assim, essas práticas antirracistas articulam os princípios da educação com o antirracismo com a missão social das bibliotecas públicas, com o objetivo de criar uma atuação profissional ativa, crítica e transformadora na luta contra o racismo e pela valorização da cultura negra (Silva; Lima, 2019).

O segundo artigo intitulado “Africanizando os acervos: política de gestão de acervos para bibliotecas especializadas na temática afro-brasileira e africana”, escrito pela bibliotecárias Graziela dos Santos Lima, Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Amabile Costa, Andréia Sousa da Silva e Gisele Karine Santos de Souza, todas graduadas em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), foi publicado na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (2018). O artigo estudado tem como principal objetivo falar sobre a proposta de política de gestão e desenvolvimento de acervos focadas em bibliotecas especialistas em temas africanos e afro-brasileiros, seguindo como referência a metodologia de Corrêa (2013) (Lima; Silva; Costa; Silva; Souza, 2018).

As autoras apontam sobre a criação de bibliotecas especializadas dentro dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) e instituições dedicadas aos estudos africanos, afrodiaspóricos e negros. O texto sugere que haja uma melhor qualificação profissional bibliotecária para o trabalho com esse tipo de biblioteca, bem como a preparação nos centros de pesquisas para que

sejam meios de assistir a pesquisa em estudos negros, africanos e afrodiaspóricos em seus diferentes espaços da universidade. Argumentam que com esse empenho é possível preservar a produção intelectual e viabilizar novas linhas de investigação no campo da pesquisa e do conhecimento negro (Lima; Silva; Costa; Silva; Souza, 2018).

As autoras, a partir de adaptações dos critérios de Corrêa (2013), destacam práticas fundamentais para bibliotecas especializadas, como as vinculadas a NEABs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros) e Centros de Estudos Africanos, mas que também podem ser aplicadas em bibliotecas públicas, universitárias, escolares e comunitárias. Nesta etapa, foram identificadas as ações que as autoras fizeram ou indicaram, as ações destacadas incluem a (a) seleção criteriosa de materiais que contemplem a história, memória, cultura e contribuição africana e afro-brasileira na construção do Brasil, sempre destacando a representatividade positiva da população negra. Para tanto, indicam a aquisição de obras de autoras e autores como Abdias do Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Cidinha da Silva, Elisa Larkin Nascimento, Kabengele Munanga, Joel Rufino dos Santos, Maria Firmina dos Reis, Muniz Sodré, Nilma Lino Gomes, entre outros, que abordam temas como o Movimento Negro, ações afirmativas, história da África, racismo, escravidão, literatura e cultura afro-brasileira, poesia e outras áreas afins. Quando o bibliotecário não possuir formação específica sobre a temática, as autoras indicam que deve buscar apoio junto a pesquisadores e docentes da área dos estudos negros, africanos e afrodiaspóricos garantindo a qualidade e relevância do acervo (Lima; Silva; Costa; Silva; Souza, 2018).

Outra prática essencial é a (b) realização de estudos de usuários, por meio de entrevistas, questionários, observação ou pesquisa documental, para identificar as reais necessidades informacionais dos usuários. É necessário que o bibliotecário compreenda aspectos históricos, demográficos, culturais, socioeconômicos e políticos da comunidade atendida, verificando se o acervo e os serviços da biblioteca estão alinhados a essas demandas. No caso de bibliotecas especializadas, o profissional deve estar atento aos interesses e necessidades de pesquisadores, docentes e estudantes vinculados aos NEABs e Centros de Estudos Africanos, ao mesmo tempo que

analisa o perfil dos demais frequentadores da comunidade acadêmica e em geral (Lima; Silva; Costa; Silva; Souza, 2018).

Além disso, as autoras enfatizam a importância de (c) valorizar editoras que trabalham com as culturas, história e memória afro-brasileira e africana, como a Nandyala, Selo Negro, Malê e Pallas, o que contribui para garantir a confiabilidade das obras e a disseminação de produções comprometidas com a causa negra. A política de acervo deve ainda contemplar etapas como a aquisição (por compra, doação ou permuta), avaliação da coleção, preservação e conservação dos materiais, e o desbastamento de obras que não dialogam com a proposta da biblioteca ou estejam em desacordo com os princípios estabelecidos (Lima; Silva; Costa; Silva; Souza, 2018).

No entendimento das autoras, adotar essa política significa não apenas evitar a presença de materiais com conteúdos racistas, estereotipados e preconceituosos, mas também construir um acervo que favoreça a valorização da identidade negra, a produção de conhecimento crítico e a democratização da informação. Assim, bibliotecários negros se tornam agentes de transformação social para implementações de ações que contribuem para a superação do racismo estrutural e para o fortalecimento da cultura afro-brasileira no ambiente informacional (Lima; Silva; Costa; Silva; Souza, 2018).

O terceiro é o capítulo “Práticas pedagógicas em educação das relações étnico-raciais nas bibliotecas escolares”, escrito pela bibliotecária Sandra Regina Fontes, graduada em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Brasil, e pelo Prof. Lourival José Martins Filho, graduado em Pedagogia pela mesma instituição. Este capítulo foi publicado na obra “Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política”, volume 1, cuja editora foi a Associação Catarinense de Bibliotecários (2018). O capítulo em questão fala sobre a importância de realizar práticas educativas na biblioteca escolar com o intuito de conscientizar os estudantes sobre os debates étnico-raciais. As práticas pedagógicas, como chamam os autores, se voltam para uma educação antirracista, que considera as escolas brasileiras como aquelas compostas por um público que é multicultural e repleto de etnicidades, que esses elementos devem ser valorizados nos processos educativos propostos em sala de aula articulados com a biblioteca escolar (Fontes; Filho, 2018).

Nesta etapa foram identificadas as ações que os autores fizeram ou indicaram, as ações destacadas incluem a (a) atuação de bibliotecários para atuarem como mediadores da leitura que busquem o desenvolvimento do letramento informacional nos estudantes, estimulando o pensamento crítico, reflexivo e autônomo deles. Nesse sentido, leitura é compreendida como uma ferramenta para inclusão social e emancipação, que pode ser praticada por intermédio de ações como a (b) “Hora do conto” com enfoque nas autorias que possibilitem abordar questões sociais e raciais de forma lúdica e com intencionalidade pedagógica presente nesta prática (Fontes; Filho, 2018).

As autorias se apoiam em Cosson (2006), que aponta três dimensões da aprendizagem com a literatura: da, sobre e por meio da literatura. Esta última é especialmente valorizada como prática pedagógica para desenvolver habilidades e valores sociais e críticas, por isso argumentam sobre ações pedagógicas que usem a (c) biblioteca escolar como parceira da sala de aula, realizando um trabalho que integre professores e o currículo escolar ao que está sendo incluso dentro do acervo, sempre em uma abordagem coerente e crítica. Para isso, (d) construir um acervo contemple a diversidade étnico-racial, com personagens negros, indígenas, asiáticos etc., irá ajudar no combate a estereótipos e racismos que invisibilizem ou ataquem identidades negras, indígenas e asiáticas, bem como de outros grupos (Fontes; Filho, 2018).

As autorias ainda ressaltam que o desenvolvimento de (e) atividades que façam uso da literatura infantil, que deve respeitar seu caráter lúdico e poético, sem reduzi-la a um material puramente paradidático, mas compreendendo-a como portadora de valores, ideologias e representações sociais de diversos grupos (Fontes; Filho, 2018). Por fim, entendem que (f) as ações bibliotecárias na escola não devem ser restritas ao mês de novembro (mês da consciência negra), mas sim contínuas, como parte integrante da prática educativa da biblioteca escolar (Fontes; Filho, 2018). Essas práticas devem se articularem ao compromisso com a infância antirracista, que reconhece e valoriza a diversidade cultural, combater as discriminações e promover a igualdade racial desde a infância (Fontes; Filho, 2018);

O quarto capítulo é o “Práticas abolicionistas em bibliotecas prisionais”, escrito pelas bibliotecárias Nathany Brito Rodrigues e Michelli Pereira da Costa, ambas graduadas em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília, publicado pelo Selo Nyota (2019). Escrito a partir do trabalho de conclusão de curso da primeira autora, este capítulo faz parte do livro *Bibliotecári@s Negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações*, volume 2, e apresenta como objetivo refletir sobre as condições necessárias para a implementação de práticas abolicionistas em bibliotecas localizadas no sistema prisional, compreendendo-as como espaços potenciais de enfrentamento ao epistemicídio. Nesse contexto, as autoras argumentam que a atuação bibliotecária deve estar guiada por objetivos que fortaleçam o acesso à informação e à cultura, promovam a autoestima intelectual, valorizem a oralidade e incentivem a alfabetização crítica das pessoas que estejam nas penitenciárias com elementos que, além de fomentar a autonomia intelectual, também contribuem para criação de projetos educativos nesses espaços (Rodrigues; Costa, 2019).

Nesse trabalho, Rodrigues e Costa (2019) focaram nos aspectos da biblioteca prisional, aquela existente nas penitenciárias, que considerou estarem diretamente ligados ao desenvolvimento intelectual da instituição e de seus usuários. Em nossa análise, foram identificadas no texto ações com enfoque antirracista: primeiro, as autoras se ligam à contextualização do sistema carcerário e fazem uma análise dele a partir de uma perspectiva crítica. As autoras entendem que as pessoas negras nas penitenciárias sofrem mais e são alvos do epistemicídio, conceituado como morte dos saberes a partir da filósofa Sueli Carneiro (2005). Por isso, entendem que a biblioteca prisional precisa se constituir tanto como biblioteca escolar quanto como pública para suprir as necessidades de informação de seus usuários. E acrescentam que essa é a única biblioteca que a população carcerária terá acesso durante o período que estão reclusas. Portanto, a defesa do direito à informação e à cultura precisa estar no seio de seu desenvolvimento (Rodrigues; Costa, 2019).

Em segundo, as autoras compreendem que todas as pessoas que passam muito tempo dentro do cárcere precisam ser abarcadas pelas bibliotecas e identificam pessoas encarceradas, crianças no cárcere e funcionários da penitenciária (em especial, trabalhadores da

limpeza) como o público-alvo da biblioteca prisional (Rodrigues; Costa, 2019). Salientam que esse reconhecimento das crianças como usuárias dessas bibliotecas pode ter a múltipla funcionalidade de aproximar encarcerados da leitura, desenvolver a biblioterapia e fortalecer laços familiares. Assim, esses três itens abordados são ações que podem ser utilizadas nas bibliotecas prisionais, e que podem ajudar a debater o racismo, a raça e os preconceitos raciais dentro das penitenciárias. Argumentam também que a inclusão de trabalhadores da limpeza deve atravessar os muros do cárcere e atingir as comunidades criminalizadas com mais eficiência, uma vez que a atuação racista e epistemicida sobre esse grupo é similar àquela sofrida pelo encarcerado. (Rodrigues; Costa, 2019). Relembrando o Projeto de Lei nº 4.497 de 1962, as autoras entendem que a administração da biblioteca deve se desenvolver de forma autônoma da administração da penitenciária para que os serviços bibliotecários não sejam convertidos em instrumentos de controle sobre encarcerados e tenham mais independência em relação às constantes mudanças políticas e administrativas que sucateiam bibliotecas e demais canais de acesso à cultura (Rodrigues; Costa, 2019).

Nessa categoria, as autoras priorizam o caráter participativo das pessoas nas penitenciárias defendendo a obrigatoriedade de um comitê consultivo formado por encarcerados e representantes de demais setores da instituição e de, pelo menos, um bibliotecário com dedicação exclusiva durante o horário de funcionamento (Rodrigues; Costa, 2019). Ainda as autoras indicam que os procedimentos realizados na biblioteca prisional devem estar registrados, difundidos e atualizados para garantir a manutenção da autonomia de funcionamento da biblioteca em caso de corte de pessoal, de verba pública etc. (Rodrigues; Costa, 2019).

Com relação à equipe que atua nesta biblioteca, além da formação para debates étnico-raciais, essas devem estar atentas às violências sistêmicas que definem a relação da biblioteca com os funcionários e com as pessoas no cárcere. As autoras argumentam ainda que os funcionários devem receber cursos profissionalizantes nas áreas de interesse à biblioteca com certificados que levem o nome de instituições parceiras nesse projeto (como associações, órgãos públicos, universidades etc.). Assim, a experiência desenvolvida na biblioteca prisional poderá ser reconhecida e utilizada fora do cárcere

sem carregar o estigma em torno de egressos do sistema (Rodrigues; Costa, 2019).

Criticam as atuais condições das penitenciárias que estabelecem, muitas vezes condições trabalhistas precárias e abusivas, com salários baixos, sem obrigatoriedade de carteira assinada, sem contabilidade desse tempo de trabalho para aposentadoria, sem possibilidade de acessar o sindicato etc. Considerando todas essas problemáticas, as autoras defendem que as condições de trabalho dos encarcerados devem ser as mesmas da Consolidação das Leis de Trabalho e não da Lei de Execuções Penais, pois esta permite abusos e é negligente com a segurança mental e física dos encarcerados (Rodrigues; Costa, 2019).

Com relação às práticas antirracistas, entendem que a coleção deve ser representativa e incorporar em seu acervo obras que tragam consciência das questões sistêmicas. Isso é necessário apesar de vivermos num país culturalmente diverso, a cultura hegemônica é masculina, branca e elitista (Rodrigues; Costa, 2019). Portanto, entendem como necessário estabelecer a representatividade de comunidades criminalizadas (negra, indígena, LGBTQI+, de mulheres, pessoas com deficiência etc.) e formas culturais não escritas (Rodrigues; Costa, 2019). Por isso, o acervo deve adotar o que as autoras chamam de “Política de reparação de acervo”, pois é preciso que a equidade representativa seja mantida para o combate ao epistemicídio do conhecimento negro ser possível (Rodrigues; Costa, 2018). Entendemos que o capítulo trouxe vários olhares para o confronto ao racismo, especialmente sobre o epistemicídio, e se constitui numa proposta que aponta caminhos para a defesa de uma democracia da informação focada na emancipação de comunidades criminalizadas, compostas em grande maioria pela população negra, que busca construir a biblioteca como uma alternativa abolicionista ante à colonialidade sistêmica (Rodrigues; Costa, 2019).

O quinto capítulo é o “O uso de vocabulário controlado e a divulgação da literatura afro-brasileira na biblioteca escolar: experiência de duas bibliotecárias da rede municipal de educação de Belo Horizonte”, escrito pelas bibliotecárias Adriana Pedrosa Martimiano e Carla Queiroz Rodrigues. A primeira, graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais, (UFMG). e sobre a segunda não foram encontradas informações sobre a sua

formação acadêmica no currículo lattes. O capítulo foi publicado no terceiro volume da Coleção intitulado “Bibliotecári@s negr@s: Pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas”, pela Selo Nyota (2020). Este capítulo tem como objetivo apresentar as experiências de duas bibliotecárias que, a partir de inquietações compartilhadas, propõem estratégias antirracistas para aperfeiçoar o uso dos materiais disponíveis na biblioteca pela comunidade escolar (Martimiano; Rodrigues, 2020).

Dentre as práticas bibliotecárias antirracistas encontradas no texto estão o “Kit Afro”, no qual as autoras organizam os títulos sobre Literatura Afro-brasileira, Africana e Indígena em uma planilha com o uso de vocabulário controlado. O objetivo desta ação é facilitar a localização dos materiais e melhorar a recuperação de assuntos pelos usuários, principalmente os professores das disciplinas (Martimiano; Rodrigues, 2020).

Outra ação são os projetos de Leitura e Mediação da leitura com os quais as autoras realizam “Contação de histórias com obras do Kit Afro”. As autoras relatam fazer a leitura exaustiva dos livros para retirarem as palavras-chave e descritores específicos, assim como adaptarem, a partir do Catálogo de Assuntos da Biblioteca Nacional, incluindo termos como: “menina negra”, “ancestralidade”, “orgulho de ser negra”, “cultura afro-brasileira”, “orixás”, entre outros. Dessa forma, as autoras entendem que a construção de um vocabulário mais adequado à realidade da comunidade escolar e às temáticas étnico-raciais pode ser incorporado por outras bibliotecas (Martimiano; Rodrigues, 2020). As autoras relataram ainda realizar estudo de usuários como estratégia para obter a percepção da comunidade escolar sobre o uso dos Kits, especialmente identificarem as barreiras para o uso do acervo, como desconhecimento da localização dos livros ou falta de formação docente sobre o debate étnico-racial, bem como entender quais necessidades de outras obras para serem inseridas no acervo (Martimiano; Rodrigues, 2020).

O marketing de divulgação do acervo também faz parte da atuação das duas bibliotecárias. Elas fazem a divulgação estratégica das obras para que os livros circulem e a comunidade conheça o acervo. Produzem ainda exposições temáticas com frases e imagens retiradas dos livros, especialmente de livros com debates étnico-

raciais ou escritos por pessoas negras. Essa exposição acontece fora da biblioteca (por exemplo, no pátio da escola) com trechos e imagens dos livros em diferentes espaços da escola para gerar curiosidade. Ainda, criam sessões de leitura coletiva com acompanhamento das autoras e professores da disciplina-foco da atividade. Os projetos de leitura visam especialmente a discussão crítica sobre racismo, identidade e ancestralidade negra. Tanto os encontros com os autores quanto a leitura de obras sempre são seguidas de jogos de perguntas e respostas baseados nos livros e na cultura afro-brasileira e africana que buscam despertar a curiosidade ao mesmo tempo em que conscientiza sobre os temas e colaborações negras na sociedade (Martimiano; Rodrigues, 2020).

Por fim, relatam a prática do Projeto “Bibliogar”, criado pelas autoras para transformar a biblioteca em um espaço de diálogo e formação antirracista. Para que o projeto ocorra, realizam encontros temáticos com convidados/as para tratar de assuntos como: religiosidade afro-brasileira; feminismo negro; educação e movimentos sociais; racismo estrutural, entre outros temas, sempre acompanhados da disponibilização de livros relacionados aos temas para leitura e empréstimo. Essas práticas foram fundamentadas na Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003) e na Lei nº 11.645/08 (Brasil, 2008), e têm como objetivo promover uma educação antirracista, visibilizar as culturas africanas e afro-brasileiras e combater o preconceito e a exclusão racial no ambiente escolar (Martimiano; Rodrigues, 2020).

Assim, conforme a relação de práticas bibliotecárias descritas acima, as autoras buscam que as práticas bibliotecárias estejam vinculadas à valorização da representatividade negra no universo literário. Por isso, ressaltam que para que o acolhimento do acervo e atividades ocorra, as bibliotecárias necessitam estar em parceria com professores para que as atividades desenvolvidas como a contação de histórias, debates, jogos, leitura crítica e exposições com trabalhos dos estudantes sejam vinculadas aos debates em sala de aula, de forma que a legislação que obriga o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira seja aplicada devidamente (Martimiano; Rodrigues, 2020).

O Sexto capítulo é o “História e cultura afro-brasileira: protagonismo da biblioteca Prof. Joel Martins na construção de uma educação antirracista” escrito pela bibliotecária Simone Lucas

Gonçalves de Oliveira, graduada em Biblioteconomia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e seus colegas não-bibliotecários, Artur Oriel Pereira, Nélia Aparecida da Silva Cavalcante, Wilson Queiroz Flávio Santiago, Beatriz Regina Barbosa, Paulo Fabrício Roquete Gomes e Ângela Fátima Soligo (2020). Este capítulo integra o terceiro volume da Coleção intitulado “Bibliotecári@s negr@s: Pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas”, pelo Selo Nyota (2020), e buscou evidenciar o papel desempenhado pela Biblioteca Prof. Joel Martins, da Faculdade de Educação da Unicamp, na promoção de uma educação antirracista.

As autorias destacaram a atuação de uma liderança feminina e negra à frente da gestão da biblioteca, cuja trajetória pessoal e profissional contribui para a articulação de ações voltadas a temas contemporâneos e emancipatórios. A experiência descrita também evidencia a importância das parcerias estabelecidas com a comunidade acadêmica, que, por meio da produção científica, colaboram com iniciativas transformadoras no campo educacional (Oliveira et al., 2020).

Dentre as práticas bibliotecárias antirracistas, estão o Cine Biblioteca & Exposições, um programa contínuo da Biblioteca organizado em parceria com professores, estudantes e pesquisadores voluntários que realiza mostras temáticas com foco em africanidades, literatura infantil africana e outros conteúdos afrocentrados. A mostra “Rompendo estereótipos: a literatura que o mundo precisa conhecer” é um exemplo concreto dessa prática, com exibição de filmes, livros e boletins educativos como o *InformAfricano*, um boletim que a biblioteca hospeda em seu site oficial, dando visibilidade e acesso ampliado à produção voltada para a valorização da cultura afro-brasileira e indígena (Oliveira et al., 2020).

Para a realização de suas atividades, a Biblioteca realiza parcerias com escolas públicas para apoiar pedagogias afrocentradas e ampliar o acesso a materiais que trabalhem africanidades e a Lei 10.639/03 (Oliveira et al., 2020).

As autorias chamam atenção ainda para a prática bibliotecária voltada para o acervo. Nele, realizam ações voltadas para identificar lacunas no acervo quanto a obras de e para populações negras, e quando detectada a falta, realizarem a aquisição de materiais que

promovam representações positivas da população negra. Isso fortalece a construção de um currículo diverso e antirracista (Oliveira et al., 2020).

Ainda, as autorias relatam que a biblioteca promove reuniões, visitas guiadas e atuações em aulas de graduação e pós-graduação com foco na divulgação de recursos informacionais sobre relações étnico-raciais. Essas práticas fazem parte de um movimento antirracista da biblioteca em assumir um papel ativo e político na educação antirracista, apoiando o ensino, a pesquisa e a extensão com ênfase nas questões raciais e de justiça social (Oliveira et al., 2020).

O sétimo capítulo é o “Terceira edição do dia da biblioteca, dia 6 novembro negro: o feminino em pauta”, escrito pelas bibliotecárias Daniela Carla Ramos de Menezes e Cláudia Márcia Ferreira, ambas graduadas em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O capítulo foi publicado o terceiro volume da Coleção intitulado “Bibliotecári@s negr@s: Pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas”, pelo Selo Nyota (2020). Este capítulo aprofunda em conteúdos voltados à construção da identidade negra explicando que demandam intencionalidade e não deve ocorrer de forma aleatória. Para isso, as autoras consideram a trajetória histórica da população negra no contexto urbano, bem como refletem sobre as próprias práticas desenvolvidas, especialmente aquelas voltadas à formação de auxiliares de Biblioteca da Rede Municipal de Educação, do município de Contagem, onde atuam (Menezes; Ferreira, 2020).

As práticas das autoras estão voltadas à conscientização das questões étnico-raciais, e aplicadas principalmente para auxiliares de biblioteca e têm como foco o protagonismo da mulher negra. As ações antirracistas destacadas incluem: a) formação teórica sobre cultura afro-brasileira, indígena e a questão de gênero, com ênfase na mulher negra; b) rodas de prosa sobre a identidade negra e o feminino negro, incentivar o diálogo com a comunidade escolar; c) contação de histórias com foco em personagens negras, como a obra *menina bonita do laço de fita*, para trabalhar a valorização da diversidade desde a educação infantil; d) rodas de conversa com temas como “empoderamento feminino”, fazer reflexões com apoio de profissionais como psicólogos; e) exposição de livros de literatura afro-

brasileira e de autoras negras disponíveis no acervo das bibliotecas escolares; f) murais temáticos e cartazes sobre mulheres negras e diversidade racial, expostos nos espaços escolares; g) produção e socialização de materiais educativos com base nos temas da lei nº 10.639/03 e nº 11.645/08; h) parcerias com professores e estudantes para realização das atividades de leitura, discussão e mediação cultural; i) avaliações participativas das atividades realizadas, se atentarem a interação dos alunos e demais membros da escola; j) organização e publicação de um catálogo de ações, sistematizando as experiências vivenciadas durante o evento (Menezes; Ferreira, 2020).

Conforme argumentam as autoras, essas práticas visam ampliar a discussão sobre diversidade étnico-racial no espaço escolar por meio da biblioteca e seus profissionais, fortalecendo a identidade negra, combater estereótipos e promover o protagonismo das mulheres negras na educação (Menezes; Ferreira, 2020).

O oitavo capítulo é o “Encontrabilidade da informação étnico-racial na AYA biblioteca”, escrito pelos bibliotecários Arthur Ferreira Campos e Erinaldo Dias Valério, ambos são graduados em Biblioteconomia, sendo Arthur Ferreira Campos formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Erinaldo Dias Valério pela Universidade Federal do Ceará (UFC). O estudo também foi publicado “Bibliotecári@s negr@s: Pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas”, pelo Selo Nyota (2020).

Neste capítulo é apresentada a avaliação da AYA Biblioteca no contexto web. Para isso, os autores utilizaram de um *checklist* com itens a serem avaliados, originados a partir do estudo desenvolvido por Vechiato, Oliveira e Vidotti (2016) para ambientes informacionais. Esse instrumento foi adaptado pelos autores para avaliar o site da Biblioteca AYA, com o propósito de contribuir para a melhoria das ferramentas que facilitem o acesso e a utilização da informação pelos usuários (Campos; Valério, 2020).

O site é um ambiente informacional digital voltado para a divulgação de conteúdos sobre história e cultura africana e indígena, materiais didáticos, produções acadêmicas e ações de extensão antirracistas. A proposta da AYA Biblioteca articular razão e emoção, sem hierarquizar saberes acadêmico e saberes popular, de forma que defendem uma epistemologia decolonial que valorizem

conhecimentos que historicamente foram excluídos dos ambientes educacionais tradicionais. Por isso, a relevância do estudo está na possibilidade de explorar uma abordagem que promova a encontrabilidade rápida e intuitiva dos conteúdos informacionais com enfoque étnico-racial e decolonial (Campos; Valério, 2020).

Os autores conceituam a AYA Biblioteca, advinda do Laboratório AYA da Universidade do Estado de Santa Catarina, como um espaço dedicado à disponibilização de materiais imagéticos, sonoros, audiovisuais e escritos produzidos por intelectuais, artistas e professores de renome nacional e internacional que trabalham com o debate étnico-racial, protagonismo negro-africano e decolonial em nosso país. Seu acervo reúne referências sobre as temáticas africanas, afrodiaspóricas, negras e indígenas, assim como produções inseridas nos campos teóricos e práticos dos estudos pós-coloniais e decoloniais (Campos; Valério, 2020).

A partir da análise, os autores encontraram algumas lacunas no site da Biblioteca e trazem estratégias para que se tornem espaço informacional digital que contribua para a propagação de autorias negras, indígenas, decoloniais e afrodiaspóricas. (Campos; Valério, 2020).

A primeira estratégia de prática antirracista é a criação de vocabulário controlado para temas étnico-raciais, com o objetivo de tornar mais eficaz a busca por termos como ancestralidade, cultura afro-brasileira, racismo, entre outros. As autorias argumentam que isso evita ruídos informacionais e promove a valorização de identidades negras e indígenas (Campos; Valério, 2020).

Ainda, recomendaram o uso de redes sociais e ferramentas da web 2.0 (como comentários, *tags* sociais) para permitir que os sujeitos participem da produção, organização e mediação da informação. Entendem que os sujeitos informacionais devem ser ativos nos ambientes digitais, inclusive naqueles que abordam questões étnico-raciais (Campos; Valério, 2020). Sugeriram ainda o uso de recursos de acessibilidade digital no site (como ajuste de contraste e leitura de tela) e sugestão de melhorias para incluir pessoas com deficiência visual e outras necessidades específicas (Campos; Valério, 2020).

Chamaram a atenção também para que usem o design responsivo para que o conteúdo da biblioteca seja acessível em diferentes dispositivos (smartphones, tablets, computadores), e

assim, facilite a disseminação dos conteúdos por diversos meios e canais, facilitando a ampliação do alcance da informação antirracista (Campos; Valério, 2020).

A adoção das práticas bibliotecárias em biblioteca digital nos mostra como esses ambientes podem ser planejados e adaptados para promover a informação étnico-racial, educação antirracista, inclusão informacional e valorização da diversidade étnico-racial. A partir do acesso à informação disponível nessa biblioteca, os autores entendem que o preconceito racial e o racismo serão erradicados e um maior entendimento das questões étnico-raciais será desenvolvido (Campos; Valério, 2020).

O nono e último texto é capítulo “Ações pró-leitura na temática afrocentrada em bibliotecas: clube de leitura e poesia terapia do instituto de pesquisa e memória pretos novos (Gamboa – RJ)”, escrito pela bibliotecária Daniela Rangel Granja, graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Assim como os anteriores, esse estudo também foi publicado “Bibliotecári@s negr@s: Pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas”, pelo Selo Nyota (2020). O capítulo do livro apresenta a experiência de prática antirracista com o foco nos eventos pró-leitura Clube de Leitura e Poesia Terapia, atividades literárias oferecidas ao público da Biblioteca do Instituto Pretos Novos – IPN, no Rio de Janeiro. A autora apresenta as origens desses eventos literários, relacionando-as ao contexto institucional da biblioteca e ao perfil de seus usuários. Além disso, descreve os meios de divulgação virtual utilizados para promover os eventos e o engajamento dos participantes nas redes sociais e faz a análise dos resultados baseados em dados coletados nas mídias sociais e nas ações e relatos informais dos participantes durante as atividades (Granja, 2020).

Com relação às práticas desenvolvidas pela Biblioteca Pretos Novos, está o Clube de Leitura Afrocentrado, iniciado em 2018 pela autora, que objetiva realizar encontros presenciais mensais com até 30 participantes. Nesses encontros são feitas a leitura e discussão de obras de autoras/es negras/os ou de livros com temáticas afrocentradas. O objetivo da autora foi trocar impressões e reflexões sobre as leituras, para promover representatividade e fortalecer a identidade negra. A autora cita como exemplo de obras lidas, Olhos

d'Água, de Conceição Evaristo, Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus, A Cor Púrpura, de Alice Walker, Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, entre outros (Granja, 2020).

Outra prática antirracista é a Poesia Terapia, atividade iniciada em 2020. Essa é uma atividade lúdica e terapêutica que utiliza poemas e músicas afrocentradas como ferramenta de expressão, cura e pertencimento. Realizada em encontros com até 20 participantes, inclui a roda de apresentação, leitura silenciosa e ativa, reflexão individual e em grupo, escrita em voz alta e encerramento coletivo. O objetivo da prática bibliotecária é promover o autoconhecimento, a expressão corporal e emocional, e o acolhimento coletivo por meio da arte e da palavra. Como exemplo, a autora relata a leitura da poesia de Cruz e Sousa e música de Cartola (Granja, 2020).

Uma outra prática realizada pela Biblioteca é a divulgação ativa dos eventos via Facebook, Instagram e Sympla. Essa divulgação se dá por meio de postagens com biografias de autoras/es, vídeos, entrevistas, reportagens, entre outros conteúdos complementares. Se trata de uma estratégia de disseminação seletiva da informação, para o alcance e o engajamento do público com o conteúdo afrocentrado (Granja, 2020).

Por fim, são feitas ações culturais com enfoque na afrocentricidade (Gomes, 2016), nas pessoas negras e nas suas vivências culturais. Conforme relata a autora, os eventos promovem espaços seguros para troca de experiências pessoais dos participantes sobre sua negritude, reconhecer a literatura como instrumento de resistência e identidade. Essas práticas exemplificam como a biblioteca pode ser um espaço ativo de educação antirracista, de promoção da memória, da arte e da identidade negra, e de fortalecimento das relações étnico-raciais de forma crítica, sensível e engajada (Granja, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito compreender as práticas antirracistas desenvolvidas por pessoas bibliotecárias negras em bibliotecas brasileiras, com base em produções científicas publicadas entre os anos de 2014 e 2024. A análise dos trabalhos selecionados permitiu identificar métodos para o enfrentamento do racismo nos

espaços informacionais, e apresentamos o protagonismo desses profissionais na promoção da equidade racial e no fortalecimento de uma biblioteconomia socialmente comprometida com a luta antirracista.

A fundamentação teórico-conceitual trouxe uma breve contextualização do racismo e da raça no contexto da sociedade brasileira. Abordamos ainda que as principais legislações que tratam do racismo e da promoção da igualdade racial são essenciais para analisarmos os avanços das políticas voltadas para esse tema. Em outra seção falamos sobre o antirracismo e a educação, e encerramos a fundamentação discutindo o papel bibliotecário no combate ao racismo.

Com relação aos resultados da pesquisa, as práticas antirracistas identificadas foram diversas. Elas estão relacionadas à curadoria de acervos afrocentrados, à mediação crítica da leitura, à elaboração de vocabulários controlados com foco étnico-racial, as ações educativas continuadas, bem como a valorização de autores e autoras negras. Ainda, identificamos a importância da construção de acervos com enfoque antirracista e que seja representativo da população negra e sua identidade, cultura, memória e história. Tudo isso revelou o esforço coletivo e intencional de ressignificar o papel das bibliotecas enquanto espaços de resistência, inclusão e formação cidadã consciente do racismo e a partir de práticas antirracistas. Tais realizações vinculam o fazer bibliotecário à perspectiva de uma atuação antirracista para a visibilidade e valorização de saberes historicamente marginalizados e apagados diariamente pela sociedade em que vivemos.

Percebemos que o trabalho das pessoas bibliotecárias muitas vezes assume uma proporção política e educativa que discute os fundamentos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, bem como com os marcos teóricos da Biblioteconomia Negra e Antirracista crítica comprometida com a justiça social. O envolvimento desses profissionais negros da Biblioteconomia com práticas que enfrentam as desigualdades raciais demonstra a potência transformadora da profissão, especialmente quando associada ao tratado ético com os direitos humanos e a democratização do acesso ao conhecimento.

No entanto, os resultados desta pesquisa também comprovam as dificuldades recorrentes, como a falta de formação e conhecimento

específica sobre relações étnico-raciais nos cursos de Biblioteconomia, a limitação do debate racial nas políticas públicas da área e a baixa visibilidade de produções acadêmicas protagonizadas por pessoas bibliotecárias negras. Isso é observado na análise dos dados quando foram recuperados 62 recursos informacionais e depois de aplicada a leitura étnico-racial aos autores, apenas 30 restaram que se referiam às práticas. E desses 30, apenas nove trazem um trabalho voltados para práticas antirracistas feitas por bibliotecários negros. Tais lacunas reforçam a necessidade de um esforço institucional e coletivo voltado à revisão curricular, ao fomento de pesquisas e à implementação de práticas que contribuam para o combate do racismo em suas diversas formas.

Assim, concluímos que as práticas antirracistas desenvolvidas por pessoas bibliotecárias negras, apesar de ainda serem poucas na literatura científica, não apenas enfrentam os efeitos do racismo institucional, como também apontam caminhos possíveis para a construção de uma Biblioteconomia antirracista, mais plural, crítica e socialmente engajada.

REFERÊNCIAS

- BLACK, K. Justiça social e biblioteconomia e ciência da informação antirracista. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [s.l.], v., n. esp., p.1-14, 2022.
- BRASIL, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 2003.
- BRASIL, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 2008.
- BRASIL, lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 1989.
- BRASIL. Decreto nº 65.810, de dezembro de 1969. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1969.
- CAMPOS, A. F; VALÉRIO, E. D. Encontrabilidade da informação étnico-racial na AYA biblioteca. In: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (org.). **Bibliotecári@s negr@s: pesquisas e experiências de aplicação da lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota). p. 363-380.

CARDOSO, F. C. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para a construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015. 114 p.

CARDOSO, F.; PINTO, M. S. Apontamentos contemporâneos sobre questão racial e atuação bibliotecária. *In*: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (org.).

Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política. SC, Florianópolis: ACB, 2018. p. 76-86.

CARTA CAPITAL. Estudante negra é pisoteada e xingada de 'macaca' e 'cabelo de bombрил' por alunos em escola municipal de SP. **Carta Capital**, São Paulo, 21 mar. 2024.

DAUER, L. Estudante de escola particular é vítima de racismo na Zona Norte de SP: 'Seu cabelo é de Bombрил, serve pra limpar panela'. **G1**, São Paulo, 17 out. 2024.

DAVIS, A. Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista. *In*: DAORA, C. Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista. **Brasil de Fato**, São Paulo, 21 mar. 2022.

DIAS, P. Censo 2022: taxa de analfabetismo entre pretos e pardos é mais que o dobro da registrada entre brancos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 maio 2024.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA; C. M; MENEZES, D. C. R. Terceira edição do dia da biblioteca-dia b novembro negro: o feminino em pauta. *In*: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (org.).

Bibliotecári@s negr@s: pesquisas e experiências de aplicação da lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota). p. 273-299.

FONTES, S. R; FILHO, L. J. M. Práticas pedagógicas em educação das relações étnico-raciais nas bibliotecas escolares. *In*: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (org.). **Bibliotecári@s negr@s**: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 295-317.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. [s. n.], [s. l.], p.1-24, 2005.

GRANJA, D. R. Ações pró-leitura na temática afrocentrada em bibliotecas: clube de leitura e poesia terapia do instituto de pesquisa e memória pretos novos (Gamboa-RJ). *In*: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (org.). **Bibliotecári@s negr@s**: pesquisas e experiências de aplicação da lei 10.639/2003 na

formação bibliotecária e nas bibliotecas. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota). p. 405-420.

LIMA, G. S.; SILVA, F. C. G.; COSTA, A.; SILVA, A. S.; SOUZA, G. K. S. Africanizando os acervos: política de gestão de acervos para bibliotecas especializadas na temática afro-brasileira e africana. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 217–232, 2018.

MARCONI, E.; LAKATOS, M. **Fundamentos de metodologia científica** 1. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTIMIANO, A. P.; RODRIGUES, C. Q. O uso do vocabulário controlado e a divulgação da literatura afro-brasileira na biblioteca escolar: experiência de duas bibliotecárias da rede municipal de educação de Belo Horizonte. In: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (org.). **Bibliotecári@s negr@s: pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota). p. 129–150.

MAYER, A. C. L.; MATOS, J. C.; SILVA, F. C. G. Acervo afro-referenciado na biblioteca escolar: construindo sociedades antirracistas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: ANCIB; UFES, 2024.

MUNANGA, K. Superando o Racismo na escola. 2.ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204 p.

OLIVEIRA, D. S. A lei n.º 10.639/2003: educação antirracista e regime de informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v., n. esp., p.1-15, 2022.

OLIVEIRA, S. L.; PEREIRA, A. O.; CAVALCANTE, N. A. S.; QUEIROZ, W.; SANTIAGO, F.; BARBOSA, B. R. História e cultura afro-brasileira: protagonismo da biblioteca prof. Joel Martins na construção de uma educação antirracista. In: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (org.). **Bibliotecári@s negr@s: pesquisas e experiências de aplicação da lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota). p.241-272.

PARRA FILHO, D.; SANTOS, J. A. **Apresentação de Trabalhos Científicos**: monografia, TCC, Teses e Dissertações. São Paulo: Ed. Futura, 2000.

PEREIRA, A. S.; MAGALHÃES, L. Os impactos dos racismos nas ocupações da população negra: reflexões para a terapia e a ciência ocupacional. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 1-13, 2023.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, R. Estudo: 70% da população carcerária no Brasil é negra. **Rádio Agência**, Brasília, 19 jul. 2024.

RODRIGUES, N. B.; COSTA, M. P. Práticas abolicionistas em bibliotecas prisionais. *In*: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (org.). **Bibliotecári@s negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota). p. 199–220.

SANTOS, C. D. **A educação das relações étnico-raciais e o ensino de história propostas de implementação em sala de aula**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora Ltda, 2020. p.1-178.

SANTOS, J. R. O corpo do negro: símbolo e metáfora. *In*: SANTOS, J. R. dos. **O que é racismo?** São Paulo: Brasiliense, 2003.

SILVA, R. Mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio, violência armada e sexual no Brasil. **Focus Brasil**, São Paulo, 26 nov. 2024.

SILVA, A. D. R; TEIXEIRA, M. D. P. O processo educacional brasileiro: um breve olhar ético e histórico acerca do sujeito afrodescendente. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 12, n. 14, p. 105-121, 2009.

SILVA, A. S.; LIMA, G. dos S. Construindo a visibilidade da cultura negra: ações socioeducativas para combater o racismo nos espaços informacionais. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 333–344, 2019.

SILVA, D. M. F.; VALÉRIO, E. D. Descolonizando o fazer bibliotecário: uma ação urgente e necessária. *In*: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (org.). **Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 105-128.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis, SC: UFSC, 2005.

SILVA, P. B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, [S. l.], v. 30, n. 3, 2008.

SILVA; LIMA; COSTA, ação cultural na biblioteca escolar: proposta de ação cultural referente à cultura africana e afro-brasileira. *In*: SEMINÁRIO DA EDUCAÇÃO, RELAÇÕES RACIAIS E MULTICULTURALISMO, 6, 2016, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: NEAB/UEDESC, 2016.

VALÉRIO, E. D.; CAMPOS, A. F. Competência informacional para uma formação bibliotecária antirracista. **Revista ACB: Biblioteconomia Santa Catarina**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 321-332, 2019.

CAPÍTULO 15

A PRESENÇA DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO E INFORMACIONAL: O ESPAÇO DE PESQUISA E CULTURA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DA BIBLIOTECA CENTRAL - UFPE

Andreia Alcântara

Erinaldo Dias Valério

Murilo Artur Araújo da Silveira

INTRODUÇÃO

Iniciativas de fomento para o debate racial em unidades de informação são umas das muitas formas ativas de fazer justiça social e humanizar a história dos povos da diáspora. Pode proporcionar, a partir do debate e reflexão das identidades socioculturais, a análise, não apenas das consequências e implicações da escravização em nosso país, mas também a reordenação e o reposicionamento das sujeitas e dos sujeitos na engrenagem social, de forma assertiva e protagonista. Ao inserir as bibliotecas para fomentar, ampliar e reorganizar as pautas, os interesses e as ações dos estudos das relações étnico-raciais nas universidades públicas, torna-se oportuno

pontuar a criação do Espaço de Pesquisa e Cultura das Relações Étnico-Raciais (EPCRER).

O EPCRER da Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) nasce de um projeto proposto pelo Núcleo de Políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) da UFPE à Diretoria do Sistema de Bibliotecas da universidade (SIB-UFPE) em 2021. Inicialmente, a justificativa do projeto se pautou no desconhecimento de títulos e na lacuna da existência de coleções, produtos e serviços no acervo do SIB-UFPE dirigidos à temática étnico-racial. A partir de uma comparação entre uma lista de indicações de títulos de livros ligados à temática junto ao mercado editorial e o catálogo do SIB-UFPE a partir do Sistema Pergamum (software utilizado pelas bibliotecas da UFPE para o gerenciamento de acervos), constatou-se a inexpressividade da quantidade de títulos existentes no acervo do Sistema, em relação à lista inicial. A partir da constatação, os integrantes do Núcleo ERER problematizam a situação a partir da seguinte questão: como a biblioteca pode se transformar em ambiente propício à construção do pensamento crítico sobre a educação das relações étnico-raciais e de reflexão sobre a identidade étnico-racial dos estudantes da UFPE? (Reis, 2021). Por se tratar de uma necessidade institucional de reparação histórica e de um esforço institucional coletivo instaurado pelos conselhos superiores da instituição, o projeto se inseriu no ambiente da Biblioteca Central da UFPE.

A relevância e a pertinência do projeto se estruturaram a partir da compreensão da relevância das bibliotecas na construção de proposições pedagógicas multifacetadas de conhecimento, especialmente o espaço da Biblioteca Central da UFPE, como território estratégico e estruturador das bibliotecas setoriais da instituição, para promover o processo de construção da identidade étnico-racial (de pessoas negras, indígenas, quilombolas e ciganas) e a educação das relações étnico-raciais (Reis, 2021). De tal modo, em dezembro de 2022, foi inaugurado o EPCRER no 2º andar da Biblioteca Central.

Diante disso, apresentamos o seguinte problema de pesquisa: como dimensionar as contribuições da Biblioteca Central da UFPE no fomento das práticas e discussões acerca dos estudos étnico-raciais por meio do EPCRER? Para elucidar melhor a questão, partimos do

pressuposto de que a compreensão do verbo dimensionar corresponde aos impactos do espaço na Biblioteca Central da UFPE, de suas atividades e seus serviços, imersos em um ambiente informacional e pedagógico. O objetivo geral é descrever as contribuições da biblioteca a partir do Espaço de Pesquisa e Cultura das Relações Étnico-Raciais (EPCRER) para o debate étnico-racial a partir de seus produtos e serviços de informação. As justificativas desta pesquisa são empíricas e políticas. No âmbito da empiria, convém destacar que as práticas desenvolvidas em bibliotecas devem ser problematizadas para a criação de novas propostas de pesquisa que dialoguem com a realidade e a sociedade, de forma integrada. Politicamente, se justifica na importância de debates ao nível científico no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, os quais abranjam o desafio político e epistêmico de contrapor os saberes e narrativas hegemônicos, no cenário das bibliotecas universitárias brasileiras, as quais, na maioria das vezes, conforme Garcês e Silva (2022) ainda permanecem efetuando um apagamento das questões étnicas e raciais.

DINÂMICAS ÉTNICO-RACIAIS E AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), 55,5% dos brasileiros se declararam pretos ou pardos. Esses dados revelam para além de um resultado da luta dos movimentos negros brasileiros em prol da autopercepção de pessoas pretas e do sentimento de representatividade e empoderamento étnico-racial, a necessária conscientização sobre a necessidade de visibilização das questões estritamente ligadas a população preta brasileira.

É essencial a preocupação com a igualdade na oportunidade de acessos, para possibilitar não a mera mobilidade social, mas a garantia de uma existência digna para pessoas pretas, a exemplo do acesso à educação de qualidade que proporcione a valorização da historicidade negra, contestando o conhecimento hegemônico branco europeu.

É perceptível que as políticas públicas e as ações afirmativas atuais para o reconhecimento da importância das questões étnico-raciais têm se revelado, gradualmente, combativas frente aos males

brasileiros que se perpetuam desde a colonização, como a exclusão social e a discriminação racial enfrentadas pelo povo negro brasileiro. Um dos marcos dessas ações, fruto da luta do movimento negro brasileiro, é a Lei n.º 10.639/03, que determina o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do país. O intuito da referida lei é viabilizar o conhecimento dos temas para garantir o ensino e despertar o sentimento de pertencimento à ancestralidade africana, isto para além do combate ao racismo e às suas formas de discriminação. A existência dessa lei foi o pontapé inicial para o debate acadêmico-institucional, interagindo na conscientização, reconstrução e ressignificação de contextos democráticos, com garantias de direitos e identidades reconhecidas para todos (Brasil, 2003).

Em sua obra, *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (2019) sugere que a forma de educar ou conscientizar possíveis “educandos” é a partir da emancipação, e na sequência do processo emancipatório, as sujeitas e sujeitos podem ser verdadeiramente livres. O resultado do processo de emancipação, segundo Freire (2019), é a libertação por meio do conhecimento consciente e reflexivo, que coaduna com posicionamentos individuais e coletivos de protagonismo social. Partindo desse entendimento, podemos repensar um novo papel para a biblioteca universitária, que pode, por meio de seus acervos, suas atividades e seus serviços, ofertar novos recursos de informação para as pessoas usuárias, especialmente aqui, sobre a temática étnico-racial. A proposição de discussões sobre identidades culturais não-hegemônicas é fundamental, uma vez que a informação, objeto de interesse das bibliotecas universitárias, tem sido percebida, conforme Silva (2022), como um fenômeno social.

A biblioteca universitária, enquanto equipamento de apoio às atividades acadêmicas e ao fazer científico, exerce papel fundamental sobre o desenvolvimento do tema. É uma de suas atribuições viabilizar e transmitir saberes que propiciem as condições necessárias ao reordenamento da posição do negro no espaço acadêmico, a qual possa reverberar na sociedade de modo mais amplo. Para a difusão desses saberes deve existir comprometimento, possibilitando, para além da discussão da diversidade e pluralidade raciais, o debate reflexivo sobre o que nos aproxima dos povos diaspóricos e os elementos fundamentais da ancestralidade.

Sabemos que as bibliotecas, de modo geral, são espaços de guarda e preservação de memória das civilizações. Silva e Gomes (2023) alertam, ao que diz respeito à memória coletiva brasileira, em que nossos acervos culturais, custodiados nos lugares de memória, bem como todo nosso processo de ensino e aprendizagem está intrinsecamente conectado a entendimentos de dominação, colonialismo, aniquilação, além do claro apagamento (epistemicídio) dos saberes, conhecimentos locais e características culturais dos povos indígenas, negros, ciganos e quilombolas. É nesse cenário que esses povos têm a negação de sua historicidade cultural e, também, de negação dos seus conhecimentos ancestrais, “tornando-se uma subcultura, sem valor, sem história e sem herança cultural” (Silva; Gomes, 2023).

As bibliotecas universitárias, caracterizadas como órgãos suplementares que preservam e disseminam informações, impulsionadoras do desenvolvimento tecnológico e científico, por estarem vinculadas a universidade, andando *pari passu* com as atividades de ensino, pesquisa e extensão (Silva, 2015), têm papel definido no processo educacional, sendo mais um contributo à formação de profissionais conscientes das questões inseridas na sociedade na qual irão atuar. Silva (2022) percebe que a existência de variados olhares sobre o currículo escolar, também é importante para revisitar uma perspectiva de maior potência nos processos de aprendizagem, e que esteja ligada às políticas de afirmação das diversidades culturais e sociais relacionadas às questões étnico-raciais e das culturas afro-brasileira e africana para que essas sejam tratadas também pelas bibliotecas educacionais de forma integrada, ativa e consciente.

As questões étnico-raciais são de grande relevância no processo de reconhecimento e valorização da identidade negra nos ambientes acadêmicos, cooperando de forma relevante para o olhar científico e a expansão da visão não apenas das questões étnico-raciais, mas para o combate à discriminação do ambiente acadêmico e também proporcionando novas versões sobre fatos históricos. A pluralidade étnico-racial marca presença em nossa sociedade, nos contextos sociais, corporativos, culturais, midiáticos, pessoais, afetivos, dentre outros. No percurso de toda a história do Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, há invisibilidade da perspectiva negra sobre

os fatos históricos e sobre a vida na sociedade brasileira em linhas gerais (Silva, 2022).

É fundamental que os projetos e ações que proponham o debate étnico-racial, especialmente nas bibliotecas, possam chegar às pessoas usuárias a partir de uma ótica crítica, afrocentrada e distante dos padrões eurocêntricos em que se pautam os instrumentos biblioteconômicos, numa prática que potencialize mudança social e também educacional de comunidades (Valério *et al.*, 2021). As bibliotecas, tal qual as conhecemos, ocupadas sobretudo com a organização de estoques informacionais, necessitam ampliar seu olhar, de forma particular, para as pessoas que utilizam seus serviços e também para as ideologias que estruturam sua existência. Isso, para encorajar a diversidade e propiciar a inclusão social de pessoas, até aqui, marginalizadas da história oficial, silenciados e desconsiderados pelos fluxos informacionais regulares e padronizados. É preciso pensar na instituição biblioteca que possibilite a aproximação dos fazeres e saberes de todas as populações que compõem nossa sociedade (Silva, 2022).

A extensão das fronteiras da discussão das questões étnico-raciais para fora das salas de aula acadêmicas, chegando no interior das bibliotecas, permite o alcance dos temas de raça e racismo numa perspectiva transdisciplinar, permitindo outras nuances e contextos, como a validação e reconhecimento do conhecimento empírico de pessoas pretas, valorizando as experiências pessoais e a oralidade como instrumentos de memória e conhecimento (Oliveira, 2023).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para empreender este estudo, de natureza qualitativa e de cunho bibliográfico, documental e exploratório (Lakatos, 2007), cujo objetivo foi descrever, por meio de depoimentos de pessoas docentes, as contribuições da Biblioteca Central da UFPE, a partir do EPCRER. Para o debate das questões étnico-raciais, lançamos mão de entrevistas semiestruturadas, um instrumento de coleta de dados que possibilita levantar dados e informações e ressaltar significados que os entrevistados detêm sobre determinado assunto (Richardson, 1999). Essas entrevistas foram realizadas pelo aplicativo WhatsApp com docentes da UFPE, que lecionam disciplinas sobre temáticas

étnico-raciais, ao nível de graduação e pós-graduação, selecionados por intermédio da Coordenação do EPCRER.

Por se tratar de uma pesquisa de maior abrangência sobre os impactos e contribuições das discussões étnico-raciais promovidas pela biblioteca central da UFPE a partir do EPCRER, trazemos aqui um recorte da coleta de dados, ainda em andamento. Para alcançar os objetivos propostos, não foi necessária a apresentação ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tendo em vista que não buscamos identificar as/os participantes, preservando assim sua integridade e dignidade. Dessa forma, pontua-se a Resolução 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece: “não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP e CONEP: I - pesquisas de opinião pública com participantes não identificados”, respeitando-se assim princípios de autonomia, beneficência e de justiça, resguardados os direitos dos participantes.

Como um recorte preliminar, temos o resultado sobre uma das questões propostas: Qual a importância de um espaço como o EPCRER estar inserido dentro do ambiente da biblioteca? Ao total foram analisadas as respostas de três docentes que ministram disciplinas ligadas à temática étnico-racial. A partir da utilização do aplicativo TranscribeMe, a transcrição das mensagens (a grande maioria das respostas em áudio) foi o primeiro passo para análise dos dados.

Após a transcrição, o segundo procedimento foi o processo de inferência que, conforme Franco (2005, p.25), “é o procedimento intermediário que vai permitir a passagem, explícita e controlada, da descrição para a interpretação.” Os conteúdos transcritos formaram um conjunto predominante, chamado por Franco (2005) de “categoria molar”, que seria uma categoria de maior amplitude e abrangência, ligada ao objetivo geral da pesquisa, que seria descrever, as contribuições da biblioteca a partir do EPCRER no debate das relações étnico-raciais, segundo as falas das pessoas entrevistadas.

Na sequência foi realizado o ordenamento mais específico/molecular, analisando a partir de maior incidência de alguns conceitos, palavras e expressões, que permitiram identificar uma categoria, presente em todas as falas, a constatação da importância do EPCRER para o debate étnico-racial; a partir das

percepções sobre a experiência significativa relatada pelas pessoas participantes da pesquisa, ao vivenciarem atividades ou apenas ao conhecerem o EPCRER. A partir da etapa de reflexão e interpretação da autoria, etapa permitida e prevista segundo Franco (2005) na técnica de análise de conteúdo, foi possível analisar os dados coletados, para o alcance do objetivo geral do estudo.

A fim de corroborar com a importância da existência do EPCRER, de forma complementar, foi realizado um breve levantamento nos sites das bibliotecas centrais das principais universidades federais dos outros 25 estados brasileiros além do Distrito Federal, buscando verificar ações semelhantes ao projeto do EPCRER na UFPE, com relação à existência de coleções físicas e/ou digitais, nos repositórios institucionais, serviços e/ou setores dedicados à temática étnico-racial. Verificou-se, a partir da busca, que nenhuma das unidades de informação pesquisadas possui coleções reunidas (intencionalmente ou não) e voltadas para a temática étnico-racial, o que atesta a significância da existência do EPCRER como primeira iniciativa dessa natureza em uma biblioteca universitária.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

A seguir, serão apresentadas e discutidas as atividades pedagógicas oferecidas pelo EPCRER.

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS OFERECIDAS PELO EPCRER

Para além da existência e disponibilização de uma coleção, existe o entendimento de que esta não pode ser inerte; ela precisa ser dinâmica, propiciando um ambiente para rodas de diálogo, debates, ações culturais e outras atividades que tornem a biblioteca mais afrocentrada, contribuindo assim para a construção da identidade racial de seus consulentes (Reis, 2021). Por isso, além da coleção dedicada à temática étnico-racial, atividades culturais acontecem no espaço.

Em 2023, de acordo com o relatório de atividades do primeiro ano de funcionamento do espaço, foram oferecidas as seguintes palestras:

- I. Epistemologias interseccionais e decoloniais, com temas específicos em cada uma delas: a) raça, gênero e educação e b) ancestralidade queer preta e indígena;
- II. Protagonismos indígenas, direitos, expressões socioculturais e afirmação da identidade: discutindo a temática indígena a partir da lei nº11.645/2008 e o parecer CNE nº 14/2015;
- III. Estudos Quilombolas: configurações históricas e ressemantização;
- IV. Educação escolar Quilombola: os desafios para a implementação em Pernambuco.

Além disso, foram ofertadas as seguintes oficinas:

- I. Oficina de dança: coco;
- II. Oficina Neusa Santos (Coletivo Negro Psicologia);
- III. Dança Nagô: resistência negra ancestral;
- IV. Potências quilombolas em oraleituras: ilustrações;
- V. Obirins: negras em movimentos dançantes;
- VI. Projeto Aya: autocuidado de mulheres negras como resistência ao racismo na produção do conhecimento acadêmico e popular.

Houve também a exposição: “Meu direito de sonhar”, e algumas aulas abertas: “Estudos Quilombolas: configurações históricas e ressemantização” e “Educação escolar Quilombola: os desafios para a implementação em Pernambuco”.

Já no ano de 2024, o espaço serviu como sala de aula para as disciplinas “Mediação da informação e relações étnico-raciais” do Curso de Graduação em Biblioteconomia e a disciplina “Seminários em Ciência da Informação: ênfase em relações étnico-raciais no campo da informação”, ligada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da universidade. As atividades desenvolvidas pelo EPCRER e disponibilizadas à comunidade acadêmica são uma oferta para além de ações culturais em bibliotecas universitárias, elas promovem o debate, sensibilização e acolhimento de novas formas de aprender e de expressar o conhecimento sobre a população negra brasileira.

ANÁLISE DA PESQUISA

Ao explorar as respostas das pessoas participantes da pesquisa, foi evidenciada a percepção de uma contribuição assertiva do EPCRER para o debate étnico-racial. Essa contribuição é percebida quando as pessoas docentes refletem sobre a importância da criação e disponibilização do espaço para o fortalecimento da discussão sobre questões referentes à população negra brasileira. É perceptível, a partir das falas, constatar que a experiência proporcionada pelo espaço é positiva. Nas falas, há o relato do acolhimento e da sensação de pertencimento, iniciativas oportunizadas pelo EPCRER. A partir desses dois pontos predominantes nos dados coletados, transformamos na subcategoria/categoria molecular: importância do espaço na biblioteca, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Categoria de análise

Categoria molar	Categoria molecular	Descrição
A contribuição do espaço EPCRER para discussão e reflexão do debate étnico-racial na UFPE	Importância do EPCRER no espaço da biblioteca.	A categoria contribui no entendimento da contribuição do EPCRER para a comunidade acadêmica.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A criação de espaços como o EPCRER dentro da biblioteca universitária fomenta o acesso aos conteúdos voltados para as questões étnico-raciais, estabelecendo o debate sobre os impactos advindos da falta de protagonismo dessas informações no ambiente acadêmico. Em espaços com essa finalidade, é permitido que a pessoa bibliotecária seja agente ativa na construção de uma educação antirracista, na facilitação de informações e conhecimentos, que instituem o protagonismo negro, estimulando a valorização de sua historicidade (Oliveira, 2022).

O debate, o conhecimento e a reflexão sobre as temáticas raciais e diaspóricas, contribuem no sentido de conscientização a respeito da estrutura social brasileira e também da reflexão do que necessita ser modificado nesta estrutura. O espaço serve, assim, como instrumento para revisar as relações sociais e de poder tal como

são postas, criticando-as, derrubando-as e reconstruindo outras relações e outras identidades, sobretudo para a comunidade negra. Como lembra Almeida Júnior (2018), a prioridade das bibliotecas deve ser propiciar acesso a conhecimentos “dissidentes”, contrapondo-se aos conhecimentos hegemônicos, que estão moldados e visam responder a interesses ideológicos, capitais e políticos, que sempre nos remetem a estruturas sociais de falsa “democracia racial”. Assim, temos os recortes das falas coletadas acerca da percepção sobre a importância do EPCRER, conforme respostas abaixo:

[...] Então, a importância do EPCRER estar inserido no espaço da biblioteca, pra mim, é primeiro que ele torna a biblioteca um espaço mais vivo e mais diverso, do ponto de vista epistêmico, do ponto de vista de abarcar outras formas, de repositórios de conhecimento, de permitir a possibilidade da expressão de bibliotecas vivas, de bibliotecas ancestrais, além de concentrar um acervo específico sobre as relações étnico-raciais, relativo à história negra, indígena, quilombola e cigana, que não possuem muitos espaços em outros acervos. Então, ter esse espaço é bastante importante, de a gente concentrar essas referências e de dar visibilidade pra elas. (Docente 1)

A biblioteca é um espaço de socialização de conhecimento, de leituras, de escritas, de produções acadêmicas, científicas, e, historicamente, este espaço tem sido direcionado apenas à produção, à história e à cultura de um povo, um povo branco. A gente não consegue ver obras, artes, livros, produções de pessoas negras, de pessoas indígenas, quilombolas e ciganas, ou de produções para estas pessoas, para o conhecimento sobre a história, a vida, a cultura dessas pessoas, dessas populações, desses povos. Por isso que o EPCRER, ele é importante para estar inserido, porque ele traz outros olhares, ele traz outras perspectivas, outras epistemologias, e é a partir desta chegada, deste novo olhar dentro das universidades, dentro das bibliotecas [...] (Docente 2).

[...] dentro da biblioteca, facilita o acesso de diversos alunos e alunas dos diferentes campos do conhecimento que a universidade tem, para além da universidade, que pode atender também às necessidades informacionais da comunidade local.

Então é importante, estar na biblioteca facilita esse intercâmbio, esse acesso desses diferentes públicos. (Docente 3)

Conforme os registros das falas, as atividades do espaço viabilizam a reflexão sobre questões étnico-raciais, a partir da desconstrução da invisibilidade à qual estiveram relegadas as questões negras durante maior parte da história brasileira, seja em âmbitos, sociais e culturais, seja nas áreas científicas e acadêmicas. A criação de uma coleção especializada na temática africana e afro-brasileira, em uma biblioteca universitária, é uma iniciativa, dentre tantas, que podem ser pensadas e discutidas com o corpo profissional de pessoas bibliotecárias, reiterando a importância de considerar, também, as contribuições dos docentes e discentes, os quais são a coletividade mais interessada nessas ações.

Ao descrevermos, por meio dos depoimentos, a colaboração do EPCRER com suas práticas integradoras no interior da Biblioteca Central da UFPE, percebemos a pertinência em promover atividades e ações culturais de conscientização e sensibilização da comunidade acadêmica, chamando atenção para o debate das questões étnico raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oportunizar o debate sobre as questões étnico-raciais em bibliotecas universitárias é uma investida no caminho do resgate da historicidade e da identidade racial negra no Brasil, um país solidamente marcado pelos contrastes sociais oriundos da escravização da população africana e posteriormente da negação de mínimas condições para efetivação da cidadania desses indivíduos e de seus descendentes.

Entendemos, a partir dos depoimentos docentes, que a existência de projetos que permitam a reflexão sobre esse tema é relevante no processo de ensino-aprendizagem no qual se inserem os interesses do fazer científico dentro da academia. Nessa perspectiva, o papel da biblioteca deve ser o de mediar uma atmosfera de formação de saberes e valores ativos no sentido de proporcionar cidadania e mudanças nas microesferas sociais.

Reconhecer as potencialidades das bibliotecas perpassa pela transformação do cotidiano das coletividades, de sujeitas e sujeitos, colocados às margens da sociedade, a partir de vieses raciais, capitalistas, patriarcais e colonizadores. Os trabalhos, os quais as bibliotecas podem desenvolver, se relacionam às demandas por igualdade nas relações, por justiça social, pelo desenvolvimento das comunidades, seu empoderamento, além de aspectos relacionados à diversidade étnico-racial, cultural e de gênero. Nesse sentido, a iniciativa do EPCRER-UFPE é mais um instrumental para mobilizar e engajar as pessoas em ações antirracistas em seu cotidiano, em ter capacidade de entender como o racismo se manifesta e como nos autorresponsabilizamos em relação a isso, sejamos pretos ou brancos. Por fim, vimos que o EPCRER agrega docentes, discentes, comunidade externa, além de atores dos mais diversos movimentos sociais em torno do debate das temáticas étnico-raciais, proporcionando um território que se entende acolhedor para multiplicação e sensibilização sobre a historicidade de povos indígenas, quilombolas, ciganos, mulheres, população LGBTQIAPN+, e sobretudo o povo negro brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O bibliotecário é um profissional apolítico? In: SPUDEIT, Daniela et al. (org.). **Formação e atuação política na biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN, 2018.
- BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei 9.394 de 1996. Brasília, DF, 2003.
- FRANCO, Maria Laura Franco Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2.ed. Brasília: Liber, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 84. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GOMES, Elisangela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, [S.l.], v. 21, n. 3, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

OLIVEIRA, Daniane Rafaela de. Letramento racial crítico: uma reflexão da (re) construção de identidades raciais na educação. **Revista Tópicos**, [S.l.], v. 1, n.3, 2023.

OLIVEIRA, Larissa Rosa de.; OLIVEIRA, Emily Mendonça. Formação e desenvolvimento de acervos na biblioteca escolar: o papel do/a bibliotecário/a na aplicação da lei 10.639/03. **Múltiplos olhares em ciência da informação**, Belo Horizonte, n. esp., 2022.

REIS, Maria da Conceição dos. (coord.). **A biblioteca como espaço de construção da ERER**: projeto. Recife: Núcleo ERER, 2021.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Andreia Sousa da. Possibilidades decoloniais para bibliotecas universitárias brasileiras. **Revista Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 8, n. 1, 2022.

SILVA, Andreia Sousa; LIMA, Graziela dos Santos. Construindo a visibilidade da cultura negra: ações socioeducativas para combater o racismo nos espaços informacionais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 24, n. 2, 2019.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. et al. Construindo caminhos: delineando os princípios da justiça informacional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 22, 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANCIB, 2022.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da ; SILVA, Rubem Alves da. Da ausência à evidência: notas teórico-críticas sobre o princípio da ausência, epistemicídio e reparação epistêmica em bibliotecas e biblioteconomia. **INCID: Revista da Ciência da Informação e Documentação**, [S.l.], v. 13, n. 1, 2022.

SILVA, Mayara Paula Atanásio Soares de.; GOMES, Girlaine Pergentino. Biblioteca universitária como ambiente de memória coletiva, identidade e representatividade: um estudo sobre o Espaço de Pesquisa e Cultura das Relações Étnico-raciais da UFPE. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. 22. 2023, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: SNBU, 2023.

VALÉRIO, Erinaldo Dias et al. Refletindo sobre a formação de pessoas bibliotecárias para a competência em informação no âmbito das relações étnico-raciais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 26, n. 3, p. 1-13, n. esp., 2021.

CAPÍTULO 16

ANÁLISIS DE LA LEY 18.632 'SERVICIOS BIBLIOTECARIOS' DESDE UNA PERSPECTIVA DECOLONIAL Y AFROCENTRADA

Florencia Egaña-Lachaga

Lourdes Rodríguez Peña

INTRODUCCIÓN

Al igual que el resto de América Latina, Uruguay ha experimentado desde la década de los sesenta un proceso de reivindicación de los derechos de las personas afrodescendientes. En particular, los colectivos afro-uruguayos han trabajado y reclamado por la equidad en los derechos políticos, sociales y culturales de esta población, históricamente supeditada a la subalternidad, el racismo y la discriminación racial.

Siguiendo esta línea, coincidimos con Rita Segato (2007, p.15) cuando plantea que es a partir de los años ochenta que se produce una *politización de las identidades* contra el sistema de opresión, por parte de los sectores excluidos, los cuales reclaman inclusión “cada uno en nombre de una identidad muchas veces retocada o incluso construida para poder servir de rúbrica al sujeto de esa demanda”. Sumado a lo anterior, y en el contexto descrito, surge la necesidad de reafirmar los lazos identitarios y de reclamar “[...] un lugar territorial y una integridad ecológica, y reivindican las culturas negras y los conocimientos locales contra los arrolladores efectos de la globalización neoliberal” (Lao-Montes, 2007, p. 25).

Con esta coyuntura favorable a nivel regional e internacional, fue imprescindible obtener y generar información focalizada sobre los afro-uruguayos, con el fin de conocer su situación, las actividades que realizaban, su movilidad social, educación, salud y vivienda, de forma tal que se pudiera instalar el tema de los afrodescendientes en la agenda política y pública nacional para avanzar hacia una sociedad más equitativa.

Los datos obtenidos a partir de los Censos de 2011 y de 2023 reflejan que la población afro-uruguaya presenta una estructura piramidal más joven; menor ingreso por concepto de empleo, aun cuando comienzan a trabajar a edad temprana; menor nivel educativo y, a medida que aumenta la edad, la permanencia y egreso de los centros educativos disminuye en comparación con el resto de la población. Las mujeres afrodescendientes presentan una tasa de actividad mayor que las no afro y, a la vez, enfrentan la mayor tasa de desempleo.

Estos datos permitieron que desde las distintas ciencias y disciplinas surgieran voces, investigaciones teóricas y empíricas, debates y seminarios, con la intención de encontrar el “camino” para que el colectivo afro supere las inequidades y disminuyan las brechas que lo separan del resto. Dentro de las acciones afirmativas tomadas por el Estado uruguayo, en el año 2013 se aprobó y reglamentó la Ley 19.122, “Acciones afirmativas para afrodescendientes”, que en su artículo 8 resalta el interés general para que en los programas educativos y de formación docente se incluya el legado, la religión, la historia, los aportes y la participación de los negros y afro-uruguayos en la conformación del Estado-nación.

Frente a lo que establece la norma, coincidimos con Margarita Almada (2000), quien planteaba que era el momento ideal para que profesionales de áreas vinculadas con la información, la comunicación y la tecnología se integraran a planes, programas y proyectos educativos en todos los niveles.

En este contexto de disputas simbólicas y políticas, reconocemos que las bibliotecas, como espacios donde se produce y legitima el conocimiento, fueron parte de un sistema hegemónico que históricamente funcionó desde lógicas que naturalizaron las ausencias epistémicas y omitieron o subordinaron los saberes afros.

Desde esta perspectiva, proponemos asumir una postura crítica dentro de la bibliotecología uruguaya que promueva la reparación epistémica. Entendemos como reparación epistémica al conjunto de acciones orientadas a visibilizar y validar las voces y las memorias de los intelectuales afro que han sido silenciadas o que están subrepresentadas, no solo en los relatos oficiales de nuestro país, sino también en el ámbito bibliotecario.

Nos proponemos analizar, en clave decolonial y afrocentrada, la Ley 18.632, que implementa el “Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas” (en adelante SNBP), con la firme convicción de que una política pública bibliotecaria, además de promover el acceso libre, debe asumir un rol activo que problematice qué saberes están presentes y qué voces fueron históricamente excluidas en las bibliotecas tradicionales.

JUSTIFICACIÓN

Desde la perspectiva de la Ciencia de la Información (CI), como menciona Manuel Castells (1998), resulta importante considerar que durante la década de los ochenta surge una nueva forma de organización social: la Sociedad de la Información (SI), donde se le asigna un valor a la información en el contexto del uso de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación. Lo mencionado anteriormente implica una nueva denominación —la *era de la información*— lo que dio lugar a una nueva estructura u orden socioeconómico y cultural, en la que el conocimiento y la mente humana pasan a ser la fuerza de producción más valiosa.

En este contexto, el acceso y uso de la información es un derecho humano imprescindible, ya que

A informação passou de posse de alguns poucos para um bem desejável e adquirível por qualquer pessoa como alavanca social e pela sociedade com condição fundamental para o seu próprio desenvolvimento. A posse do conhecimento por um indivíduo pode definir a sua colocação na escala social” (Milanesi, 2002, p. 53).

La IFLA/UNESCO (2001) define a la biblioteca pública como una organización que es establecida, respaldada y financiada por la comunidad, sin que importe el origen de sus usuarios. El acceso a su acervo bibliográfico es un derecho universal, y es imperante que esté a disposición de la mayor cantidad de personas, sin favorecer a determinados grupos o discriminar a otros por razones étnicas, de género o religiosas.

Entendemos que, frente a la explosión de información actual, solo aquellas sociedades en las que sus integrantes reciban información de calidad y logren decodificarla y transformarla en conocimiento para su desarrollo podrán tener una real participación al momento en que se discutan y elaboren las políticas públicas que los involucran.

En tanto, Carmen Midaglia (2014) señala que las políticas públicas son líneas de acción con autoridad que operan en distintos campos del mercado, y que siempre distribuyen bienes e incentivos. Theodore Lowi (1994) plantea que todas las políticas públicas tienen en común el conflicto, y las clasifica en tres grandes grupos: distributivas, regulatorias y redistributivas, según su impacto o impacto esperado en la sociedad.

Para el caso de la Ley 18.632, la política pública estaría dentro de las que Lowi (1994) clasifica como distributivas, que son las que:

Se caracterizan por la facilidad con que pueden desagregarse los recursos y repartirse en pequeñas unidades independientes las unas de las otras y libres de toda regla general [...] Son políticas en las que el favorecido y desfavorecido, el perdedor y el beneficiario, no necesitan enfrentarse directamente (Lowi, 1994, p. 102).

Al momento de la fundamentación, la Comisión de Educación y Cultura (2009) expresó que además de colaborar en el diseño de las políticas nacionales de información del libro y de la lectura se debe consignar que:

Las políticas públicas de información y lectura deben consagrarse en las políticas sociales y culturales del Gobierno Central y de cada Gobierno Departamental, haciendo posible que las Bibliotecas Públicas Municipales se conviertan en

espacios educativos, culturales y de información de todas las comunidades, sea cual fuera su ubicación geográfica y su condición socioeconómica [y] deben insertarse en un Sistema Nacional de Información (Comisión de Educación y Cultura, 2009, p. 20).

Esta afirmación sitúa a las bibliotecas públicas como parte del plan estratégico que el Gobierno tiene en relación con la cultura, la educación y la información como recurso económico. Cuando se menciona *todas las comunidades*, pensamos en el Manifiesto IFLA/UNESCO por la Biblioteca Multicultural (2008), que insta a contemplar a las minorías étnicas y promover la participación de todos los colectivos, con la proclama de que, insertos en una sociedad diversa, pluricultural e intercultural, solo la apropiación de conocimientos permitirá reducir desigualdades y combatir la exclusión.

A lo anterior podemos sumar que los conocimientos de las personas afro están ausentes en las bibliotecas, lo que implica que estamos frente al principio de ausencia (Kilomba, 2020). Grada Kilomba hace referencia a la ausencia sistemática de las personas afro, sus historias, silenciamientos de memorias, cosmovisiones, es decir, sin reconocimiento como fuentes legítimas de conocimiento. Un colectivo y un legado invisibilizado que ha sido excluido de manera estructural en los sistemas de conocimiento occidentales.

Para finalizar, hacemos énfasis en que la Ley 18.632, por un lado, establece que las bibliotecas públicas deben asegurar el acceso equitativo a la información a todas las personas, pero entendemos que esta equidad debe pensarse además en términos de los saberes que se silencian, incorporando archivos comunitarios, autores y autoras afrodescendientes uruguayos y regionales. Consideramos que un SNBP debe asumir un rol inclusivo como parte de su misión democrática, superando la visión neutral del conocimiento y reconociendo que la pluralidad epistémica es la condición primordial dentro de una sociedad plural e inclusiva.

Consideramos que el SNBP, en tanto política bibliotecaria, junto con políticas adecuadas de lectura y educación, puede reforzar los aprendizajes que los seres humanos necesitan a lo largo de su vida. Una política que no posibilita un aprendizaje integral —que incluya

modos diversos de leer y escribir— desde la ciencia de la información, contribuye a incrementar la exclusión social, cultural y laboral (Martín-Barbero y Lluch, 2011).

A lo anterior se suma que un sistema bibliotecario eficiente es aquel que logra que las unidades de información que lo conforman trabajen en coordinación y cooperación a nivel local, departamental y nacional, utilizando todos los recursos disponibles para satisfacer las demandas de información. Este sistema debe, además, integrarse con las comunidades, con especial énfasis en conocerlas y establecer vínculos significativos con ellas.

En Uruguay, las bibliotecas públicas dependen, en su mayoría, de las Intendencias Departamentales, y se las reconoce como Bibliotecas Públicas Municipales o simplemente como Bibliotecas Municipales.

En tanto, en Montevideo, la Comisión Nacional de Cultura inició en 1940 gestiones para crear bibliotecas públicas que cubrieran el territorio departamental. Esta iniciativa dio lugar a la fundación de 19 bibliotecas públicas y municipales. Posteriormente, en 1981, se creó la Red de Bibliotecas Municipales, aunque su cobertura se limitó únicamente a la capital, Montevideo.

En lo que tiene que refiere a la normativa relacionada a la implementación de un sistema bibliotecario el artículo 49 de la Ley 13.318 de 28 de diciembre de 1964 crea el Instituto del Libro dependiente del Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social con los cometidos de fundar bibliotecas públicas y crear un sistema de servicios bibliotecarios públicos que incluyera a las bibliotecas departamentales, populares y circulantes. Se establecía, además, que el Instituto del Libro debía desarrollar actividades de extensión cultural basadas en la obra de "los grandes escritores nacionales y extranjeros".

Desde una perspectiva decolonial, esta disposición normativa puede entenderse como una manifestación de lo que Missiatto (2021) denomina *memoricidio*: una práctica que implica la negación de las memorias y saberes de los pueblos colonizados. La apelación exclusiva a los "grandes escritores nacionales y extranjeros" —sin considerar a autores afros— refuerza la universalización de narrativas legitimadas por los centros de poder cultural, al tiempo que excluye otras memorias y epistemologías.

La no inclusión de voces afrodescendientes ha contribuido al borramiento sistemático de las memorias de las personas racializadas, tanto en los espacios públicos como en los centros educativos y, por supuesto, en las bibliotecas.

ANÁLISIS DE LOS ARTÍCULOS DESDE UNA PERSPECTIVA AFROCENTRADA

La aprobación de la Ley 18.632 en 2009 marcó un hito en la política bibliotecaria del Uruguay al declarar de interés público el desarrollo y fortalecimiento SNBP. Su artículo 2 define a las bibliotecas públicas como espacios de acceso libre, inclusivo y gratuito a la información, e instituye funciones y servicios orientados al bienestar ciudadano. A la luz de este artículo el análisis se realiza desde diferentes dimensiones, a saber: Acceso y uso de la información, Patrimonio histórico y cultural, Educación antirracista y Relacionamento con las comunidades racializadas. Analizamos cada una de las dimensiones desde una mirada situada y comprometida con la interculturalidad, particularmente en lo que refiere al rol de las bibliotecas en el reconocimiento, visibilidad y empoderamiento de las comunidades afrodescendientes.

DIMENSIÓN ACCESO Y USO DE LA INFORMACIÓN

El artículo 2 establece que las bibliotecas públicas deben “responder a las necesidades y demandas de información y lectura de la comunidad” y “promover el acceso democrático y el uso gratuito a la información de todos los ciudadanos”. En esta línea, se reconoce que las bibliotecas deben garantizar la disponibilidad de materiales en distintos soportes, así como la accesibilidad a sus servicios e instalaciones. Este enfoque cobra especial relevancia para las minorías étnicas. El vínculo entre biblioteca y comunidad permite identificar brechas de acceso que afectan a grupos históricamente excluidos. Por ejemplo, una biblioteca pública comprometida con la equidad puede difundir convocatorias laborales que aplican el cupo del 8% para afrodescendientes (Ley N.º 19.122, art. 4), promoviendo así el ejercicio efectivo de derechos sociales y económicos.

DIMENSIÓN PATRIMONIO HISTÓRICO Y CULTURAL

La función de rescatar, preservar y difundir el patrimonio cultural —incluyendo el bibliográfico local— se inscribe dentro del mandato de la Ley 18.632. Esta dimensión no puede ser comprendida sin una lectura crítica que reconozca las múltiples memorias e identidades presentes en el territorio.

En contextos culturalmente diversos, el rol del bibliotecario/a se amplía: debe incluir a la comunidad en los procesos de adquisición, clasificación y programación cultural para evitar que la oferta bibliográfica reproduzca exclusiones. Involucrar a la colectividad afrodescendiente, promover colecciones con autoría afro y desarrollar propuestas culturales desde una perspectiva intercultural son pasos necesarios hacia la descolonización del conocimiento.

DIMENSIÓN EDUCACIÓN ANTIRRACISTA

La ley establece que las bibliotecas deben apoyar la educación formal e informal, impulsar la alfabetización informacional y promover el uso de tecnologías. No obstante, el acceso desigual a estas tecnologías amplifica las brechas existentes. Las bibliotecas públicas se enfrentan al desafío de garantizar una inclusión digital real, lo que implica generar propuestas formativas adaptadas a los contextos y culturas locales. Además, en comunidades étnicamente diversas, las bibliotecas pueden colaborar en la inserción social de personas migrantes, refugiadas o históricamente marginadas. Esto incluye orientar en el acceso a servicios básicos, formación y recursos recreativos. Ceretta (2007) señala que la biblioteca pública debe ser un espacio de socialización e inclusión, abierto al aprendizaje permanente y al desarrollo integral de las personas.

DIMENSIÓN RELACIONAMIENTO CON LAS COMUNIDADES RACIALIZADAS

La Ley 18.632 reconoce la necesidad de articular con actores comunitarios para diseñar acciones contextualizadas. La biblioteca pública debe asumir un rol activo como mediadora cultural y social, generando espacios de participación real y colectiva.

La reconstrucción de la memoria afrodescendiente encuentra en la biblioteca pública un lugar privilegiado para desarrollarse. A través de la historia oral, exposiciones, talleres, o actividades intergeneracionales, se puede fomentar la recuperación de saberes silenciados. La articulación con organizaciones civiles, escuelas y otras bibliotecas es esencial para construir redes de contención y promoción cultural.

El artículo 2 incorpora una amplia gama de servicios que incluyen desde referencia y préstamo domiciliario hasta espacios virtuales y programas de alfabetización. Estos deben desarrollarse atendiendo a la heterogeneidad de la comunidad.

La planificación de actividades de extensión, tales como talleres de lectura con obras de autores afrodescendientes, o la organización de ferias, charlas y actividades artísticas, son instancias privilegiadas para el diálogo intercultural. Como señala Cabrera (2014), la lectura es una práctica integral que incluye imágenes, símbolos y multimedia, y cuyo significado se construye desde la experiencia, la cultura y el contexto del lector.

El artículo 3 agrega que los recursos deben distribuirse eficientemente, teniendo en cuenta las necesidades de la comunidad. El artículo 4 subraya la responsabilidad del Estado en proporcionar los recursos necesarios y establece que las direcciones de biblioteca deben estar a cargo de profesionales en bibliotecología. Una formación crítica, con sensibilidad étnico-racial, es indispensable para llevar adelante una política bibliotecaria que apunte a la equidad.

El artículo 5 de la Ley N.º 18.632 establece que las bibliotecas públicas podrán depender de los gobiernos departamentales, de organismos públicos o de otras personas públicas o privadas, lo cual permite una gestión descentralizada pero coordinada. Desde una perspectiva de inclusión étnico-racial, la descentralización puede ser una herramienta poderosa para atender la diversidad del país. La presencia de comunidades afrodescendientes en determinadas zonas geográficas (como Montevideo, Canelones, Artigas o Rivera) hace necesario que las bibliotecas públicas en esos territorios incorporen colecciones específicas, realicen actividades vinculadas a la memoria afro y un abordaje desde los derechos culturales. Esta dimensión territorial de la gestión debe considerar las particularidades étnicas de cada comunidad.

Tabla 1 - Bibliotecas por región y población afro

	Departamentos	Bibliotecas Municipales	Cantidad de población total	Cantidad Población Afro
Región 1	Artigas, Salto y Paysandú	21	311.380	29.109
Región 2	Rivera, Tacuarembó y Durazno	32	250.634	30.034
Región 3	Maldonado, Lavalleja, Cerro Largo y Treinta y Tres	41	424.035	28.661
Región 4	Río Negro, Soriano, Colonia y Flores	31	285.613	10.590
Región 5	San José, Florida, Canelones y Montevideo	50	2.014.652	156.680

Fuente: Elaboración de las autoras (Datos obtenidos del Censo 2011 y del sitio de la Biblioteca Nacional del Uruguay)

La Región 1 cuenta con 21 bibliotecas públicas para servir a una población de 311.380 personas y lo que resalta es que en Artigas tienen 7 bibliotecas en una población de 73.378 personas mientras que Paysandú casi duplica la cantidad de población – tiene 113.124 habitantes – y sólo tiene ocho bibliotecas públicas. Además, si tenemos en cuenta los objetivos de la norma en cuanto al personal capacitado para llevar adelante el sistema, también es inconsistente ya que carecen del mismo en la región.

La Región 2 cuenta con 32 bibliotecas públicas para servir a un total de 250.634 habitantes. En el departamento de Rivera, existen 4 bibliotecas para 103.493 habitantes mientras que Durazno triplica el número de bibliotecas para la mitad de población total. El único departamento que cuenta con bibliotecólogo en la región es Rivera.

La Región 3 cuenta con 41 bibliotecas públicas para servir a un total de 424.035 habitantes. Se destacan Maldonado que tiene 10 bibliotecas en una población de 164.300 habitantes y Rocha que con una población de 68.088 personas cuenta con 14 bibliotecas, en el otro extremo se ubica Cerro Largo que tiene 4 bibliotecas para atender a un total de 84.698 habitantes. Maldonado y Cerro Largo cuentan con 1 bibliotecólogo mientras que en Lavalleja, Rocha y Treinta y Tres no hay.

En la Región 4 existen 31 bibliotecas públicas para servir a una población total de 285.613 personas. Soriano es quien cuenta con un número mayor de bibliotecas, 12 para 82.595 habitantes, mientras que es Colonia el que tiene mayor cantidad de población, 123.203

personas y en el departamento existen 9 bibliotecas públicas. Flores con 25.050 habitantes tiene 3 bibliotecas, a excepción de este departamento todos cuentan con profesionales bibliotecólogos o estudiantes de la carrera.

La Región 5 cuenta con 50 bibliotecas públicas para servir a 2.014.652 habitantes. Se destaca que en Canelones cuentan con 25 bibliotecas y 5 bibliotecólogos para 520.187 personas mientras que Montevideo, capital del país, duplica ampliamente el número de personas y cuenta con 19 bibliotecas y 13 bibliotecólogos. Mientras que tanto en San José – con 108.309 habitantes - como en Florida – con 67.048 habitantes - hay 3 bibliotecas y en ambos departamentos carecen de personal formado en bibliotecología.

El artículo 6 dispone la creación de un Registro Nacional de Bibliotecas Públicas. Este instrumento es clave para el diseño de políticas públicas basadas en evidencia. La inclusión en el registro debería acompañarse de mecanismos de diagnóstico participativo, que recojan datos sobre los perfiles sociales, culturales y étnicos de las comunidades atendidas, así como sobre las prácticas bibliotecarias existentes. De esta forma, el registro no solo tendría una función administrativa, sino también estratégica, orientada a fortalecer la equidad en el acceso y la calidad de los servicios.

El artículo 7 crea la Comisión Asesora del Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, integrada por representantes del Ministerio de Educación y Cultura, la Biblioteca Nacional, la Universidad de la República y los gobiernos departamentales. Aunque la ley no prevé de forma explícita la inclusión de representantes de colectivos sociales o comunidades étnicas, esta omisión puede y debe ser subsanada en la práctica a través de mecanismos de consulta y participación ampliada. Incorporar voces afrodescendientes o indígenas en el diseño de políticas bibliotecarias es una medida concreta hacia la democratización del sistema. Consideramos que esta articulación de instituciones puede ser un canal maravilloso para visibilizar los aportes afrodescendientes a la historia y la cultura uruguaya a través de colecciones, exposiciones y programas específicos de memoria local

El artículo 8 designa a la Biblioteca Nacional como responsable de la planificación, supervisión y coordinación técnica del sistema. Este rol rector implica responsabilidades en la orientación de políticas

inclusivas. Una Biblioteca Nacional que asuma esta tarea desde una visión plural, que incorpore la interculturalidad como principio rector, podrá diseñar lineamientos que estimulen la producción bibliográfica afrodescendiente, la formación crítica de los y las bibliotecarias, y el desarrollo de una política de colecciones que combata la invisibilización de ciertos saberes. Como buena práctica consideramos que se debe incluir la formación obligatoria en temas étnico-raciales, derechos culturales y enfoques interseccionales para quienes ocupen cargos de jerarquía, conducción o asesoramiento técnico.

El artículo 9 determina múltiples cometidos, desde proponer políticas hasta evaluar servicios y desarrollar actividades de extensión. Enfatizamos que este enfoque participativo, por ejemplo, la creación de Comisiones de Apoyo conformadas por la comunidad habilitaría el vínculo con las organizaciones civiles afrodescendientes, asimismo la evaluación en los servicios posibilitaría realizar estudios de usuarios, una acción clave para identificar barreras raciales en el acceso. Desde la sociedad civil organizada se podrá exigir el desarrollo de colecciones especializadas, actividades de mediación cultural antirracista o la inclusión de espacios de memoria oral.

Finalmente, el artículo 10 faculta al Poder Ejecutivo a reglamentar la ley. Esta reglamentación es el paso donde se define el alcance operativo de los principios proclamados. Es fundamental que esta instancia se construya con participación social, y que la reglamentación incorpore compromisos concretos con la diversidad, la equidad territorial, la inclusión de colectivos históricamente discriminados, y la formación ética y crítica de los recursos humanos del sistema. A sabiendas de que la formación técnica no garantiza la sensibilidad intercultural.

CONSIDERACIONES FINALES

Este análisis podría llegar a ser una hoja de ruta teniendo en cuenta que esta ley aún no está reglamentada lo que posibilitaría agregar modificaciones al texto que incluyan la perspectiva étnico racial.

La Ley 18.632 establece una base institucional sólida para el desarrollo del SNBP, pero no integra de forma explícita la dimensión

étnico-racial ni propone acciones afirmativas para garantizar la equidad en el acceso y en la participación de la población afrodescendiente. demuestra que existen brechas significativas que afectan a las comunidades más vulnerables.

Incluir la perspectiva afrocentrada en la planificación, implementación y evaluación del sistema es esencial para descolonizar las políticas culturales y fortalecer el rol transformador de las bibliotecas públicas, con el fin de minimizar las brechas significativas que afectan al colectivo afro en Uruguay.

Creemos imprescindible que en el marco de la Declaración de la Universidad de la Republica como Antirracista (2023) los y las bibliotecarios/as cuenten con formación en perspectiva étnico racial para garantizar servicios que reconozcan la diversidad, enfrenten prácticas racistas y discriminatorias y promuevan la justicia social.

Las bibliotecas públicas y los profesionales en su rol de mediadores pueden aportar al cambio cultural necesario para la convivencia en una sociedad culturalmente diversa. La promoción de la lectura y la alfabetización informacional, son determinantes para formar lectores competentes en esta llamada, *economía del conocimiento*, donde la información, el conocimiento y la educación, contribuyen sustancialmente al desarrollo de la sociedad en general y de los individuos en particular. Incluir la perspectiva afrocentrada en la planificación, implementación y evaluación del sistema sería esencial para descolonizar las políticas culturales y fortalecer el rol transformador de las bibliotecas públicas, con el fin de minimizar las brechas significativas que afectan al colectivo afro en Uruguay.

A modo de cierre, consideramos pertinente incorporar las reflexiones de Franciéle Carneiro (2025) sobre los fundamentos teórico conceptuales que distinguen, unen o entrelazan a la bibliotecología antirracista y a la bibliotecología negra. Y desde esa epistemología situada, construida desde los posicionamientos y miradas negras es que analizamos y pensamos la Ley 18.632, porque entendemos que una perspectiva racial es la que no solo se basa en la exigencia de políticas inclusivas o gestos institucionales, sino que requiere una revisión profunda de los marcos de legitimación del saber que dictan nuestra praxis bibliotecaria. Las bibliotecas públicas pueden y deben convertirse en espacios de creación de nuevas epistemologías, donde la memoria afrodescendiente no solo sea

reconocida sino parte central de los nuevos modos de conocer y narrar el mundo. Franciéle Carneiro Garcês-Da-Silva nos invita a reconocer esa tenue línea entre *inclusión y transformación* y de esta manera nos obliga a repensar el rol del profesional de la información como un sujeto político activo, un *advocacy* afrocentrado comprometido con la justicia racial y cognitiva.

REFERENCIAS

- CABRERA, Magela. Políticas públicas de lectura: el caso de Uruguay. **Informatio**, Montevideu, v. 19, n. 1, p. 52–65, 2014.
- CASTELLS, Manuel. **La era de la información**. Madrid: Alianza, 1998.
- CERETTA, Gladys. Lectura, inclusión social: una visión desde la bibliotecología. [Ponencia]. En: IX **Congreso Latinoamericano para el Desarrollo de la Lectura y la Escritura**. Montevideo, 2007.
- COMISIÓN DE EDUCACIÓN Y CULTURA, C.R. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. En: **Diario de Sesiones**, ROU, n.º 3622, 08 dic. 2009. [en línea].
- GARCÊS-DA-SILVA, F. C. La línea tenue que une y separa: fundamentos teórico-conceptuales entre Bibliotecología Negra y Bibliotecología Antirracista. **Palabra Clave**, La Plata, v. 14, n. 2, p. e242, 2025. DOI: 10.24215/18539912e242.
- IFLA/UNESCO. **Manifiesto por la Biblioteca Multicultural**. [online]. [S.l.], 2008. Disponible en: <http://www.ifla.org/node/8976>. Acceso: 20 abr. 2025.
- KILOMBA, Grada. Fanon, Existência, Ausência. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2022. p. 7–17.
- LAO-MONTES, Agustín. Hilos descoloniales: trans-localizando los espacios de la diáspora africana. **Tabula Rasa**, [s.l.], n. 7, p. 47–79. 2007.
- LOWI, Theodore. Políticas públicas, estudios de caso y teoría política. En: LOWI, Theodore et al. **La hechura de las políticas**. México: Miguel Ángel Porrúa, G.E., 1994.
- MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. **Revista Memória em Rede**, [s.l.], v. 13, n. 24, p. 252–273, 2021.
- SEGATO, Rita L. Introducción: Políticas de la identidad, diferencia y formaciones nacionales de alteridad. En: SEGATO, Rita L. **La nación y sus**

otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007. p. 15–36.

URUGUAY. Ley nº 13.318. Artículo 49. Crease el Instituto del Libro. **Diario Oficial**, Montevideo, 28 de diciembre de 1964.

URUGUAY. Ley nº 18.632, de 28 de agosto de 2009. Declárese de interés público los servicios bibliotecarios en todo el territorio nacional. **Diário Oficial**, Montevideo, 28 ago. 2009.

URUGUAY. Ley nº 19.122, de 21 de agosto de 2013. Establece disposiciones para promover la participación de las personas afrodescendientes en los sectores educativo y laboral. **Diário Oficial**, Montevideo, 21 ago. 2013.

CAPÍTULO 17

AS COTAS RACIAIS EM BIBLIOTECONOMIA: OUVIR PARA EDUCAR

Kariane Regina Laurindo

INTRODUÇÃO

Você já se perguntou o que são, como surgiu e para que servem as cotas raciais, mais precisamente a Lei 12.711/2012? Além disso, como a Biblioteconomia, um curso que tem por seu objetivo final possibilitar o acesso a informação pode ser uma promotora na divulgação da construção histórico e social das cotas raciais?

O presente capítulo pretende destacar pontos da pesquisa de doutorado em andamento que trata da percepção das cotas raciais pelos cotistas dos cursos de Biblioteconomia de universidades públicas do Brasil.

Este capítulo apresentará relatos de estudantes cotistas, buscando compreender como a herança do racismo, presente na estrutura social brasileira, impacta suas experiências nas universidades públicas. A análise crítica dessas vivências revelará as tensões e desafios enfrentados por esses estudantes em um ambiente historicamente marcado pela hegemonia branca.

A pesquisa justifica-se nos âmbitos, social e acadêmico, por possibilitar às Instituições de Ensino Superior Públicas (IES) identificarem como os alunos oriundos de cotas raciais percebem o preconceito por serem cotistas e o racismo por serem pessoas negras dentro das instituições. No âmbito acadêmico, justifica-se por ter uma escassa literatura que evidencie percepções de pessoas optantes por cotas, assim como sobre o racismo nos ambientes públicos de ensino

superior nacional, em especial, aquele vivido e percebido por ingressantes cotistas no campo biblioteconômico-informacional.

Metodologicamente, a pesquisa aqui mencionada está construída sob a metodologia da História Oral, que é adequada para alcançar o objetivo, pois ela, a história oral, compreende a subjetividade dos sujeitos, respeitando-os indiferente de pré-conceitos sociais. Para o âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação as entrevistas oriundas da metodologia de história oral representam uma fonte de informação, **o documento oral**.

Para compreensão das falas dos estudantes de Biblioteconomia serão analisadas suas falas sob a categoria: vivência como cotista racial e pessoa negra dentro da universidade, pois é dela que se pode compreender a perspectiva do estudante cotista racial dentro dos cursos de Biblioteconomia.

A RESISTÊNCIA SILENCIOSA NA ACADEMIA: AS AÇÕES AFIRMATIVAS

Lei Federal nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas para o ensino superior, determina a reserva de 50% das vagas em instituições vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), nos cursos de graduação das instituições de ensino superior e das instituições federais de ensino técnico e de nível médio.

Essas vagas são destinadas a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, das quais um percentual destina-se a candidatos autodeclarados pretos ou pardos e indígenas, incluindo também pessoas com deficiência, em proporção ao censo estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brasil, 2012), recentemente foi incluída uma porcentagem para pessoas remanescentes quilombolas (Verdêlio, 2023).

Contudo, voltemos ao tempo, o primeiro passo, e julgo o mais importante para a compreensão das políticas de ações afirmativas, principalmente a mencionada neste capítulo, é fazer saber que a Lei Federal nº 12.711/2012 é fruto de um árduo processo que só teve a materialização devido aos Movimentos Negros.

Além das cotas para o ensino superior, ainda na educação, o movimento negro mostra-se presente em cruciais vitórias obtidas,

para a população negra como, a inserção nos currículos escolares no ensino fundamental e médio de escolas públicas e privadas, da temática sobre a história e cultura afro-brasileira, bem como o estudo sobre Áfricas, com a tentativa de desconfigurar a tradição dos livros didáticos vinculados a estereótipos racistas.

Esta ação do movimento negro originou a Lei 10.639/2003, ou nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ela estabelece as diretrizes e bases da educação nacional incluindo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira tanto no âmbito público quanto na educação privada (Brasil, 2003).

A lei das cotas raciais é uma conquista indiscutível do protagonismo histórico dos movimentos negros, persistentes nas ações de mobilização política e negociação junto ao poder público, de modo a pressionar a garantia de leis comprometidas com o combate às desigualdades sociais e à discriminação étnico-racial no Brasil, entre as quais a política reparativa das cotas raciais se destaca.

Mas do que proporcionar o ingresso de estudantes negros no ensino superior, o movimento negro, através das cotas estimula a composição de um projeto para a edificação de uma autoestima da população negra que por muito tempo foi subjugada a estereótipos.

Entre suas diretrizes, para o uso da Lei, destaca-se a exigência de que os candidatos ao ensino superior se autodeclarem como pretos, pardos, indígenas e mais recentemente remanescentes quilombolas. Mais uma reivindicação do movimento negro, que visa afirmar a identidade negra e promover a autoestima de um grupo que, por muito tempo, se sentiu envergonhado ou até mesmo negou sua cor.

A afirmação por meio de autodeclaração da população negra, há muito tempo é uma das bandeiras do movimento negro, que ao constatar no Censo Geral de 1980 apenas 5,8% da população se declarou preta. Mediante isso, o movimento negro com parcerias organizou a campanha “Não deixe a sua cor passar em branco- use o bom c/senso”, para o Censo Geral de 1990 (Jesus, 2024).

A campanha é uma tentativa de barrar as consequências psicológicas na população negra, advindas da ideologia do embranquecimento que tentou fazer do Brasil um país menos negro, essa ideologia criou estratégias que ocasionaram a população negra de ter vergonha de ser negro.

[...] um dos principais objetivos do projeto de embranquecimento foi a despolitização da população negra por meio da não identificação com a sua origem e pertença racial. [...] Nesse sentido, a ideologia do embranquecimento — que propagava que, por meio de relacionamentos interraciais entre “brancos” e “não brancos”, dentro de poucas gerações não existiriam mais negros, indígenas ou pessoas fenotipicamente mestiças no Brasil — parece ter atuado mais no enfraquecimento de uma consciência política racial, do que na real extinção desses povos. Se eu não me reconheço como negro, como reivindicar do Estado brasileiro algum tipo de reparação histórica pelo mal que ele impôs aos meus antepassados sequestrados e escravizados e que são diretamente responsáveis pela minha atual situação de subalternização, bem como pela manutenção da distinção entre brancos e não brancos, dominadores e dominados, colonizadores e colonizados? (Silva, 2023, p. 5,11).

Assim, a autodeclaração para o acesso das cotas raciais faz parte de uma campanha que por muito tempo promove a identidade e a valorização da população negra, permitindo que esses indivíduos se reconheçam e se afirmem em sua ancestralidade. As cotas são uma ressignificação da identidade racial negra. Esse processo visa contrabalançar os efeitos da ideologia do embranquecimento, que buscou silenciar e deslegitimar as vozes negras ao longo da história.

Ao se autodeclararem, os candidatos e candidatas não reivindicam apenas seu espaço nas instituições de ensino, mas também desafiam as narrativas que perpetuaram a vergonha e o apagamento de suas identidades. Desta forma, a autodeclaração torna-se uma ferramenta poderosa de resistência e afirmação, contribuindo para que todos possam se orgulhar de suas origens.

BIBLIOTECONOMIA, INFORMAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

E a Biblioteconomia, no decorrer da tentativa de uma equidade racial na sociedade, perante a educação? Como a área da Biblioteconomia contribuiu, ou não, na tentativa de tornar a sociedade justa e igualitária? Para tentarmos elucidar essas questões

precisamos rever o histórico da Biblioteconomia no país, e observar esse histórico em conjunto com a cronologia da história nacional.

A Biblioteconomia no Brasil, ao longo de sua história, tem evoluído de um papel de mera preservação de acervos para um agente ativo de transformação social. No entanto, sua trajetória está intrinsecamente ligada ao contexto étnico-racial do país, marcado por desigualdades históricas. Vejamos, de acordo com Russo (1966) e Castro (2000), em 1911 o Decreto 8.835 determina a criação do primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil realizado na Biblioteca Nacional (BN), sob pressão do então diretor da BN, Manuel Cícero Peregrino da Silva, com início das aulas no mês de abril de 1915.

Em uma linha temporal que temos a então abolição da escravidão em 1888, observa-se um intervalo de apenas vinte e três anos entre a libertação de pessoas que foram escravizadas por mais de 300 anos, e privadas de uma educação, e a criação do primeiro curso de Biblioteconomia do país. Talvez essa seria uma resposta aos questionamentos: como esperar que, em pouco mais de um século desde a Lei Áurea, Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888 (Brasil, 1888), as pessoas negras tivessem superado as profundas marcas da escravidão, quando as estatísticas ainda demonstram as desvantagens sociais, econômicas e educacionais dessa população?

O legado da escravidão ainda se reflete nas desvantagens sociais, econômicas e educacionais da população negra, impactando seu acesso a espaços de poder. A linha do tempo da Biblioteconomia no Brasil revela a interconexão entre a história das bibliotecas, a educação da população negra e um cenário político-eleitoral, evidenciando o racismo estrutural presente na sociedade. Bibliotecas e universidades, historicamente espaços eruditos, reproduzem dinâmicas de exclusão, marginalizando saberes tradicionais e perpetuando desigualdades raciais e sociais

A herança da escravidão permanece viva, impactando diretamente o acesso e a permanência dessas pessoas em espaços de poder, como a carreira docente em universidades públicas. A falta de representatividade de profissionais negros e a ausência de valorização de epistemologias não ocidentais reforçam a hegemonia eurocêntrica. No entanto, intelectuais e pesquisadores comprometidos com a reparação histórica e epistêmica desafiam essa hegemonia, abrindo

espaço para abordagens plurais e valorizando contribuições de populações invisibilizadas (Garcês-da-Silva, 2023).

Iniciativas como o Selo Nyota promovem a publicação de obras de autorias negras, indígenas e LGBTQIAP+ com vistas a democratizar o acesso ao conhecimento. A atuação de bibliotecárias e bibliotecários negros em diversos espaços informacionais configura a promoção das diversidades e da representatividade, de forma a transformar esses ambientes em espaços mais justos e acolhedores (Nyota, 2024). A presença de corpos negros em espaços tradicionalmente elitizados desafia as estruturas de poder e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

CONSTRUINDO IDENTIDADES: ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO SUPERIOR

A ciência, historicamente, desempenhou um papel significativo na criação e manutenção de concepções racistas. A psiquiatria, em particular, refletiu os preconceitos e valores da elite intelectual brasileira do século XX, como demonstrado na obra de Jurandir Freire Costa. Conceitos como “degeneração racial” e “periculosidade social” foram usados para justificar o controle social e a exclusão de grupos não-brancos, perpetuando desigualdades.

A psiquiatria, ao invés de se constituir como um saber neutro e objetivo, revelava-se como um instrumento de poder, a serviço da manutenção da ordem social e da legitimação das desigualdades (Costa, 2011, p. 45).

A identidade negra é profundamente afetada pelo racismo, que causa sofrimento psicológico e internalização de estereótipos negativos. Isildinha Baptista Nogueira, por exemplo, destaca como a cor da pele negra é associada a atributos morais e intelectuais negativos, algo que resulta em discriminação e violência. Segundo a autora, a branquitude é um acordo tácito para manter privilégios brancos que perpetua uma dinâmica de poder, onde pessoas negras são relegadas a papéis subalternos (Nogueira, 2021).

Sobre a branquitude, Cida Bento (2022, p 28), infere sobre o seu impacto,

O discurso europeu sempre destacou o tom da pele como base principal para distinguir status e valor. As noções de “bárbaros”, “pagãos”, “selvagens” e “primitivos” evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do outro nos grandes momentos de expansão territorial da Europa. [...] Analisando a visão do europeu sobre os não europeus, pode-se concluir que aquele ganhou em força e em identidade, uma espécie de identidade substituta, clandestina, subterrânea colocando-se como o “homem universal”, em comparação com os não europeus.

A busca pela aceitação leva à negação da negritude e à adoção de “máscaras brancas”, como explorado por Frantz Fanon (Fanon, 2008). Relações interraciais são marcadas pela internalização da inferioridade negra e pela objetificação sexual de corpos negros “Diante do negro, com efeito, tudo se passa no plano genital” (Fanon, 2008, p. 138).

Estudos pioneiros, como os de Virgínia Bicudo, demonstram que o preconceito racial persiste mesmo com a ascensão social, afetando a autoestima e a identidade de pessoas negras, de acordo com a autora, “O preconceito de cor, no caso brasileiro, é um fenômeno complexo, que se mantém mesmo quando as diferenças de classe são superadas.” (Bicudo, 2010, p. 112).

A ascensão social, para o sujeito negro, é um processo árduo marcado pela necessidade de desconstruir a própria identidade imposta pela hegemonia branca (Souza, 2021). Autores como Bicudo (2010), Souza (2021), Cida Bento (2022), Nogueira (2021) e Fanon (2008) evidenciam que, para ascender, o negro precisa, em certa medida, negar seus traços e vivências, como se estes não se encaixassem em um “novo mundo”. Essa dissociação não elimina as percepções internalizadas sobre “onde realmente deveria estar”, perpetuadas pelo projeto hegemônico da branquitude.

Nesse contexto, o negro e a negra no ensino superior representam uma transgressão. Suas presenças em espaços historicamente negados desestabilizam a hegemonia branca, quebrando narrativas únicas e construindo contranarrativas. Essa transgressão, embora positiva, gera perturbação no branco, que vê desmoronar um projeto de privilégios seculares. A relevância de obras como as de Bicudo (2010), Fanon (2008) e Souza (2021), mesmo

décadas após suas publicações, demonstra a persistência das estruturas de poder e a necessidade de constante luta por equidade.

Assim, movimentos como as associações negras brasileiras, que buscam resgatar a autoestima e construir novas narrativas se constroem em espaços de emancipação e reivindicações de pautas negras. A campanha “não deixe sua cor passar em branco” exemplifica a luta por reconhecimento e valorização da identidade negra. Bicudo (2010), em seus estudos, revela como o preconceito racial se manifesta desde a infância, e influencia as relações interpessoais de forma a perpetuar a rivalidade entre negros e negras, um mecanismo de controle da hegemonia branca.

A partir das lentes teóricas de Bicudo (2010), Fanon (2008) e Souza (2021) e Bento (2022), compreende-se que a desconstrução do projeto hegemônico da branquitude exige mais do que a simples autodeclaração como negro ou negra. É necessário um processo de “tornar-se negro”, conforme infere Neusa Souza, consciente das cargas e desafios que essa identidade acarreta. Contudo, o ingresso no ensino superior representa um avanço significativo, impulsionando a ascensão social e a recuperação da autoestima da comunidade negra.

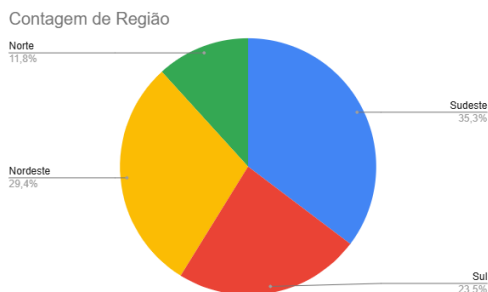
A construção de uma identidade negra positiva, livre de estigmas racistas, é fundamental. Neusa Santos Souza destaca a necessidade de reconhecer a negritude como um ato político, “A possibilidade de construir uma identidade negra - tarefa eminentemente política [...]” (Souza, 2021, p.116), e de superar os efeitos clínicos da busca por um ideal branco. A luta pela identidade negra é uma busca por justiça e igualdade, enfrentando o racismo internalizado e construindo uma sociedade mais justa.

A pesquisa busca, então, compreender quem é o negro no ensino superior contemporâneo. Será que ele ainda se encontra aprisionado em uma psique que o exclui desses espaços, ou a história está sendo reescrita?

RESULTADOS

A pesquisa aqui representada obteve 16 pessoas participantes, divididas em universidades federais e estaduais públicas entre as regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Norte do Brasil, a saber:

Figura 1 – Legenda da figura.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A análise dos dados revela um panorama diversificado e relevante sobre a presença da população negra no ensino superior brasileiro. A diversidade geográfica dos participantes, que vêm de várias regiões do país, mostra como o acesso ao ensino superior pode ser amplo para essa população.

A faixa etária predominante, em torno dos 20 anos, tendo o participante mais velho 35 anos, indica a diversidade de trajetórias acadêmicas e experiências de vida. A autodeclaração racial, majoritariamente como pretos, com variações para pardos e negros (Alguns participantes, quando questionados sobre sua autodeclaração racial entre pretos ou pardos, preferiram usar o termo negro. A opção foi respeitada), demonstra a complexidade da identidade racial e a necessidade de sensibilidade na abordagem do tema.

A presença em diversas universidades federais e estaduais, como Universidade do Estado de Santa Catarina, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal Fluminense, evidencia o impacto das políticas de cotas e ações afirmativas no acesso ao ensino superior.

A trajetória escolar da maioria dos participantes, com ensino médio em escolas públicas, reforça a importância das políticas de inclusão social. A situação laboral dos estudantes, com muitos bolsistas de iniciação científica ou permanência, e alguns conciliando

estudos com trabalhos informais ou formais, destaca a necessidade de apoio financeiro para garantir a permanência no ensino superior.

A progressão acadêmica, com estudantes em diversas fases do curso, desde o primeiro até o nono semestre, demonstra a diversidade de experiências e a superação de desafios para a conclusão dos estudos.

Os dados destacam a relevância das políticas de cotas e ações afirmativas para o acesso e permanência de estudantes negros no ensino superior, a necessidade de políticas e programas que atendam às necessidades específicas dessa população, a importância do apoio financeiro para garantir a permanência dos alunos, e a persistência de desafios a serem superados para garantir a igualdade de oportunidades no ensino superior.

PERCEPÇÃO E VIVÊNCIAS DOS ESTUDANTES COTISTAS NOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA

Menciono que o presente capítulo aborda um recorte de pesquisa de tese. Assim, os dados aqui apresentados são apenas uma fração de pesquisa de doutorado em desenvolvimento. Assim, no que tange aos relatos das pessoas participantes recorrer a pesquisa na íntegra irá permitir melhor compreensão do estudo.

Compreender a percepção da comunidade “estudante cotista racial” dentro das universidades, bem como dos cursos de Biblioteconomia, é também uma assimilação da conjuntura social na qual a população negra compreende-se na sociedade. Desta maneira, a percepção e vivência desses estudantes a história oral deles é compreendida dentro das categorias: a) compreensão da política de cotas raciais antes de optar pelo seu uso; b) razão pela escolha da política de ação afirmativa para o ingresso na universidade pública; c) motivação da escolha pelo curso de Biblioteconomia; d) vivência como cotista racial e pessoa negra dentro da universidade; e) percepção sobre a efetividade da lei no acesso e permanência no ensino superior. Como mencionado anteriormente para o presente capítulo será tratado apenas da categoria (d). Para esta categoria os discursos foram diversos, respeitando as complexibilidades e subjetividades de cada participante. Para as pessoas participantes estarem em uma universidade é a perspectiva de uma mobilidade social.

Quanto as suas vivências, elas são distintas em algumas experiências, mas se assemelham quanto as suas percepções de reconhecimento corpóreo com semelhante. Mesmo com as cotas possibilitando o ingresso de pessoas negras nas universidades, os estudantes ainda se distinguem da maioria dos alunos,

[...] a UFMG Continua em maioria branca e eu não acho que isso é certo porque a Faculdade Federal ela é gratuita e ela deveria ser para pessoas de baixa renda e não é o caso ela é para pessoas ricas que tiveram como estudar pro Enem de uma forma com qualidade [...] (dados da pesquisa, 2025, participante 1).

[...] uhum então então primeiro que UFMG é aquela coisa que assim a gente pensar ai meu Deus só porque é público e tem, não é um... e a gente sabe, ela é elitista é um lugar de pessoas brancas [...] (dados da pesquisa, 2025, participante 2).

[...] eu que tô, é no campus saúde tem muitos profissionais negros na limpeza, por exemplo, jardineiro, as moças que limpam o banheiro, quem fica na na portaria, os homens que ficam na portaria, mulheres que ficam na portaria, já a gente assim eh como estudante, somos poucos e na biblioteconomia menos ainda né, então, eu acho que a biblioteconomia em si por ter esse caráter assim mais elitizado [...] (dados da pesquisa, 2025, participante 8).

[...]dentro do campus que eu tô, dentro da faculdade que eu tô, eu não vejo ainda essa igualdade ou essa Equidade racial não. Vejo, por exemplo, uma coisa que eu acho muito pertinente eu conclui que, por exemplo, no RU (restaurante universitário) ou o pessoal da limpeza, ou da universidade a maioria é negra. A maioria são de pessoas negras assim o pessoal que trabalha com a questão, são as terceirizadas né que trabalham com a manutenção da Universidade. De tempos e tempos tem gente, tem muita muita obra dentro da faculdade né até ali que é um Campos antigo e é a maioria negro assim eu vejo muita muitas meninas da minha idade poucos anos trabalhando na limpeza sabe eu vejo mais pessoas negras trabalhando na limpeza na a infraestrutura do prédio, ali no RU, na recepção, Ah no RU na parte da cozinha servindo a maioria é negro aí... [...] Eu já contei a maioria das pessoas que trabalham nas terceirizadas dentro

da Universidade são negras e aí como é que eu não vejo essa mesma coisa dentro do da minha sala de aula. Sabe, eu tive muita muitas vezes eh, eu peguei cadeira que eu era a única pessoa negra sabe? [...] (dados da pesquisa, 2025, participante 10).

Quando a busca de um reconhecimento entre os professores a distinção é ainda mais gritante,

[...] são três professores que se consideram pretos, eh temos esses três de um total de 44 professores né?! 44 professores temos três professores que se declaram pretos e dois desses professores não são de Biblioteconomia [...] (dados da pesquisa, 2025, participante 6).

[...] assim eu acho que tem tipo uns 20 (professores) e são duas pessoas negras [...] (dados da pesquisa, 2025, participante 12).

[...] bem ainda não conheci todos os professores, mas só tem um negro uhum, só um até o momento só vi um negro [...] (dados da pesquisa, 2025, participante 13).

[...] tenho só um professor negro, e ele não é brasileiro [...] (dados da pesquisa, 2025, participante 15).

Quanto a sua percepção sobre experiências de racismo vividas dentro da universidade e sobre algum constrangimento por ser cotista racial,

[...] a minha entrada na universidade foi bem foi bem caótica porque eu sofri racismo por parte da assistente social. Que que aconteceu? Eu entrei e daí precisava de requisitos para você conseguir o auxílio, emergencial e o eu tentei o PRAF só que o PRAF só ia entrar em vigor meses, depois e daí eu tentei o emergencial que é um valor que a universidade dá até o PRAF vir né efetivamente só que eu tinha toda a documentação me encaixava nos requisitos que a universidade pedia e simplesmente não veio, e a assente social não me dizia o porquê, e daí eu tive que falar com os professores eh do departamento [...] (dados da pesquisa, 2025, participante 3).

[...] a universidade ela eh ao mesmo tempo que ela acolhe ela expulsa seus alunos entendeu, então tipo assim eu já vi, por exemplo, tinha muitas mulheres trans no meu curso na faculdade na universidade né?! E que hoje elas são prostitutas são negras e mulheres negras né [...] (dados da pesquisa, 2025, participante 16).

[...] minha turma nunca tive esse tipo de situação uma situação que foi racista mas foi mais não sei se você já ouviu que pessoa falar que é racista a nível Senhorita Morello (Personagem da sério estadunidense *Todo Mundo Odeia o Cris*), né ela tem preconceitos e ela acha mas ela não é uma pessoa ruim, mas, ela tem alguns umas perspectivas diferentes tinha uma, professora que ela quando eu falei né?! No início você tem que se apresentar e a gente tava online por conta da pandemia. E aí ela falou, “A gente todo mundo se apresentou” não sei o que... quando chegou minha vez eu falei eu sou uma aluna né?! Quilombola não sei que... não sei que lá, aí eu falei né?! meus pais minha mãe é negra e meu pai é meio indígena e ela falou assim, “Abre a Câmera. Deixa eu ver essa Mistura Louca”. E aí eu falei assim ela tá brincando ela tá brincando com certeza não é verdade e aí ela falou assim, “Não abre a câmera. Abre a câmera sim pra gente ver”. E aí ela... eu tava sentada no quarto né?! Aí ela, “Mostra janela, mostra como é que é a casa, como é que aí”. Eu fui na cozinha aqui na frente né então o meu quarto tá de frente pra cozinha e ela, “Nossa geladeira, ar condicionado”. E aí eu virei pra janela tinha floresta, e ela, “Lá dentro da floresta”. E aí foi uma situação um pouco constrangedora, mas não foi alo que realmente me deixou triste achei mais engraçado do que triste [...] (dados da pesquisa, 2025, participante 12).

[...] assim né eu me senti eu acho que primeiramente assim muito vulnerável como se isso não foi comigo mas como se fosse também sabe por ser uma coisa assim tão perto uma coisa que foi uma pessoa do próprio curso é que se senti confortável para fazer isso sabe para uma professora para cercar uma professora numa escada se eh Se o racista fez isso com a professora para ele fazer com uma aluna que não tem a mesma autoridade é né é o mesmo que nada então acho que eu me senti assim vulnerável me senti eu acho que agora me fugiu a palavra

mas frágil eh diante de tudo isso [...] (dados da pesquisa, 2025, participante 18).

Sobre algum constrangimento por se cotista racial,

[...] não eu nunca senti vergonha de falar tá? mas quando eu entrei eu me senti um pouco insuficiente, eu me sentia eh como se as pessoas fossem extremamente inteligentes, e eu fosse uma pessoa muito burra e aí eu ficava, tentava ali superar estudava muito eu estudava muito muito mesmo porque eu achava que eu ia estar menos do que as pessoas né [...] (dados da pesquisa, 2025, participante 2).

[...] Então acho que fica um pouco assim sabe, o meu pessoal eu não tenho vergonha se alguém me perguntar vou falar entrei pela cota se não fosse a cota não estaria aqui na universidade mas eu acho que muitas pessoas devem ter esse estigma esse medo sabe, de ser julgadas por causa disso. Ah eu acho que seria um medo de ter a sua capacidade julgada porque você entrou com uma nota menor né?! Teoricamente então a pessoa ia pensar nossa, “Ai deve ser burra”, né [...] (dados da pesquisa, 2025, participante 1).

[...] então nunca me senti envergonhada de ter entrado com por cota, nunca me senti envergonhada por causa disso eu não acho que seja um motivo de vergonha eh e se eu tivesse que voltar no tempo eu entraria sim, claro que assim eu sou uma pessoa muito que eu não gosto de tirar o lugar do outro então se hoje né eu fosse entrar na universidade se eu fosse fazer o Enem e eu tivesse uma nota muito alta que eu saberia que eu entraria pela ampla concorrência eu não entraria por cotas [...] (dados da pesquisa, 2025, participante 6).

A análise dos relatos de estudantes cotistas revela um panorama complexo e multifacetado sobre suas vivências na universidade. Embora a política de cotas tenha possibilitado o acesso de um número maior de estudantes negros e negras, a estrutura universitária ainda reflete desigualdades raciais. A predominância de estudantes brancos e brancas, a concentração de profissionais negros e negras em funções de serviço e a escassez de professores negros e negras são fatores que contribuem para a sensação de isolamento e

invisibilidade relatada pelas pessoas participantes. Essa realidade evidencia a necessidade de ações que promovam a equidade racial em todos os níveis da instituição, desde o corpo discente até o corpo docente e técnico-administrativo.

Além das questões estruturais, os relatos também expõem experiências de racismo e constrangimento vivenciadas por estudantes cotistas. As situações relatadas, que variam desde discriminação por parte de funcionários até comentários racistas de professores e professoras, demonstram que a universidade, apesar de ser um espaço de conhecimento e diversidade, ainda reproduz práticas discriminatórias.

O sentimento de vulnerabilidade e a necessidade de provar constantemente sua capacidade são desafios enfrentados por estudantes cotistas, que, muitas vezes, se sentem como pessoas julgadas e estigmatizadas. A superação desses obstáculos exige um compromisso institucional com a promoção de um ambiente acolhedor e antirracista, onde a diversidade seja valorizada e respeitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo é um recorte da tese de doutorado que tem por objetivo geral identificar a percepção dos ingressantes por cotas raciais, dos cursos presenciais de Biblioteconomia de instituições públicas brasileiras, sobre suas vivências enquanto sujeito negro que é optante pela política de cotas raciais.

Para este capítulo objetivou-se apresentar algumas falas de estudantes que apresentam suas vivências como cotista racial e pessoa negra dentro da universidade. Em suma, a análise preliminar das vivências de estudantes cotistas dos cursos de Biblioteconomia revela que, embora a política de cotas tenha expandido o acesso ao ensino superior para estudantes negros e negras, as universidades ainda reproduzem significativas desigualdades raciais.

As pessoas estudantes relatam um ambiente predominantemente branco, com profissionais negras concentradas em funções de serviço e uma notável escassez de professoras e professores negros, o que gera sentimentos de isolamento e invisibilidade. Além disso, vivenciam situações de racismo e

constrangimento, desde discriminação por funcionários até comentários preconceituosos de professores e professoras, impactando sua sensação de pertencimento e demandando um esforço constante para provar sua capacidade.

A pesquisa aponta, assim, para a urgência de ações institucionais que promovam a equidade racial em todos os níveis da universidade, construindo um ambiente verdadeiramente acolhedor e antirracista.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Marcos Chor Maio. (org.). São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010. 192 p.

BRASIL. [Constituição (2012)]. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012.

BRASIL. Constituição (1888). **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 1888.

BRASIL. **Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2023.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira: perspectiva histórica**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000. 287 p.

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil :um corte ideológico**. Garamond: Rio de Janeiro, 2011. 144 p.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Quem quer (pode) ser negro no Brasil ?**. 1. ed.; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021. 192p.

NYOTA. **Sobre**. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/sobre>. Acesso em: 09 out. 2024.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A Biblioteconomia brasileira**: Rio de Janeiro: INL, 1966. 357p.

SILVA, Dayana K. Melo da. Construção e Desconstrução da Identidade Parda como Identidade Negra em Narrativas das Redes Sociais Digitais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: Intercom, 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 1. ed. 3. reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

VERDÉLIO, Andreia. Atualização da Lei de Cotas inclui quilombolas e reduz teto de renda: Novas regras valem para edição do Sisu de janeiro de 2024. **Agência Brasil**, Brasília, 2023.

CAPÍTULO 18

PSIU! O SILÊNCIO DENTRO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE a DESCOLONIZAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Susy dos Santos Pereira

INTRODUÇÃO

Sempre me vem à mente aquela figura estereotipada da pessoa bibliotecária no balcão de empréstimo, pedindo silêncio aos leitores. Mas que tipo de silêncio, afinal, é esse que tanto celebramos com orgulho? Seria o silêncio da escuta atenta ou o da invisibilidade forçada no qual compactuamos como profissional?

Este capítulo nasce justamente da ruptura com esse silêncio. Ele emerge da necessidade urgente de narrar a própria história, de reconhecer e afirmar a trajetória construída com dedicação, sensibilidade e resistência. Como se costuma dizer, a biblioteca cansou de permanecer calada – chegou a hora de fazer-se ouvir.

Santana (2023, p. 16) afirma que narrar a própria história não é algo considerado fácil, são movimentos que “[...] oferecem a oportunidade de encontro consigo”, minha história se assemelha ao exemplo dela tenho 45 anos, mas só há 5 anos me descobri negra, cresci em uma família me entendendo como uma pessoa branca, isso porque, desde muito nova, alisava o cabelo.

Lembro como se fosse hoje do meu confronto com o espelho e do desejo insistente em alisá-lo. Meu cabelo crescia para cima, e eu me sentia fora do padrão de beleza socialmente disseminado como

bem ressoa Kilomba (2019, p. 128, grifos meus): “[...] esse processo de ter de fabricar sinais de branquitude, tais como cabelos alisados, e *encontrar padrões brancos de beleza, a fim de evitar a humilhação pública*, é bastante violento.”

Com o passar do tempo, comecei a sentir que algo não se encaixava. Esse estranhamento se intensificou quando era mestranda em Educação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, ao cursar uma disciplina em 2017, a professora em questão abordava a representatividade e, em certo momento, chamou a atenção da turma dizendo: *“Aqui temos apenas dois negros na sala de aula”*, referenciando a mim. Eu naquele momento, não me reconhecia como tal. Acredito que esse sentimento vinha do fato de eu ter a pele clara, logo a falta desse reconhecimento me deixou inquieta, e foi justamente a partir daí que me descolonizou.

Nesse ínterim adveio a pandemia e ela representou para mim um marco de transformação profunda em 2020. Foi nesse período de recolhimento e autoanálise que tomei a decisão de abandonar o uso de formol nos meus cabelos – uma escolha que, durante anos, simbolizou uma tentativa de adequação a padrões que não me representavam mais. Decidi, enfim, como ato político a acolher a verdadeira natureza dos meus fios: crespos, vibrantes, crescendo para o alto, desafiando as direções impostas.

O tal do empoderamento se manifestou em mim por meio da aceitação dessa identidade que sempre esteve presente, mas que eu, até então, não havia reconhecido com a devida sapiência. Descobri que minha coroa sempre esteve na minha cabeça; eu apenas precisei aprender a enxergá-la. Esse movimento de autoaceitação também impactou diretamente minha prática profissional como bibliotecária.

Ancorada no tripé acadêmico, mais precisamente na Extensão, participei em 2024 do projeto de extensão ***CulturAção na UEMS: tessituras entre cultura, educação e arte***, organizado pela Prof.^a Dr.^a Luciana Henrique da Silva, na Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Foi nesse momento que surgiu outro *start*, que me tirou da zona de conforto e me fez começar a repensar a biblioteca dentro de outra perspectiva.

O PROJETO *CULTURAÇÃO* NA UEMS: TESSITURAS ENTRE CULTURA, EDUCAÇÃO E ARTE

Inspirado na teoria das culturas híbridas de Néstor García Canclini (1990), o projeto reconhece e valoriza a diversidade cultural, promovendo o diálogo intercultural e incentivando a reflexão crítica sobre o desenvolvimento cultural e social. A metodologia empregada foi estruturada em duas etapas: um diagnóstico participativo, para identificar as demandas e interesses da comunidade, e, em seguida, a realização de atividades colaborativas que favorecem a aprendizagem mútua. Ao fomentar a cultura e impulsionar o desenvolvimento social, o projeto se propôs contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, igualitária e democrática, tanto no âmbito universitário quanto na comunidade local.

Desta forma, comecei a refletir sobre que tipos de intervenções poderíamos realizar no projeto, assim adveio a ideia de fazer um a semana de atividades juntamente com a Prof.^a Dr.^a Luciana Henrique da Silva impulsionadas pelo dia da Consciência Negra que a partir de 2023 tornou feriado nacional pela lei nº 14.759/2023, do qual denominou-se I Semana da Consciência negra 2024:

Figura 1 – Lives transmitidas no Canal da UEMS de Paranaíba no Instagram.



Fonte: Cartaz de divulgação do evento.

Figura 2 - Mediação de leituras mediada pela Profa. Ma. Raissa Nunes Pinto na biblioteca UEMS de Paranaíba



Fonte: Cartaz de divulgação do evento

A seguir destaca-se algumas fotos das mediações de leitura, realizadas pelos acadêmicos dos cursos de Ciências Sociais e Pedagogia do Campus de Paranaíba, promovendo a interação das crianças convidadas de escolas municipais (Prof.ª Maria Luiza Correa Machado, Major Francisco Faustino Dias e Prof.ª Liduvina Motta Camargo) com os livros infantis cujo intuito foi combater desde da tenra idade o racismo estrutural, de desconstruir preconceitos enraizados pela sociedade, em destaque estão os livros infantis trabalhados: “O Pequeno príncipe negro” de Rodrigo França “Cada um com seu jeito, cada jeito de cada um” de Lucimar Rosa Dias, “Amoras” de Emicida, “Obax” de André Neves “Neginha, sim” de Renato Gama, “Antônia e os Cabelos que Carregavam os Segredos do universo” de Alan Alves Brito e “Letras de carvão” de Irene Vasco.

Figura 3 – Mediação da leitura realizada por acadêmicos do curso de Pedagogia e Ciências Sociais



Fonte: Mediação de histórias no recinto de Biblioteca (UEMS/Paranaíba), Arquivo pessoal da Prof.^a Rassa Nunes Pinto (2024)

Em uma das exposições conduzidas por uma acadêmica enquanto os livros infantis eram apresentados, uma criança comentou espontaneamente: “Olha, o cabelo dela parece com o meu!”. Ouvir essa fala foi profundamente comovente, era a confirmação de que estávamos no caminho certo – ver as crianças se reconhecendo nas histórias, representadas de forma positiva por personagens que valorizam o orgulho do cabelo, da cor, da cultura e da ancestralidade.

Na Figura 4, é possível observar a acadêmica do curso de Pedagogia narrando a história para as crianças.

Figura 4 – Crianças em atividade de leitura na Oca da Leitura



Fonte: Crianças em atividade na Oca da Leitura, Arquivo pessoal da Prof.^a Rassa Nunes Pinto (2024)

Atenta-se para cada elemento, pois foi cuidadosamente pensado para transformar a biblioteca em um espaço vivo de afeto, escuta e descobertas. Um exemplo disso é a Oca da Leitura – um cantinho simbólico que acolhe, convida ao imaginar e desperta o prazer de ler.

Fizemos também uma exposição fotográfica no espaço de biblioteca com alunos que se autodeclaram negros, evidenciando a estética negra como um ato político – uma afirmação do que fomos, do que somos e do que sempre seremos - cada cacho, cada trança carrega uma história que atravessa gerações.

Figura 5 – Acadêmica do curso de Pedagogia Zarina Luciano Zivane de Freitas, natural de Moçambique África



Fonte: Foto tirada pela ex-acadêmica, Fernanda Martins, direitos de imagem cedidos ao projeto de extensão “Projeto *CulturAção na UEMS: tessituras entre cultura, educação e arte*”

Figura 6 – Mural de exposição de fotos dos acadêmicos dos cursos de Direito e Pedagogia



Fonte: Foto tirada pela ex-acadêmica, Fernanda Martins, direitos de imagem cedidos ao projeto de extensão “Projeto *CulturAção na UEMS: tessituras entre cultura, educação e arte*”

A partir desse momento, novas reflexões impulsionaram minha prática. Passei a questionar a composição dos acervos bibliográficos e a perceber a existência de uma lógica racista que privilegia determinados grupos, um verdadeiro “racismo na inteligência” (Bourdieu, 2013). Sob essa perspectiva, comecei a considerar o acervo

bibliográfico como um dos meios de expressão política, que vão além dos processos de classificação, catalogação e organização nas estantes.

DESAFIANDO A LÓGICA RACISTA: A POLÍTICA DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO NA PERSPECTIVA CRÍTICA

Assim, ao reconsiderar o papel do acervo dentro da perspectiva política, pude identificar como a diversidade de autores e temas é crucial para oferecer uma representação mais justa e completa da sociedade

Desta forma, propus a refletir sobre a construção de uma biblioteca decolonial transformadora, voltada para os grupos subalternizados, como as populações indígenas, africanas e LGBTQIAPN+, além de repensar a educação, de modo geral, a partir de uma crítica à perspectiva colonizada:

Uma biblioteca decolonial seria, pois, o espaço ético e político de múltiplos discursos e de desvelamento e reflexão das relações de saber-poder. Tal transformação implica modificação do olhar e de suas ações, um movimento de decolonização desse olhar e dessas ações, que não tem um desfecho, com a inclusão de textos e autores invisibilizados, ‘esquecidos’, não legitimados a fazer parte desse espaço de poder, mas, sim, um começo. A presença da materialidade do livro das múltiplas autorias, sujeitos, culturas, conhecimentos subalternizados pelo pensamento colonial podem romper com o modelo que contribuiu para as invisibilizações e silenciamentos, e constituíram uma instituição e um acervo com os mesmos textos e autorias. (Tanus; Souza, 2022, s.p.).

A biblioteca universitária, tradicionalmente é vista dentro de uma representação reducionista, ou seja, se restringem a livros que contemplam os projetos políticos pedagógicos dos cursos, no entanto esta deve ser compreendida como protagonista cultural, um espaço que promove o desenvolvimento sociocultural e a formação crítica dos indivíduos. Sua atuação se entrelaça com a própria história da

formação humana, uma história marcada pela aplicação violenta do prestígio a determinados grupos.

A educação, nesse contexto, tem sido o principal instrumento para legitimar essas desigualdades. Um exemplo claro é a construção histórica da ideia de cultura: aqueles que detêm o poder de definir os padrões civilizatórios elevam certos costumes à condição de “cultura”, enquanto estigmatizam as práticas de outros grupos, classificando-as como “folclore”, reforçando os valores hegemônicos dos colonizadores. Assim, a biblioteca, ao mediar o acesso ao conhecimento e às diversas produções culturais, pode atuar na desconstrução dessas narrativas excludentes e na valorização das múltiplas vozes silenciadas ao longo da história.

No plano documental, em 2017, contávamos com a Política de Desenvolvimento de Coleções das bibliotecas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, instituída pela Resolução CEPE-UEMS nº 1.915, de 14 de novembro de 2017. No início deste ano, eu e mais quatro bibliotecárias decidimos revisar essa política, incorporando uma visão mais crítica que centralizasse a promoção da igualdade étnico-racial na constituição dos acervos. Nesse novo documento pude expor meu posicionamento incorporando “letras vivas” para o Art. 37, que trata da aquisição de materiais, mais especificamente o inciso VIII deste artigo:

Art. 37 A aquisição dos materiais seguirá a seguinte ordem de prioridades:

[...]

VIII - Materiais que assegurem a valorização da diversidade cultural, social e histórica, promovendo a representatividade, a equidade e a justiça informacional no acervo por meio de múltiplas perspectivas, incluindo abordagens críticas e decoloniais, garantindo o acesso amplo e democrático ao conhecimento (grifos meu).

Esta previsão normativa representa uma das formas de justiça informacional que se almeja sob ótica da Política de Desenvolvimento de Coleções da UEMS. No entanto, a promoção de novos materiais em nosso documento pressupõe a interseccionalidade com os projetos

político-pedagógicos (PPPs) dos cursos, pois o intuito é que estas ações se efetivem.

Ao tratar dos PPPs o universo que investigação se propôs analisar é o de Ciências Sociais da Unidade de Paranaíba, por ser um curso considerado matriz das ciências humanas que tem a capacidade de abarcar dentro de sua estrutura uma visão mais crítica, histórica e inclusiva, essencial para transformar o ensino e garantir a equidade no tratamento aos grupos minoritários dentro dos currículos e sob as escolhas bibliográficas.

As disciplinas detalhadas no Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Sociais da Unidade de Paranaíba são: “Estudos das Culturas Afro-Brasileiras”; “Estudos das Culturas Afro-Brasileiras II”; “Estudos de Gênero”, “Sexualidade e Direitos Humanos I”; “Estudos de Gênero”, “Sexualidade e Direitos Humanos II”; “Etnologia Indígena I”, “Etnologia Indígena II”; “Estudos Culturais Comparados I” e “Estudos Culturais Comparados II”.

Com base nas disciplinas identificadas foi possível verificar quais obras compõem as bibliografias básicas e complementares do curso, e, a partir disso, averiguar quais materiais estão disponíveis no acervo bibliográfico da instituição, conforme orientam as exigências curriculares.

Observou-se após análise que das 10 disciplinas ofertadas pelo curso que abordam temáticas associadas às minorias sociais, foram identificados 23 títulos na bibliografia básica destas disciplinas. Dentre esses títulos, sete possuem apenas um exemplar disponível no acervo físico da biblioteca, o que se espera conforme a diretriz de avaliação externa do Ministério da Educação que acervo físico deve ter a quantidade de exemplares que atenda a quantidade de matrículas oferecidas pela Instituição de Ensino Superior (IES), neste caso ainda podemos utilizar a regra de um exemplar para cada 10 alunos na bibliografia básica e dois exemplares para bibliografia complementar. No caso do curso de Ciências Sociais que oferece 40 vagas pelo menos o mínimo de quatro exemplares por título da bibliografia básica o acervo deveria possuir.

Observa-se que três títulos da bibliografia básica possuem apenas dois exemplares cada, o que indica uma carência de materiais de apoio para as disciplinas em questão. Além disso, um dado alarmante identificado na análise é que 14 títulos recomendados na

bibliografia complementar não possuem nenhum exemplar disponível no acervo físico da biblioteca.

Embora a biblioteca da nossa Unidade Universitária conte com um total de 16.038 exemplares em 2025, os recursos bibliográficos disponíveis não atendem adequadamente às necessidades do curso de Ciências Sociais, especialmente no que se refere às disciplinas voltadas para as questões das minorias sociais.

Esse diagnóstico que revela a ausência de livros vem refletir o histórico de silenciamento. É fundamental que se estimule a representatividade e a diversidade nos materiais de ensino, a fim de garantir uma formação mais inclusiva e abrangente.

ACHADOS

Ao refletir sobre meu papel como bibliotecária, compreendi a importância de tornar a biblioteca um espaço mais inclusivo e representativo. A partir disso, em parceria com outras instituições e profissionais, desenvolvi iniciativas que resultaram em diversas ações voltadas ao reconhecimento e à valorização dos grupos étnico-raciais. Assim, busquei refletir criticamente sobre a construção de uma biblioteca decolonial, com o objetivo de oferecer uma representação mais justa e ampla da sociedade, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como indígenas, africanos e LGBTQIAPN+.

Dado esse contexto se propôs uma transformação no papel da biblioteca, entendida para além de um repositório de livros, mas como um espaço ético e político, onde múltiplos discursos e saberes possam coexistir. A ideia é quebrar o ciclo de invisibilidade imposto por um acervo tradicionalmente centrado em vozes e perspectivas coloniais.

Nesse contexto, a biblioteca universitária muitas vezes foi vista de maneira reducionista, apenas como um repositório de livros ou um espaço que segue fielmente os projetos pedagógicos dos cursos. É importante adiantar que nem mesmo essas expectativas mais básicas estão sendo atendidas pela biblioteca. Dentro deste diagnóstico encontrado, defendo que a biblioteca deve se posicionar como protagonista cultural, atuando ativamente na desconstrução de

narrativas excludentes e promovendo a valorização de culturas e conhecimentos marginalizados.

Um exemplo positivo dessa mudança é a revisão da *Política de Desenvolvimento de Coleções* da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) que, em 2023, passou a priorizar a aquisição de materiais que assegurem a valorização da diversidade cultural, social e histórica.

A inclusão de “letras vivas” no artigo que trata da aquisição de materiais busca garantir representatividade e justiça informacional no acervo. Essa mudança normativa é um passo importante, mas ainda precisa ser implementada em sintonia com os projetos pedagógicos dos cursos.

Ao analisar o curso de Ciências Sociais da Unidade de Paranaíba especificamente, que aborda diversas temáticas relacionadas às minorias sociais políticas foram identificadas lacunas de materiais bibliográficos no acervo da biblioteca. Embora o curso ofereça disciplinas relevantes, como “Estudos das Culturas Afro-Brasileiras” e “Etnologia Indígena”, a bibliografia básica e complementar não atendem adequadamente às necessidades dos alunos. De 23 títulos na bibliografia básica, sete possuem apenas um exemplar, e 14 títulos recomendados na bibliografia complementar não estão disponíveis no acervo.

A análise revelou uma carência de materiais para essas disciplinas, que é particularmente preocupante dado o histórico de silenciamento de tais debates. Assim, entendo que há necessidade urgente de um ajuste no acervo da biblioteca, de modo a refletir mais adequadamente a diversidade e as questões sociais e étnico-raciais abordadas nos currículos. A mudança na política de aquisição de materiais é um passo importante, mas a real transformação dependerá da implementação efetiva dessas ações que promovam uma educação mais representativa.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. 2. ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2013.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad**. México: Grijalbo, 1990.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Biblioteconomia negra**: das epistemologias africanas à teoria crítica racial. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: Fósforo, 2023.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C.; SOUZA, Gustavo Tanus Cesário de Souza. Descolonizando os acervos das bibliotecas públicas: formação de coleções de literatura afro-brasileira. **Palavra clave**, La Plata, v. 12, n. 1, oct.-mar. 2022.

CAPÍTULO 19

SANTA BIBLIOTECONOMIA: A TRAJETÓRIA DE UMA BIBLIOTECÁRIA E EMPREENDEDORA NEGRA NO UNIVERSO DOS CONCURSOS

Thalita Gama

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo analisar e documentar a trajetória profissional de uma bibliotecária negra, com ênfase na consolidação da iniciativa *Santa Biblioteconomia* – uma proposta empreendedora de natureza educacional voltada à preparação de profissionais da informação para concursos públicos no Brasil. Trata-se de um estudo de caso com base em uma abordagem autobiográfica, ancorado em fontes como relatos pessoais, materiais digitais produzidos pela autora e registros públicos de sua atuação. A análise busca compreender os elementos estruturantes dessa trajetória, bem como os desdobramentos socioprofissionais decorrentes de sua inserção no campo da Biblioteconomia.

Este capítulo, de caráter autobiográfico, inscreve-se no esforço de refletir criticamente sobre as interseções entre identidade, profissão e agência, considerando os marcadores sociais que historicamente atravessam o campo informacional no Brasil. Parte-se do reconhecimento de que a presença de mulheres negras em posições de liderança e visibilidade na Biblioteconomia permanece restrita, apesar da relevância de suas contribuições para o desenvolvimento da área. Assim, a experiência aqui relatada adquire relevância não apenas no plano individual, mas como expressão de processos coletivos de memória, resistência, mobilização e produção de saberes.

A metodologia adotada fundamenta-se na narrativa profissional como ferramenta de investigação e reflexão crítica, permitindo a articulação entre dimensões subjetivas e estruturas sociais mais amplas. A partir dos aportes de Grada Kilomba (2019), propomos a descolonização do saber por meio da escrita que toma como centralidade nossos próprios corpos e os corpos de mulheres periféricas. Ao abordar a criação e o desenvolvimento da *Santa Biblioteconomia*, busca-se evidenciar as possibilidades de articulação entre a prática bibliotecária, o empreendedorismo educacional e o compromisso com a equidade no acesso ao conhecimento técnico e à formação para o setor público. A partir desse percurso, propõe-se uma leitura crítica das condições de possibilidade para o protagonismo de sujeitos historicamente subalternizados na construção de alternativas emancipatórias no campo da informação.

Somado a isso, inscreve-se nesta abordagem o conceito de memória social, compreendido como um processo ativo de seleção, rememoração e projeção de sentidos no tempo. Segundo Gondar (2005), a memória social implica escolhas sobre o que conservar e o que interrogar, sendo um exercício que conecta o passado às expectativas de futuro, desenhando as vidas que se deseja viver. Em sua perspectiva, a memória não é um território fixo ou estático, mas polissêmico e atravessado por múltiplas disciplinas e interpretações (Gondar, 2008). Assim, ao narrar uma trajetória pessoal-profissional, este artigo também constrói e reinscreve uma memória social coletiva, evidenciando como experiências individuais de superação e criação podem se tornar referências para outras trajetórias negras e periféricas no campo informacional. Dessa forma, propõe-se uma leitura crítica das condições de possibilidade para o protagonismo de sujeitos historicamente subalternizados na construção de alternativas emancipatórias no campo da informação.

CONTEXTO SOCIAL E IDENTITÁRIO

A trajetória profissional analisada neste trabalho está profundamente vinculada a um contexto social atravessado por múltiplas interseccionalidades. Trata-se de uma mulher negra, oriunda do estado do Rio de Janeiro, cuja inserção no campo da Biblioteconomia ocorre em meio a barreiras estruturais

historicamente impostas às populações negras e periféricas no Brasil como os desafios das longas distâncias entre o local de residência e a universidade.

Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável (Ribeiro, 2016, s.p.)

A experiência aqui examinada evidência como marcadores sociais de diferença influencia diretamente as possibilidades de acesso, permanência e protagonismo no mercado de trabalho e nos espaços formais de formação.

Embora a Biblioteconomia brasileira sustente um discurso comprometido com a democratização da informação, observa-se, ainda, uma predominância de perfis homogêneos nos espaços de prestígio acadêmico e profissional. Conforme destaca Costa (2023), a mulher negra é frequentemente posicionada como "ralé estrutural", sendo excluída socialmente e invisibilizada no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil. Essa marginalização impede que suas experiências e saberes sejam devidamente reconhecidos e valorizados no campo informacional. A sub-representação de pessoas negras, em especial de mulheres negras, em instâncias decisórias e em contextos de visibilidade intelectual aponta para a persistência de desigualdades estruturais que moldam a distribuição de oportunidades e o reconhecimento de saberes.

Nesse cenário, a ambição e escolha pela carreira pública emerge como uma estratégia recorrente de mobilidade e ascensão social, especialmente entre jovens oriundos de contextos socioeconômicos vulnerabilizados. No entanto, o percurso até a aprovação em concursos públicos envolve desafios que transcendem o domínio técnico, exigindo acesso a materiais especializados, tempo para estudo, orientação metodológica e suporte emocional – elementos que, em muitos casos, não são distribuídos de forma equitativa.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

A trajetória acadêmica que nos leva até a criação da empresa Santa Biblioteconomia, teve início na aprovação do vestibular de 2009 para o curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Aprovada em primeiro lugar (em uma época que não existiam cotas raciais nas universidades federais) e recebendo incentivo e reconhecimento dos familiares, assim como da comunidade escolar, esse foi um momento de alegria e expectativa de novas possibilidades através da educação.

Durante a graduação, a trajetória educacional foi marcada por desafios recorrentes, tais como a necessidade de planejamento financeiro para custear despesas com alimentação e transporte, longas jornadas no trânsito e a conciliação entre carga horária das disciplinas e as exigências dos estágios. A temática e representação negra dentro da Biblioteconomia neste período era praticamente inexistente. Silva (2022) nos relembra que na construção do currículo da área no Brasil “houve uma escolha pelo modelo branco de Biblioteconomia estadunidense no ensino, epistemologias, conceitos e teorias.”

A conclusão do curso de graduação ocorreu no início de 2013. Ainda no decorrer da formação acadêmica, delineou-se o projeto de ingresso na carreira pública, impulsionado por fatores objetivos e estruturais, entre eles a busca por estabilidade profissional, segurança econômica e reconhecimento da atuação do bibliotecário no serviço público.

A preparação para concursos públicos teve início efetivo em 2012, sendo um período marcado por entraves como a escassez de materiais bibliográficos exigidos em editais e a ausência de orientações metodológicas sistematizadas. Tais lacunas evidenciam o descompasso entre a formação acadêmica e as exigências práticas do mercado de trabalho, sobretudo no âmbito da administração pública.

A participação em um curso preparatório ainda durante a graduação foi determinante para a superação das barreiras iniciais. Nesse espaço, foram estabelecidas conexões com outros candidatos, formando-se um coletivo de estudos que funcionou como ambiente de troca de saberes, apoio emocional e estímulo mútuo – elementos essenciais à continuidade do projeto de aprovação.

A utilização da biblioteca da universidade, igualmente foi essencial nesses primeiros passos de aprendizado. Conforme apontou Castrillón (2011, p. 37) “muitas vidas poderiam ser salvas e muitos seres humanos viveriam de maneira mais digna se o acesso à informação fosse realmente universal”. Neste contexto, a utilização dos computadores, acesso aos livros e orientação bibliográfica foram alavancas no processo de estudo e entendimento do ecossistema de saberes necessários para um bibliotecário.

OS PRIMEIROS PASSOS NA VIDA PROFISSIONAL

Após a colação de grau, o período de transição para o mercado de trabalho foi inicialmente marcado pelo desemprego, uma condição comum entre recém-formados. O ingresso como bibliotecária no quadro funcional do SEBRAE-RJ, em junho de 2013, representou o primeiro passo concreto na trajetória profissional e contribuiu para a aquisição de competências que, posteriormente, seriam aplicadas no campo do empreendedorismo educacional.

Essa experiência institucional favoreceu o desenvolvimento de estratégias de gestão do tempo, organização dos estudos e planejamento de carreira. O contato com uma organização voltada ao fomento do empreendedorismo estimulou, ainda que de forma inicial, a internalização de uma mentalidade empreendedora. A conciliação entre as atividades laborais em tempo integral e os estudos voltados aos concursos revelou-se formadora, exigindo resiliência, disciplina e capacidade de adaptação. Conforme afirma Lankes (2016, p.70):

É preciso ter acesso ao conhecimento. Depois de ter o acesso, é necessário compreender como usá-lo. Quando se sabe como usá-lo, deve se sentir seguro ao usá-lo. Por último, mesmo tendo acesso e conhecimento, e sentindo-se seguro, é preciso querer usar o conhecimento.

O acesso ao conhecimento, embora essencial, não é suficiente por si só – ele precisa ser compreendido, apropriado com segurança e, sobretudo, desejado como ferramenta de ação. Destaca a dimensão subjetiva do saber, apontando para a importância do engajamento crítico na construção do conhecimento.

A análise dessa trajetória permite vislumbrar como sujeitos historicamente subalternizados constroem caminhos de agência a partir da reorganização de saberes e da constituição de redes colaborativas. Tais estratégias operam como formas de enfrentamento às desigualdades e possibilitam a ocupação de espaços historicamente negados. A atuação como educadora e empreendedora evidencia uma postura crítica e propositiva diante da realidade social, revelando o caráter político e transformador da prática profissional em contextos marcados por exclusão. Nessa perspectiva, a construção dessa trajetória também pode ser compreendida como uma forma de produção de memória social, entendida como um processo ativo de seleção e ressignificação de experiências no presente com vistas ao futuro (Gondar, 2005). Ao lembrar e registrar vivências profissionais e sociais que rompem com os silenciamentos históricos impostos às mulheres negras, fortalece-se uma memória que não apenas preserva, mas também projeta novas possibilidades de existência e representação, ampliando o repertório de referências no campo da Biblioteconomia.

A CRIAÇÃO DA SANTA BIBLIOTECONOMIA

A iniciativa *Santa Biblioteconomia* surgiu em outubro de 2013, inicialmente como um blog destinado à partilha de experiências e estratégias de preparação para concursos públicos na área de Biblioteconomia. Seu objetivo era suprir uma lacuna no cenário educacional voltado ao campo, oferecendo conteúdo acessível, direcionado e fundamentado na vivência prática da autora do projeto.

Com o passar do tempo, a iniciativa foi se estruturando e ganhando reconhecimento dos pares. Após algumas aprovações e listas de espera, em dezembro de 2014 a autora do projeto tomou posse como Servidora Pública Federal na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sendo aprovada em segundo lugar no concurso. Tal acontecimento legitimou sua metodologia de estudos e na época todos os seguidores do blog acompanharam essa trajetória de estudante “concurseira” até a sonhada aprovação e conquista do cargo como concursada.

O ano de 2015 marca um ponto de inflexão com a criação da primeira apostila de questões comentadas e a realização da primeira

turma presencial. Tais ações consolidaram o caráter educativo e colaborativo da *Santa Biblioteconomia*, iniciando uma trajetória de orientação e apoio a muitos bibliotecários espalhados pelo Brasil.

A expansão dos cursos presenciais para outras cidades além do Rio de Janeiro -RJ nos anos seguintes, como São Paulo- SP, Campinas-SP, Curitiba-PR, Belo Horizonte-MG e Brasília demonstrou a capacidade de articulação logística e estratégica da idealizadora, que assumiu riscos e desafios inerentes à organização de cursos fora de seu estado de origem. A experiência acumulada resultou na ampliação do alcance da iniciativa e no fortalecimento de sua credibilidade no campo da preparação para o serviço público.

DESAFIOS NO EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo, embora frequentemente associado à inovação e à autonomia profissional, apresenta um conjunto de desafios estruturais que dificultam sua consolidação, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e econômicas. Entre os principais obstáculos enfrentados estão a escassez de capital inicial, o acesso limitado a redes de apoio e mentorias qualificadas, bem como a ausência de políticas públicas consistentes de fomento ao pequeno empreendedor. Essas dificuldades se tornam ainda mais expressivas para grupos historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas negras e indivíduos de classes populares, que encontram barreiras adicionais relacionadas ao preconceito, à sub-representação e à informalidade. Segundo Veiga et al. (2023), mulheres negras empreendedoras enfrentam uma "dupla ameaça de estereótipo", combinando os desafios de gênero e raça, o que agrava as dificuldades no acesso a financiamento e apoio institucional.

Além das restrições materiais, os desafios do empreendedorismo também se manifestam no campo simbólico e subjetivo. O discurso dominante sobre empreendedorismo tende a valorizar atributos individuais como resiliência, liderança e autoconfiança, invisibilizando as estruturas sociais que condicionam o sucesso de determinadas trajetórias. Tal abordagem reforça uma visão meritocrática que desresponsabiliza o Estado e a sociedade pelas desigualdades de acesso a oportunidades, ao mesmo tempo em

que coloca sobre os sujeitos a responsabilidade exclusiva pelo êxito ou fracasso de seus empreendimentos.

De acordo com Vale (2014), o empreendedorismo, especialmente entre grupos marginalizados, está frequentemente associado à tentativa de inserção social e mobilidade, sendo influenciado por fatores estruturais que vão além da iniciativa individual. Assim, torna-se necessário problematizar as narrativas hegemônicas que associam o empreendedorismo unicamente à iniciativa pessoal, desconsiderando os contextos de origem e as assimetrias de poder.

Nesse sentido, empreender como bibliotecária é ainda mais desafiador. De alguma forma a educação profissional na área não é voltada a essa visão criativa e autônoma e sim atrelada a um papel de coadjuvante. Ao reconhecer os condicionantes históricos, sociais e econômicos que atravessam as experiências empreendedoras, tais abordagens possibilitam a construção de políticas mais inclusivas e a valorização de trajetórias que rompem com os padrões tradicionais de sucesso.

Muito estudo extra foi necessário para organizar de forma estruturada uma base viável ao empreendimento Santa Biblioteconomia. Conhecimentos de contabilidade, oratória, inteligência artificial, design, posicionamento de marca, utilização de ferramentas, contratos de outros profissionais e negociação, são alguns exemplos. Essa ampliação do repertório técnico revela a complexidade envolvida no desenvolvimento de um projeto educacional autônomo, que exige do profissional um conjunto de habilidades multidisciplinares muitas vezes não contempladas na formação biblioteconômica tradicional.

Sob esse enfoque, a experiência evidencia a urgência de repensar os currículos dos cursos de Biblioteconomia, incorporando competências empreendedoras, tecnológicas e comunicacionais como parte integrante da formação. Além disso, aponta para a necessidade de valorização de saberes que dialogam com a prática, com o território e com a transformação social, ampliando o papel do bibliotecário como agente de inovação e justiça cognitiva. Assim, o percurso trilhado demonstra que o exercício da Biblioteconomia, em sua dimensão crítica e comprometida, pode extrapolar os espaços convencionais, atuando como motor de emancipação coletiva.

EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Ao longo da trajetória da Santa Biblioteconomia, o viés educativo manteve-se como eixo estruturante. Mais do que fornecer conteúdos técnicos, a proposta buscou catalisar processos de transformação social por meio da formação de bibliotecários(as) para atuação no serviço público. Os métodos pedagógicos priorizam a racionalização do tempo de estudo, o foco nos conteúdos mais exigidos pelas bancas e o suporte emocional aos candidatos.

Parcerias com profissionais de referência na área reforçam o compromisso com a qualidade técnica e ética do projeto, além de promoverem a articulação intergeracional entre bibliotecários(as). Nesse contexto, a prática educativa é concebida como instrumento de emancipação e valorização da profissão, atuando na interseção entre ensino, identidade profissional e inclusão social.

Essa abordagem também se insere no campo da memória social, entendida como um processo ativo de construção coletiva das lembranças e experiências que moldam a identidade de grupos sociais. Segundo Halbwachs (2006), a memória coletiva é formada por meio das interações sociais e está intrinsecamente ligada aos quadros sociais que influenciam a maneira como os indivíduos recordam o passado.

Além disso, a iniciativa contribui para a construção de representações simbólicas no campo da Biblioteconomia. De acordo com Goffman (1989), as representações simbólicas são fundamentais na formação da identidade social, pois os indivíduos constroem suas imagens públicas com base nas interações e nas expectativas sociais, desempenhando papéis que são reconhecidos e interpretados pelos outros.

DA PRESENÇA FÍSICA AO ESPAÇO DIGITAL

Com o amadurecimento da iniciativa, sua atuação passou a incorporar, de forma progressiva, o ambiente digital como território formativo e de alcance nacional. A partir de 2016, com a oferta de cursos online em plataformas educacionais parceiras, houve uma ampliação significativa da base de estudantes, consolidando a

presença da *Santa Biblioteconomia* no campo da educação digital voltada à Biblioteconomia.

A virtualização das práticas pedagógicas ampliou o acesso ao conteúdo e reafirmou o compromisso com a democratização do conhecimento técnico. A construção de um acervo didático autoral, alinhado às exigências dos concursos e fundamentado em estratégias voltadas à aprendizagem de adultos, tornou-se um dos diferenciais da proposta.

Em 2020, a formalização jurídica da iniciativa como empresa de educação marcou o início de uma nova fase. A decisão de empreender em meio à instabilidade provocada pela pandemia de COVID-19 demonstra tanto a resiliência quanto a capacidade de adaptação estratégica frente às mudanças no cenário educacional, cada vez mais orientado por dinâmicas digitais.

CONQUISTAS MATERIAIS E SIMBÓLICAS: A MOBILIDADE SOCIAL COMO REPARAÇÃO

A conciliação entre o cargo público como bibliotecária e a atuação empreendedora possibilitou à idealizadora do projeto Santa Biblioteconomia não apenas estabilidade financeira, mas também a concretização de sonhos historicamente inacessíveis à sua família. A partir dessa combinação estratégica, foi possível conquistar a casa própria – após uma vida inteira em residências alugadas com os pais –, além de alcançar melhorias significativas na qualidade de vida, como o acesso a plano de saúde, obtenção da carteira de motorista e a realização de viagens de lazer. Essas conquistas, embora individuais, representam avanços simbólicos e materiais que ressoam como marcos de mobilidade social e reparação histórica. Tal trajetória ecoa o que Kilomba (2019) denomina como *memórias de plantação*, ao refletir os efeitos persistentes da colonialidade e do racismo estrutural nos corpos negros, e como a reconstrução de subjetividades e conquistas materiais atua como forma de resistência. Soma-se a isso a perspectiva de Santos (2008), ao enfatizar a importância da justiça cognitiva como base para a emancipação de grupos historicamente subalternizados.

No campo da Biblioteconomia, autores como Dudziak (2007) defendem que a atuação bibliotecária deve se articular às realidades

sociais e promover práticas que transcendam a neutralidade técnica, contribuindo ativamente para a democratização do conhecimento e o enfrentamento das desigualdades. Do ponto de vista do empreendedorismo negro, a experiência relatada dialoga com as reflexões de Gomes (2017), que compreende a valorização das trajetórias negras como elemento fundamental para a construção de novos imaginários sociais e para a afirmação de sujeitos historicamente invisibilizados.

As conquistas alcançadas ao longo dessa trajetória não se restringem à dimensão individual, embora nela encontrem expressão concreta, como a aprovação em concurso público federal, a conquista da estabilidade profissional e melhorias nas condições de vida. Tais marcos simbolizam a superação de barreiras estruturais e atestam a eficácia das estratégias adotadas.

Contudo, o impacto mais significativo reside na produção de legado. A *Santa Biblioteconomia* tornou-se referência para centenas de bibliotecários(as) que almejam ingressar no serviço público, oferecendo não apenas conteúdos didáticos, mas também um discurso mobilizador e afirmativo da profissão. Ao tornar visível a possibilidade de ascensão por meio dos concursos, a iniciativa contribui para a construção da autoestima profissional e o fortalecimento da identidade coletiva da categoria.

A valorização de referências históricas e intelectuais do campo, bem como a articulação entre tradição e inovação com o uso das redes sociais, também se destacam como marcas da atuação desenvolvida. Ao promover interlocuções com profissionais renomados, reafirma-se o papel da Biblioteconomia como um campo dinâmico, em constante transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória analisada neste estudo evidencia como práticas empreendedoras, articuladas a uma perspectiva crítica da realidade, podem se configurar como estratégias de resistência e transformação social. A construção de uma proposta educativa baseada na experiência individual, mas orientada pelo compromisso coletivo, revela o potencial político e simbólico da atuação no campo da Biblioteconomia.

A *Santa Biblioteconomia* representa, nesse contexto, um modelo alternativo de formação continuada, especialmente voltado a profissionais que enfrentam barreiras de acesso à educação formal ou especializada. A utilização de plataformas digitais, o enfoque prático e a linguagem acessível explicam a crescente adesão ao projeto. E o registro desta trajetória no presente artigo segue o pensamento de bell hooks “contar a nossa história é o que possibilita a autorrecuperação política” (p.312, 2019)

Desta forma este estudo de caso contribui para ampliar a compreensão sobre as múltiplas formas de inserção profissional no campo da Biblioteconomia, bem como auxilia na construção da memória da área. Por fim, reforça-se a importância de reconhecer e documentar narrativas que desestabilizam discursos hegemônicos sobre sucesso e liderança na área, abrindo espaço para trajetórias plurais, interseccionais e socialmente comprometidas.

REFERÊNCIAS

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

COSTA, Danielle Menezes Carrilho da. **Informação e mulher negra no selo Nyota**: possíveis diálogos na Biblioteconomia e Ciência da Informação. 2023. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.1, n.1, p. 88-98, jun. 2007. DOI: [http:// dx.doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v1i1.1396](http://dx.doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v1i1.1396).

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONDAR, Jô. Memória Individual, Memória Coletiva, Memória Social. **Morpheus** - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Ano 08, n. 13, 2008.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre a memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra capa, 2005. p. 17.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANKES, R. David. **Expect More: melhores bibliotecas para um mundo complexo**. São Paulo: FEBAB, 2016.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **SUR**, 24, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; SILVA, Rubens Alves da. Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-19, 2022.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. Empreendedorismo, marginalidade e estratificação social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 3, p. 316-325, 2014.

VEIGA, Heila Magali Silva; MELO, Kamila Batista de; ARAÚJO, Rafaela de Sousa; TAVARES, Mariana Calixto. Barreiras e vieses cognitivos enfrentados por empreendedoras negras: um estudo teórico. **RELACult :Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 10, n. 3, 2023.

CAPÍTULO 20

A BUSCA PELA JUSTIÇA EPISTÊMICA NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NEGRO-AFRICANO: PROPOSTA DE UM SISTEMA SIMBÓLICO PARA O ACERVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Ana Cláudia Lopes Mayer

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Marcela Costa

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, a população negra, africana e afrodiaspórica têm sido alvo de diversas formas de injustiças sociais, educacionais, informacionais e epistêmicas que teve como consequência a ausência de representatividade social e política, lacunas nos processos de ensino-aprendizagem e, sobretudo, no acesso justo à informação e à produção de conhecimento ancestral. Quando falamos de injustiça informacional, estamos nos referindo à situação em que um indivíduo, grupo ou comunidade não consegue acessar de maneira equitativa informações e recursos epistêmicos que influenciarão na sua transformação social e mudança de suas circunstâncias (Mathiesen, 2015). A injustiça social, por sua vez, acontece quando uma pessoa ou grupo trata outro de maneira desleal e desigual dentro de uma sociedade, de maneira a acarretar desvantagens para o sujeito ou grupo afetado. Enquanto isso, a injustiça epistêmica, conforme

apontado por Miranda Fricker (2007), é um dano direcionado à capacidade de alguém de ser reconhecido como conhecedor. Essas, advém, sobretudo, da influência do racismo articulado com a raça, que relega a população negra, africana e afrodiaspórica a seres “sem conhecimento, nem pensamento”.

O racismo pode ser compreendido como um fenômeno permanente que estrutura e molda as hierarquias raciais e as relações sociais. Essas estruturas hierárquicas influenciam os âmbitos político, econômico, social, informacional e epistêmico, que são tanto estruturais quanto disciplinares e culturais, e estão presentes nas bibliotecas. O domínio estrutural, por exemplo, está interligado ao poder que organiza as desigualdades raciais por meio de instituições sociais, como escolas, universidades e hospitais, nos quais o racismo se manifesta como um sistema estabelecido para manter a supremacia da branquitude, entendida aqui como identidade étnico-racial do grupo étnico-racial branco e também um sistema que valoriza e traz vantagens e privilégios a esse grupo (Vázquez, 2021). Por outro lado, o domínio disciplinar é um espaço de poder criado para sustentar ou desafiar a hierarquia racial, que se manifesta nas práticas bibliotecárias através de políticas e diretrizes que regulam o acesso à biblioteca, à informação, e aos serviços oferecidos. Complementarmente, o domínio cultural visa criar e reproduzir ideias que justificam desigualdades raciais. Através da mídia, são elaboradas representações e narrativas sobre raça e racismo como um sistema de poder. Além da mídia, esse domínio se reflete em textos, ilustrações, filmes, músicas e brinquedos (Vázquez, 2021). Assim, crianças são expostas a ideologias racistas desde cedo, e os currículos escolares e os materiais bibliotecários frequentemente reproduzem essas visões desiguais. As coleções das bibliotecas, portanto, refletem esse domínio cultural, e os processos de desenvolvimento dessas coleções podem tanto reforçar quanto desafiar as desigualdades raciais presentes no acervo (Collins, 2009; Vázquez, 2021; Garcês-da-Silva, 2023).

O racismo epistêmico se manifesta quando indivíduos ou instituições moldam o conhecimento de maneira a manter uma hierarquia racial, de forma a favorecer um grupo em detrimento de outro (Pohlhaus, 2017; Collins, 2019; Smith; Patin, 2024). Complementarmente, racismo informacional, dentro do campo da

Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), diz respeito a preconceitos sistêmicos e práticas discriminatórias que estão integrados à forma como a informação é coleta, organizada, recuperada, acessada e disseminada, e à estruturação e funcionamento de unidades de informação, sistemas de informação, e políticas que levam à marginalização desproporcional de grupos étnico-raciais historicamente colocados às margens (Garcês-da-Silva; Alves, 2025). Bibliotecas, arquivos e instituições de ensino superior perpetuam esses fenômenos por meio de uma aliança de interesses que defende e prioriza as epistemologias da cultura dominante (Collins, 2017), ao mesmo tempo em que negligenciam ou desconsideram outras formas de conhecimento (Smith; Patin, 2024). Assim, essa convergência de interesses atua como uma ferramenta de racismo epistêmico e informacional e da injustiça epistêmica nos mais diversos ambientes sociais.

Articulados com outras instituições culturais e informacionais que acabam por sustentá-los, o racismo epistêmico, racismo informacional e a justiça epistêmica se mantém e alteram a compreensão social sobre racismo e justiça racial no processo de ensino-aprendizagem e de produção de conhecimento (Lachaud, 2020; Smith; Patin, 2024)

No decorrer do tempo, o conhecimento, em sua maneira estática, foi um método colonial eficaz da hegemonia do saber na manutenção de poder, já que tudo aquilo que se encontra estático, imóvel, nesta visão, poderia ocupar mais facilmente um lugar de controle e contenção (Lopes; Simas, 2024). Desse modo, podemos refletir que o uso da escrita como forma de domínio e sua representação na construção de conhecimentos que se pretendiam universais, tornam a escrita como um dos lugares de domínio (bell hooks, 2019). Tais domínios expressam a necessidade por instrumentos epistemológicos decolonizadores e afrodiaspóricos, que auxiliem na construção dos processos de Organização e Representação das Epistemologias Negras, Africanas e Afrodiaspóricas, uma vez que estas tratam de conhecimentos profundos no tempo, herdados de geração em geração. Elas se referem a uma percepção da vida e de sua experiência na forma mais integral e íntima, unindo o que é natural, espiritual e material, e nisso

residem estruturas dinâmicas que se movimentam constantemente, não se restringindo, mas se movendo no tempo e nas formas.

Dentre as formas de expressar o conhecimento africano estão os símbolos Adinkra. A palavra “Adinkra” em Akan significa “adeus” (Kuwornu-Adjaottor; Appiah; Nartey, 2016). Os símbolos Adinkra, que têm sua origem no povo Akan de Gana, representam um valioso acervo de sabedoria tradicional e ancestral. Cada um de seus emblemas carrega significados profundos, associados a conceitos filosóficos, princípios éticos e acontecimentos históricos, os quais são empregados de forma tradicional em tecidos, cerâmicas e diversas expressões artísticas (Boakye-Yiadom, Donkor; Mensah, 2025). Os símbolos Adinkra são tradicionais e servem principalmente como uma representação comum de pensamentos e ideias, com vistas a expressar os valores e crenças das comunidades onde são encontrados (Ali, 2021). Tais símbolos estão presentes em diversos itens, como têxteis, cerâmicas, bancos, logotipos, roupas, móveis, esculturas, potes de barro e muito mais (Kuwornu-Adjaottor; Appiah; Nartey, 2016). No contexto de deste trabalho, o qual articula Organização do Conhecimento, Biblioteconomia Negra e Antirracista e os Estudos Negros, Africanos e Afrodiaspóricos, os símbolos Adinkra servirão de base para a representação do conhecimento de uma biblioteca especializada em conhecimento negro-africano.

Assim, esta investigação se volta a relacionar o combate ao racismo epistêmico, informacional e às injustiças epistêmicas à construção de um sistema de organização do conhecimento negro-africano que se aproxime da cosmovisão negra, e proporcione a preservação, organização e disseminação de histórias, memórias e culturas da população negra, africana e afrodiaspórica abarcadas no acervo da Biblioteca Oliveira Silveira, da Fundação Cultural Palmares. Dessa feita, a pergunta que direciona este estudo é: Como desenvolver um sistema de organização do conhecimento negro-africano que permita preservar, organizar e disseminar as histórias, memórias e culturas da população negra brasileira, abarcadas no acervo da biblioteca da Fundação Cultural Palmares, a partir dos símbolos Adinkras? Assim, o objetivo deste estudo é propor um sistema de organização do conhecimento negro-africano com vistas a preservar, organizar e disseminar as histórias, memórias e culturas da população negra, africana e afrodiaspórica no acervo da Biblioteca Oliveira

Silveira, da Fundação Cultural Palmares, fundamentado nos símbolos Adinkras.

Considerando as especificidades deste acervo, caracterizado como um acervo de uma biblioteca especializada, e as demandas de seus usuários e instituição visamos contribuir para um compromisso com os saberes ancestrais africanos e uma nova percepção de África. Asante (2009) defende este compromisso ao descrever noções para a construção de um pensamento afrocentrado e um compromisso com as narrativas a respeito de África, em que estas ocupem lugar de protagonismo em suas próprias experiências e epistemologias. Dessa forma, visa reconhecer, por consequência, o conhecimento registrado e a literatura como responsável e relevante no processo de afrocentricidade, haja vista que historicamente a sociedade acumula raízes profundas em deliberada falsificação de registros e apagamentos dos conhecimentos negros, africanos e afrodiaspóricos.

O APAGAMENTO DO CONHECIMENTO NEGRO-AFRICANO EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Ao longo da história a Organização do Conhecimento vem valorizando a estrutura das classificações hierárquicas, frequentemente sustentadas por fundamentos eurocêtricos. Em contrapartida, a Organização do Conhecimento Negro, Africano e Afrodiaspórico se sustenta nas cosmopercepções circulares, considera o envolvimento, o sentido, a observação e o pertencimento. Tal conhecimento, encontra-se na indissociabilidade da vida, é um estado de expressão orgânica das vivências, resistências e espiritualidades de suas comunidades, transmitido por meio da oralidade, do corpo e da relação com o território.

A Organização do Conhecimento, segundo Garcez e Sales (2024), apesar da ampla abordagem e distintos consensos a seu respeito, pode ser definida como um campo que tece conexões profundas com a Ciência da Informação e Biblioteconomia, possuindo em suas características a investigação e autonomia, e que necessita, urgentemente enfrentar o processo colonizador do conhecimento e sua estruturação opressiva.

Sobre esse processo colonizador, Silva e Almeida (2017) refletem a respeito da ausência das narrativas negras ou as sub-

representações do conhecimento negro, suas memórias, cultura e histórias, tem cooperado com o apagamento racial, e com a estrutura racista que opera no Brasil. Portanto, os autores remontam ao longo do trabalho, o quanto os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) utilizados no Brasil, contribuem no fortalecimento do epistemicídio, e não promovem o conhecimento da estrutura conceitual das filosofias e memórias negras, fazendo com que tal lacuna seja preenchida com o que os autores denominam de “representação sobre”. E é, justamente, no fortalecimento dessa marginalização do negro como protagonista na narrativa de sua própria memória, cultura e história que se sedimentam estereótipos, um imaginário pejorativo e negativo, o qual firma um lugar de escassez e insuficiência dentro do campo teórico e prático da Organização do Conhecimento.

Pesquisas como a acima citada, são elaboradas com a finalidade de enfrentar as estruturas colonizadoras presentes na OC e proporcionar novas perspectivas possíveis, dessa vez fundamentadas na pluralidade dos conhecimentos, culturas, crenças e filosofias. Entre outras pesquisas, podemos citar os estudos acerca do sistema de organização do conhecimento negro realizado pela bibliotecária negra Dorothy Porter Wesley (Silva; Garcez; Sales; Saldanha, 2021); a organização do etnoconhecimento e as representações de religiões de matriz africana na Classificação Decimal de Dewey (Miranda, 2009), a Escala de Decolonialidade para Estudos em Organização do Conhecimento (EDEOC), cuja finalidade é avaliar o quão decoloniais são as investigações produzidas na Organização do Conhecimento (Garcez; Sales, 2024), e a intersecção entre justiça epistêmica e Organização do conhecimento (Moura; Trivellato; Gomes, 2024).

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES: PAPEL ESTRATÉGICO NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NEGRA BRASILEIRA

A Fundação Cultural Palmares é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Cultura, criada através da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988 (Brasil, 1988), responsável pela promoção e preservação da memória, história e cultura afro-brasileira. Dentre as ações, serviços oferecidos e organizados pela Fundação, existe a Biblioteca Oliveira Silveira (Fundação Palmares, 2024).

Esta unidade de informação que carrega em seu nome o reconhecimento da vida e poesia do intelectual negro Oliveira Silveira, é uma biblioteca especializada, a qual atua na preservação da cultura e arte africana, afro-brasileira, afrodiáspórica e quilombola. Tal Biblioteca desempenha ao longo do tempo, um papel fundamental na salvaguarda, organização e disseminação do conhecimento relacionado à história, e memórias das tradições da população negra no Brasil (Fundação Palmares, 2024).

Seu acervo conta com cerca de 10 mil títulos, entre livros, monografias, revistas e publicações institucionais (Fundação Cultural Palmares, 2024). No entanto, a ausência de um sistema de organização do conhecimento de forma estruturada, que vise as potencialidades da biblioteca, dificultam o processo de preservação, organização e disponibilização do acervo a seus usuários, limitando com isso, seu potencial enquanto um instrumento de construção de identidades e epistemologias negras, africanas e afrodiaspóricas (Fundação Palmares, 2024). Apesar de sua importância, é salutar lembrar ainda, que este acervo passou por dificuldades quando, o jornalista e político Sérgio Camargo foi nomeado pelo então presidente Jair Bolsonaro para assumir a presidência da Fundação Cultural Palmares (FCP). Nesse, observou-se uma reorientação discursiva e prática da instituição, que passou a adotar uma postura sistematicamente contrária às demandas do movimento negro brasileiro. Sob sua gestão, a Fundação Cultural Palmares foi instrumentalizada como veículo de disseminação de ações e narrativas consideradas racistas e intolerantes por setores da sociedade civil e da academia (Paulo; Rabello, 2025). Um exemplo paradigmático dessa guinada foi a criação do controverso “Acervo da Vergonha”, iniciativa cuja nomenclatura, grafada entre aspas em tom crítico, evidencia a resistência de grupos antirracistas à sua implementação, interpretada como uma medida arbitrária e contraditória com a missão histórica da FCP (Paulo; Rabello, 2025).

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, esta é uma pesquisa de natureza aplicada, de cunho exploratório e descritivo. Enquanto etapas, inicialmente foi realizado o levantamento de obras pertencentes ao acervo da

Biblioteca Oliveira Silveira, da Fundação Cultural Palmares. Posteriormente, realizamos uma revisão bibliográfica acerca dos temas “Fundação Cultural Palmares”, “Conhecimento negro”, “Conhecimento africano”, “Organização do Conhecimento”, “Negro”, “Sistemas de Organização do Conhecimento”, “Adinkra” em bases de dados como a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), *African Journal Online* (AJOL), Biblioteca JSTOR e Selo Nyota em busca de artigos, livros e capítulos para a construção do referencial deste texto. Posteriormente, realizamos a separação por temas e áreas do conhecimento restrito ao contido no acervo, haja vista este ser um protótipo. Como fundamento, nos embasamos na bibliografia *Cem Anos e Mais de Bibliografia sobre o Negro no Brasil*, organizada por Kabengele Munanga (2002), um estudioso dos estudos Negros, Africanos e Afrodiaspóricos. A partir da leitura acerca dos símbolos Adinkra e seus significados, foram elaborados os símbolos para representar cada assunto presente na Biblioteca. Cada símbolo recebeu um conceito, pensando a partir dos estudos realizados durante esta investigação, o qual passará a demarcar cada área e/ou assunto. Para esta comunicação, selecionamos um exemplo para apresentação do referido sistema.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NEGRO-AFRICANO: UMA PROPOSTA

Após o mapeamento do acervo das 4.982 obras, estas foram separadas em 66 assuntos/temas, exemplo: festividades e ritos, esportes, artes negras, quilombos, escravidão, entre outros. Para fins de apresentação do sistema de organização, vamos apresentar o assunto/tema “Educação das Relações Étnico-raciais”. Conforme ilustra a Figura 1, a elaboração da classificação para o tema Educação das Relações étnico-raciais assume, em primeiro lugar, o uso do símbolo Adinkra “Nea Onnim”, cujo significado é “Quando aquele que não sabe aprender, ele passa a saber”, símbolo do conhecimento, educação ao longo da vida e busca contínua por conhecimento. Junta-se a este símbolo, a sabedoria ancestral do orixá Exú, orixá da cultura iorubá. É o senhor dos princípios, da transformação, muitas vezes da angústia, mas, principalmente, da comunicação. Aos dois símbolos anteriores, adicionamos o Tridente, símbolo de Exú, haja vista que este

símbolo remete à chave que abre os caminhos e à encruzilha, com a qual fazemos escolhas dos caminhos a seguir. No tridente estão os três elementos fundamentais para a existência: a água, o ar, a terra. As três pontas guardam uma outra simbologia, o número três demonstrando a existência de energias da direita, energias da esquerda e a da multiplicação (Rufino, 2019).

Assim, construímos o símbolo que demarcará a *Educação das Relações Étnico-raciais* no acervo da Biblioteca Oliveira Silveira, cujo conceito é “Os caminhos e a encruzilhada. Uma busca continua por aprender com a sabedoria ancestral e com os mais velhos integrado com a consciência de que confluir é expandir, partilhar e é perpetuar os conhecimentos.”

Figura 1 – Elaboração e aplicação do Sistema de Organização do Conhecimento Negro-Africano para Educação das Relações Étnico-raciais, inseridas no acervo da Biblioteca Oliveira Silveira.



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos estudos de Porter, Hunton, Williams (1933), Porter (1958), Munanga (2002), Silva (2022), Silva, Garcez, Sales e Saldanha(2021); Silva, Garcez e Pizarro (2021) e Boakye-Yiadom, Donkor; Mensah (2025)

Esquemáticamente, a Figura 1 apresenta ainda, com base em Porter, Hunton, Williams (1933), Porter (1958), Munanga (2002), Silva (2022), Silva *et al.* (2021); Silva; Garcez e Pizarro (2021) e Boakye-Yiadom, Donkor; Mensah (2025), a construção do Sistema de

Organização do Conhecimento Negro-Africano. Após a construção do símbolo, partimos para a aplicação do mesmo na obra. Assim, conforme a legenda, o símbolo construído irá na parte superior da lombada, e conforme a obra “Educação das Relações Étnico-raciais”, de Rosa Margarida de Carvalho Rocha, cujo código será “FCP-BOS.001.ERER.1.ed.”.

Neste caso, o FCP-BOS se refere à instituição maior em que a Biblioteca está vinculada, Fundação Cultural Palmares (FCP), e à referida Biblioteca Oliveira Silveira (BOS). Posteriormente, adicionamos o número daquela obra no acervo, conforme sua chegada. Assim, se a obra for a primeira do tema, ela será o número 001. Se for a 1897, então será esse número, e assim por diante. O “ERER” da classificação se refere às iniciais da obra. Se fosse, por exemplo, a obra “Negritude: usos e sentidos”, do autor Kabengele Munanga, as iniciais seriam NUS. Por fim, considerando que as obras podem ser de diferentes edições, convencíamos incluir a edição da obra na classificação visando dinamizar o processo de escolha de quem lê.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi propor um sistema de organização do conhecimento negro-africano com vistas a preservar, organizar e disseminar as histórias, memórias e culturas da população negra, africana e afrodiaspórica no acervo da Biblioteca Oliveira Silveira, da Fundação Cultural Palmares, fundamentado nos símbolos Adinkras. Dentro desse universo simbólico, os Adinkras representam uma das mais sofisticadas expressões do conhecimento africano tradicional. Cada símbolo Adinkra condensa em sua forma visual, um ensinamento, uma filosofia, um valor. Os Adinkras são tecnologias ancestrais que articulam linguagem, espiritualidade e política (Lopes; Simas, 2024).

Entendemos que existem outros sistemas de classificação como Classificação Decimal de Dewey, Classificação Decimal Universal, no entanto, nossa proposta é produzir, mesmo que de uma forma mais simplificada, uma forma de organizar o conhecimento negro, africano e afrodiaspórico a partir *de* e *para* pessoas negras. Dessa forma, o Sistema de Organização do Conhecimento Negro-Africano aqui apresentado, o qual trouxe como exemplo o

assunto/tema “Educação das Relações Étnico-raciais”, visa refletir as sabedorias ancestrais africanas, ao mesmo tempo em que articula com a Biblioteconomia e Ciência da Informação, sobretudo a Organização do Conhecimento, formas de representar e insurgir esses conhecimentos negro-africanos em espaços hegemônicos do saber.

Sob a liderança de Marcela Costa, o acervo da Biblioteca está sendo catalogado com o protótipo do Sistema de Organização Simbólico Afrorreferenciado, em colaboração com a Mestranda Ana Cláudia Mayer e sob orientação da Doutora Franciéle Garcês, todas autoras deste capítulo. O projeto conta esse apoio acadêmico para preservar e disseminar a memória cultural afro-brasileira, de forma a reforçar o compromisso da Fundação Cultural Palmares na valorização da identidade, memória e resistência do povo negro no Brasil por meio de iniciativas culturais e acadêmicas.

REFERÊNCIAS

- ALI, Clement Ayarebilla. Ghanaian Indigenous Conception of Real Mathematics Education in Teaching and Learning of Mathematics. **Indonesian Journal of Science and Mathematics Education**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 37–47, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24042/ijsme.v4i1.7382>
- ASANTE, Molefi Kete. **Os filósofos egípcios**: vozes ancestrais africanas de Imhotep à Akhenaten. Tradução de BAKARI, Akili Oji Amauzo. São Paulo: Editora Ananse, 2022.
- BOAKYE-YIADOM, Fredrick; DONKOR, Evans Kwadwo; MENSAH, Ronald Osei. Exploring the role of project-based learning in higher education to promote indigenous knowledge through sculpture students' engagement with Ghanaian Adinkra symbols. **Discover Global Society**, [s.l.], v. 3, n. 34, p. 1-19, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/s44282-024-00135-8>
- COLLINS, Patricia Hill. **Another Kind of Public Education**: Race, Schools, the Media and Democratic Possibilities. Boston: Beacon Press, 2009.
- COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality and Epistemic Injustice. *In*: KIDD, Ian James; MEDINA, José; POHLHAUS JR., Gaile. **The Routledge Handbook of Epistemic Injustice**. Oxford: Routledge, 2017.
- COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality as Critical Social Theory**. Durham, NC: Duke University Press, 2019.

FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice**: power and the ethics of knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Fundação Palmares reabre biblioteca e amplia ações**. Brasília, 04 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/fundacao-palmares-reabre-biblioteca-e-amplia-aco-es>. Acesso em: 25 abr. 2025.

GARCEZ, Dirnéle C.; SALES, Rodrigo. Combate às violências colonizadoras na organização do conhecimento: uma análise amparada pela Escala De Decolonialidade para Estudos em Organização Do Conhecimento (EDEOC). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2023. **Anais [...]** XXIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2023.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Biblioteconomia Negra**: das epistemologias negro-africanas à Teoria Crítica Racial. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019 379 p. ISBN 9788593115257.

KUWORNU-ADJAOTTOR, J. E. T.; APPIAH, George, A.; NARTEY, Melvin. The philosophy behind some Adinkra symbols and their communicative values in Akan. **Philosophical Papers and Review**, [s.l.], v. 7, n. 3, p. 22–33, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5897/PPR2015.0117>

LACHAUD, Q. Combatting Epistemological Racism: Critical Race Participatory Action Research Toward the Promotion of Faculty Critical Race Conscience and Transformative Pedagogy.” PhD (Tesis) - University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2020.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Filosofias africanas**: uma introdução. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. 142 p.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MATHIESEN, Kay. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044>

MOURA, Maria A.; TRIVELLATO, Rosana M. S.; GOMES, Pablo. Justiça epistêmica e organização do conhecimento: perspectivas críticas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2024. **Anais [...]** XXIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2024.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD.

Revista África e Africanidades, [s.l.], ano I, n. 4, fev. 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Cem Anos e Mais de Bibliografia sobre o Negro no Brasil**. São Paulo: USP, 2002.

PAULO, Lucas dos Santos de; RABELLO, Rodrigo. O acervo da vergonha: vozes negras e resistência. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, [s.l.], v. 18, n. 1, p. 01-24 jan./jun. 2025.

POHLHAUS, Gaile. Varieties of Epistemic Injustice. In: KIDD, Ian James; MEDINA, José; POHLHAUS, Gaile (org.). **The Routledge Handbook of Epistemic Injustice**. Oxford: Routledge, 2017.

PORTER, Dorothy B. HUNTON, Margaret R.; WILLIAMS, Ethel (ed.). **A Catalogue of Books in the Moorland Foundation**. Washington DC: Howard University, Compiled Under U.S. Works Progress Administration, 1939.

PORTER, Dorothy B. (ed.). **A Catalogue of the African Collection in the Moorland Foundation, Howard University Library**. Washington, D.C.: Howard University Press, 1958.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**: Exu como Educação. Revista Exitus, [s.l.], v. 9, n. 4, p. 262-289, 2019.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Dorothy Porter Wesley e a organização do conhecimento: um olhar a partir da Teoria Crítica Racial Duboisiana. In: ALMEIDA, Tatiana; SILVEIRA, Naira; SALDANHA, Gustavo Silva. (org.).

Teorias Críticas em Organização do Conhecimento. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 73-90.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; SALES, Rodrigo de; SALDANHA, Gustavo Silva. Dorothy Porter Wesley e a Organização do Conhecimento Negro na Coleção Especial Moorland-Spangarn Research Center. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 1-23, 2021c.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; PIZARRO, Daniella Camara. Dorothy Porter Wesley e a classificação para os estudos negros, africanos e da diáspora. In: SILVA, Franciele Carneiro Garcês da (org.). **Bibliotecári@s negr@s: Perspectivas feministas, antirracistas e decoloniais em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha; Selo Nyota, 2021b. p. 21-42.

SILVA, Marcio F.; ALMEIDA, Carlos C. A representação do negro nos sistemas de organização do conhecimento no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017.
Anais [...] XVIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2017.

SMITH, Melissa A; PATIN, Beth J. H. Giving Voice through Reparative Storytelling: Correcting Racist Epistemic Injustices in LIS. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, v. 94, n. 4, October 2024. DOI: <https://doi.org/10.1086/731841>

VÁZQUEZ, Sujei Lugo. The Development of US Children's Librarianship and Challenging White Dominant Narratives. *In*: LEUNG, Sofia Y.; LÓPEZMCKNIGHT, Jorge R. (ed.). **Knowledge Justice: Disrupting Library and Information Studies through Critical Race Theory**. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 2021. p. 177-195.

CAPÍTULO 21

INFLUÊNCIAS E DOMINAÇÕES DA BRANQUITUDE NA (RE)PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO “ACADÊMICO” E SUA PERPETUAÇÃO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Camila Evelin Roque

Dyego de Oliveira Arruda

INTRODUÇÃO

Os estudos críticos sobre a branquitude são recentes no contexto brasileiro, tendo como uma de suas principais expoentes a intelectual Cida Bento, cujos estudos ganharam maior repercussão e visibilidade no início do século XXI. Em uma sociedade marcada pela dominação racial, branquitude pode ser definida como a construção da identidade racial branca, criada a partir de uma “ideia fictícia de superioridade produzida pelo conceito de raça forjado pela pseudociência do fim do século XIX” e que confere privilégios àqueles racialmente lidos como brancos (Schucman, 2018, p.144).

Nesse sentido, a branquitude é um sistema de privilégios que se retroalimenta e se reatualiza a partir de uma espécie de acordo tácito – que Cida Bento (2022) denomina de *pacto narcísico* – em que pessoas brancas ocupam espaços de poder e de agência e vão se cercando de outras pessoas brancas, em uma dinâmica em que esse padrão começa a ser naturalizado na medida em que passa a ser visto

como norma. Sendo assim, são fundamentais e urgentes as ações – tais como as políticas afirmativas – que almejam quebrar esse ciclo, oportunizando os lugares de protagonismo e de visibilidade às pessoas não-brancas.

Frequentemente, a branquitude aciona o discurso meritocrático para justificar as desigualdades sociais existentes. Desta forma, sujeitos brancos não são responsabilizados pela assimetria racial vigente na sociedade brasileira, contribuindo para a (re)produção de seus privilégios. Esse mesmo discurso meritocrático não raro é usado em oposição às políticas de ações afirmativas, como as cotas sociorraciais, que a partir da busca por um ideal de igualdade material, pretendem conferir direitos e oportunidades às populações historicamente subalternizadas e invisibilizadas.

Neste sentido, o objetivo do presente capítulo é refletir sobre as influências e dominações da branquitude nos espaços de produção do conhecimento, na universidade e nas bibliotecas universitárias. Através de revisão de literatura, buscaremos refletir sobre as ações da branquitude nestes espaços e as estratégias adotadas para a manutenção de privilégios aos indivíduos brancos.

Consideramos que a proposta deste texto possui relevância ao descortinar as estruturas e estratégias para a (re)produção dos privilégios da branquitude, nos aponta pistas para quebrarmos e rompermos esse ciclo, ao bem de que as universidades e bibliotecas universitárias, particularmente, sejam espaços sensíveis às epistemologias, conhecimentos, experiências e sensibilidades de indivíduos não-brancos.

BRANQUITUDE E MERITOCRACIA NA FORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE E DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS ENQUANTO ESPAÇOS DE PRIVILÉGIO BRANCO

Os estudos críticos sobre a branquitude nos convidam a colocar o sujeito branco no centro das discussões sobre as relações raciais, uma vez que comumente estes indivíduos são tidos como padrão de humanidade, sem raça. Nas palavras de Cida Bento (2022, p. 23), “fala-se muito da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas”.

Lia Schucman (2018) aponta que os sujeitos brancos se beneficiam e produzem ativamente uma estrutura social racializada, ancorada na crença de uma pretensa democracia racial que serve para os eximir de qualquer responsabilidade em relação às desigualdades raciais. Nesta perspectiva, a meritocracia aparece como argumento de que todos possuem as mesmas oportunidades no Brasil, independente de raça, ideia esta que desconsidera os efeitos nocivos da colonização e do racismo que perduram até a atualidade.

Bento (2022) defende a existência de um pacto narcísico da branquitude que, embora não verbalizado, é responsável pela manutenção de privilégios entre os brancos por meio de relações de cumplicidade. Este pacto atravessa gerações e tem um caráter de autopreservação, sendo fundamental “reconhecer, explicitar e transformar alianças e acordos não verbalizados que acabam por atender a interesses grupais” em diferentes organizações cercadas pelo silêncio (Bento, 2022, p.19).

A pesquisadora e advogada criminalista Luciana Costa Fernandes (2021, p. 25) discorre sobre a fundação da burocracia estatal brasileira, que visava a “manutenção das cortes e dos interesses imperiais”, estando ligada, desde a sua criação, à aliança entre a aristocracia e as elites agrárias. Para a autora, os poderes constituídos estavam “marcados pela expropriação e pela escravização” e, ao discorrer especificamente sobre o sistema jurídico, Luciana revela que este foi um empreendimento colonial alinhado a um projeto político da branquitude, em um estado de coisas em que sujeitos brancos acessavam os cursos de direito e desejavam cristalizar os seus privilégios. Por fim, o racismo atuava como um elemento organizador das instituições dominadas pela hegemonia branca, na medida em que instituíu um sistema de opressão em que os corpos não-brancos eram marcados como inferiores, passíveis de serem subjugados, explorados e até exterminados (Fernandes, 2021, p. 25-26).

Nesse íterim, é interessante pensar na relação entre branquitude e racismo. A branquitude enquanto sistema de privilégios só se sustenta a partir da lógica do racismo que, uma vez entranhado nas estruturas sociais, resulta em desvantagens, violências e opressões às pessoas não-brancas, principalmente as negras (pretas e pardas) e indígenas.

Na construção da história das instituições, dentre estas as universidades, a presença e a participação de pessoas não-brancas têm sido historicamente invisibilizadas. De acordo com Cida Bento (2022, p. 17):

As organizações constroem narrativas sobre si próprias sem considerar a pluralidade da população com a qual se relacionam, que utiliza seus serviços e que consome seus produtos. Muitas dizem prezar a diversidade e a equidade, inclusive colocando esses objetivos como parte de seus valores, de sua missão e do seu código de conduta. Mas como essa diversidade e essa equidade se aplicam se a maioria de suas lideranças e de seu quadro de funcionários é composta quase exclusivamente de pessoas brancas? (Bento, 2022, p.17).

No Brasil, por muito tempo, livros e bibliotecas foram considerados artigos de luxo e de acesso restrito. As primeiras bibliotecas foram criadas por ordens religiosas responsáveis pelo sistema educacional, ainda no período colonial (Baptista, 2023). Logo, tratam-se de espaços que, em sua origem histórica, carregaram traços elitistas e, portanto, excludentes.

Já o surgimento da primeira universidade brasileira ocorreu somente no século XX, após o fim do período colonial. Em 1920 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro que, para Carvalho (2020), é uma “cópia do formato das universidades europeias, porém na sua versão mais simplificada”, criada pela elite acadêmica europeia a pedido de uma elite branca brasileira, sem a devida participação de sujeitos negros, indígenas e quilombolas.

Desta feita, as bibliotecas universitárias e seus acervos também foram criados pelas classes sociais dominantes e frequentemente reproduzem a lógica eurocêntrica colonial, como revela Michele Baptista (2023). Tal lógica é responsável por relegar muitos sujeitos à margem, silenciando-os e interditando epistemes diversas. Nesse contexto, a branquitude se coloca como norma universal e neutra, expulsando da academia e dos acervos saberes não-hegemônicos.

Neste sentido, as ações afirmativas são medidas importantes pois visam a diminuir ou eliminar desigualdades que surgem a partir da discriminação e hierarquização social, perpetradas com base no pacto narcísico da branquitude. Um dos tipos mais emblemáticos e

importantes de ações afirmativas são as cotas (ou reserva de vagas), que ganharam notoriedade nacional com a instituição das leis nº 12.711/2012 (Brasil, 2012) e nº 12.990/2014 (Brasil, 2014).

O historiador Sidney Chalhoub (2017, [online]) defende que as cotas são um importante instrumento para minorar as desigualdades social e racial. No entanto, tais políticas frequentemente encontram opositores, notadamente naqueles que enxergam o “acesso às universidades públicas e gratuitas como uma prerrogativa sua”. Para Chalhoub, a “diversidade discente do corpo acadêmico contribui para a qualidade acadêmica e para a produção do conhecimento nas universidades” ao provocar questionamentos como “a quem ela [universidade] deve servir e que tipo de conhecimento ela deve produzir” (2017, [online]):

Enquanto a universidade existe como prerrogativa de uma mesma classe social, de uma mesma raça e dos mesmos setores, ela não se abre ao tipo de questionamento e de tensões que são criativas, oriundas da necessidade da convivência de grupos sociais e raciais com perspectivas diferentes (Chalhoub, 2017, [online]).

O trecho anterior revela mais uma faceta do pacto narcísico da branquitude, que muitas vezes se opõe à integração de sujeitos não-brancos em espaços que normalmente são de ocupação de uma elite branca. Martins, Chaves e Cavati Sobrinho (2022) detectaram que menos de 1% do acervo das bibliotecas da Universidade Federal do Ceará possui temática relacionada à população negra. Em contrapartida, a pesquisa de Alves, Cardone e Moura (2023) revela que parte significativa dos estudantes cotistas da Universidade Federal da Paraíba possuem estudos relacionados aos marcadores sociais da diferença, tais como classe, raça e gênero. Se considerarmos que as pesquisas de Martins, Chaves e Cavati Sobrinho (2022) e de Alves Cardone e Moura (2023) apontam conclusões paradigmáticas, ainda que se tratem de instituições federais distintas, fica evidente que a biblioteca universitária também é um espaço de disputa que muitas vezes não permite a integração das mais diversas pessoas, uma vez que os acervos talvez não contemplem plenamente os interesses de pesquisa de alguns sujeitos – a exemplo de pessoas negras, indígenas

e quilombolas – que, com o advento as políticas de cotas, passaram a acessar em maior número os espaços universitários.

As tensões criativas de que fala Chalhoub (2017) também podem ser estimuladas na biblioteca universitária, que possui o potencial para acolher e dinamizar discussões e perspectivas heterogêneas, melhorando o atendimento de todos os usuários e contribuindo para a produção do conhecimento.

Cavalcante (2018) disserta sobre a relação entre a classe média e a educação, que tende a se opor aos governos de Dilma e Lula, períodos nos quais as cotas em universidades e concursos públicos se popularizaram, culminando na publicação de leis federais sobre o tema – nomeadamente, as leis nº 12.711/2012 e nº 12.990/2014, já citadas anteriormente. De acordo com o autor, o que caracteriza a classe média é o *status* e, para manter-se em posição superior ao proletariado, fazem uso do discurso moralizante de combate a corrupção a fim de conservar privilégios e se opor a projetos que atendam a interesses populares. Esse tipo de discursos e estratégias, vale ressaltar, podem ser compreendidos como artimanhas da branquitude para a (re)produção de seus privilégios, mantendo o estado de coisas da estrutura social brasileira contemporânea.

Além disso, o discurso meritocrático também é valorizado pela classe média atual, que entende como superiores as funções por si exercidas, tidas como trabalhos intelectuais. Cavalcante (2018, p. 108) reflete que, ao contrário da burguesia que possui herdeiros financeiros, a classe média transmite como legado “um conjunto de disposições e comportamentos que os torna muito mais aptos a incorporar os capitais culturais que serão necessários para a seleção dos ‘mais aptos’ nos aparelhos educacionais e, posteriormente, no mercado de trabalho”:

Desse modo, o aparelho educacional se apresenta como o mecanismo por excelência da reprodução da classe média, pois tem a capacidade de transmutar as marcas de nascença em méritos individuais. Essas marcas de nascença apresentam uma relação com os recursos econômicos na medida em que famílias de classe média podem, como argumenta Souza (2017, p. 96), ‘comprar o tempo livre de seus filhos só para o estudo’ (Cavalcante, 2018, p. 108).

Cavalcante (2018, p. 111) argumenta ainda que concursos públicos e vestibulares são “mecanismos por excelência do princípio meritocrático”, mas que comumente estudantes que tiveram condições precarizadas de estudo possuem desempenho pior do que aqueles que tiveram circunstâncias mais cômodas, ainda que se esforcem mais do que estes. Para que tais aparelhos sejam lidos como justos, é necessário que se crie um mito de igualdade de oportunidades e de isonomia, que desconsidere fatores anteriores próprios da realidade individual e que se opõe a qualquer tipo de busca por uma igualdade material que resulte em equidade e justiça em competições.

Cavalcante (2018, p. 116) cita entrevistas feitas aos participantes das manifestações “verde-amarelas” em 2015, onde 70,4% dos entrevistados concordavam com a frase: “é justo que quem estudou e se esforçou mais na vida tenha alguns privilégios”. Ainda nesta pesquisa, 79,5% apoiavam a sentença: “negros não devem usar a cor da pele para conseguirem privilégios como cotas raciais”. O autor supracitado afirma que “a escada pela qual ascende a classe média não pode se construir com qualquer tipo de degrau”, por isso tal classe se sente insatisfeita com ações afirmativas, a exemplo das cotas.

Cabe aqui uma ressalva, no entanto. A classe média não é formada somente por pessoas brancas, mas aquelas que são não-brancas e ascendem para esse espaço muitas vezes podem reproduzir pensamentos e ações que reverberem discursos meritocráticos e de oposição às cotas, o que revela ainda mais a urgência do ensino antirracista enquanto prática libertadora.

Portanto, não basta tão somente garantir a entrada de estudantes e servidores negros, indígenas e quilombolas nas universidades públicas federais. Partimos do pressuposto que as políticas de ações afirmativas devem estar para além desta entrada. No próximo trecho, nos proporemos, portanto, a pensar a importância da presença e circulação de pessoas não-brancas na academia e na produção de conhecimento.

OCUPAÇÃO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS POR PRESENCAS NÃO-BRANCAS

Apesar de toda a resistência e oposição da branquitude e classe média, indivíduos negros, indígenas e quilombolas passaram a acessar de maneira mais efetiva as universidades federais brasileiras especialmente após a adoção de programas de ação afirmativa. Os resultados de estudos realizados por Trevisol, Bello e Nierotka (2023) revelam que, em 2019, “39,5% [dos ingressantes nestas instituições] se autodeclararam brancos; 35,8%, pardos; 10,7% pretos; 1,4%, amarelos; e 0,9%, indígenas”. Com isso, não-brancos totalizaram uma porcentagem maior de ingressantes em relação àqueles pertencentes ao grupo branco. Os dados dizem respeito somente à graduação, não consideram discentes da pós-graduação ou servidores técnico-administrativos e docentes das universidades, segmentos estes que, em maior ou menor medida, também estão submetidos ao imperativo das ações afirmativas e das políticas de cotas, particularmente.

Entretanto, o antropólogo Gersem Baniwa chama atenção para a necessidade de repensarmos os currículos dos cursos. A entrada de discentes indígenas (aos quais acrescentamos também todo e qualquer tipologia de estudante que não se encaixe no perfil normativo da branquitude) deve ser acompanhada por mudanças na estrutura do pensamento, para que estas/es não sigam sendo colonizadas/os dentro da universidade (Baniwa, 2019, p. 39). Essa estrutura é responsável muitas vezes por hierarquizar os saberes em escalas que vão do civilizado (europeu, branco, masculino, heteronormativo) ao selvagem (negras/os, indígenas, pessoas de gêneros e sexualidades distintos do masculino e hétero). É dessa hierarquia que surge o racismo, embebido de um pretenso traço científico.

Embora fortemente associada ao holocausto judeu perpetrado pelos nazistas, o uso da ciência para justificar a inferioridade de sujeitos não-brancos teve início no final do século XIX, na Inglaterra, através da eugenia. Criada em um contexto da expansão imperialista da Europa, o eugenismo foi utilizado como justificativa para a dominação de diferentes povos ao conceber uma suposta escala evolutiva em que o branco europeu era tido como o ápice da evolução humana. Tal escala encorajou ações que incluíam a “segregação

racial, a esterilização compulsória e o racismo” em diversas partes do mundo (Souza, 2022, p. 94).

No Brasil, o eugenismo foi muito associado ao sanitarismo e era a “ciência” que buscava o aprimoramento da “raça”²⁶, evitando a degeneração da sociedade brasileira (Silva; Silva; Gama, 2022). Muitas vezes associada ao projeto de embranquecimento nacional, aos sujeitos negros e mestiços eram atribuídas características negativas através do determinismo biológico. Desta forma, a branquitude se valia de uma pseudociência para fundamentar a ideia de uma superioridade racial e garantir privilégios, tolhendo os demais sujeitos que eram tidos como o “outro”, a outra face da evolução, o negro-tema.

Alberto Guerreiro Ramos, importante sociólogo brasileiro, versa sobre as diferenças entre o que nomeia como “Negro-tema” e Negro-vida”. Para o autor, negro-tema se refere ao sujeito negro enquanto mero objeto de estudo, de escarpelação de estudiosos, um mero traço da realidade nacional. Em contrapartida, negro-vida é multiforme e pode ser definido como “vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira” (Ramos, 1957, p. 171). Nesse sentido, o autor compreende que as minorias brancas utilizam a tematização do negro para camuflar suas origens raciais e aproximar-se de seu arquétipo de desejo, ou seja, o europeu. Os estudos sobre o povo negro brasileiro são, portanto, usados para nos diminuir, nos inferiorizar ao nos transformar em assuntos, a imagem do que foi empreendido pelos nazistas com relação ao povo judeu:

(...) o que se tem chamado no Brasil de “problema do negro” é reflexo da patologia social do “branco”, de sua dependência psicológica.

Foi uma minoria e “brancos” letrados que criou esse “problema”, adotando critérios de trabalho intelectual não induzidos de suas circunstâncias naturais diretas.

²⁶ Termo “raça” empregado em uma perspectiva biológica, datada, que foi refutada posteriormente (Silva; Silva; Gama, 2022)

Nestas condições, reconhece-se hoje a necessidade de reexaminar o tema das relações de raça no Brasil, dentro de uma posição de autenticidade étnica (Ramos, 1957, p.191-192).

Há uma aproximação entre o negro-vida e a autorrepresentação de mulheres negras na literatura. A escritora mineira e doutora Conceição Evaristo (2005, p. 52) reflete sobre a literatura como “espaço privilegiado de produção e reprodução simbólica de sentidos”.

Para Evaristo, desde o período colonial a literatura brasileira reserva um lugar negativo para a mulher negra, sempre ligada aos papéis de hiperssexualização e/ou servidão e a quem é atribuída a alcunha de antimusa. Além disso, há um apagamento dessas mulheres enquanto mães, o que leva Conceição a questionar se não se trata de uma tentativa de “apagar os sentidos de uma matriz africana na sociedade brasileira”, ignorando o “papel da mulher negra na formação da cultura nacional” (Evaristo, 2005, p. 53).

Sendo assim, a autorrepresentação da mulher negra é uma ferramenta poderosa contra os perigos daquilo que Chimamanda Ngozi Adichie (2019) nomeia como história única. É na escrevivência, portanto, que se encontram “novos perfis na literatura brasileira”, que:

Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira (Evaristo, 2005, p. 54).

A presença de autorias negras femininas no acervo e nas ações e debates promovidos pelas bibliotecas universitárias, portanto, contribui para a difusão de uma imagem positivada daquelas que, por muito tempo, foram estigmatizadas em papéis secundários. A biblioteca pode fomentar discussões e o acesso a conteúdos para a formação e aquisição de “consciência crítica que nos capacite para examinar as questões de raça e beleza e pautar nossas escolhas pessoais de um ponto de vista político” (hooks, 2005, p. 7).

Para além da presença negra, indígena e quilombola na literatura, importa também que barreiras invisíveis ligadas às relações de poder que existem no entorno das bibliotecas universitárias sejam

rompidas. Como dito anteriormente, livros, bibliotecas e universidades foram por muito tempo tidos como objetos luxo e acesso restrito. Ainda hoje parece operar uma lógica colonial de controle dos corpos, que determina quem pertence ou não a determinados locais. Relatos de sujeitos negros, indígenas, quilombolas ou de classes menos abastadas que se sentem intimidados ao adentrar o espaço físico de bibliotecas ainda são comuns na vivência enquanto bibliotecária em uma instituição federal do sudeste brasileiro de uma das autoras do presente capítulo. Casos similares também estão presentes na literatura, tal como nos relata Grada Kilomba:

A primeira vez que visitei a biblioteca de psicologia da Universidade Livre de Berlim, logo na entrada, quando eu estava passando, fui chamada de repente por uma funcionária branca, que disse em voz alta: “Você não é daqui, é? A biblioteca é apenas para estudantes universitárias/os!” Perplexa, parei. No meio de dezenas de pessoas brancas circulando “dentro” daquele enorme recinto, eu fui a única parada e verificada na entrada. Como ela poderia saber se eu era “de lá” ou “de outro lugar”? Ao dizer “só para estudantes universitárias/os”, a funcionária da biblioteca estava me informando que o meu corpo não foi lido como um corpo acadêmico. As/os estudantes universitárias/os a quem ela estava se referindo eram as/os “outras/os” brancas/os na biblioteca. Nos seus olhos, elas e eles eram lidos como corpos acadêmicos, corpos “no lugar”, “em casa” (...) (Kilomba, 2019, p. 62).

Ainda que o caso relatado por Grada Kilomba não tenha ocorrido no Brasil, algumas violências e interdições são comuns na vivência negra em países que foram colonizados. O relato acima expõe a interdição física a que sujeitos negros, indígenas e quilombolas são vítimas em espaços como a biblioteca, enquanto corpos brancos são capazes de circular livremente por sempre estarem “no lugar” (Kilomba, 2019, p. 62). Para Cardoso, Araujo e Souza, a escravidão da população negra gera danos psicossociais até os dias de hoje e faz com que esta se sinta “sem direitos”. O trânsito em diversas esferas lhe é negado e este contingente de pessoas é percebido próprio para trabalhos braçais (Cardoso; Araujo; Souza, 2022). Ainda para os autores supracitados,

as políticas de acesso promoveram uma mudança no perfil dos jovens que ingressam na educação superior, mas não promoveram mudanças na cultura acadêmica, no currículo, nos aspectos que serão determinantes à permanência e ao êxito ou fracasso desses(as) acadêmicos(as) (Cardoso; Araujo; Souza, 2022, p. 83).

Outra estratégia da branquitude para cercear indivíduos não-brancos é deslegitimar o conhecimento produzido por estas pessoas com argumento de que é demasiado subjetivo ou parcial. Ao se valerem do discurso da neutralidade, objetividade e universalidade, a branquitude mantém o conhecimento e o poder como prerrogativas suas (Kilomba, 2019).

Dessa forma, ainda que as universidades públicas brasileiras, contemporaneamente, sejam espaços menos embranquecidos em função das políticas de ações afirmativas, esse mesmo movimento de abalo das estruturas que sustentam a branquitude precisa se desdobrar nas bibliotecas universitárias, a fim de que elas sejam espaços mais diversos, acolhedores e colaborativos para uma produção de conhecimento que se pretende verdadeiramente transformadora e socialmente comprometida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os reflexos do racismo acadêmico e eugenia podem ser percebidos até hoje nas universidades brasileiras. Corpos negros, indígenas e quilombolas ainda são impedidos de circular física e epistemicamente, o que faz com que a branquitude siga se beneficiando enquanto produtora “natural” de conhecimento científico neutro e objetivo.

Todavia, as políticas de ação afirmativa são importantes instrumentos para o rompimento de paradigmas coloniais ainda vigentes. A adoção das cotas sociorraciais em instituições federais vêm contribuindo para a superação de uma tradição eurocentrada que estrutura o ambiente acadêmico.

Para que a devida ocupação das universidades e de suas bibliotecas por pessoas não-brancas ocorra, faz-se necessário repensar as condições de permanência material e simbólica destes sujeitos nas instituições de ensino. Antes tido como incapazes para o

pensamento complexo e subjugados, para que estas pessoas consigam estar nestes espaços faz-se necessário que se sintam pertencentes, uma vez que a permanência sem pertencimento pode agravar ainda mais os danos psicossociais nestas populações. Para tanto, é necessária a “ruptura com um sistema de dominação intelectual das classes” (Cardoso; Araujo; Souza, 2022, p. 81) que atribui o conhecimento à branquitude.

A suposta neutralidade das bibliotecas e demais instituições é, em verdade, uma forma de omissão. Assim, ações simples, mas que permitam o protagonismo de pessoas não-brancas, são importantes para que ocorra o rompimento com a estrutura racista. A biblioteca pode promover debates, mesas temáticas, exposições, leituras coletivas, cursos, *slams*, dentre outras atividades, promovendo o aquilombamento e indigenização de pessoas da comunidade acadêmica e entorno.

A presença de mestras e mestres dos mais diversos saberes, bem como parcerias com coletivos e com a comunidade local, também influi no processo de ocupação do espaço universitário. Reconhecer o direito que as pessoas têm de serem sujeitos produtores de conhecimento e não como meros objetos de estudo da academia é posicionar a biblioteca de maneira crítica-democrática, como defendido pelo educador Paulo Freire (2011).

Além disso, o desenvolvimento de acervos também deve ser feito com criticidade, com obras de autorias e de tipologias diversas, o que possibilitaria também o desenvolvimento de novos temas de pesquisa e o surgimento de novos cânones localizados fora do padrão eurocêntrico. Há potencial também para que surjam novos produtos e serviços que valorizem a oralidade enquanto forma de transmissão de conhecimento tanto quanto a escrita.

As bibliotecas universitárias, que possuem como objetivo o apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, não devem se manter afastadas das discussões apresentadas neste capítulo. Seus acervos e práticas muitas vezes carregam uma herança colonial, reflexo de ações e omissões da branquitude. Entretanto, podem ser importantes equipamentos para a descolonização de saberes ao promover ações para enegrecer, indigenizar e aquilombar acervos e práticas, contribuindo para a ocupação e permanência material e simbólica dos mais diversos agentes.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 62 p.

ALVES, F. A. C.; CARDONE, R. K.; MOURA, A. P. S. Análise da produção científica de discentes cotistas do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. **Folha de rosto**: revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Juazeiro do Norte, v.9, n. 2, p. 55-88, maio/ago. 2023.

BANIWA, G. L. Antropologia colonial no caminho da antropologia indígena. **Novos Olhares Sociais**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 22-40, 2019.

BAPTISTA, M. M. A decolonialidade no campo da Biblioteconomia: a intersecção com a biblioteca universitária. **Páginas a&b**, [s.l.], s. 3, n. 19, p.78-89, 2023.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília: Planalto, 2014.

CARDOSO, C. S. N.; ARAUJO, M. C.; SOUZA, A. A. S. L. O dualismo político de igualdades raciais na educação: das cotas e do engodo meritocrático para população negra. **Revista Escritas do Tempo**, [s.l.], v. 4, n. 10, p. 71-85, jan./abr. 2022

CARVALHO, J. J. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 79-106.

CAVALCANTE, S. Classe média, meritocracia e corrupção. **Crítica Marxista**, n. 46, p. 103-125, 2018.

CHALBOUB, S. A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades, diz Sidney Chalhojb. Autoria de Manuel Alves Filho. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 07 jun. 2017.

EVARISTO, C. Da representação a auto-representação da mulher negra na literatura brasileira. **Revista Palmares: cultura afro-brasileira**, Brasília, ano 1, n. 1, p. 52-57, ago. 2005.

FERNANDES, L. C. Sistema penal, colonialidades e a localização da magistratura no genocídio antinegro no Brasil. **Boletim IBCCRIM**, ano 29, n. 339, p. 24-26, fev. 2021.

FREIRE, P. Alfabetizando de adultos e bibliotecas populares: uma introdução. In.: FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HOOKS, b. Alisando nossos cabelos. **Gazeta de Cuba: Unión de escritores y Artista de Cuba**, jan./fev. 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTINS, L. R. S.; CHAVES, I. T.; CAVATI SOBRINHO, H. Do desenvolvimento de coleções à formação de acervo afrocentrado: uma análise do sistema de bibliotecas universitárias da Universidade Federal do Ceará. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. especial, 2022.

RAMOS, G. Patologia social do “branco” brasileiro. In: RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à Sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: ANDES Limitada, 1957. p. 171-192.

SCHUCMAN, L. V. Branquitude e privilégio. In: SILVA, Maria Lucia da; FARIAS, Marcio Farias; OCARIZ, Maria Cristina; STIEL NETO, Augusto (Orgs.). **Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018.

SILVA, P. T. C.; SILVA, C. F.; GAMA, F. C. O racismo científico no Brasil: os discursos discriminatórios nas gêneses das Escolas de Direito e Medicina e o uso do título de doutor nas profissões. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 57, n. 1, p. 1-12, jan./dez. 2022.

SOUZA, V. S. Eugenia, racismo científico e o antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**, v. 42, n. 89, p. 93-115, 2022.

TREVISOL, J. V.; BELLO, J. C. D.; NIEROTKA, R. L. A lei de cotas e as mudanças no perfil dos ingressantes das universidades federais brasileiras. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 28, n. 64, p. 155-183, set./dez. 2023.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Professora adjunta do Departamento Acadêmico de Ciência da Informação (DACI), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo/UDESC). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT-UFRJ). Idealizadora e gestora do Quilombo Intelectual. É Coordenadora do Selo Nyota e do Grupo de Trabalho Relações Étnico-raciais e Decolonialidades (GT RERAD), da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB). Atua como secretária na Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Gestão Biênio 2024-2026). Vice-Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI) e compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes como membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S².sat). Organizou os volumes 1 a 5 da Coleção *Bibliotecári@s Negr@s* publicadas entre 2018 e 2025. É pesquisadora do projeto Editora IBICT, organizadora das obras da coleção *Bibliotecári@s negr@s*, volume 1 a 5, bem como autora da obra “Biblioteconomia Negra: das epistemologias negro-africanas à Teoria Crítica Racial” (Malê, 2023).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2805777083019311>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2828-416X>

E-mail: francigarces@yahoo.com.br

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

Professora Adjunta do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (DDI/ICI/UFBA). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT. Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba. Desempenha trabalhos nas áreas de: Sociologia da Informação, Tecnologia da Informação, Estudos Étnicos- Raciais, Produção do Conhecimento, Disseminação, Uso e Apropriação da Informação, bem como a Preservação e Memória das fontes de informação da web (redes sociais, sites, portais, blog, *microblogs*, buscadores, metabuscadores, entre outros) em movimentos negros e organizações de mulheres negras, assim como interessa-se pelas trajetórias de vidas de mulheres negras na arquivologia, biblioteconomia e ciência da informação. Áreas de atuação: Ciência da Informação, Sociologia e Educação, com vistas ao acesso e disponibilização da Informação presentes nos diversos suportes informacionais. Foi integrante representando o nordeste do GT de Relações étnico-raciais e decolonialidades ligado à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Étnico-raciais (NEPIERE), o Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas (GEINCOS) e o Grupo de Pesquisa “Ecce Liber: Linguagem, Filosofia e Saberes” e o Grupo de estudos e Pesquisa em Mediação e Comunicação da Informação (GEPEMCI). É autora do livro “Epistemologia social feminista negra” (Nyota, 2023).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9855397515537899>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7224-4456>

E-mail: leyklebia@gmail.com

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS

Aline Ferreira

Mestra em Gestão de Unidades de Informação, Bibliotecária, Senac - SC.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9035-8377>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5579582419936830>

Contato de e-mail: ealinef.26@gmail.com

Ana Célia da Silva

Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professora, aposentada. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: estereótipos em relação ao negro no livro didático de Língua Portuguesa das séries iniciais, desconstrução, representação social do negro no livro didático de Língua Portuguesa das séries iniciais, e educação das relações étnicas raciais. Fundadora do Movimento Negro Organizado (MNU) e do primeiro Grupo de Trabalho sobre Educação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7501565836028985>

e-mail: ssa.anaceliadasilva@gmail.com

Anália das Graças Gandini Pontelo

Mestra em Administração (Faculdade Novos Horizontes). Bibliotecária-Documentalista (Biblioteca Universitária / UFMG). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: deficientes visuais - atendimento, biblioteconomia - seminários, congressos, deficientes visuais - direitos, produtividade acadêmica, gestão de pessoas, história oral, movimento sindical e memória coletiva. Coorganizadora de *30 anos do SINDIFES: um lugar-refúgio para a memória* (2025).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6459-3384>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1689828996072447>

E-mail: analiagandini@yahoo.com.br

Ana Cláudia Lopes Mayer

Mestranda em Gestão da Informação, no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bacharela em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação pela mesma Instituição. Integrante da Comissão Etnorracial da Escola Autonomia, Florianópolis.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1681046145192206>

E-mail: alopesmayer@gmail.com

Ana Cristina Cruz de Souza

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

E-mail: criss6287@gmail.com

Andressa Silva Sousa

Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e bolsista de Iniciação Científica pela FAPEMA no Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL). Integrante do grupo de Leitura do Grupo de Pesquisa e Extensão em Mediação e Práticas de Leitura (GEPPLE-UFMA) e do Grupo de Preservação de Dados de Pesquisa da DRÍADE: Rede de Estudos e Práticas em Preservação Digital. Membro do corpo editorial da Revista Bibliomar.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-1925-7858>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4361969784987708>

E-mail: acd.andressasousa@gmail.com

Andreia Alcântara

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE). Bibliotecária Documentalista e exercendo a função de Diretora da Biblioteca Central e Coordenadora do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE (2020 até o momento).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0270176526808745>

E-mail: andreia.alcantara@ufpe.br

Camila Evelin Roque

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atua como Bibliotecária-Documentalista na Biblioteca Central do Gragoatá, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, cursa o mestrado no Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET-RJ, onde pesquisa a luta antirracista em bibliotecas universitárias. Tem interesse nas áreas de Relações étnico-raciais, epistemicídio, bibliotecas universitárias e bibliotecas comunitárias.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2546-4086>;

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3919131096862279>;

E-mail: camilaroque@id.uff.br.

Daniella Camara Pizarro

Doutora, professora adjunta do departamento de Biblioteconomia e Informação, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, enfoque de pesquisa e extensão o ensino de Biblioteconomia, a formação e atuação ético-política do Bibliotecário, bem como suas representações sociais coletivas a partir da perspectiva da sóciofenomenologia; e ainda, com questões relacionadas às bibliotecas no cárcere e na mediação da informação como promotora de uma educação para a liberdade e emancipação cidadã.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3544-8529>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9018524527620180>

Contato de e-mail: daniella.pizarro@udesc.br

Diná Marques Pereira Araújo

Doutora em Ciência da Informação (UFMG), Bibliotecária-Documentalista (Pró-Reitoria de Cultura / UFMG), experiência nas áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Conservação-Restauração, atuando principalmente nos temas: Bibliofilia, Bibliografia, Conservação Preventiva, Conservação-Restauração de documentos gráficos, Estudos de Gênero e Diversidade, Patrimônio Cultural, História do livro, História das Bibliotecas, Representação descritiva de documentos gráficos. Participa dos grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais e do Grupo de Estudos Interdisciplinares da Raridade Documental (GEIRD); Pensamento Impresso.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8251-255X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5368871997608892>

E-mail: dina.ufmg@gmail.com.

Dyego de Oliveira Arruda

Doutor em Administração de Organizações pela USP, atualmente é professor permanente do Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER) do CEFET-RJ. Atua também como professor permanente (externo) do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) da UFRJ. Desenvolve pesquisas no campo das políticas públicas de ações afirmativas, com ênfase nas políticas de cotas e aspectos ligados à permanência e (re)existências de pessoas não-brancas em espaços institucionais. Tem especial interesse também nos debates sobre branquitude e poder nas instituições.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9514-284X>;

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5222976964204691>

E-mail: dyego.arruda@cefet-rj.br.

Edilson Targino de Melo Filho

Doutor em Ciência da Informação, Bibliotecário-Documentalista, Universidade Federal da Paraíba, Metodologia do Trabalho Científica, Gestão da Informação, Memória e Identidade.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4071-6797>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8525675502520396>

E-mail: edilsondmelo@gmail.com

Elisamara Gurgel Domingos de Carvalho

Graduada em Licenciatura em Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Foi bolsista no projeto de pesquisa, coordenado pelo professor Marcos Hübner. Membro da equipe editorial da Revista Divulga-CI LABCI. Mediadora voluntária no CRAS de Jardim Gramacho com a Biblioterapia na construção de uma educação antirracista, no fortalecimento de identidade e pertencimento. Participação do 30º CBBB como uma das autoras do artigo “Formação em Biblioterapia para Mediação da Literatura Afro-Brasileira: Caminhos para a Promoção de uma Educação Antirracista”.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-1628-6902>.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0150824430310973>

E-mail: lais.livros123@gmail.com

Erinaldo Dias Valério

Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/IBICT-UFRJ). Atualmente docente do Departamento de Ciência da Informação (DCI) e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Pernambuco. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Coordena o Alaye - grupo de estudos e pesquisas em informação antirracista e sujeitos informacionais e participa do Núcleo de Pesquisas em Gestão, Políticas e Tecnologias de Informação (NGPTI/UFG). Desenvolve pesquisas principalmente sobre os seguintes temas: Descolonização da Biblioteconomia e Ciência da Informação; Informação e educação antirracista; Movimento Negro Brasileiro; Formação do/a bibliotecário/a.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6553-3778>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8493209936697007>

E-mail: erinaldo.dias@ufpe.br

Fernanda Araújo de Sousa

Mestranda em Relações Étnico-Raciais no Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ). Bibliotecária da Universidade Federal Fluminense (UFF). Áreas de estudo: Biblioteca escolar, Relações Étnico-Raciais e Literatura Infantil Negra.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6584-6398>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6824313091728413>

E-mail: fernanda-araujo1953@hotmail.com

Flávia Dutra Rodrigues

Graduada em Licenciatura em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Foi bolsista de Iniciação Científica no projeto “Ensino de catalogação e as dificuldades na incorporação dos avanços tecnológicos”. Participou do 30º CBBB e de projetos no CRAS e na Rede Municipal de Educação, promovendo a

biblioterapia como objeto de valorização da literatura afro-brasileira, alinhada à educação antirracista. Possui experiência de estágio no Ensino Fundamental I no Programa de Educação Inclusiva.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-2437-069X>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8074360200505578>.

E-mail flavia.ecm2@edu.unirio.br.

Florencia Egaña-Lachaga

Mujer, afro, bibliotecaria. Maestranda en Información y Comunicación. Docente ayudante de la Facultad de Información y Comunicación (Udelar, Uruguay). Bibliotecaria en el Centro de Documentación Científica y Biblioteca de Facultad de Ciencias (Udelar, Uruguay). Integrante del Colectivo de Estudio Afrolatinoamericanos (Comisión Sectorial de Investigación Científica- Udelar). Integrante de UAFRO.

E-mail: florencia.egana@fic.edu.uy

Gabiá Santos

Mulher preta que estuda a diversidade, garantia de direitos, informação utilitária e busca bibliotecas vivas para práticas do bem-viver em seu fazer profissional. Bacharela em Biblioteconomia e gestão em unidades de informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista em mediação de leitura étnico-racial.

E-mail: gabiasantos.culturario@gmail.com

Gisele Karine Santos de Souza

Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9668-4079>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8158517459883761>

E-mail: giselekariness@gmail.com

Ísis Trindade da Silva Cunha

Doutoranda e mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE). Integrante do Alaye - grupo de estudos e pesquisas em informação antirracista e sujeitos informacionais. Desenvolve pesquisas sobre a interseção da Cultura e da Ciência da Informação e sobre as relações étnico-raciais.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7430-1432>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7559891058019102>

E-mail: isis.cunha@ufpe.br

Kariane Regina Laurindo

Doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFM. Mestra em gestão da informação, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo-UDESC), atualmente é bibliotecária na Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4788-3317>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9291962059362955>

E-mail: karianeregina@hotmail.com

Karina Ceci de Sousa Holmes

Mestra em Ciência da Informação, doutoranda em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, memória e identidade.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6208-9755>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3060730469348384>

E-mail: karina.ceci@academico.ufpb.br

Lara Cezar da Silva

Graduanda do curso de bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com foco em Memória, Patrimônio e Cultura. Atua como auxiliar da Biblioteca Pretos Novos (BPN) e mediações das ações culturais do Instituto Pretos Novos (IPN).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8750065669272919>

e-mail: laracezar13@gmail.com

Lourdes Rodríguez Peña

Diploma en Afrodescendencia y Políticas Públicas, UdelaR. Egresada de la Escuela Más allá del Decenio de los Afrodescendientes, CLACSO. Vicepresidenta de la Asociación de Bibliotecólogos del Uruguay (ABU) Integrante de UAFRO.

Luciana de Souza Gracioso

Phd Ciência da Informação. Docente associada da Universidade Federal de São Carlos. Enfoque em Epistemologia e Decolonialidade em Ciência da Informação.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6320-4946>,

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4898201916360294>

E-mail: luciana@ufscar.br

Marcela Costa

Chefe de Projetos e bibliotecária da Biblioteca Oliveira Silveira, da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. Formada em Biblioteconomia pela Universidade Claretiano, gerencia o acervo especializado em cultura afrodiáspórica, que inclui livros, periódicos, arte quilombola, cerâmica, telas e materiais audiovisuais relacionados à cultura afro-brasileira e quilombola.

E-mail: marcela.costa@palmares.gov.br

Márcio Ferreira da Silva

Docente do Departamento de Biblioteconomia do Centro de Ciências Sociais/CCSO da Universidade Federal do Maranhão. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas (2009). Doutorado e Mestrado em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus Marília. Atuou como professor substituto na Universidade Federal de Rondônia, no Departamento de Ciência da Informação. Professor no mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PROGCIN/UFMA), na linha mediação da informação.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4929-4009>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6459846479649517>

E-mail: marcio.ferreira@ufma.br

Maurício Coelho da Silva

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professor Substituto na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no curso de Biblioteconomia e Gestão da Informação.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7923-9457>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6047555353386521>

E-mail: mauriciocoelho.hlp@gmail.com

Michael Leonardo Botelho dos Santos

Graduando em licenciatura em biblioteconomia pela UNIRIO, graduado em licenciatura em história e geografia pela Estácio, e especialista em educação pela UFPI. Atua como responsável pelo Setor de Visitação do Instituto Pretos Novos (IPN), com foco em História Geral e ênfase na História Afro-Brasileira. Desenvolve ações de educação patrimonial e promove práticas de letramento histórico e antirracista, membro da banca de heteroidentificação da Cesgranrio.

Orcid: 0009-0007-0051-2355

Lattes: lattes.cnpq.br/2211557818205014

Contato: tico@pretosnovos.com.br

Murilo Artur Araújo da Silveira

Doutor, professor, Universidade Federal de Pernambuco.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9708-6001>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2565474279842382>

Contato: murilo.asilveira@ufpe.br

Nathália Lima Romeiro

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professora do Departamento de Processos Técnico-Documentais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do curso de Licenciatura em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pesquisa Organização do conhecimento, Estudos de gênero na Biblioteconomia e Ciência da Informação e Ensino de Biblioteconomia.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6274-4836>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8114379946904948>.

Email: romeironathalia@unirio.br.

Priscila Rufino Fevrier

Bibliotecária, curadora e pesquisadora no Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN). Doutoranda em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ). Mestra em Ciência da Informação (PPGCIN/UFSC).

Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de Estudos Intelectuais Negras na Ciência da Informação. Membro do Grupo de Trabalho “Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades”, vinculado à FEBAB. Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes e é membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S².sat) vinculado ao Grupo de Pesquisa Ecce Liber - IBICT/UFRJ e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3641-5200>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1804754081319302>

E-mail: priscila.fevrier@gmail.com

Rosangela da Silva Gomes

Mestre em Ciências da Documentação e Informação, Universidade de Lisboa. Bibliotecária-Documentalista, Instituto Federal de São Paulo - Campus Campinas. Estudos em ciência aberta e democratização da ciência.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7754-053X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4010191578537878>

E-mail: rosangela.gomes@ifsp.edu.br

Sophia de Aguiar Vieira

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestranda em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG (PPGCI/UFMG), membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais da UFMG (Nesi/UFMG) e do Grupo de Estudos do Observatório de Economia e Comunicação da UFS.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8053-2514>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8849058559205145>

E-mail: sophiavieira.ufmg@gmail.com

Susy dos Santos Pereira

Bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3090-5180>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9206838645458116>

E-mail: susy@uems.br

Talita de Oliveira

Doutora em Letras (Estudos da Linguagem) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ). Desenvolve pesquisas sobre letramento(s) e relações étnico-raciais e estudos narrativos de orientação interacional.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6070-9092>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2271554890725098>

E-mail: talita.oliveira@cefet-rj.br

Tatiane Helena Borges de Salles

Doutoranda em Ciência da Informação, Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos e Bibliotecária-Documentalista do Instituto Federal de São Paulo, Campus Campinas. Estudos das relações étnico-raciais em biblioteca

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6279-5089>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0541733922052568>

E-mail: tatianejph@gmail.com

Thalita Gama

Mestra em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desde 2014, atua como bibliotecária na Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas da UNIRIO. É também professora na pós-graduação em Gestão de Bibliotecas Universitárias da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Idealizadora do projeto *Santa Biblioteconomia*, dedica-se à criação de materiais e cursos voltados para concursos públicos na área de Biblioteconomia. Seus interesses incluem a história das mulheres, a memória, o protagonismo e o empreendedorismo negro. Possui experiência em produção de conteúdo, mídias sociais e docência.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8792-2600>

E-mail: thalitagamacontato@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5285224906898620>

Vanicleia Silva Santos

Doutora em História Social (USP), Curadora da Coleção de Arte Africana do Penn Museum da University of Pennsylvania. Foi Professora Associada de História da África da Universidade Federal de Minas Gerais (2010 a 2022), onde continua orientando pesquisa de Mestrado e Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História. Suas pesquisas se concentram na História da África e suas diásporas. Editou vários livros sobre cultura material na África e na diáspora. É membro do Comitê Científico Internacional da UNESCO para o Nono Volume da História Geral da África, sendo a editora do volume X, que trata das Diásporas Africanas.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1390-9101>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7945410571079986>

E-mail: vsantos@upenn.edu.

Wellington Marçal de Carvalho

Doutor em Letras / Literaturas de Língua Portuguesa (PUC-Minas). Bibliotecário-Documentalista (Vice-Diretor da Biblioteca Universitária / Sistema de Bibliotecas / UFMG). Investigador Associado do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Guiné-Bissau). Pesquisador filiado ao Centro de Estudos Africanos (CEA/UFMG). Integrante da Comissão editorial do *literÁfricas* (<http://www.letras.ufmg.br/literafr/literafricas>) e dos grupos de pesquisa GEED/UFVJM/UNILAB e NERSI/ECI/UFMG. Publicou *Aquele canto sem razão: espaço e espacialidades em contos de Guimarães Rosa, Luandino Vieira e Boaventura Cardoso* (2014) e *A defesa incansável da esperança: feições da guineidade na prosa de Odete Semedo e Abdulai Sila* (2018). Coorganizador de *Deslocamentos estéticos* (2020), *literÁfricas* (2024), de J. M. Coetzee no Brasil: *ensaios críticos* (2024) e de *30 anos do SINDIFES: um lugar-refúgio para a memória* (2025).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8881-6850>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4640927799251393>

E-mail: marcalwellington@yahoo.com.br

Seguindo a sequência que tem se mantido a respeito do protagonismo de pessoas bibliotecárias negras e suas práticas, epistemologias, experiências e desafios, o quinto volume da Coleção, agora intitulado “Bibliotecári@s negr@s: Ancestralidade, Conhecimento Negro e a luta pela Justiça Sócio-Racial em ambientes informacionais” tem a finalidade de contribuir para os debates contemporâneos em Biblioteconomia Negra, Biblioteconomia Antirracista e Estudos Críticos Informacionais. Tais debates enfocam nos instrumentos de poder racial (branquitude, racismo, raça enquanto construto social, falácia da democracia racial, microagressões raciais, mito da meritocracia, o ideal de branqueamento, as injustiças epistêmicas, epistemicídio, alterocídio e memoricídio) como influenciadores da exclusão das populações negras e indígenas da sociedade brasileira, sobretudo de espaços de representatividade, de construção de políticas públicas de informação e de justiça informacional e racial nos diversos ambientes, inclusive os informacionais.

Assim, esta obra consiste num ebó epistemológico e praxiológico que não só discute e diagnostica, mas também apresenta possibilidades de enfrentamento às opressões, racismos e demais formas de controle sobre corpos, pensamento e agência negras.

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva
Leyde Klebia Rodrigues da Silva
Organização

Realização



Apoio



978-65-5631-159-3



9